POSLIN·UFMG

FALE
FACULDADE DE LETRAS

UFMG

Língua e enunciação:
roteiros e estações

Organizador
Luiz Francisco Dias

Enunciar
SEMÂNTICA: ENUNCIAÇÃO E FORMA LINGUÍSTICA

Organizador
Luiz Francisco Dias

Língua e enunciação: roteiros e estações

Belo Horizonte
FALE/UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

L755 Língua e enunciação [livro eletrônico] : roteiros e estações / Organizador : Luiz Francisco Dias. – Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018.
423 p. : il., grafs, tabs, fots (color), (p&b)

Inclui referências.

Modo de acesso: <http://www.letras.ufmg.br/site/index.php/pt-BR/elivros>

ISBN: 978-85-7758-350-8

1. Enunciação. 2. Semântica. 3. Análise do discurso. 4. Linguística. 5. Língua portuguesa – Gramática – Estudo e ensino. I. Dias, Luiz Francisco. II. Título.

CDD : 418

FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UFMG

LÍNGUA E ENUNCIAÇÃO: ROTEIROS E ESTAÇÕES

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

Diretora: Profa. Graciela Ines Ravetti de Gómez
Vice-Diretora: Profa. Sueli Maria Coelho

Coordenadora da Câmara de Pesquisa:
Profa. Sara Rojo

Organizador: Luiz Francisco Dias

Conselho Editorial:
Ana Zandwais (UFRGS)
Cármen Lúcia Hernandes Agustini (UFU)
Jorge Viana Santos (UESB)
Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP)
Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Projeto Gráfico e Editoração: Jéssica Patrícia de Oliveira

Enunciar
SEMÂNTICA: ENUNCIAÇÃO E FORMA LINGUÍSTICA

SUMÁRIO

12 APRESENTAÇÃO

15 A *GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA* DE SILVEIRA BUENO: PRÁTICA DE SUTURAS OU ABERTURA DE CICATRIZES NA GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO?
Agnaldo Almeida

32 PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS DA NEGAÇÃO: EFEITOS DE SENTIDO DOS MODOS DE DIZER
Carolina P. Fedatto

43 *EM* NA ELABORAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS
Elizabeth Gonçalves Lima Rocha

58 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EM FORMAÇÕES NOMINAIS A PARTIR DE REFERENCIAIS VISTOS PELA SEMÂNTICA ENUNCIATIVA, ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÃO NO DISCURSO
Emiliana da Consolação Ladeira

78 A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA EM CHARGES DA MAFALDA
Gabriela Pacheco Amaral
Jaqueline S. Batista Soares

91 A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE LUDWIG WITTGENSTEIN: UM PONTO DE VISTA BEM ÓBVIO
Gustavo Fonseca

108 PROPOSIÇÕES REFERENCIADORAS METAENUNCIATIVAS QUE APONTAM PARA CRENÇAS LIGADAS AOS PERSONAGENS DE NARRATIVAS AFILIADAS AO UNIVERSO LENDÁRIO AMAZÔNICO
Heliud Luis Maia Moura

120 DO DISCURSO AO ENUNCIADO:
UM ESTUDO DAS FORMAÇÕES NOMINAIS "SURDO-MUDO" E "DEFICIENTE AUDITIVO"
Igor Caixeta Trindade Guimarães
Waldemar Duarte de Alencar Neto

143 "PELA MINHA FAMÍLIA, EU VOTO SIM":
OS SENTIDOS DE FAMÍLIA NO ÂMBITO LEGISLATIVO
Joana Darc Rodrigues da Costa

158 ESTUDO COMPARATIVO-ENUNCIATIVO DA APRECIAÇÃO SUBJETIVA E MODALIDADE APRECIATIVA
Layana Kelly Pereira Holanda

174 PERTINÊNCIA E ARGUMENTAÇÃO: UM OLHAR ENUNCIATIVO SOBRE TÍTULOS E CHAMADAS DE NOTÍCIAS
Letícia Guedes Guimarães

184 A INDETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM E A ANÁLISE GRAMATICAL
Leticia Marcondes Rezende

201 QUANDO O *EU* ENUNCIA: A INSTAURAÇÃO DO SILÊNCIO
Luciana Vargas Ronsani

211 A HIPÓTESE DOS MEMES NO DISCURSO RELIGIOSO
SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS ENUNCIATIVOS
Clauton de Rezende
Luciani Dalmaschio

225 ENUNCIAÇÃO E NOMINALIDADE
Luiz Francisco Dias

244 O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO APOSTO
NAS CARTAS DE CARLOTA JOAQUINA
Mara Lucia Martins Rodrigues

259 GRAMÁTICA, MEMÓRIA E ACONTECIMENTO: O FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO
Maria Iraci Sousa Costa

274 O REGIMENTO ESCOLAR COMO GÊNERO DO DISCURSO DOCUMENTAL: MATERIALIDADES NA PRÁTICA DISCURSIVA
Nádia Dolores Fernandes Biavati
Carla Cassiano de Almeida

290 A MULTIFACE DO VOCATIVO NO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM
Neuza Zattar

310 O PROCESSO DE (RE) NOMEAÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
Pollianna Martins Alves

322 A LÍNGUA PORTUGUESA EM USO NA REDE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS EM HASHTAGS DE OPINIÃO E POSTAGENS NO FACEBOOK
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda
Luiz Henrique de Carvalho

340 OS SUJEITOS BRASILEIROS NOS DISCURSOS DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA
Renata Ortiz Brandão

360 ARGUMENTAÇÃO, PERSPECTIVAÇÃO E ENUMERAÇÃO NO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL E EM TEXTOS SOBRE O TRABALHO ESCRAVO
Soeli Maria Schreiber da Silva

374 A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO JURÍDICO:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA PALAVRA "IGUALDADE"
Thalita Nogueira de Souza

396 *ROMPER COM* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: MODOS DE INTEGRAÇÃO DA PREPOSIÇÃO COM NA RELAÇÃO PREDICATIVA
Márcia Romero
Thatiana Ribeiro Vilela
Camili Daiani Maranho Alvarenga

413 SENTIDOS DA NOMEAÇÃO DE UMA CIDADE: JUARA
Francineli Cezarina Iara
Leila Castro da Silva
Valdirene Cavichioli

APRESENTAÇÃO

A constituição dos textos que integram a presente publicação foi motivada pela segunda edição do *Seminário Enunciação e materialidades linguísticas*, realizado na Faculdade de Letras da UFMG nos dias 18 e 19 de agosto de 2016.

O evento contou com a participação de pesquisadores de diversas instituições brasileiras, sendo a maioria deles do Estado de Minas Gerais. Os textos apresentados na presente obra demonstram a diversidade de abordagens voltadas para o papel das formas linguísticas na constituição do arcabouço teórico e metodológico da pesquisa em enunciação.

Uma análise do conjunto de artigos aqui compilados indica que o campo de estudos da significação voltado para os fundamentos linguísticos da enunciação apresenta-se bastante fértil. Com efeito, os textos da obra apresentam uma boa variação de focos de abordagem como também de perspectivas nos modelos de análise.

Quanto aos focos de abordagem, temos trabalhos voltados para a história da gramática e para a exploração de categorias linguísticas, como negação, preposição, pronomes, aposto, vocativo e construções nominais. Por sua vez, outros textos abordam conceitos teóricos, como heterogeneidades enunciativas, concepções de linguagem, proposições meta enunciativas, modalização, argumentação e indeterminação. Temos ainda textos que analisam fenômenos linguísticos, como memes, nomeação, assim também aqueles que levantam aspectos de variadas discursividades e da constituição do sujeito na sociedade.

Quando aos modelos teóricos de análise, temos estudos que exploram categorias linguísticas e aqueles que tendem a desenvolver aspectos discursivos de fatos de enunciação a partir de variadas materialidades.

A Faculdade de Letras da UFMG, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, e especificamente o Grupo de Estudos da Enunciação (ENUNCIAR) desta Instituição, sentem-se honrados pela aceitação dos participantes ao nosso convite para a participação no Evento e pela disponibilidade na cessão dos textos que ora apresentamos nesta publicação. Nós, organizadores do Evento, agradecemos os participantes e, especialmente, os autores dos textos desta obra por nos ter prestigiado com a apresentação competente dos resultados de suas pesquisas no campo da enunciação.

Luiz Francisco Dias

A *GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA* DE SILVEIRA BUENO: PRÁTICA DE SUTURAS OU ABERTURA DE CICATRIZES NA GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO?

Agnaldo Almeida
(Universidade Federal de Minas Gerais)

– Mais uma gramática?
– Sim, mais uma, caro leitor, e queremos dizer-te as razões que nos levaram a tal empreendimento. (BUENO, 1963, p. XIII).

Palavras iniciais. Ou efeito de abertura

No processo de gramatização do português no/do Brasil[1], a *posição-sujeito gramático brasileiro* é inaugurada no final do século XIX, com a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro, no ano de 1881. Atrelado a questões postas pela Independência do Brasil, sobretudo em relação à constituição de uma língua oficial (língua nacional) que representasse o brasileiro, esse instrumento linguístico – objeto histórico que representa a língua para seus sujeitos falantes (AUROUX, 2009) –, além de levar em consideração as especificidades da língua aqui falada e escrita, instaura uma ruptura com a tradição gramatical filosófica portuguesa, cuja maior representante é a *Gramática filosófica da língua portuguesa* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa, à qual estava filiada grande parte da produção de gramáticas aqui no Brasil naquele momento.

Júlio Ribeiro, adotando o viés histórico-comparativo, modelo teórico-científico dominante nos estudos linguísticos na época em diversas partes do mundo, vincula-se a outras redes de sentido (diferentes formas de significar um objeto), deslocando a relação entre a função-autor gramático e a forma da gramática, ou seja, o imaginário

[1]Entendemos por gramatização o processo de descrição e instrumentalização de uma língua com base em instrumentos linguísticos, como a gramática e o dicionário (AUROUX, 2009). Seguimos a divisão da gramatização brasileira proposta por Eduardo Guimarães (1996). O autor, ao adotar um viés histórico, distingue quatro momentos no processo de gramatização do português em terras brasileiras. Interessa-nos, especialmente, o segundo e terceiros momentos, visto que são neles que se situa a problemática aqui levantada, sem desconsiderar, evidentemente, os momentos anterior e posterior, pois o texto e o discurso estão sempre em relação a outros textos e outros discursos, anteriores e posteriores, realizados, possíveis ou imaginários.

de língua que nela comparece (O que é uma língua? Qual a relação da língua e seus sujeitos falantes? Qual a importância da gramática no ensino de língua? Qual a relação entre língua e Estado? etc.).

Ser gramático no Brasil naquele período é, conforme Orlandi (2013), assumir uma responsabilidade política e intelectual frente às questões da constituição de um Estado (independente, com suas instituições) e de uma língua nacional (unidade que representaria a nação). Ambos, língua e Estado, se conjugam em sua constituição (ORLANDI, 2013). A gramática, desse modo, apresenta-se como o lugar material de construção e representação da unidade e identidade linguística, nacional e cidadã.

No século seguinte (XX), com o Estado já constituído, o funcionamento da posição-sujeito gramático passa por deslizes. A questão da cientificidade faz com que o gramático necessite da caução da Linguística, ciência capaz de dizer como *é* e *funciona* a língua. Há um deslizamento cada vez maior de uma posição intelectual e política para uma marcadamente científica (ORLANDI, 2013). E isso não se faz sem consequências, nem de qualquer forma.

Nessa perspectiva, no presente trabalho, buscamos compreender os gestos de autoria praticados pelo gramático Silveira Bueno, em sua *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*, posta em circulação no ano de 1944[2]. Para tanto, servimo-nos teórico-metodologicamente da Análise de Discurso materialista, iniciada por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil, principalmente, por Eni Orlandi, e da História da Ideias Linguísticas, visto que ambas possibilitam-nos observar os modos de constituição da língua, do saber sobre ela e dos sujeitos que a falam. Constituição sempre marcada por divisões e rupturas, pelo jogo de sentidos postos em funcionamento por diferentes posicionamentos ideológicos.

Interessa-nos compreender como o gramático em tela significa a língua, a gramática, e a função desta no ensino de língua nas escolas brasileiras, observando as suas filiações teóricas e filosóficas, e as possibilidades de deslocamentos que seu dizer pode instaurar em relação ao saber linguístico produzido e em circulação na

[2] Como levamos em consideração as condições de produção do discurso, que lhe são constitutivas, faz-se necessário apontar que trabalhamos com a 6ª. edição deste instrumento linguístico, publicada em 1963. Porém, o texto que funciona como um prefácio, “Palavras necessárias”, e que aqui é analisado, é datado de 1944, quando de sua primeira edição.

época. Em sua *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*, Bueno diz empenhar-se na busca de uma ruptura do “excesso da análise lógica” que marcava de forma contundente o ensino de língua portuguesa.

Nas escolas brasileiras, era adotada em larga escala a *Gramática expositiva* (1907) de Eduardo Carlos Pereira, fundamentada nos princípios da gramática filosófica portuguesa, tradição da qual Júlio Ribeiro, no final do século XIX, procura distanciar-se, como mostramos parágrafos acima. Resta-nos, portanto, compreender como o autor realiza, ou busca realizar, tal empreendimento. Para tanto, lançamos as seguintes questões: (i) como funciona a relação entre Gramática, Filologia e Linguística no instrumento linguístico em questão? (ii) quais as con(tra)dições constitutivas das posições-sujeito e dos sentidos que ali comparecem? (iii) como o autor organiza as discursividades da tradição gramatical e da ciência linguística, buscando, por um lado, a ruptura com a “tradição lógica” e, por outro, conferir aos estudos gramaticais o estatuto de cientificidade, sem abandonar a questão da normatividade?

Iniciemos nosso percurso...

1. O gramático, o sujeito: tecendo o saber linguístico-discursivo

Ao assumirmos teoricamente a perspectiva materialista da Análise de Discurso (PÊCHEUX; ORLANDI), interessa-nos o sujeito enquanto uma posição discursiva, entre outras, e não o sujeito empírico (sociológico) ou o sujeito abstrato (ideal). O sujeito, para essa disciplina, não tem acesso direto ao modo como ele se constitui, enquanto uma posição, por haver um efeito ideológico elementar. Ensina-nos Pêcheux (2009 [1975]), retomando os dizeres de Althusser, que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, fazendo com que eles se identifiquem a determinadas formações discursivas. Nestas, os sentidos se constituem (não estão contidos ou colados nas palavras). São elas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma conjuntura sócio-histórica e ideológica (ORLANDI, 2009). Por essa identificação não ser totalmente consciente (sujeito clivado), acreditamos ser a origem do sentido daquilo que dizemos. Colocamo-nos na origem do dizer, quando, na

verdade, estamos retomando dizeres e sentidos que já existem, condição necessária para que o nosso dizer produza sentido.

A Análise de Discurso considera, desse modo, que os sujeitos e os sentidos são construções sócio-históricas, processo no qual intervêm o imaginário e a ideologia. As condições de produção do discurso (o contexto sócio-histórico ideológico, a situação imediata e o sujeito) lhe são constitutivas. Assim, há uma determinação histórica dos sentidos a dadas direções. Eles não são transparentes ou evidentes, assim como não são a própria língua que, sujeita a falhas, ao se inscrever na história para funcionar, faz lugar para o equívoco (possibilidade de outros sentidos); e os sujeitos, os quais têm uma materialidade constitutiva e funcionam, em sua forma-sujeito histórica (capitalista), marcados por uma ambiguidade: são determinados pela exterioridade e determinam o que diz, acreditando ser senhores e origem de suas palavras (ORLANDI, 2009, 2012a, 2012b).

Filiando-se a determinadas redes de sentido, e não a outras, o espaço de interpretação – há uma injunção à interpretação, estamos sempre significando, atribuindo sentido a tudo ao nosso entorno e a nós mesmos –, no qual o autor se insere com seu gesto, e o constitui enquanto tal, é marcado pela relação do sujeito com a memória discursiva, o interdiscurso: conjugado de formulações ditas e já-esquecidas de enunciações distintas e dispersas que intervêm em nosso dizer para ele faça sentido (ORLANDI, 2012a). Enquanto sujeitos do discurso, recortamos de formas distintas e desiguais o interdiscurso, produzindo diferentes gestos de interpretação.

Dentre as funções do sujeito (locutor, enunciador, autor[3]), a função-autor produz um efeito imaginário de unidade, de textualidade, do qual decorrem os efeitos de coerência, de não contradição, de progressão e de fim de um texto (ORLANDI, 2012a, 2012b). O texto aqui deve ser compreendido enquanto uma peça de linguagem, como a materialidade (verbal ou não) que o analista de discurso tem a sua frente para chegar ao discurso. É nele que podemos observar: o entrecruzamento de

[3] O locutor e o enunciador são funções enunciativas do sujeito, definidas como aquele que se representa como “eu” no discurso, e a perspectiva que esse “eu” constrói, respectivamente. Ao lado destas, a autoria é uma função discursiva do sujeito. O autor é aquele que se coloca (imaginariamente) na origem do dizer, respondendo por aquilo que diz ou escreve.

diferentes posições-sujeito; como o sujeito se significa, textualiza-se; o jogo entre posicionamentos ideológicos distintos perpassados no dizer de um mesmo sujeito. Tudo isso atesta a heterogeneidade constitutiva do texto, do discurso, e também dos sentidos e dos sujeitos, sempre divididos.

Sendo assim, com a assunção da autoria, o sujeito (no caso, o gramático) coloca-se, imaginariamente, na origem do sentido, responsabilizando-se pela produção do texto que produz. Em momentos distintos, ao organizar as discursividades que o afetam, o gramático produz gestos de autoria – lugar de intepretação – e, a partir da posição-sujeito que se identifica, significa a gramática, a língua e os seus sujeitos falantes, significando também a si mesmo.

Aos postulados acima arrolados, articulamos os trabalhos circunscritos à área de História das Ideias Linguísticas, para a qual há uma articulação constitutiva entre a história da língua e a história de seu conhecimento linguístico, visto que as formas da produção desse conhecimento permitem-nos compreender o direcionamento da produção de efeitos de sentido *dos* e *sobre* os instrumentos linguísticos e políticas linguísticas desenvolvidos em nosso país. Nas palavras de Orlandi (2013):

> Pensando pois a gramática como objeto histórico, como artefato pedagógico, podemos nos questionar sobre o modo como ela inscreve o sujeito na vida social, em relações pelas quais ele se identifica com 'seu' grupo social, como sujeito de um Estado, de um país, de uma nação (ORLANDI, 2013, p. 18).

A história das ideias linguísticas é, dessa forma, sujeita a equívocos, lugar de (re)leituras, de divisões, de filiação a diferentes vieses teóricos e filosóficos. Tudo isso incide na constituição da língua e de seu saber linguístico; do sujeito e da própria nação. Quais as formas de conhecimentos são centrais e quais são postas à margem no processo de gramatização? Como as formas de conhecimento que edificam determinadas ideias sobre a língua, os brasileiros e do Brasil se constituem? Questões como essas se abrem no momento em que pensamos a articulação da língua, da gramática, do sujeito e do Estado. Aqui, ocupamo-nos com os gestos de autoria de Silveira Bueno, materializados em sua única gramática. Comecemos, pois, situando o gramático no processo de gramatização do português brasileiro.

2. Frei Francisco da Simplicidade, o catedrático da USP: quem foi Silveira Bueno?

Como afirmado anteriormente, não nos interessa os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, profissão) do sujeito, e sim as suas posições-sujeito assumidas no discurso. Porém, por ser um trabalho que alinhava Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas e tratarmos de um gramático que ocupou diversos lugares sociais e, por isso mesmo, possivelmente diferentes posições discursivas, damo-nos a liberdade de escrever algumas linhas sobre o ser empírico que foi Silveira Bueno.

O paulista Francisco da Silveira Bueno exerceu atividades de professor de Latim, Português, História, Literatura Portuguesa e Califasia (modos de expressar as palavras de forma expressiva ou elegante), de filólogo, de lexicógrafo, de ensaísta, de tradutor, de poeta e de jornalista. Em 1940, ele passa a ministrar o curso de Filologia Portuguesa e Clássica (Grego e Latim) na Universidade de São Paulo[4] (USP), até então ministrado pelo português Francisco Rebelo Gonçalves, da Universidade de Lisboa, e pelo brasileiro Othoniel Motta. Anos depois, conforme Orlandi (2013), Bueno instala na USP o curso de Filologia e Língua Portuguesa, cujo objetivo é o de “sair dos velhos domínios das gramáticas”.

Bueno é conhecido também por ter sido um importante e polêmico filólogo. Ao discorrer sobre dialetação do latim, por exemplo, ele mostra que os romanos não provinham dos mesmos lugares da Itália e, assim, traziam consigo dialetos latinos que eram próprios dos seus grupos, como o úmbrio, osco etc. Instalados na província, eles desenvolviam os seus dialetos, fundindo-se com o falar provinciano. E dispara: “Nem todos aceitam esta opinião, pois, se há pessoas mais inclinadas a não aceitar opinião dos outros é a raça dos linguistas [...]” (BUENO, 1967, p. 36).

Dentre as suas publicações de cunho acadêmico e pedagógico, destacamos os textos *A Formação histórica da língua portuguesa*, 1955; *Estudos de filologia portuguesa*, 1963; *Manual de califasia, califonia, calirritmia* e arte de dizer, 1966; e a *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*, 1944, que é o objeto deste

[4] É importante pontuar que a Universidade de São Paulo é fundada no ano de 1934.

estudo. Na literatura, usando o pseudônimo de Frei Francisco da Simplicidade, Bueno escreve *Cartas de muito amor*, 1934; e *Cartas esquecidas*, 1951. Afora os textos jornalísticos que escreveu como redator e colaborador de diversos jornais.

Do ponto de vista discursivo, podemos tirar proveito dessas informações do seguinte modo: o discurso é determinado pelas suas condições de produção, que incluem o sujeito, a situação (imediata; contexto sócio-histórico e ideológico), e a memória discursiva. Observando as condições de produção do discurso de Silveira Bueno, sabemos que aquele momento histórico é marcado pela dominância dos estudos filológicos nos cursos de nível superior, os quais entram em relações tensas e contraditórias com os trabalhos que se sustentam na tradição gramatical, por um lado, e com os estudos de Linguística (Estruturalismo), que mais tarde ocuparão o terreno da Filologia, principalmente a partir dos anos de 1960, quando passa a ser uma disciplina obrigatória nos currículos dos curso de Letras de todo o Brasil, por determinação do Conselho Federal de Educação.

Sendo assim, levantamos como hipótese que Silveira Bueno se identifica a diferentes formações discursivas, assume diferentes posições-sujeito, ao buscar organizar as discursividades que o tomam e o constituem enquanto autor/gramático. E esse trabalho é marcado por tensões e contradições, as quais afetam o funcionamento dos sentidos e do próprio sujeito, que ao significar a língua, a gramática, a Filologia etc., significa a si mesmo, como mostraremos na seção subsequente.

3. Gramática, Filologia, Linguística: as primeiras con(tra)dições constitutivas do sujeito e dos sentidos

Em seu trabalho *sobre* e *com* a língua portuguesa, Silveira Bueno transitou por diversos lugares sociais (professor, gramático, filólogo, linguista), fato que nos oferece, ao pensarmos a projeção desses lugares no discurso, um ponto de escuta para compreender como ele significa a língua, seu saber, e papel da gramática no ensino de língua materna no Brasil. Desse modo, a questão que norteia esta seção é

a seguinte: ao tratar da Gramática, da Linguística e da Filologia, como o gramático organiza essas discursividades?

Em *Estudos de filologia portuguesa* (1967), Bueno distingue a Filologia da Gramática e da Linguística. Para ele, o trabalho do gramático consiste em ensinar as regras comuns da expressão oral e escrita de uma língua. Na esteira do pensamento de August Schleicher, linguista alemão que se dedicou ao estudo comparativo das línguas indo-europeias, Bueno afirma que cabe à Linguística estudar a língua em si mesma e por si mesma, enquanto a Filologia trata a língua apenas como um instrumento, um meio que se serve o estudioso para compreender e interpretar os documentos onde estão contidos os dados de uma determinada civilização. Em suas palavras,

> A filologia não estuda, portanto, a língua em si mesma, tratando de conhecer-lhe todas as regras para bem falar ou escrever, nem tampouco vai pesquisar-lhe a origem, acompanhando-lhe a evolução através de todas as suas fases históricas, mas, unicamente como instrumento que serviu de expressão ao pensamento, às emoções artísticas de um povo, em tal e tal época, pensamentos e emoções que nos deixaram em seus documentos literários (BUENO, 1967, p. 7).

É objetivo do filólogo obter, através de documentos literários, o conhecimento do estado de civilização de um povo, em determinada época de sua história. A Linguística à qual se refere o autor é a trabalhada, sobretudo no século XIX, conhecida como histórico-comparada. Não é o viés estruturalista.

Como é possível observar, cada vertente acima descrita toma a língua de uma determinada maneira. Significa-a de diferentes modos: conjugado de normas e regras de uma língua; um sistema que deve ser tomado em si mesmo e descrito; um instrumento para compreender e interpretar documentos escritos. A tomada de uma ou de outra dessas posições incide no modo como *a língua* é trabalhada no ensino (Quais aspectos devem ser trabalhados na escola, as regras ou a descrição linguística? Qual a concepção de língua que deve comparecer nos compêndios gramaticais escolares? Qual a importância dos textos canônicos? Qual a relação entre unidade e diversidade linguísticas? Essa relação deve ser tratada nas salas de aula? Etc.).

Se o trabalho com somente uma única perspectiva nos oferece diversas questões e problemáticas, a conciliação (se é que é possível) dos três vieses faz com as questões se multipliquem. É isto, o enlace entre essas três perspectivas de estudos da linguagem, que Bueno busca em sua *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. E isso, como veremos abaixo, se faz com a tomada de posicionamentos contraditórios, assentada principalmente em uma divisão material do texto, com vistas a separar o que é oriundo da tradição gramatical do que vem se pensando e questionando, na época, no âmbito dos estudos linguísticos e filológicos. De um lado, a *práticasuturas*; do outro, a *abertura de cicatrizes*. Como o sujeito e os sentidos se constituem nessas con(tra)dições?

4. *Gramática normativa da língua portuguesa*: suturas, cicatrizes...

A *gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*, como dito anteriormente, foi publicada no ano de 1944. Historicamente, ela emerge em um cenário marcado, por um lado, pela chegada das teorias da Linguística Estruturalista. Joaquim Mattoso Câmara Jr., considerado um dos maiores linguistas do Brasil e grande representante e precursor do Estruturalismo no Brasil, publica em 1942 o texto *Princípios de linguística geral*. Por outro, nas escolas brasileiras, o ensino de língua portuguesa pauta-se na gramática tradicional, sendo a *Gramática expositiva* (1907) de Eduardo Carlos Pereira adotada em larga escala. Além disso, a década de quarenta é marcada por uma forte presença de estudos filológicos nas universidades brasileiras recém-inauguradas, e de estudos com base na Linguística Histórico-Comparada. O domínio dos estudos sobre a língua(gem) mostra-se, desse modo, heterogêneo e complexo.

A gramática de Silveira Bueno adentra nessas redes de sentido ao buscar uma forma de alinhavar a tradição normativa e os avanços dos estudos linguísticos em um compêndio gramatical. Sendo assim, o autor deixa claro que sua gramática vai de encontro aos pressupostos da gramática filosófica e, consequentemente, da análise lógica, que, para ele, era o maior problema no ensino de língua.

A *Gramática filosófica da língua portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em 1822, é uma das maiores representantes desse viés de estudos

gramaticais. Filiada à tradição aberta pelos gramáticos de Port-Royal, no século XVII, a gramática filosófica considera a língua como expressão do pensamento, defendendo a seguinte assertiva: se os pensamentos são governados pelas mesmas leis em todos os seres humanos, as línguas sejam elas quaisquer refletem tais leis. Logo, seria possível construir uma gramática geral, comum a todas as línguas. Não caberia à gramática, nesse sentido, registrar somente as regras e normas dos "bons usos", mas mostrar os fundamentos racionais delas. O ensino de língua deveria compreender, então, as razões das práticas dos "bons usos". O ensino dos princípios gerais linguísticos comuns a todas as línguas facilitaria tanto o aprendizado da língua materna como o de línguas estrangeiras.

No Brasil, a gramática filosófica encontra um terreno fértil: a instituição escolar. Foram mais de 100 as edições da *Gramática expositiva* (curso superior e curso elementar) de Eduardo Carlos Pereira, durante a primeira metade do século XX.

Para compreender o posicionamento de Bueno frente a questão da língua, da gramática e de seu ensino, mostraremos como essa tomada de posições está diretamente relacionada a outras, às quais o gramático busca ora distanciar-se, ora aproximar-se, ou ainda alinhavá-las. Como dissemos acima, o texto e o discurso estão sempre em relação a outros textos e discursos, anteriores e posteriores, realizados, possíveis e imagináveis.

Em sua *Gramática Expositiva: curso superior* (1907), Pereira afirma que sua gramática se justifica pelas "incertezas das teorias", que se abrem, conforme o autor, depois que Júlio Ribeiro imprimiu novos rumos aos estudos gramaticais, rompendo com velhos moldes e estabelecendo um "largo conflito entre a escola tradicional e a nova corrente", fazendo com que "o professor de português sinta necessidade de abrir caminho próprio" (PEREIRA, 1953, p. 9). É esse "conflito" que Pereira busca trabalhar em sua gramática. Aqui já se observa o embate entre dois posicionamentos, o científico e o filosófico, ambos comparecem na gramática de Silveira Bueno, mas significados de uma forma diferente. Vejamos, primeiro, o que nos diz Pereira, em seguida, Bueno, o qual já retoma inclusive o dizer e fazer gramatical de Pereira:

> (1) Em primeiro lugar, procuramos a resultante das duas correntes – da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na

expressão do pensamento. Há verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas (PEREIRA, 1953[5], p. 9).

(2) Esta é uma das razões por que a "Gramática Expositiva' de Eduardo Carlos Pereira conseguiu totalizar as preferências do Brasil: apesar de aparecer em 1907, representava uma volta aos lugares-comuns do ensino ginasial. Desviava-se da estrada recém aberta por Maximino Maciel para regressar aos batidos caminhos de Freire da Silva, do Padre Massa e de outros que ainda defendiam a gramática filosófica e da lógica na linguagem. A rotina encantou com a terminologia difícil e superabundante do mestre paulista, mas, sobretudo, se deliciou com a vasta e pormenorizadíssima atenção dedicada à análise lógica (BUENO, 1963, p. XIII).

Enquanto Pereira não vê com bons olhos os rumos científicos dos estudos gramaticais abertos por Júlio Ribeiro, mas busca, segundo ele, uma articulação do moderno com o tradicional, Bueno, em direção oposta, critica o retorno de Pereira à gramática filosófica, da qual Júlio Ribeiro distancia-se, promovendo um corte epistemológico na produção do saber linguístico do português brasileiro. As discursividades da tradição e da cientificidade são, portanto, significadas de modos distintos, o que atesta a identificação de ambos os sujeitos a diferentes formações discursivas. E essas diferenças não se encerram aí.

Sobre a definição do que é a *gramática* e sua função, Pereira, em sua *Gramática expositiva: curso elementar* (1907), define a *gramática portuguesa* como "o estudo das regras para se falar e escrever corretamente a língua portuguesa" (PEREIRA, p. 1, 1943). A *língua portuguesa*, por sua vez, é significada como "o conjunto sistemático das palavras de que se servem o povo português e o povo brasileiro para comunicarem suas ideias e pensamento (PEREIRA, p. 1, 1943). Em sua *Gramática expositiva: curso superior*, o referido autor assim distingue os tipos de gramática: *gramática geral*: o estudo comparado de um grupo de línguas congêneres; *gramática particular*: estudos dos "fatos de uma língua particular, quer encarados em seu estado atual, quer em suas transformações históricas" (PEREIRA, p. 19, 1943); *gramática histórica*: o estudo (histórico-comparativo) das transformações de uma

[5]Como já tivemos oportunidade de afirmar, não utilizamos a primeira edição das gramáticas aqui trabalhadas. Os textos analisados, de cunho introdutório ou prefacial, são assinados na data de publicação da primeira edição, mas fazemos referência à data da edição em uso.

língua, no tempo e no espaço; *gramática expositiva* (descritiva, ou prática) é aquela que "expõe e descreve metodicamente os fatos atuais de uma língua determinada" (PEREIRA, p. 20, 1943); e a *gramática expositiva portuguesa*: a "exposição das regras relativas ao uso correto da língua portuguesa" (PEREIRA, p. 20, 1943).

Silveira Bueno, por sua vez, conceitua a gramática como:

> (3) Gramática é, pois, a ciência que codifica e sistematiza as regras do idioma, baseando-se na observação dos fatos da linguagem viva do país (BUENO, 1963, p. 16).

Aqui, mais uma vez, é possível observar a textualização de diferentes modos de significar a língua, a gramática, e sua função. Enquanto um afirma que a gramática visa a descrever os "fatos atuais" de forma metódica, com o objetivo de definir os usos corretos de uma língua, o outro argumenta que a gramática busca sistematizar as regras do idioma a partir da linguagem viva. Parece-nos, então, que o primeiro tem uma postura mais impositiva, normativa, enquanto o segundo, descritivista. No entanto, como veremos mais adiante, o paradigma do certo *versus* errado comparece de modo consistente nas páginas da gramática de Bueno, que diz empenhar-se, repetimos: "na observação dos fatos da linguagem viva do país". Além das tensões e contradições entre sujeitos, o próprio sujeito é dividido, constitutivamente contraditório, como defende a Análise de Discurso.

Outro ponto em que aflora uma tensão entre ambos os autores, ou melhor, entre as posições-sujeito assumidas frente a questão da língua, diz respeito ao ensino de língua materna. Para Pereira, naquela conjuntura em que ele estava inserido, primeira metade do século XX, o ensino de língua nacional estava sendo prejudicado pela confusão entre ambas as correntes, ou seja, não se devia "baralhar o estudo da gramática histórica com o estudo da gramática expositiva" (PEREIRA, 1953, p. 10). Mesmo levando em consideração os aspectos históricos da língua, o autor afirma que "daí não se segue, porém, que o estudo da gramática histórica deva anteceder ou mesmo acompanhar o estudo da gramática expositiva" (PEREIRA, 1953, p. 9). E arremata:

> (4) A gramática histórica entressachada na gramática expositiva traz, como natural resultado, a interrupção na exposição didática, o

> desânimo e a confusão no espírito de alunos, que não têm ainda o indispensável conhecimento prévio do latim (que só começa no 3.º ano dos ginásios), para poderem compreender as leis glóticas rudimentares da evolução histórica do português (PEREIRA, 1953, p. 10).

Silveira Bueno, por seu turno, afirma que a problemática que circunda o ensino de língua é o "excesso da análise lógica":

> (5) Caro leitor, aqui está o ponto nevrálgico do ensino brasileiro; o excesso da análise lógica. Entre nós, quem sabe analisar um longo período, é preparado, é inteligente, é colossal! E se for capaz de arrumar as orações todas e seus complementos, direitinho, em diagrama, será mais que inteligente, mais que colossal, será gênio (BUENO, 1963, p. XIII).

Nos enunciados (4) e (5), é possível observar mais uma vez o embate entre as discursividades da cientificidade e da tradição, as quais são significadas de maneiras diferentes, como mostramos na análise dos enunciados (1) e (2). Como forma de organizar essas discursividades, os autores, com o intuito de, ao mesmo tempo, *retomar* a tradição e *estar* no moderno, utilizam *Notas* e, no caso de Pereira, algumas *Observações*.

> (6) [...] consignamos, nas *Notas* e *Observações*, rápidas explanações históricas sobre a regra expendida no texto (PEREIRA, 1953, p. 10, grifo do autor).

> (7) Queremos ser dos nossos dias, mas, dando, atenção ao passado, colocamos nos parágrafos a doutrina assente e aceite pela maioria, vindo logo, imediatamente abaixo, a *nota* explicativa em que, muito frequentemente, já divergimos do assunto, comprovando o nosso asserto com razões e exemplos de valor. Quem quiser permanecer no passado, ficará com a doutrina do parágrafo; quem quiser pertencer ao momento, antecipando conclusões que, certamente, hão de vir, no acompanhará na explicação das notas. Tudo está documentado e discutido. Procuramos exemplos clássicos e modernos. Citamos autores portugueses e brasileiros, e, quando o assunto transcende os limites propostos pela obra, apelamos para autores superiores, facilmente compulsáveis (BUENO, 1963, p. XV, grifo do autor).

Essa divisão material do texto, que é por natureza heterogêneo, atesta o jogo entre diferentes formações discursivas e, assim, de diferentes posicionamentos ideológicos. Os autores, ao seu modo, colocam-se dentro das discussões postas em

jogo pela Filologia e pela Linguística, sem abandonar os velhos moldes de fazer uma gramática. A título de exemplo, ao tratar dos casos facultativos do artigo indefinido, Bueno argumenta em uma *nota* que:

> (8) NOTA – Era geral a omissão do artigo antes de nomes geográficos entre os clássicos. Modernamente a maneira mais comum é colocá-lo diante de tais nomes. Assim mesmo notamos que alguns levam sempre o artigo. O Brasil, a Itália, o Rio de Janeiro. Outros, porém, sistematicamente, não aceitam o artigo: Portugal, Lisboa, São Paulo, etc. Não há regra para este uso e só a observação diária de cada um poderá remediar a dificuldade (BUENO, 1963, p. 104).

Diversas são as notas que funcionam como o lugar do *novo*, do *atual*, do *moderno*, do *científico*. Porém, é importante pontuar que, mesmo afirmando que tratará da linguagem em seu uso corrente, aos "fatos de hoje, explicando-lhes a evolução, aparando as demasias dos que querem correr demais e dos que se esforçam por voltar às eras anteriores ao descobrimento do país" (BUENO, 1963), p. XV), o autor toma como parâmetro de "linguagem correta" o português falado de Portugal. Ou seja, em diversas notas de pé de página, o autor justifica alguns casos do português do Brasil como "certos" ou "errados" a partir do que é aceito ou não no português europeu. Abaixo, vejamos dois casos que dizem respeito à "pronúncia normal" do português no Brasil:

> (9) Em nosso Manual de Califasia, reformamos esta opinião antiga: o avultado número de nortistas no Rio de Janeiro contaminou a pronúncia carioca, pegando-lhe os defeitos da fala do norte do Brasil. Não pode, portanto, servir de padrão ao país. A pronúncia de Florianópolis, por ser a de uma ilha, com menos influências externas, é a que mais se aproxima do modelo português (BUENO, 1963, p. 33).

> (10) António, fóme, cóme, timbre aberto, pronúncia corrente em São Paulo está conforme ao uso de Portugal, não sendo, portanto, errada. (BUENO, 1963, p. 45).

Afirma-se, desse modo, uma unidade linguística Brasil-Portugal, na qual o parâmetro de normalidade é o português de Portugal. Pontuamos também que ele trata da pronúncia normal do português *no* Brasil, e não do português *do* Brasil.

Filiando-nos à perspectiva da História das Ideias Linguísticas, ao observar que a constituição da língua se dá ao mesmo em que seu saber se constitui, consideramos que o português aqui falado e escrito não é o mesmo de Portugal. Falamos a mesma língua, mas de modos distintos, pois a historicização da língua portuguesa no território brasileiro ocorreu em novas condições espaço-temporais. Ao reportar-se apenas ao português de Portugal como preceito para o que é "certo" ou "errado", apagamos a historicidade da língua, que se constituiu por muitas bocas, muitos sotaques, muitas outras línguas (indígenas, africanas, de outras partes da Europa...).

Breve arremate

No presente trabalho, buscamos compreender como o gramático Silveira Bueno, ao tomar para si o gesto de autoria de uma gramática, significa a língua, a própria a gramática, e o seu ensino nas aulas de língua portuguesa. Para isso, percorremos os meandros do seu dizer na *Gramática normativa da língua portuguesa*, que emerge num cenário marcado pela tensão entre diversos vieses teóricos-metodológicos de estudo da língua(gem).

De nossas análises acima empreendidas, destacamos que o gramático, ao assumir a função-autor, colocando-se na origem daquilo que diz, organiza as discursividades contraditórias da Gramática Tradicional e dos estudos linguísticos de cunho científico, aqui representados ora pela Filologia (ciência que estuda o "estado de civilização" de um determinado povo, através de documentos escritos), ora pela Linguística (ciência que visa o estudo imanente da língua, buscando compreender sua "evolução histórica"), apoiando-se em uma divisão material do texto, seja ela: trazer nos parágrafos descritivos "a doutrina assente e aceite pela maioria" e, em notas explicativas, aquilo que, "muito frequentemente, já divergimos do assunto, comprovando nosso asserto com razões e exemplos de valor". Sendo assim, entendemos as notas explicativas como o lugar material onde o autor, com seu gesto de interpretação, pode promover alguns deslizes em relação ao que é dominante (no caso, a tradição gramatical), caracterizando-o em sua especificidade.

Nelas, desloca-se a posição-sujeito gramático tradicional para a posição-sujeito gramático cientista, posição inaugurada por Júlio Ribeiro. Em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*, Bueno busca uma articulação do trabalho do gramático, do filólogo e do linguista. Ao filiarmos à Análise de discurso, observarmos que o texto faz parte de um processo discursivo mais amplo, e as notas, ao mesmo tempo em que evidenciam a incompletude constitutiva do texto, ao qual podemos acrescentar enunciados indefinidamente, buscam estabelecer-lhe uma perspectiva de leitura, afastando-o dos "lugares comuns" que permeavam o "ensino lógico" da língua portuguesa. Por fim, do mesmo modo como abrimos o texto, concluímos com as palavras de Silveira Bueno (1963, p. 16):

> A gramática, embora seja ciência de caráter conservador, baseando-se, porém, na observação dos fatos da linguagem, não pode permanecer estacionária, não pode imobilizar-se, mas, ao contrário, deve transformar-se, deve acompanhar as modificações da língua, como consequência exata desse organismo vivo e em perenes transformações.

Referências

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. E. P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BUENO, F. S. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

BUENO, F. S. (1944). *Gramática normativa da língua portuguesa*: curso superior. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

BUENO, F. S*. Estudos de filologia portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

ORLANDI, E. P. (1990). *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação*: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, E. C. (1907). *Gramática expositiva*: curso elementar. 97. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PEREIRA, E. C. (1907). *Gramática expositiva*: curso superior. 88. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS DA NEGAÇÃO: EFEITOS DE SENTIDO DOS MODOS DE DIZER

Carolina P. Fedatto
Universidade do Vale do Sapucaí

Introdução

O tema da negação é múltiplo e polissêmico, podendo ser estudado por diversas abordagens teóricas no interior das Ciências da Linguagem. Para tratar desses diferentes enfoques, proponho uma entrada no assunto por meio de sua heterogeneidade. André Green (2010), psicanalista francês, no livro *O trabalho do negativo*, afirma que a polissemia conceitual e material da ideia de negação não pode ser encarada simplesmente como uma justaposição de sentidos diferentes, ela deve ser compreendida como um *conjunto articulado* de relações que muitas vezes se estabelece de maneira tensa.

Considerando, então, essas tensões na significação da negação que foram apontadas por Green (2010, p. 31 e 32), mas pensando-as do ponto de vista da enunciação, distinguiremos, como em outros trabalhos (FEDATTO, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b), alguns sentidos que se constituem nessa *tensão articulada* sempre que o negativo entra em cena na enunciação: 1. a negação como *oposição* que instaura um antagonismo entre dizeres contrários que lutam para resistir ou aniquilar o outro; 2. o negativo como sendo o *inverso* simétrico e intercambiável de um positivo; 3. o 'não' como *ausência*, como algo que se faz potencialmente presente ou comparece pela falta e, finalmente, 4. o negativo como sendo o *nada*, aquilo que nunca chegou a se atualizar no dizer.

Esses diferentes efeitos de sentidos da negação, muitas vezes tomados como excludentes por disciplinas que se especializam em apenas um deles, serão aqui trabalhados a fim de buscarmos compreender o funcionamento da negação no acontecimento da enunciação. Focalizando, então, a importância do dizer na construção do acontecimento, analisaremos um trecho da entrevista de Almino

Affonso, Ministro do Trabalho no governo João Goulart, ao Programa Roda Viva em 31 de março de 2014, aniversário de 50 anos do Golpe de 1964. A escolha desse material se deve ao fato de ele concentrar, numa mesma cena enunciativa – a da entrevista ao Roda Viva – ao menos duas camadas de acontecimentos de dizer: o que se diz que aconteceu em 31 de março de 1964, com base na memória dos fatos vividos e o que se diz, em 31 de março de 2014, dessa memória do que aconteceu em 31 de março de 1964. Veremos que o modo de dizer negativo, na abrangência enunciativa em que o estamos considerando, tem um papel importante na distribuição das perspectivas de agregação entre dito e não-dito e na projeção ou interrupção de acontecimentos a partir do dizer. Nossa análise se centrará em descrever enunciativamente como o dizer negativo produz e projeta acontecimentos, isto é, o que ele afirma quando nega e quais as condições de presença de afirmações nas negações.

1 Compreender enunciativamente a negação

Por enunciação entendemos o estudo das formas linguísticas pelo viés da historicidade da significação. Segundo Dias, o sentido do dizer acontece na relação entre "uma memória das discursividades que a enunciação evoca e a atualidade em que se situa a pertinência do enunciado" (DIAS, 2015, p. 100).

De modo mais específico, neste estudo, buscaremos refletir sobre o que Dias (2015) denomina de *perspectivas de agregação* entre o dizer e o dito, que podem se dar de diversos modos, como: afirmação, dúvida, ordem, negação. Uma tentativa de compreender esses modos de agregação em uma perspectiva enunciativa passa pela consideração de que é "*o próprio dizer* [não o objeto do dizer] que conduz a relação do predicado com aquilo que se enunciou como sujeito" (DIAS, 2015, p. 106, grifos nossos).

Afastando-se de concepções ancoradas na relação entre linguagem e mundo – que se basearíam, portanto, numa busca por algo que está fora da linguagem e que seria uma espécie de origem, motivação ou razão da comunicação ou do sentido –, uma compreensão enunciativa da agregação via modo negativo considera que aquilo

que tradicionalmente se analisa como exterior à *língua em uso* é parte constitutiva de seu funcionamento. Uma perspectiva enunciativa de descrição do modo negativo considera também que não há uma matriz semântica prévia na constituição da unidade sentencial, isto é, nem pensamento, nem mundo, nem sujeito (locutor, falante) são primeiros na enunciação, o que constitui o sentido é a relação – da qual o sujeito faz parte – entre uma memória e uma atualidade.

Enunciativamente, então, a base da construção de modos de agregação (afirmação, negação, ordem, dúvida) é uma "inquietude enunciativa", como formula Dias (2015), inquietude que adquire *pertinência* no dizer, isto é, em recortes da memória de significação relacionados à demanda por *referenciais* pela própria enunciação.

Considerando que o referencial é "o campo de emergência dos objetos de dizer" (DIAS, 2015, p. 120), podemos nos perguntar pelo jogo de referenciais que apontam para um modo negativo na construção de sentenças e acontecimentos. Como se dá esse jogo? Como ele instala um modo de dizer? E como esse modo de dizer significa nas diversas cenas enunciativas, construindo e projeto acontecimentos?

Possíveis modos de responder essas questões serão discutidos levando-se em conta que os lugares sintáticos são qualificados e sempre afetados pela *anterioridade da predicação* (DIAS, 2015, p. 123). Dessa forma, o modo negativo contribui para diferenciar o papel dos lugares de sujeito e objeto na sentença, já que a negação afeta o lugar de objeto, nunca o de sujeito, a não ser depois de constituída uma predicação em que uma discursividade sobre o sujeito ou sua existência possa ser negada (DIAS, 2015, p. 128). Se a predicação liga o enunciado à língua pela pertinência do dizer num campo de enunciação, o lugar de sujeito pode ser entendido como "um lugar de diferença, de busca de arranjo, que reclama se situar, se sustentar na predicação" (DIAS, 2015, p. 133). Um lugar ético, de tomada de posição, de existência ou de responsabilização pelo dizer.

Partindo da diferenciação entre *dictum* (que se refere à estrutura semântica da enunciação) e *modus* (que é reação do enunciador frente ao dito), proposta por Bally (1965), observamos que a negação é um modo de enunciação que carrega tomadas de posição na própria constituição do enunciado. A ideia, também presente em Bally,

de que a enunciação é uma *reação* do enunciador a uma representação encaminha uma discussão a respeito do caráter político de todo dizer, incluindo aí o *modo* pelo qual ele se constrói. A predicação construída pela negação traz a memória de outros *modos* de enunciação, como a afirmação, a dúvida, a ordem, e por aí também faz figurar os *ditos* enunciados nesses outros modos. Isto é: em toda negação algo é afirmado, compreensão já presente no célebre artigo de Freud (1925) sobre o tema e retomada por Ducrot (1981). Nossas análises buscarão, assim, descrever as condições de emergência daquilo que fica significado como negativo e do que aparece como positivo a partir do que é negado.

Uma análise enunciativa da negação deve considerar, então, essa rede de imbricações buscando compreender o sentido do enunciado pela história de relações estabelecidas entre ditos e modos de dizer: são elas de presença ou de ausência, de sustentação ou de recusa, de continuidade ou de rompimento?

Propomos, assim, que o modo de dizer negativo funciona em diferentes perspectivas de agregação, como por exemplo, a *oposição* (produzindo sentidos de disputa, polêmica, recusa e incompreensão), a *inversão* (tendo como efeitos pacifismo, consenso, indiferença, apatia), a *ausência* de dizeres, o não-dito (funcionando como censura, esquecimento, impossibilidade de dizer) e o *nada* (a negação definitiva e absoluta, uma forma de considerar os efeitos do impossível, do real da língua (equívoco) e da história (contradição), nos modos de enunciação) (FEDATTO, 2014a, 2014b, 2015a).

A análise dessas diferentes perspectivas de agregação do modo negativo considera as tensões estabelecidas com outros modos de enunciação (afirmação, ordem, dúvida) e com a historicidade e a emergência de outros objetos de dizer pelo trabalho do acontecimento ali projetado.

2 Perspectivas de agregação da negação: uma proposta de análise

Após essa introdução teórico-metodológica, apresentamos o texto selecionado para análise:

AA – Bom, primeiro lugar, ele [Presidente João Goulart] sai do Rio, porque o general Ancora tinha assumido até o Ministério da Guerra, porque o Jair tinha ficado lá com, operando etc. [tava no hospital] [...], e vai ao presidente e diz que **ele não se sente em condições de dar garantia ao presidente ali**. **O Mourão não tinha chegado ainda**, mas ele diz isto. E o presidente se retira por conta do comandante do **primeiro exército, se não era o primeiro, primeiro era o terceiro**, mas o segundo grande exército era o do estado do Rio de Janeiro. Se ele diz isso ao presidente, havia uma lógica a que o presidente teve de se curvar. [...] **Fica também a ideia de que não houve nenhuma tentativa de ação**. **É falso também**. **De imediato, quando se toma conhecimento... De imediato não, porque levamos, é lamentável isto, levamos, desde a hora que o Mourão começa sua marcha até a hora que ele entra no Rio, o presidente só toma conhecimento real às 6h da tarde do dia 31, às seis da tarde do dia 31**. Ao meio-dia do dia 31, eu fui à Câmara, por uma coisa qualquer, e um burburinho absoluto. O quê? A marcha do General Mourão. **Mas como? Não sabemos.**

Eliane Cantanhede – Mas como? Por que que não sabiam? O que que faltou, faltou aliados, faltou gente leal?

AA – Se você me permitir, Eliane, **eu vou dar-lhe não uma resposta, mas o meu espanto igual ao seu**. **Não o de hoje, o daquele momento** e que eu digo já. Vou à Câmara, entro numa daquelas duas (...) e ouço: "é o General Mourão que está marchando". Divididos os grupos, um que dizia: "começou a revolução; outros diziam: começou o golpe". Esse foi o debate. Saio dali, vou à casa do senador Arthur Virgílio, líder do governo no senado. "Arthur, o que há? Você...?" **O Arthur não sabia nada, absolutamente nada**. Decidiu ele, e eu concordei, telefonarmos ao presidente, que estava em Brasíli, em, no Rio. Telefone-lhe e transmite o que eu acabei de dizer, que eu ouvi no go..., na na Câmara. O presidente reage, e eu ouvi pela extensão, da maneira mais forte**: "isto são mentiras da oposição para tumultuar este país" etc. numa linha de, de repulsa**. Passava pelo gabinete nas proximidades, naquela hora, o general Assis Brasil. Ele o chama. "General, o que há sobre a hipótese desta subversão que eu acabo de ser informado pelo Arthur?" "**Nada, presidente, é um movimento de rotina, habitual, habitual no exército**." O presidente insiste: "**Nada, general?" "Absolutamente nada**." Isso que eu tô dizendo a vocês, eu ouvi tudo na extensão telefônica. Ele volta ao telefone e diz ao senador: "Senador, tu ouviste? Pois é, são dessas malandragens da oposição que cria tumulto na vida nacional." O senador pergunta: "Posso dizer isso na reunião do senado hoje, dado que será

> inevitável que eu seja, tenha que falar?" "**Podes não, deves**." Muito bem. Saímos, fui almoçar, [interrupção, pedido de resumo].
> Volto ao sena..., à, à câmara, o tumulto é maior ainda. Eu digo na roda o que acabo de ouvir do presidente. Aí um deles, o deputado Murilo Filho, Murilo Júnior, enfim, Carlos Murilo, que era por sinal sobrinho do presidente Juscelino, ele me disse: "Almino, **se o presidente diz isto como uma forma de criar um clima de, sei lá, expectativas, tá enganado, isso não serve pra nada, é real que o golpe começou**, Belo Horizonte está em pé de guerra, o general, o comandante, o governador Magalhães Pinto já assumiu o comando civil da chamada revolução. O general fulano de tal – **que eu nunca consigo lembrar o nome**, acho que é pressão psicológica [general Guedes] – já assumiu o comando militar, portanto isso é real." Pois bem, apesar disso, e eu digo isso no meu livro ouviu, Eliane, pois apesar disso, o presidente só saberá a realidade às 6h da tarde, quando o ministro da justiça, Abelardo Jurema, interrompe uma reunião, com inclusive um general Períbio Viloca que **tinha tentado lá certo acordo que nunca ficou muito claro pra mim**, ele dá um bilhete dizendo "o general Mourão está nas proximidades do Rio" etc. Seis da tarde. Eu termino isto, meu prezado Augusto, dizendo da seguinte forma: **eu não acuso, não tenho direito de acusar o general Assis Brasil de uma omissão concessiva, não tenho o direito, mas tenho de dizer que foi de uma incompetência alvitre**.
> Augusto Nunes – Perfeito.
> (RODA VIVA, 31/03/2014, transcrição nossa)

Nesse recorte de entrevista, iremos nos concentrar em analisar a emergência de negações no dizer de Almino Affonso, o então Ministro do Trabalho no momento em que se construíam enunciações sobre o acontecimento de 31 de março de 1964. A questão que a cena enunciativa acima coloca é: hoje, 50 anos depois, o que se pode dizer que aconteceu naquele dia? Qual é o sentido da ação do Exército naquele 31 de março de 1964? Era um "movimento de rotina" ou o "início do golpe"? O modo como Affonso atualiza a memória das enunciações que, de seu ponto de vista, circularam em 1964 é significativamente negativo, ou seja, se efetiva por meio de negações.

Nossa proposta é, então, refletir sobre esse modo de enunciação e sobre o escopo dessas negações na entrevista de Almino Affonso. O que se nega e o que se

afirma quando uma marca de negação aparece no dizer, seja explicitamente, seja por meio das relações enunciativas que o dizer coloca em cena?

Primeiramente, observamos que não são apenas os já clássicos advérbios de negação que exprimem sentidos negativos na fala de Affonso. No trecho em análise, temos diversas marcas, como: *não*, *nada*, *absolutamente*, *nunca*, *estarenganado* (não estar certo, não ter razão), *se não* (hipótese), *falso* (não é verdadeiro), *enfim* (não apresenta exatamente um sentido conclusivo, mas de suspensão, de negação da precisão, de tanto faz) até a ausência de marca formal de negação com a presença do modo de agregação negativo.

Por isso, um aspecto analítico a ser desenvolvido é a construção de parâmetros de descrição nos recortes em que a negação atua. Pensando enunciativamente, a nosso ver, os elementos mais importantes do modo de agregação negativo seriam: a *marca linguística da negação*, que pode estar formalmente ausente, mas funcionando enunciativamente; *o dizer ou acontecimento negado* e, finalmente, como efeito da relação que se estabelece entre a marca de negação e o acontecimento negado, *o acontecimento afirmado pela negação*. São esses três elementos que buscaremos descrever no trecho da entrevista transcrita acima para, a partir daí, compreender os diferentes efeitos da negação na significação e na projeção/interrupção do acontecimento. Para isso, propomos agrupar as agregações negativas por meio das perspectivas que projetam, em 31 de março de 2014, a significação do acontecimento do dia 31 de março de 1964.

2.1 *Negação descritiva, constatativa*

A regularidade que orienta esse primeiro agrupamento é a possibilidade de inversão no dizer dos acontecimentos negados. Podemos pensar os enunciados do recorte a seguir como negações descritivas, também a partir de Ducrot (1981), já que quem ainda não tinha chegado, pode chegar; quem não sabia de nada, pode vir a saber; quem não se sente em condições de garantir, poderia/deveria se sentir, etc.

Recorte 1:

O Mourão **não***tinhachegado* ainda.

O Arthur [Bernardes] **não***sabia***nada**, **absolutamentenada**.

Mas como? **Não***sabemos*.

Ele **não***se sente em condições* de dar garantia ao presidente ali.

[...] tinha tentado lá *certo acordo* que **nunca** ficou muito claro pra mim.

O general fulano de tal, que eu **nunca** consigo lembrar *o nome* ...

Fica também a ideia de que **não** houve *nenhuma tentativa de ação*. É **falso** também.

Para fins de descrição, propomos assinalar em negrito a marca linguística de negação e em itálico o acontecimento negado. Nas negações descritivas, observamos que o que se afirma com a negação é a própria negação do acontecimento em questão. Nesses recortes, a negação não afirma um acontecimento novo, não produz perspectiva de futuro, apenas projeta um futuro inverso ao que se nega. O efeito de sentido é o da intercambialidade, de uma latência da inversão.

2.2 *Afirmação que nega o acontecimento*

O efeito de oposição entre os acontecimentos enunciados é o que nos permite agrupar os recortes a seguir. Produz-se uma disjunção entre o que se afirma e o que se nega.

Recorte 2:

O presidente [João Goulart] reage, e eu ouvi pela extensão, da maneira mais forte: "isto são <u>mentiras da oposição</u> para tumultuar este país" etc. numa linha de, de repulsa.

Jango chama o General Assis Brasil e pergunta: "o que há sobre a hipótese desta *subversão* que eu acabo de ser informado pelo Arthur?" "**Nada**, presidente, é um <u>movimento de rotina</u>, habitual, habitual no exército." O presidente insiste: "**Nada**, general?" "**Absolutamentenada**." [...] Ele volta ao telefone e diz ao senador: "Senador, tu ouviste? Pois é, são dessas <u>malandragens da oposição</u> que cria tumulto na vida nacional."

Carlos Murilo: "Almino, se o presidente diz isto como uma forma de criar um *clima de, sei lá, expectativas*, tá **enganado**, isso **não** serve pra nada, é real que <u>o golpe</u> começou."

Sinalizamos com um sublinhado, na descrição, a afirmação decorrente da relação entre marca e acontecimento negado. A negação, no caso dos recortes acima, produz um acontecimento novo por uma perspectiva determinada/fechada de futuro. A afirmação que se projeta a partir do "não" tenta aniquilar o acontecimento enunciado.

Dessa forma, acontecimentos negados e afirmados são enunciados como opostos, irreconciliáveis.

2.3 *Reformulação com contraposição*

Se, no Recorte 2, a oposição se produzia entre os acontecimentos enunciados, no caso das negações que se enunciam por meio de reformulação a oposição se dá entre os dizeres enunciados, já que o acontecimento em questão é metaenunciativo.

> **Recorte 3**:
> De imediato, quando se toma conhecimento... *de imediato* **não**, porque levamos, é lamentável isto, levamos, desde a hora que o Mourão começa sua marcha até a hora que ele entra no Rio, o presidente só toma conhecimento real às 6h da tarde do dia 31, às 6h da tarde do dia 31.
> Senador: Posso dizer isso na reunião do senado hoje [...]? JG: *Podes* **não**, deves.
> Eu vou dar-lhe **não** *uma resposta*, mas o meu espanto igual ao seu. **Não** *o de hoje*, o daquele momento.

Nesses casos, o escopo da negação é a própria forma do dizer e a perspectiva de futuro produzida é de contraposição ao dito que foi negado.

2.4 *Reformulação com suspensão dos dizeres afirmados/negados*

O efeito da negação nos recortes a seguir é o de suspensão do dizer e de produção de necessidade do acontecimento.

> **Recorte 4**:
> E o presidente se retira por conta do comandante do *primeiro* exército, **se não** era o *primeiro*, primeiro era o terceiro, mas o segundo grande exército era o do estado do Rio de Janeiro.
> Aí um deles, o deputado *Murilo Filho*, *Murilo Júnior*, **enfim**, Carlos Murilo, que era por sinal sobrinho do presidente Juscelino...

> Eu **não***acuso*, **não***tenho direito* de acusar o general Assis Brasil de uma omissão concessiva, **não** tenho o direito, mas tenho de dizer que foi de uma incompetência alvitre.

A negação vai afirmar o que é dito depois, sem anular o que foi dito antes. Produz-se assim uma perspectiva de precisão do acontecimento e, ao mesmo tempo, de suspensão do dizer ou da responsabilidade por essa precisão. O efeito é de que o acontecimento é certo, mas a responsabilidade pelo dizer é que hesita.

Considerações finais: acontecimento e modos de dizer

Apresentamos, neste breve ensaio, algumas ferramentas para descrição das perspectivas enunciativas em modo negativo, pensando como a negação produz agregação entre um não-ser e um ser no dizer e projeta/constrói acontecimento, ruptura, novidade na enunciação. Há muito o que avançar e discutir, mas estamos sempre considerando que a construção de um modo de dizer negativo encontra sustentação ao mesmo tempo nas formas linguísticas, nas regularidades históricas e na historicidade de suas enunciações. O modo como essas instâncias se articulam vai produzir diferentes possibilidades de projeção de futuro tanto para o dizer quanto para os acontecimentos ali delineados.

Referências

AFFONSO, Almino. *Entrevista para o Programa Roda Viva*, 31 de março de 2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=HT5XdsHPml8.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne : A. Francke, 1965.

CULIOLI, Antoine. Existe-il une unité de la négation ? *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris* – La négation : une ou multiple ?, série IV. Paris: Klincksieck, 1996, p. 33-44.

DIAS, Luiz Francisco. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*, nº 35. Campinas: RG Editores, jan.-jun. de 2015.

DUCROT, Oswald; BARBAULT, M. C. O papel da negação na linguagem comum. In: *Provar e dizer*: linguagem e lógica. São Paulo: Global, 1981, p. 93-104.

FEDATTO, Carolina P. *Por que negamos?* Apontamentos para um estudo discursivo do não. Seminário apresentado no Laboratório Arquivos do Sujeito. Niterói: UFF, 2014a, inédito.

FEDATTO, Carolina P. *Formas de dizer não e outros conflitos.* Conferência apresentada no III Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses – SIMDT. Pouso Alegre: Univás, 2014b, inédito.

FEDATTO, Carolina P. Um rio sem margens? O negativo e o nada na linguagem. *Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*. Niterói: UFF, pp. 27-35, 2015a. Disponível em https://www.academia.edu/15304260/Um_rio_sem_margens_O_negativo_e_o_nada_na_linguagem, acesso em outubro de 2016.

FEDATTO, Carolina P. Sobre as possibilidades de negação na imagem e alguns desdobramentos teóricos-analíticos. *Revista da ALED*, vol. 15, nº 02, 2015b, pp. 27-37.

FREUD, Sigmund. A negação. Tradução e comentários de Eduardo A. Vidal. *Revista Letra Freudiana* – A negação, ano VII, nº 05. Rio de Janeiro, 1988 [1925], pp. 8-31.

GREEN, André. *O trabalho do negativo*. Trad. Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010 [1993].

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 19. Campinas, jul.-dez. 1990, p. 117-122.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni. Do não sentido e do sem sentido. In: JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa. (Org.) *Silêncios e luzes*: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, pp. 57-66.

EM NA ELABORAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

Elizabeth Gonçalves Lima Rocha
PG-UNIFESP

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As gramáticas de cunho descritivo têm por objetivo a ordenação categorial dos mecanismos da língua. O empreendimento descritivo implica, dessa forma, a classificação segundo critérios funcionais, formais e semânticos dos morfemas vistos como elementos linguísticos providos de um significado e de um significante e que constituem as unidades significativas mínimas presentes na formação de unidades maiores como as frases.

As preposições compõem uma dessas classes, caracterizando-se, na *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, como "morfemas gramaticais", cuja significação é "interna", uma vez que "deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua" (2008, p. 91).

Na mesma obra, três critérios servem à definição desses morfemas relacionais: a função, a forma e os valores significativos. Com respeito ao primeiro critério, as preposições são definidas como "palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)" (2008, p. 569). Quanto à forma, as preposições se dividem em "simples" ("expressas por um só vocábulo") e compostas ("constituídas de dois ou mais vocábulos"), e, neste último caso, denominam-se "locuções prepositivas". A função e a forma, assim determinadas, são comuns a todas as preposições e separadas de seus valores significativos, os quais, por sua vez são múltiplos e relativos. Os valores de *em*, unidade da qual tratamos aqui, formam uma dupla que remete a 1) "movimento = superação de um limite de interioridade, alcance de uma situação dentro de" e 2) "situação = posição no interior de, dentro dos limites

de, em contato com, em cima de". Ambos os valores remetem a categorias de "espaço", "tempo" e "noção" (2008, p. 572).

Já na *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves, cujo objetivo é "prover uma descrição dos usos efetivos dos itens da língua" (Neves, 2011, p.14), na medida em que, segundo a autora, "é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função" (Idem, 2011, p.13), renovam-se as classificações e multiplicam-se as caracterizações descritivas. As preposições, na obra, atuam funcionalmente na "junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem" (Idem, 2011, p. 601). Com respeito à função sintática e à relação semântica de *em*, relativamente à construção do espaço, lê-se, na referida gramática, que essa preposição "estabelece relações semânticas no sintagma (adjunto): em+sintagma nominal" e estabelece uma "relação de circunstanciação de lugar ***onde*** (locativo, não diretivo)" (Idem, 2011, p.675), a qual se deixa classificar em dois tipos:

1. Sem movimento, subclassificada como (1a) localização na superfície (na superfície de, sobre, em cima de); (1b) localização na interioridade (no interior de, dentro de); (1c) situação medial (no meio de, entre).
2. Com movimento, subclassificada como (2a) localização na superfície (em cima de, sobre, na superfície de); (2b) ponto de contato (num ponto de); (2c) contiguidade (ao longo de).

Comparadas ambas as gramáticas, observa-se que a abordagem de Maria Helena de Moura Neves é mais fina e rica, consideradas a multifuncionalidade dos itens e a diversidade dos usos. Porém, permanece nela o mesmo procedimento descritivo e classificatório presente na obra de Celso Cunha e Lindley Cintra (2008).

Uma vez que também se trata aqui do marcador *em* presente em termos como *encaixotado*, *enciumado*, *enfurecido* etc., portanto de EN[1] como prefixo, vale apresentar o que ambos os trabalhos citados dizem sobre o tema. Celso Cunha e Lindley Cintra (2008) abordam-no no capítulo relativo à formação de palavras, intitulado "Derivação e composição". Depois de caracterizar as formas prefixais como

[1] Representamos por EN o conjunto de variantes referentes ao referido prefixo: *en-, em-, e-*.

originadas “de advérbios ou de preposições que têm ou tiveram vida autônoma na língua” (p. 97), os autores traçam a lista de prefixos de origem latina e origem grega, determinando-lhes o sentido e ilustrando-os com exemplos. No primeiro caso, EN assume as formas *em-* e *en-*, e indica “movimento para dentro” (*embarcar*, *enterrar*); no segundo caso, assume as formas *en-*, *e-* e *em-* e tem o sentido de “posição interior” (*encéfalo*, *emplastro*, *elipse*).

Maria Helena de Moura Neves (2011), por sua vez, na medida em que seu trabalho trata principalmente dos usos dos português, ocupa-se somente das classes de palavras já constituídas, sem considerar problemas de ordem morfológica. Assim, a autora não faz nenhuma menção a EN. Na parte da obra relativa aos adjetivos, classe que englobaria termos como *encaixotado*, *enjaulado* etc., a autora descreve os “adjetivos classificadores” que expressam a noção de “localização no espaço: os adjetivos localizam tanto objetos como ações, estados e processos” (p. 194). No entanto, na lista dos exemplos de “localização absoluta” e “localização relativa”, não há nenhuma referência a adjetivos formados com EN. Vê-se, assim, em ambos os trabalhos, seja um desinteresse pelo funcionamento de tal forma, seja um tratamento separado de *em* e *EN*, o primeiro restrito à classe de preposições e o segundo ao fenômeno de formação de palavras, com um resultado que se limita a listar uma série de valores semânticos.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE),que nos serve de referencial teórico-metodológico, afasta-se de ambos os empreendimentos. Antoine Culioli, seu fundador, vê em trabalhos desse tipo uma “*redução* dos fenômenos ao classificatório” (grifo do autor), uma “classificação de palavras, de campos semânticos, de traços sêmicos, da sintaxe separada da semântica (e do resto...), de conceitos que tiram sua força da rigidez” (1999b, p. 18 e 23). O reducionismo e a rigidez, criticados por se oporem à variação e ao ajustamento linguísticos, dão lugar, no referencial culioliano, fundamentalmente à observação da proliferação e da dinâmica da *atividade* de linguagem apreendida através de diversas línguas, ou seja, à observação da própria linguagem em sua realidade empírica. O esforço de Antoine Culioli é o de restituir à linguística por meio de conceitos como *atividade, traço, agenciamento, operação* a dinâmica intrínseca à linguagem, a qual somente acontece por meio de formas deformáveis em vista de ajustamentos constitutivos da relação intersubjetiva

de produção e reconhecimento de enunciados. Nesse sentido, a linguagem é sempre direcionada a um escopo – ao ajustamento enunciativo – que, no entanto, pode ou não ser atingido. Nas palavras de Culioli (2005, p. 280):

> [...] eu disse que com o *telos* etc. havia o apropriado, o bem, o mal, o êxito, que havia a bifurcação que faz que possamos passar de "Em boa hora! Mas o fato é que..." [o que é] uma chacoalhada, ora! Quer dizer: "Você tem perfeitamente razão, mas o fato é que... você está errado"; que se possa encadear com "Por quê? – Ora, porque sim. – E por que porque sim? – Ora, por que sim."... todo esse tipo de coisas.

O conceito de operação, fundamental no processo de ajustamento, faz referência à própria característica proliferativa e dinâmica da linguagem. As funções e valores das unidades linguísticas se substituem, na TOPE, pelas operações das quais os enunciados, *i.e.* as unidades linguísticas e seus agenciamentos, são traços. Falar em operações de linguagem significa dizer que é pela atividade linguageira que se constroem os valores referenciais – e, portanto, que não há valores dados de antemão, intrínsecos às formas. Esse modo de apreender o processo de construção da significação opõe-se às teorias linguísticas "mentalistas", nas quais "as representações mentais são apreendidas como primeiras, a linguagem é considerada uma 'formatação', uma espécie de 'tradução' do pensamento" (Franckel, 2011, p.16). Para a TOPE, o sentido não é um dado estocado do qual se lança mão, mas "é considerado como determinado e construído pelo material verbal que lhe dá corpo, ou seja, pelas unidades da língua organizadas segundo regras sintáticas e entonacionais" (Idem, 2011, p.16), em suma, o sentido é *resultado* das operações enunciativas. Além disso, em tal quadro referencial, como afirma De Vogüé (2011, p. 59-60), a enunciação não se vincula a um "sujeito a priori", situado num contexto que precede o ato enunciativo; ao contrário, o "sujeito enunciador" é reconstituído pelo trabalho de análise, recuperado a partir do enunciado.

Isso explica, ainda, o posicionamento teórico de não ser o contexto um parâmetro distinto do enunciado, que a ele viria se sobrepor a fim de determinar sua significação. Em outras palavras, a significação de um enunciado não é explanada "a partir da observação do meio extralinguístico no qual [ele] é proferido" (ROMERO,

2010, p. 342), uma vez que o que se denomina contexto[2] não se distingue do enunciado pelo fato de ser gerado pelo próprio material verbal. Segundo Franckel, esse conjunto de diferenças conduz à:

> [...] justificativa do termo "operação" [que] se deve exatamente à hipótese de que o valor referencial do enunciado não é um dado, mas algo construído. Isso significa que o arranjo de formas que o materializa remete, não a valores, mas às operações de constituição do valor referencial. Estudar a enunciação é, portanto, estudar as modalidades de constituição desse valor (2011, p. 44).

Essas operações, próprias ao nível epilinguístico (nível 1), somente são apreensíveis por meio de enunciados que delas são traços, de enunciados entendidos como agenciamentos de marcadores (nível 2). A análise metalinguística (nível 3) desses agenciamentos tem por objetivo simular as operações do nível 1, por meio de operadores de ordens diversas, mas intricados entre si. A relação entre os três níveis se esclarece na seguinte passagem de Culioli:

> [...] produzir ou reconhecer um enunciado é construir, ou reconstruir, agenciamentos de marcadores, que são o traço de operações às quais nós não temos acesso. Se chamarmos nível I o nível de operações às quais nós não temos acesso, os agenciamentos de marcadores estão no nível II e são os representantes das operações de nível I. É preciso, portanto,construir, graças a um sistema de representação metalinguística, as operações de nível III (teremos, assim, representantes de representantes) (1999a, p. 97).

Dessa forma, pode-se afirmar que, para a TOPE, não se admite a existência *a priori* de grandes categorias perceptivas ou cognitivas, como seria o caso se abordássemos, por exemplo, "o" espaço, mas a constituição, pela atividade da linguagem, de valores ditos espaciais numa "articulação complexa entre espaços muito diferentes na sua modalidade perceptiva" (Franckel, 2011, p.17).

Vale, por fim, assinalar que, no que se refere à metodologia, por ser uma teoria que observa e manipula dados empíricos, a TOPE busca constituir uma classe de fenômenos linguísticos por famílias de enunciados em relação parafrásica a fim de formular problemas locais e construir procedimentos analíticos razoáveis, cujos

---

[2] Alguns autores empregam o termo *co-texto* para referir às diferentes contextualizações desencadeadas pelo enunciado.

resultados deverão, num momento posterior, ser elevados ao nível do generalizável. Tais procedimentos são explicitados nos estudos propostos a seguir.

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS DE *EM*

Na medida em que nos restringimos, por meio de *em*, à construção da localização de algo no espaço tridimensional, da localização no eixo continente/conteúdo e da localização no eixo proximidade/distância –, partimos de um conjunto de enunciados em que se observa a sequência *estar em*, e que servem de resposta à pergunta elaborada por *onde*. Tecemos, ainda, algumas considerações sobre o emprego de EN como prefixo pelo fato de, nos exemplos considerados, haver um diálogo interessante com o assunto tematizado.

- ***Estar em***

A sequência *estar em*, foco de nossos interesses, dá origem a enunciados em que se verificam valores diversos, tais como: (1) *Liberdade está em escolher os próprios compromissos*, em que se define no que consiste a *liberdade* (escolher os próprios compromissos); (2) *O homem estava em apuros*, em que se mostra em qual condição *o homem* se encontrava (apuros);(3) *O diretor esteve na festa de fim de ano*, em que se especifica onde *o diretor* se fez presente (a festa de fim de ano); (4) *Agora, tudo está nas mãos de Deus*, em que se submete *tudo* às vontades de Deus; (5) *Os papéis estão em ordem*, em que se qualifica como *os papéis* se encontram (ordem); (6) *O atleta estava em terceiro lugar ao abandonar a competição*, em que se define a posição do *atleta* (terceiro lugar); (7) *Estamos numa época conturbada*, em que se localiza temporalmente *nós* (uma época conturbada); e (8) *O livro está na caixa,* em que se localiza espacialmente *o livro* (a caixa)[3].

O problema da (im)possibilidade de certos exemplos em que se agencia a sequência *estar em* vincula-se às propriedades mobilizadas pelos termos envolvidos quando enunciados. Com respeito à modalidade definitória, *i.e.* ao exemplo(1)

[3] Seguimos o *Dicionário Houaiss* na maior parte dos exemplos.

Liberdade está em escolher os próprios compromissos, em que se define no que consiste a *liberdade*, a construção só é possível com nomes de natureza qualitativa[4]. Se tentarmos construir uma ocorrência do mesmo tipo com nomes discretizáveis[5], veremos a má formação do enunciado (**Mesa está em ser um móvel composto de um tampo horizontal*).

Se considerarmos exemplos de localização espacial, caso de (8), não se vê problema em um enunciado como (9) *Pegue um dos colares que está na gaveta*, nem num enunciado do tipo (10) *Beba o resto de leite que está na caixa*, já que nomes que referem objetos passíveis de discretização (colar) ou partição[6] (leite) cabem com propriedade no espaço físico. Desse ponto de vista, um enunciado como (11) *A paciência está no armário* parece, num primeiro momento, impossível, por se tratar aqui de uma qualidade interior (paciência) que não teria como ser apreendida espacialmente. Com a devida entonação, nota-se, porém, que o referido enunciado é possível, assim como o enunciado (12) *O pensamento está no cérebro* e (13) *Deus está na Igreja*, o que mostra que não se deve entender tal localização corporalmente: *armário*, *cérebro* e *igreja* não remetem a espaços físicos. Portanto, a vinculação das modalidades de localização espacial com a natureza dos nomes agenciados nessa instanciação é importante para a explicação da (im)possiblidade da formação das ocorrências.

Levando em consideração as propriedades do termo localizador, as análises que seguem mostrarão que, por exemplo, formas como **emesado* e **encadeirado*, em que ENassume papel de prefixo, são impossíveis, pois nomes como *mesa* e *cadeira* não permitem diferenciar uma zona interior de contenção ou de envolvimento, o que nos parecer ser justamente uma das propriedades solicitadas pelo funcionamento EN como localizador espacial. Verificamos, ainda, que um exemplo como **O livro está no lado da caixa* apresenta má formação devido à incompatibilidade das características do termo *lado*, espaço de vizinhança com contato acidental, e da, por nós

---

[4] Vale notar que *liberdade* é um nome que tem, justamente, por origem *livre*, sendo considerado um substantivo formado a partir de um adjetivo.

[5] Nomes que admitem mais facilmente o determinante *um(a)*.

[6]Nomes que admitem mais facilmente expressões que designam parte do todo, como *um pouco de*, por exemplo.

denominada, *propriedade imã* que caracterizaria o marcador *em*, o qual, utilizado no caso, implicaria necessariamente contato ou circunscrição em uma zona interior.

- ***Onde está o livro?***

Enunciados que localizam um objeto no espaço produzem contextos de resposta a perguntas do tipo *Onde?*, tal como: *Onde está livro?*. Trata-se de uma interrogativa em que a existência do objeto, no caso *livro*, não é posta em questão. Fica claro, por meio do emprego de *onde*, que o livro deve estar em algum lugar, mas que não se sabe qual é esse "algum lugar".*Onde* é traço da operação de *percurso*, que consiste em "percorrer todos os valores ou operações possíveis em um dos lugares duma relação com *n* lugares, sem que se queira ou se possa distinguir algum" (CULIOLI, 1999b, p. 119). Dessa forma, considerando-se a sequência *O livro está em ( )*, não há critério de escolha que preencha o espaço vazio da localização, qualquer que seja o elemento selecionado, no percurso do domínio virtual, que venha especificar esse espaço. É dessa forma que se caracterizam os enunciados interrogativos, através dos quais se delimita, por abstração, o conjunto dos possíveis. Nesse cenário, certos enunciados podem ser dados como resposta.

- ***O livro que você procura está encaixotado.***

O enunciado acima preenche o vazio do localizador – *O livro está em ( )* –por meio de uma forma prefixada (*encaixotado*). Observa-se que, no termo *encaixotado*, o prefixo ENé traço da mesma operação de localização no espaço realizada em agenciamentos que incluem a preposição *em*. *Está encaixotado* aproxima-se, portanto, de *Está na caixa*, ambos podendo ser parafraseados por *Está dentro da caixa*. EN prefixo é, dessa maneira, em termos como esse, o marcador por excelência de uma zona de interioridade ao situar o localizado no interior do localizador.

Notemos, contudo, que *Está encaixotado* não se reduz necessariamente à mera assinalação de "algum lugar", podendo significar algo mais que "no interior da caixa". Isso fica claro se simularmos um contexto em que não se parte da pergunta *Onde?*, mas, sim, da pergunta *Como?*, tal como se observa abaixo:

(14) ─ *Os livros, como estão? Ainda bagunçados?*
─ *Não, estão encaixotados*.

Encaixotado, em (14), para além de uma localização espacial, remete a uma espécie de ordenação. Nesse caso, pode ser combinado com termos que fazem variar o grau de ordem, como *bem* ou *mal* (*Estão mal encaixotados*). Parece ser óbvio que termos desse tipo seriam dispensáveis se se tratasse de enunciados que simplesmente localizam o objeto no espaço. De tal forma que, diante da pergunta *Onde?*, não se responderia, *Estão perfeitamente encaixotados*, mas apenas *Encaixotados*, a não ser que se quisesse fazer referência ao cuidado que se teve de dispor os livros dentro da caixa. Por conseguinte, *encaixotado* pode tanto situar o localizado no interior do localizador como remeter a certo grau de arranjo, o que leva a pensar que a zona interior que se distingue com EN remete tanto a determinações de localização espacial, quanto a especificações qualitativas.

No primeiro caso, sobressai a relação conteúdo/continente e o valor de envolvimento do localizado pelo localizador. Além de *encaixotado*, podem ser dados como exemplos *enjaulado*, *embainhado*, *encarcerado*, *enclausurado*, *encapsulado*, *engavetado*. O localizador espacial, aqui, é interpretável como um "entorno" do termo que se localiza, uma "superfície" ao redor do localizado, instaurando-se uma zona de interioridade que engloba e excede aquilo que está contido em seus limites[7].

No segundo caso, EN distingue uma zona de interioridade que remete a especificações qualitativas, a exemplo de *encaixotado* (no sentido de *conforme certo arranjo*), e, sobretudo, de *encamado*, *endurecido*, *enciumado*. No caso de *encamado*, o localizador *cama*, atrai, por meio de EN, o localizado (p. ex. *Ele*), não para situá-lo dentro da cama, mas para determiná-lo segundo certa disposição evocada por *cama* (estar deitado), que o situa em um estado físico de debilidade. Nos exemplos de *endurecido* e *enciumado*, o localizado é atraído, respectivamente, por *dureza*, que o

[7] Remetemos, neste passo, ao estudo desenvolvido por Franckel e Paillard (2007) sobre *dans*,em língua francesa. Ver especialmente p. 155-156.

situa em certo estado físico (que resiste ao desgaste e à pressão) e *ciúme*, que o situa em certo estado psicológico (tomado pelo ciúme).

Nesse sentido, se com EN opera-se necessariamente, além de uma localização espacial, uma zonagem qualitativa, formas tais como **emesado* ou **encarrado* (*dentro do carro*) não são atestáveis, pois *mesa* não remete a zonas de contenção ou envolvimento, nem *carro* evoca zonas qualitativas, já que estar dentro do carro não modifica o estatuto do localizado, como seria o caso, por exemplo, de *emprisionado*.

Outra questão reporta-se à impossibilidade de dizer, por exemplo, **ensalado*, para significar *dentro da sala*, ou **encomodado* para significar *dentro da cômoda*. A resposta parece ter a ver como a natureza espacial do localizador. Com efeito, EN parece remeter somente a zonas que podem ser representadas independentemente – o interior de *caixa* ou *garrafa* –, o que não é caso de *sala*, parte constituinte de um espaço maior (*casa*) e que não pode ser abstraída do todo do qual faz parte, nem de *cômoda*, peça que se subdivide em espaços menores. Assim, as zonas distinguidas por EN parecem implicar certa homogeneidade ou indiferenciação, cuja representação exclui a subdivisão em zonas menores ou a integração em uma zona superior.

- ***O livro que você procura está na caixa*.**

O enunciado acima, como já apontamos, pode ser interpretado como equivalente ao enunciado que se agencia com *encaixotado*, já que, por ser também marca da operação de localização no espaço interior, caberia ser parafraseado por *O livro está dentro da caixa*. Porém, a análise de enunciados mostra que *em* preposição extrapola os limites da interioridade, à qual EN parece se reduzir. De fato, *O livro está na caixa* pode perfeitamente remeter a uma relação de contato, significando *O livro está sobre a caixa*, interpretação impossível no caso de *O livro está encaixotado*. Há, portanto, no marcador *em*, legível em *na (o)*, comparativamente a EN, além da valor interioridade, a representação de dois objetos que se tocam. Nesse sentido, *em* agencia-se sem problemas com *mesa* (*O livro está na mesa*), o que não ocorre, como já afirmamos, com EN (**O livro está emesado*), já que *mesa* é espaço que evoca uma superfície chapada, propícia à situação de repouso do localizado e não ao seu envolvimento ou contenção pelo localizador.

Observa-se que *em* preposição, tal como EN, também serve à representação de especificações qualitativas:

(15) ─ *Os livros estão em ordem?*
─ *Sim, estão todos na caixa*.

Em (15), pode-se ter como resposta equivalente *encaixotado*. O interessante é notar, contudo, que não se diz *Estáno ciúme*, para substituir *enciumado*, nem *Está na raiva*, para parafrasear *enraivecido*, mas se aceitam *Está na pobreza*, para dizer *empobrecido*, e *em fúria* para dizer *enfurecido*. Por outro lado, *está na depressão* ou *está em júbilo* não têm correspondentes com EN (respectivamente **endeprimido* e **enjubilado*). Mais uma vez, a resposta parece ter a ver tanto com o estatuto do localizado quanto com a natureza do localizador, sem que saibamos, por ora, como dar uma resposta pertinente ao problema levantado.

- ***O livro está em cima/embaixo da caixa.***

Em relação a tais enunciados, alargam-se os valores espaciais, já que, por meio de *em cima* e *embaixo*, é possível tanto construir o contato, seja superior seja inferior, quanto a distância relativa, dependendo da natureza do localizador. De fato, *O livro está em cima/embaixo da caixa* significa que o livro repousa sobre a caixa (*em cima*), ou que esta repousa sobre o livro, cuja localização seria embaixo, havendo, na relação entre localizado e localizador, um contato de superfícies. Mas enunciados constituídos com tais termos podem também significar que o localizado se destaca do localizador. Dessa maneira, *O menino está embaixo da escada* não implica necessariamente contato, bem como *O livro está embaixo da mesa*, porém exige que haja proximidade, devido às propriedades inerentes ao localizador. A consideração da natureza do localizador é, ainda, fundamental para a compreensão de um enunciado como *O sol está em cima de mim* com o qual se representa certo contato que inexiste em *O sol está acima de mim*; de fato, o primeiro enunciado refere a opressão exercida pelos raios solares, e o segundo a distância do astro.

As análises até aqui mostram como *em é* dotado de uma propriedade "imã", de uma força que atrai o localizado para o localizador, situando o primeiro em zonas de interioridade espacial (*encaixotado*) ou em zonas de especificações qualitativas (*enciumado*), discerníveis no segundo. Além disso, tal propriedade explica porque *em* é propício para a construção da relação de contato (*na mesa, em cima do telhado*), além da relação de proximidade (*O menino estáembaixo da escada*).

A mesma propriedade se manifesta em enunciados como *Os astros giram em volta do Sol*, ou ainda *Todos estavam em torno do cadáver*, nos quais o movimento de atração é o principal valor construído. *Em* não é marca exclusiva nesse tipo de construção, já que *em torno* pode ser substituído por *ao redor* (o qual, por sua vez, se substitui por *em redor*). *Em torno* e seus similares combinam-se somente com o contínuo, o que, por um lado, inclui seu agenciamento com objetos passíveis de partição (*O leite espalhou-se em torno do prato*), e, por outro, exclui seu agenciamento com objetos discretizáveis quando singulares (**O livro está em torno da mesa*), exigindo, neste último caso, o plural (*Os livros estavam em torno da mesa*). A propriedade ímã de *em* torna-se evidente ainda se considerado seu agenciamento em enunciados como *A gota, vinda do teto, caiu em mim*, no qual se representa uma trajetória (*gota*) e um ponto de interceptação (*mim*), como se o termo introduzido por *em* exercesse uma força que ou interrompesse ou desviasse o curso do localizado. Confira-se nesse sentido *Depois que saiu de casa, parou no bar*.

- ***O livro está do lado da caixa*/*O livro está ao lado da caixa*/**O livro está no lado da caixa***

Os enunciados analisados anteriormente remetem à construção da localização vertical, da interioridade, do contato e da proximidade. Tratemos agora da localização relativamente à horizontalidade. Observa-se, no conjunto de enunciados aqui apresentados, que *em* (diferentemente de *a* e *de*) não serve à construção da relação lateral próxima. De fato, diz-se *Ao lado da caixa* e *do lado da caixa*, mas não se diz **O livro está no lado da caixa*. Mais uma vez, a explicação diz respeito às propriedades do espaço localizador e da sequência *estar em*. *Lado* é uma espacialidade absolutamente relativa (o lado é sempre lado *de* alguma coisa), de tal forma que tanto

ao lado de quanto *do lado de*, significam *junto a*, referindo, portanto, uma relação de mera vizinhança entre os termos envolvidos. Ora, o marcador *em* estabelece uma relação de atração entre localizador e localizado que tende para o contato, o que está excluído da relação de contiguidade constituída por *ao ladode* ou *do lado de*, sem contato necessário; dessa maneira, explica-se porque o enunciado *O livro está no lado da caixa* é impossível. Um enunciado como *O coração está no lado esquerdo do peit*o não constituiria um contraexemplo, já que, nele, a relação entre localizado e localizador não é de vizinhança, mas de circunscrição em um espaço interior.

- ***O livro está atrás da caixa*/*O livro está na frente da caixa***

A comparação desses dois enunciados mostra que a posição posterior de um objeto no espaço se constrói com *a* + advérbio *trás*, e a posição anterior com *em* + *a* preposto ao substantivo *frente*, havendo, pois, impossibilidade da forma **entrás*. Pensamos que uma hipótese para explicar tal funcionamento teria a ver com o fato de *em* servir à construção do espaço visível. Assinale-se, nesse sentido, que EN constitui formas tais como *enxergar* (mas temos *avistar*) *englobar*, *entrever*, *enfrentar, encarar*. Ora, *atrás* localiza o objeto fora do campo de visão, na medida em que algo se interpõe entre o objeto e o olho; *na frente*, por sua vez, põe o objeto face a face. Observe-se, ainda, que se diz *às escondidas*, *às ocultas*, exemplos em que o invisível se combina com a preposição *à*.

Além disso, a combinação de *em* com *frente* torna manifesta, uma vez mais, a propriedade ímã do primeiro marcador. Comparem-se os enunciados *João estava bem à frente* e *João estava bem na frente*. O segundo, que representa uma aproximação entre localizador e localizado, constrói um valor referencial inverso do primeiro, que remete à ideia de afastamento entre os termos postos em jogo. É por esse motivo, aliás, que se diz *A loja está a uma grande distância*, e não *numa grande distância*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui empreendido de *em* e *EN*, a partir do referencial conceitual e metodológico da TOPE, levantou algumas questões de ordem teórica comumente não abordadas pela gramática tradicional. De início, o aporte transcategorial deste trabalho afasta-se da rígida classificação das formas linguísticas em categorias estanques. *Em* e EN, abordados de maneira separada pela gramática tradicional como preposição e prefixo, são considerados aqui unitariamente, já que são marcas que remetem às mesmas operações de localização espacial e de especificação qualitativa. Dessa maneira, este estudo enfrentou o difícil problema da identidade semântica das formas, tradicionalmente descritas como portadoras de diversos sentidos listados com relativa arbitrariedade. Ora, a hipótese de que há uma propriedade imã intrínseca a *em* e EN é um primeiro passo na direção de saber o que constitui a unidade semântica dessas formas. A propriedade identificada mostrou ter grande valor heurístico, na medida em que, por ela, pôde-se explicar a (im)possiblidade de alguns enunciados, o que pode ser revelador com respeito ao funcionamentos da linguagem: saber porque algumas formas remetem a certas operações e não a outras.

Este estudo insere-se num trabalho mais amplo de análise do marcador *em*, cuja continuidade alargará o campo de ocorrências a serem analisadas, investigando, assim, o espectro de incidência da propriedade imã e a possível existência de propriedades outras, cujo conjunto daria a ver senão toda, pelo menos parte da identidade semântica de *em*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 2*. Formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 3*. Domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris : Ophrys, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Grammaire des prépositions*. Paris: Ophrys, 2007.

FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis; VOGUÉ, Sarah. Introdução. In: *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.

ROMERO, Márcia. *Gramática operatória e ensino do léxico em língua portuguesa: fundamentos para uma prática reflexiva*. Estudos Linguísticos/Linguistics Studies, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2010, pp 339-352.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EM FORMAÇÕES NOMINAIS A PARTIR DE REFERENCIAIS VISTOS PELA SEMÂNTICA ENUNCIATIVA, ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÃO NO DISCURSO

Emiliana da Consolação Ladeira
Doutoranda UFMG

1. INTRODUÇÃO

Tendo como base a Semântica da Enunciação, através dos conceitos de Formação Nominal, Referencial e Pertinência Enunciativa, pretendemos com este trabalho mostrar como ocorre a construção do sentido em enunciados, observando como a construção sintática e argumentativa deles, por meio do apelo à emoção, se deu e o efeito obtido com isso.

Inicialmente faremos um panorama dos estudos enunciativos para estabelecer algumas relações conceituais importantes para a compreensão da análise que nos propomos a fazer. Em seguida, apresentamos como a argumentação se faz presente no *corpus* por nós escolhido com vistas a criar um referencial para uma situação emergente na sociedade e que incomoda o locutor do texto. Por fim, observamos como a emoção foi utilizada, tanto como auxiliar na argumentação, como para criar um domínio referencial a fim de convencer o leitor do posicionamento apresentado e defendido no texto, além, é claro, de buscar a adesão desse leitor para esse ponto de vista defendido.

2. Apresentação do *Corpus*

Para alcançar o intento apresentado anteriormente, vamos fazer uso do seguinte texto, publicado no jornal *O Povo*, publicação do estado do Ceará. Embora o texto seja de 2014, acreditamos em sua pertinência enunciativa nos dias atuais, uma vez que a temática por ele abordada ainda aflige os cidadãos brasileiros.

É proibido torcer para a Seleção Brasileira?

Kelson Araújo Albuquerque

Todos sabem da paixão dos brasileiros pelo futebol. Essa modalidade esportiva está tão vinculada as nossas tradições, que, em todos os lugares do mundo, o Brasil é lembrado em função da notoriedade da nossa seleção, assim como, pelas belas exibições dos nossos jogadores em equipes estrangeiras. O futebol é uma espécie de identificação da nação brasileira.

No entanto, há 14 dias de ver se realizar no Brasil uma Copa do Mundo, ainda não vi as ruas enfeitadas de verde-amarelo como em outrora, não encontrei no centro da cidade brasileiros vestindo a camisa canarinho... O Brasileiro não está vibrante com a sua seleção.

Aliás, até parece que foi decretado por alguns fundamentalistas contrários à Copa que, este ano, como ato de patriotismo, é terminantemente proibido torcer pela seleção.

Com certeza alguém vai argumentar que a causa desse repúdio à Copa é porque o Brasil é um país pobre para arcar com os altos gastos de se sediar um evento dessa natureza. A sociedade brasileira sente as consequências da falta de recursos para setores considerados essenciais como saúde, segurança e educação. Além disso, os esperados investimentos com mobilidade urbana, aeroportos, portos, segurança pública, telecomunicações, turismo não se concretizaram como a gente esperava.

Todos esses argumentos são plausíveis. Isto é fato!! Outra verdade a ser dita é que os gastos já foram feitos e a Copa vai acontecer de todo jeito.

Particularmente, não sou contrário às manifestações ordeiras, pacíficas e espontâneas. Se a população está insatisfeita com a forma que os governantes vêm elegendo as prioridades de políticas públicas, que proteste. Proteste o ano todo, mesmo quando a copa terminar e use o seu melhor meio de protesto, o voto.

No entanto eu pergunto: o que há de antipatriota em ser a favor da Copa? A culpa pelos problemas do povo brasileiro é da Seleção Brasileira? A culpa é do futebol?

Como brasileiro, já me tiraram muita coisa: saúde, segurança, educação... NÃO QUEIRAM TIRAR DE MIM TAMBÉM O DIREITO DE TORCER PELO BRASIL.

3. Conceitos e análise

3.1 Semântica da Enunciação

Para fazermos a análise que nos propomos neste trabalho, primeiramente vamos nos situar em relação a alguns conceitos fundamentais à compreensão da perspectiva com a qual analisaremos nosso objeto de estudo, a Semântica da Enunciação.

Guimarães (2002) trata da enunciação como acontecimento, formador de uma memória de dizeres. Essa memória seria um estado de latência em que o 'já-dito' pode ser atualizado por um novo dizer. Esse novo dizer, propiciado pelo acontecimento enunciativo, é que trará a significação ao discurso. Sendo assim, chegamos à dupla instanciação do acontecimento: uma instância do presente do enunciar e uma instância de anterioridade.

Então, trazemos aqui o conceito de enunciação, apresentado por Guimarães(1989)

> Este acontecimento é a *enunciação*. E nós a definimos, então, como acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo a enunciação não é um ato individual do "sujeito", não sendo também irrepetível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo. E isto pode levar à criação de um novo enunciado e mesmo de um novo signo. (Guimarães, 1989, p 8-79)

Seguindo nessa linha de raciocínio, Guimarães (2002) prefere "tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito".

> Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, do meu ponto de vista, na constituição do acontecimento é sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Não se trata aqui do contexto, da situação, tal qual pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (Guimarães, 2002, p.11)

Para ele, "o acontecimento não é um fato *no* tempo", Não está no presente, nem no passado e nem no futuro. A diferença está aí: o acontecimento é que instala a temporalidade. O presente do acontecimento se dá porque há um passado, um

histórico de dizeres que o faz significar, ao mesmo tempo em que estabelece uma latência de futuro, uma projeção de novos dizeres. “Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (Guimarães, 2002, p.12). Todo dizer se relaciona com um passado e com um futuro. O dizer não é inaugural. Há uma memória de dizeres e um histórico de enunciações que possibilitam a atualização de um enunciado, não pelo que ele já foi, mas pelo que ele é, em função do onde ele está e, por sua vez, essa atualização do enunciado, depois de proferida, tornar-se-á uma virtualidade em latência para novamente ser alçada pelo sujeito em um novo acontecimento.

Vamos tratar agora de dois conceitos cruciais para nosso trabalho: o de Formação Nominal (FN) e o de Referencial.

Dias (2015) discute o conceito de FN, a partir do sintagma *enciclopedia livre* a fim de comprovar como a construção do significado e do sentido se dão, ou seja, na discursivização dos enunciados e na relação deles com o acontecimento enunciativo.

> ... o sentido de “enciclopédia livre” não é concebido na relação com a particularização da sua realização, mas nas condições históricas de inserção dessa formulação no quadro das enciclopédias que passam a situar historicamente como “não livres” a partir da Wikipedia. Afirmar a liberdade de uma enciclopédia é temporalizar as enciclopédias tradicionais num a posição histórica como do “outro lado”, isto é, do lado do ultrapassado, é afirmar uma modernidade no campo das enciclopédias, onde estaria a Wikipedia. A ideia dos lados onde se aloca um objeto no tempo, que não é cronológico, se insere numa outra ordem de concepção do fato intelectual, tendo em vista a relação entre sociedade e linguagem. A enunciação desse slogan é um acontecimento porque situa os lados pelos quais se concebem os objetos de atualidade: de um lado, a Wikipedia, de outro, as enciclopédias tradicionais. (Dias, 2015-c, p.8)

Explicitando melhor esse conceito, Dias (2015e) afirma:

> A concepção de formação nominal (FN) está comprometida, portanto, com uma abordagem vertical das construções nominais, tendo em vista que privilegia o processo de formação dos nomes, isto é, o jogo de referenciais que sustentam um nome enquanto unidade de designação. Privilegia igualmente as determinações que ele recebe nas articulações contraídas no âmbito do grupo nominal, nas quais se expõem os pontos de pertinência do dizer, na relação entre a memória e a atualidade do acontecimento enunciativo. (Dias, 2015e, p.120)

Esse conceito FN percebe não somente o substantivo isoladamente na constituição da unidade, como também os elementos que a ele se agregam, tais como adjetivos, orações adjetivas, pronomes adjetivos, pronomes substantivos, sintagmas preposicionados com valor de adjuntos adnominais e complementos nominais. A

essas unidades é que chamamos de FN. No entanto, essa abordagem não é descritiva, mas explicativa

Por esse viés, são exemplos de FNs: (i) *Menino*, (ii) *O menino de azul*, (ii) *O menino que veste uma camisa azul*, (iii) *Aquele menino sentado na calçada*. Essa constituição, portanto, vai além da estrutura formal ou das posições que ocupam cada componente na formação nominal. O que nos interessa é o acontecimento que provocou, por razões enunciativas, a constituição de um dizer da forma como ele foi enunciado. São razões de ordem enunciativa. E é dessa forma que utilizaremos esse conceito ao analisar as sentenças que comporão o nosso objeto de estudo. Vejamos agora outro conceito da semântica enunciativa: Referencial histórico.

Por Referencial dizemos "o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação." (Foucault, 1969). Sendo assim, "o enunciado adquire sentido nas relações com outros enunciados, balizado pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação". Ainda segundo Foucault, o Referencial é para designar o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação. O Referencial seria assim, o campo de emergência dos objetos de dizer, campo em que se dá a "diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado."

Dias (2015-c) detalha o conceito de **Referencial** e sua aplicação nessa teoria enunciativa. Segundo Dias, o enunciado "assume o caráter de acontecimento na medida em que contrai relação com um determinado referencial"; então "é nos espaços de enunciação que os enunciados adquirem pertinência uns em relação aos outros". Ou seja: "o enunciado adquire sentido nas relações com outros enunciados, balizados pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação." (Dias, 2015-c, p.12). E o

> ... dizer produz um compromisso de aderência com esse espaço de enunciação com seus vieses atributivos na relação com os referencias, com suas direções argumentativas. Portanto, a significação é relativa ao campo da virtualidade memorável dos seus termos com as condições de atualização, tendo em vista o referencial que a ele se agrega. (Dias, 2015-c, p.13-14)

Pensamos que a ideia de referência não faz jus à necessidade que temos de

captar os sentidos e significados dos enunciados. Por isso, Dias (2015-c) elabora o conceito de *Referencial*. Para o autor,

> O referencial enunciativo produz as condições de realização do caráter intervalar e relacional do sentido: de um lado a sua circulação estabilizada no modo semiótico, e de outro, a demanda de uma atualidade, ancorada num referencial pertinente ao acontecimento enunciativo que suporta os movimentos do enunciar na relação entre memória e atualidade. (Dias, 2013b, p.215-216)

Os nossos dizeres são produzidos em função de necessidades de enunciação. São acontecimentos no presente que, ancorados numa memória de dizeres anteriores, produz uma atualização dada a pertinência enunciativa desse dizer. Dias (2015) afirma

> Para que se constitua o sentido, o referencial histórico acionado na enunciação pelo nome entra em relação com as condições de formulação no presente. Essa ideia de condições de formulação e do modo como externalizamos a significação foi desenvolvida por nós como pertinência enunciativa.
> O conceito de pertinência enunciativa está fundamentado na ideia de adesão. No nosso cotidiano, somos levados a responder, a interpretar, a intervir nas situações de enunciação que se nos apresentam. A pertinência enunciativa é efetivamente essa "demanda do presente". (Dias, 2015, p.5)

Em outras palavras, quando produzimos enunciados, nós o fazemos impulsionados, motivados por uma situação comunicativa a dizer algo que tenha uma relação de pertencimento àquela situação. Seja para concordar, discordar, tomar posição, reafirmar, negar, ajuntar-se a, responder, comentar, dentre tantas outras atitudes frente ao que nos foi dito anteriormente ou mesmo que iremos iniciar. A grande questão é que somos movidos a dar sentido, significado aos enunciados numa dada situação comunicativa. (Dias, 2015g, p. 5) afirma que "Estamos denominando pertinência enunciativa a essa relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar."

Para melhor esclarecer esses conceitos, vejamos um excerto do nosso *corpus*.

(1)*"Aliás, até parece que foi decretado por alguns fundamentalistas contrários à Copa que, este ano, como ato de patriotismo, é terminantemente proibido torcer pela seleção."*

Quando dizemos "*ato de patriotismo*" temos na memória de nossos dizeres, atitudes, eventos e/ou situações em que exaltam a Pátria, o amor dos seus por ela que se mostra, inclusive, superior a muitos outros valores sociais. Época de copa do

mundo é momento de esquecer tudo e preocupar-se somente em torcer veementemente pela seleção brasileira de futebol. Esse é o referencial que se tinha construído, cristalizado. Porém, "*este ano*" esse ato de patriotismo evoca, segundo o locutor do texto, um outro Referencial demonstrado pela sentença "*é terminantemente proibido torcer pela seleção*". Essa afirmativa só é possível porque na atualização do dizer "*ato de patriotismo*" na atual conjuntura que o país atravessa, com muitas denúncias de corrupção, de favorecimentos a alguns setores e negligência a outros, de investimentos públicos em setores considerados como não essenciais, de manifestações populares (pacíficas ou não) contra o governo leva ao desejo de inversão do referencial contido na memória dos dizeres dessa FN – ato de patriotismo. Nessa perspectiva, essa atualização conduz a um domínio referencial de negação à Pátria tal como ela se apresenta hoje, traduzida da sentença "*é terminantemente proibido torcer pela seleção*".

Nessa mesma linha de raciocínio, a seleção lexical feita pelo locutor aponta também para um deslocamento de um dizer, encaminhando a argumentação para uma atualização dele em função do referencial que se pretende construir: "*decretado por alguns fundamentalistas*" parece desejar criar no leitor um referencial de obrigatoriedade, de impossibilidade de se agir de forma diferente daquela que está sendo apresentada: "*é terminantemente proibido torcer pela seleção*." Essa sentença também é marcada com um intensificador (terminantemente) para algo que, por si só, já garantiria a negação do ato: "*proibido*".

Dessa forma, o referencial de copa do mundo em que a seleção brasileira era tida até então como orgulho nacional, como fator de união, de congregação de todos os brasileiros, ganha outro sentido: o de algo que deve ser repudiado, não apoiado como forma de se manifestar uma insatisfação com os governantes do país.

O referencial que se tinha construído de que 'torcer para o Brasil é um ato de patriotismo' era um até os anos 2013 (visível em 2007, quando da escolha do país para sediar a competição mundial), principalmente nas décadas de 1990 e 2000 (quando o Brasil foi campeão em algumas edições da Copa), entretanto aponta para um outro a partir de agora. Há um novo domínio referencial sendo criado para a FN, em função da atualização do dizer, diferente daquele da sua memória discursiva. Nas FNs ao mesmo tempo em que há uma memória enunciativa, uma historicidade de

dizeres, há também uma perspectiva de futuro a que Dias (2013) chama de 'latência de futuro', e esta, posteriormente, se constituirá em "corpo memorável de outras enunciações".

Nessa tentativa então de construção de referenciais para a obtenção de sentidos, os enunciados vão sendo construídos e, para tal, lançam mão de operações argumentativas e de apelos à emoção como veremos a seguir, continuando a análise do nosso *corpus*.

3.2 Argumentação

Tomemos outro excerto do texto:

(2) É proibido torcer para a Seleção Brasileira?

A pergunta que serve de título convoca o leitor a ser o interlocutor nesse enunciado. Essa sentença é uma pergunta direta e constitui uma estratégia argumentativa – pergunta retórica. Segundo Plantin (2008, p.69-70), quando se faz uso dessa estratégia, ela nos "permite mostrar muito esquematicamente como se distribuem os papéis argumentativos, em função de três atos fundamentais: propor, opor-se e duvidar." Para ele, "uma pergunta é produzida pela contradição discurso/contradiscurso" (...) e a

> "sintagmática do discurso argumentativo é, portanto, a seguinte:
> **Pergunta argumento → [conclusão → = resposta à pergunta]**
> Assim, a argumentação é vista como um modo de construção de respostas a perguntas que organizam um conflito discursivo".

Segundo Lima (2010), "o sujeito organiza o discurso a partir de suas intenções, levando em conta a finalidade da interação, as circunstâncias da troca, as crenças e os valores em jogo." E é esse vínculo que o locutor do texto tenta estabelecer com o seu locutor ao fazer-lhe a pergunta inicial.

Nessa direção, percebemos como o locutor, ao fazer a pergunta propõe uma alternativa – poder torcer – para ao que ele se opõe – ser proibido torcer – levantando uma dúvida acerca disso, manifestada pela interrogação. A resposta que ele espera receber e para a qual encaminha sua argumentação, a fim de convencer o seu leitor a pensar como ele, ou seja, construir um referencial distinto daquele que parece ser o

que está em voga, será dada ao final do texto por meio de um apelo, como veremos mais adiante.

Falando em argumentação, lembremos que ela tem sido alvo de muitas considerações como, por exemplo, esta:

> Do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada à lógica, "a arte de pensar corretamente", à retórica, "à arte de bem falar", e à dialética, "a arte de bem dialogar". Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, de Aristóteles ao fim do século XIX. (Plantin, 2008:9)

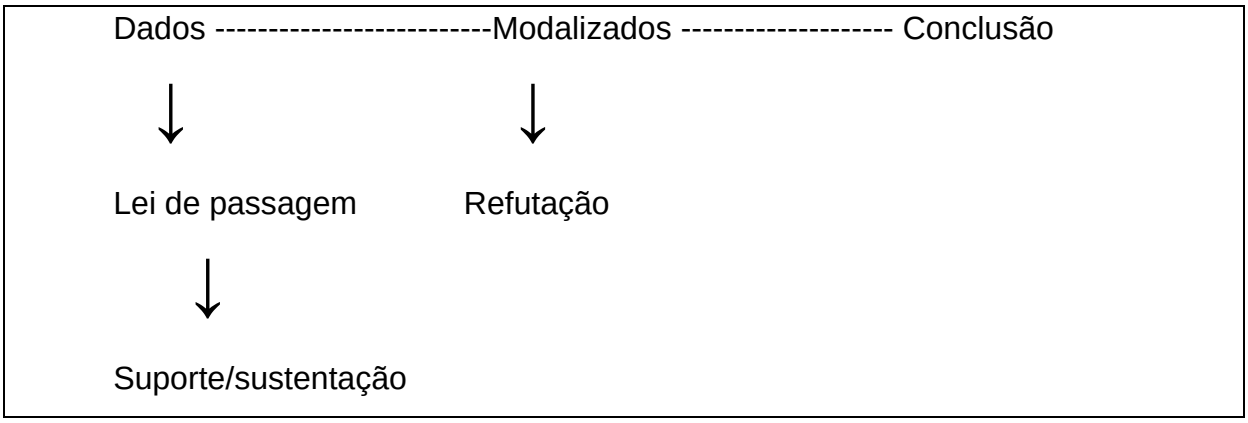
A argumentação estava intimamente ligada à Retórica. No fim do século XIX, em função de uma deslegitimação pela qual a Retórica passou, sendo considerada mesmo como disciplina não científica, ela chegou a ser excluída dos currículos, pois o seu saber não era considerado como um saber legítimo. Isso fez, inclusive com que se pensasse que "na medida em que estavam ligados aos estudos de retórica, os estudos de argumentação estavam claramente situados no lado errado." (Plantin, 2008:15)

Frege(1879), tratando da argumentação, vai marcar o momento em que a lógica se matematiza, e ao fazer isso, ela perde o seu caráter de orientadora do pensamento e a sua função crítica nos dizeres de Plantim(2008). Por isso, ainda segundo Plantim, "para a ala atuante dos lógicos, a argumentação será apenas uma forma caduca da silogística" (p.16). A argumentação, nesse período, só teve lugar e persistiu no campo do direito e da teologia, o que garantiu a ela não ser totalmente esquecida, apesar de profundamente deslegitimada.

Nesse caminhar, então, somente no século XX, a argumentação começa a ganhar novo espaço. Retomando a definição clássica de argumentação, Plantin (2008: 25) afirma que

> A argumentação é um modo de construção de um discurso em língua natural que "parte de proposições não duvidosas ou verossímeis, delas extraindo aquilo que, considerado isoladamente, parece duvidoso ou menos verossímil"

Toulmin (1958) propõe um modelo de argumentação monologal, que dá ao discurso uma forma de racionalidade.



Nesse modelo de Toulmin a racionalidade de uma argumentação depende da possibilidade de apoiar uma conclusão sobre um dado em virtude de uma lei de passagem dependendo ela mesma de um suporte, aquela com um degrau de força variável relativo à existência de refutações possíveis.

A partir desse modelo podemos ver em

(3) Todos sabem da paixão dos brasileiros pelo futebol. Essa modalidade esportiva está tão vinculada as nossas tradições, que, em todos os lugares do mundo, o Brasil é lembrado em função da notoriedade da nossa seleção, assim como, pelas belas exibições dos nossos jogadores em equipes estrangeiras. O futebol é uma espécie de identificação da nação brasileira.

que a Conclusão *O futebol é uma espécie de identificação da nação brasileira* é afirmada com base em um Dado*Todos sabem da paixão dos brasileiros pelo futebol*. A Lei de passagem se apresenta quando da afirmação de que [essa modalidade esportiva] *está vinculada as nossas tradições, que, em todos os lugares do mundo, o Brasil é lembrado em função da notoriedade da nossa seleção, assim como, pelas belas exibições dos nossos jogadores em equipes estrangeiras.* Essa afirmativa é modalizada pelo intensificador utilizado pelo autor para apresentação da Lei de Passagem: *Essa modalidade esportiva está* ***tão*** *vinculada as nossas tradições, que, em todos os lugares do mundo, o Brasil é lembrado...*e pela seleção lexical em ***notoriedade*** *da nossa seleção* ou ***belas exibições*** *dos nossos jogadores*. Não percebemos no trecho a Refutação, exatamente pela contundência da afirmativa. O Suporte é dado pelas certezas e generalizações apresentadas *Todos sabem* (...) *está vinculada as nossas tradições*(...)*em todos os lugares do mundo* (...).

Dessa forma, o locutor inicia sua tentativa de direcionar o leitor para o referencial de que não faz sentido o fato a que ele se refere na indagação que constitui o título do texto e que sinaliza para o tema dele: *É proibido torcer para a Seleção Brasileira?*

Para Ducrot, esse modelo de Toulmin corresponde a uma visão ingênua ou tradicional da argumentação, opondo-se à sua concepção que é semântica. Ele acredita que a argumentação está na língua.

> "A intuição fundamental desse modelo é que, quando um indivíduo produz um enunciado, já é possível, exclusivamente sobre essa base, predizer o que vele vai dizer em seguida. O estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação." (Ducrot(1990), apud Plantin (2008:32))

Assim, mesmo que o modelo de Toulmin se faça presente e que, a partir dele, possamos perceber um modo de argumentar, a percepção de Ducrot também pode ser percebida no texto, servindo, assim, para corroborar a ideia de que esse é um texto em que o locutor, a partir de várias estratégias, tenta trazer o leitor para perto de si e de suas ideias defendidas no texto. Assim, o texto perde esse caráter mologal e passa ao que Hamblin (1970) desenvolve: o modelo dialogal que não vê a argumentação como algo elementar, mas sim "em um quadro ampliado, no qual a enunciação está situada contra o pano de fundo do diálogo".

A teoria da argumentação na língua é uma teoria da significação. O valor argumentativo de uma palavra conduz a uma orientação argumentativa no discurso, correspondendo a um referencial e a um sentido desejado. Para Amossy (2010) a argumentação está sempre presente, explícita ou implicitamente (dimensão ou *visée)*; para a autora, tudo é argumentação, já que a linguagem se mostra opaca, sem transparência. Nesse sentido, observemos:

(4) Particularmente, não sou contrário às manifestações ordeiras, pacíficas e espontâneas. Se a população está insatisfeita com a forma que os governantes vêm elegendo as prioridades de políticas públicas, que proteste. Proteste o ano todo, mesmo quando a copa terminar e use o seu melhor meio de protesto, o voto.

Embora Amossy ainda não fale de linguística textual, é isso que ela vislumbra ao afirmar que a argumentação deve ser estudada ao nível da construção textual a partir de procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento. Para ela, o dialogismo leva à argumentação, em que o outro sempre está presente, até mesmo pelo desejo de influenciá-lo: *Particularmente, não sou contrário às manifestações ordeiras, pacíficas e espontâneas.* Seguindo nesse modo de pensar, Amossy ainda diz que a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) considera que, na relação intersubjetiva, a fala eficaz não é só aquela que manipula o outro, mas também aquela que inclui o raciocínio e o questionamento. Podemos observar isso em: *Se a população está insatisfeita com a forma que os governantes vêm elegendo as prioridades de políticas públicas, que proteste. Proteste o ano todo, mesmo quando a copa terminar e use o seu melhor meio de protesto, o voto.* Dessa forma, podemos perceber uma argumentação orientada menos ou mais marcada no enunciado que convida o outro a partilhar maneiras de pensar, de ver e de sentir, ou seja, a *visée* nos dizeres ainda de Amossy.

Carel(2005) fala em argumentação normativa e argumentação transgressiva. Para ela, qualquer encadeamento, qualquer sequência de dois segmentos que são, de certo modo dependentes, é classificado, por ela, de argumentativo. Diferenciando-os entre si, Carel diz que o caráter normativo é dado pelos operadores do tipo 'portanto' ou 'se então', e o caráter transgressivo pelos operadores de natureza 'mesmo assim' ou 'apesar de'. Ao dizer: *Se a população está insatisfeita com a forma que os governantes vêm elegendo as prioridades de políticas públicas,* ***que*** *proteste,* o locutor estabelece uma argumentação normativa, marcada pelo **que** equivalente a **então;** mas também estabelece uma argumentação transgressiva ao dizer: *Proteste o ano todo, mesmo quando a copa terminar e use o seu melhor meio de protesto, o voto.* O encadeamento dado a essa sequência e a anterior a ela, embora não esteja o operador explicitado, pode ser entendida como: **apesar de** o protesto ser válido, ele deve ser feito com o voto e não através da não torcida pela seleção brasileira de futebol. Esse é um fenômeno linguístico argumentativo, pois ao mesmo tempo em que concorda com o outro, com o interlocutor, o locutor também discorda, mas de forma sutil, o suficiente para não melindrá-lo, pois o seu intuito é fazer com que esse interlocutor concorde com ele e venha torcer para a seleção, sem culpa. E esse desejo

é reforçado pela série de perguntas retóricas que são lançadas logo a seguir no texto, reforçando ainda mais o caráter de um modelo dialogal da argumentação.

(5) No entanto eu pergunto: o que há de antipatriota em ser a favor da Copa? A culpa pelos problemas do povo brasileiro é da Seleção Brasileira? A culpa é do futebol?

Plantin (2008, p.46) traz o trecho dO Tratado da Argumentação que assim fala sobre a estratégia dialogal de persuadir e convencer que perpassa todo o texto e que temos analisado até aqui.

> Uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação visada (ação positiva ou abstenção), ou de modo a pelo menos citar, entre eles, uma disposição para a ação, que se manifeste no momento oportuno.

Ainda observando nosso *corpus* com um olhar do modelo dialogal, segundo o qual "a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta" –no nosso caso a do título – temos:

(6) Com certeza alguém vai argumentar que a causa desse repúdio à Copa é porque o Brasil é um país pobre para arcar com os altos gastos de se sediar um evento dessa natureza.

e

(7) Todos esses argumentos são plausíveis. Isto é fato!! Outra verdade a ser dita é que os gastos já foram feitos e a Copa vai acontecer de todo jeito.

Há aqui um conflito discursivo que se presta a sustentar um ponto de vista, manifestado pela contra-argumentação. O locutor mostra que o discurso do outro é insustentável, apesar da aparente concordância com eles num primeiro momento em seu enunciado. Para refutar o argumento do outro e levá-lo a concordar com o seu próprio –*a Copa vai acontecer de todo jeito* – o locutor primeiro o afirma: *Todos esses argumentos são plausíveis. Isto é fato!!*para depois contestá-lo: *Outra verdade a ser dita é que os gastos já foram feitos*. Ao validar e em seguida contestar o discurso, o locutor tenta mostrar a contradição, o despropósito contido nele. Com isso, espera que se chegue à conclusão de que *torcer para a seleção brasileira* não deve ser

pensado como falta de patriotismo, retomando o domínio referencial que era consenso antes desse momento de atualização de seu dizer.

Como se tudo isso não bastasse, o locutor ainda lança mão de um fundamento que foi desmerecido ao longo dos estudos sobre a argumentação: a emoção.

3.3 A emoção no discurso

Pensada como não pertencente ao discurso científico, a emoção foi excluída dos estudos argumentativos e linguísticos por muitas teorias no século XIX e início do século XX. A partir dos anos 90, isso muda, principalmente, com Walton(1992). Plantin (2008, p.124) afirma:

> ... é impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista.

Micheli (2010) pergunta “se, e em que medida, as emoções encontram um lugar na abordagem de cada teoria.” No caso de Toulmin, ele acha que não há esse lugar. Mas gostaria de compreender o porquê não. O autor traça um percurso de várias teorias argumentativas, criticando-as e procurando dar o devido lugar à emoção como parte do discurso argumentativo. Dessa forma apresenta o pensamento de Walton que lutou contra a concepção ontológica negativa do apelo à emoção e contribuiu também para fazer dela um objeto legítimo. "Não há nada de mal ou de falacioso *per se* com o apelo à emoção. A emoção não deveria ser categoricamente oposta à razão" e continua: “os apelos à emoção não são nefastos a todas as atividades argumentativas bem incluídas.” Segundo esse autor, contrariamente à pressuposição comum de que o argumento baseado na emoção não é um a argumento racional, um tal argumento pode ser bom e razoável na medida em que um argumento bom e razoável é aquele que contribui para os objetivos legítimos do diálogo. Para ele, ainda, não se trata de provar a verdade ou a falsidade de uma proposição, mas orientar o auditório em direção de uma linha de ação como oportuno relativamente a um objetivo que nós propomos. O autor considera um grande progresso a recusa dicotômica entre a argumentação e os apelos à emoção. As emoções por si mesmas são objetos de escolha argumentativa com vistas a criar um referencial que atenda à construção de sentido pretendida pelo locutor no momento da enunciação, na atualização de seu

dizer.

Kerbrat-Orecchioni (2000) faz um estudo detalhado acerca de diferentes abordagens através das quais se pode estudar a presença da emoção na linguagem. Elas vão desde as abordagens lexicais, morfossintáticas e gramaticais, pragmáticas a abordagens interacionistas e interculturais. De um modo geral, ao longo de todo o texto objeto de nossa análise, podemos observar como elementos de algumas abordagens se apresentam e como esse fenômeno contribui, através da sintaxe, para a construção de um referencial, objetivando um sentido dado pelo locutor ao enunciar as sentenças e construir argumentação para tal. A seleção lexical – seja por palavras ou FNs –em vários momentos denuncia a presença das emoções no discurso, como, p.e.: *paixão, belas exibições, vibrante, o futebol é uma espécie de identificação da nação brasileira, brasileiros vestindo a camisa canarinho, decretado por alguns fundamentalistas, repúdio* etc. Essas construções sintáticas denunciam o referencial que se quer criar a partir delas, apelando para a emoção e para a memória que esses dizeres evocam no interlocutor devido à história de sucesso do futebol brasileiro, das alegrias proporcionadas por ele e do reconhecimento que o futebol tem no mundo e o respeito dado a ele e, por consequência a todo o Brasil, em função desse esporte. Outros elementos indicativos de uma orientação emocional são, p.e., os procedimentos de intensificação, tais como *está tão vinculada as nossas tradições que..., é terminantemente proibido*; atos expressivos e contundentes como *Isto é fato!, que proteste., Proteste o ano inteiro.* Essas construções na cena enunciativa em que aparecem estão carregadas de apelos à emoção que buscam criar no leitor uma adesão ao sentimento que o locutor demonstra através delas. A presença marcante e constante da 1ª pessoa também é uma forte marcação da presença da emoção: *ainda não vi, não encontrei, Particularmente não sou contrário, eu pergunto*. Segundo Brèal (1992, p.161)

> O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. (...) A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. (...)Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjetivo reina sozinho, que ele é o único expresso, o único

> compreendido, que ele esgota sua faculdade de entendimento e toda matéria de seus pensamentos.

Esse pensamento pode tranquilamente ser observado em

(8) ainda não vi as ruas enfeitadas de verde-amarelo como em outrora, não encontrei no centro da cidade brasileiros vestindo a camisa canarinho... O Brasileiro não está vibrante com a sua seleção.

Seguindo nessa direção, Lima (2010-b) reafirma a ideia de que "as nossas representações sociais acerca de tudo que nos rodeia determinam o tipo de relação que mantemos com a emoção." Manifestar o próprio sentimento explicitamente num momento em que as pessoas são convidadas a escondê-los é também uma forma de protestar. Além das perguntas retóricas, o locutor escolhe argumentar através da emoção sentida e provocada.

(9) Particularmente, não sou contrário às manifestações ordeiras, pacíficas e espontâneas. Se a população está insatisfeita com a forma que os governantes vêm elegendo as prioridades de políticas públicas, que proteste. Proteste o ano todo, mesmo quando a copa terminar e use o seu melhor meio de protesto, o voto.

No entanto eu pergunto: o que há de antipatriota em ser a favor da Copa? A culpa pelos problemas do povo brasileiro é da Seleção Brasileira? A culpa é do futebol?

As emoções têm o poder de orientar, de argumentar em favor de um desejo, de um objetivo a ser alcançado, ou seja, aqui, o de acreditar que torcer para a seleção brasileira não é um ato ilícito, não é uma forma de alienação e de não participação social em defesa dos direitos e necessidades coletivas dos brasileiros. Lima (2010-b, p.148), nesse sentido, afirma

> ... o processo de configuração simbolizante do mundo se faz de enunciados que "significam" a vida dos seres do mundo e não através de signos isolados. Tais enunciados nada têm de arbitrário uma vez que são determinados pela relação que o sujeito mantém com o mundo, por sua relação com seus valores e julgamentos.

Mas a grande presença do elemento subjetivo nos dizeres de Brèal (1992, p.157) "a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores... o produtor

intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal" está no último parágrafo do texto.

> *(10) Como brasileiro, já me tiraram muita coisa: saúde, segurança, educação... NÃO QUEIRAM TIRAR DE MIM TAMBÉM O DIREITO DE TORCER PELO BRASIL.*

Além de puxar para si a identificação do brasileiro, o locutor termina o texto em brados – indicado pela escrita em caixa alta – demonstrando toda a sua indignação e desejo de fazer aquilo que ele quer e que, atualmente, possui indícios de que é algo que não se pode fazer. Não é proibido torcer para a seleção brasileira de futebol. Ao contrário, é necessário, pois é a única coisa que lhe resta, já que tudo lhe foi tirado. É um direito que o locutor deseja ver assegurado.

4. Considerações Finais

Um acontecimento enunciativo não é aquele que traz o 'sempre novo', mas aquele no qual a cena enunciativa, motivada por uma pertinência, provoca um dizer que no momento da enunciação é novo. Essa pertinência é percebida na atualização dos dizeres que já foram enunciadas anteriormente, mas ganham relevância e se fazem necessárias no momento atual. E dessa forma que uma Semântica enunciativa analisa os enunciados, tomando como base os referenciais desses dizeres.

Sendo assim, como vimos, o referencial de copa do mundo em que a seleção brasileira era tida até então como orgulho nacional, como fator de união, de congregação de todos os brasileiros, ganha outro sentido nos dizeres atualizados: o de algo que deve ser repudiado, não apoiado como forma de se manifestar uma insatisfação com os governantes do país.

Isto foi operado pelo locutor através de construções sintáticas argumentativas e do estabelecimento de relações entre os enunciados, através de perguntas retóricas, de dialogismos, por argumentações normativas e transgressivas, apelo à emoção, a fim de orientar o leitor a coadunar com seu pensamento, ou seja, construir um referencial distinto daquele que parece ser o que estava em voga no momento

enunciativo em questão.Dessa forma, o locutor constrói uma forma de direcionar o leitor para o referencial de que não faz sentido o fato a que ele se refere na indagação que constitui o título do texto e que sinaliza para o tema dele: *É proibido torcer para a Seleção Brasileira?*

O domínio referencial que emergiu em relação a torcer pela seleção brasileira foi questionado e, através do posicionamento do locutor assumido por sua subjetividade e pontos de vista explicitados, também foi delineado e reconfigurado: *não queiram tirar de mim também o direito de torcer pelo Brasil.*

Os elementos da ordem da sintaxe, como intensificadores, operadores argumentativos, seleção lexical, entre outros, e os da ordem da semântica, como estrutura argumentativa e apelo à emoção, ao serem analisados, puderam demonstrar como o sentido constrói e se estabelece em um enunciado. Não é antipatriotismo torcer pela seleção brasileira de futebol em um momento de desgoverno pelo qual o país atravessa. A culpa dos problemas do Brasil não é do futebol. A seleção brasileira ainda é representativa da nação e do orgulho nacional. Esse é, a nosso ver, o referencial desejado pelo locutor e anunciado por ele quando ao atualizar pelo acontecimento enunciativo o seu dizer *o futebol é uma espécie de identificação da nação brasileira.*

Por essa breve análise, esperamos ter demonstrado, então, como os sentidos dos enunciados, quer sejam eles simples ou complexos, são construídos a partir de referenciais adotados pelos falantes em função de uma pertinência enunciativa em um determinado contexto de comunicação nos quais esse enunciados se fazem pertinentes.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE**,** Kelson Araújo. É proibido torcer para a Seleção Brasileira? Disponível em http://www.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2014/05/28/noticiajornaldoleitorartigos,3257962/e-proibido-torcer-para-a-selecao-brasileira.shtml. Acesso em 29/05/2014.

AMOSSY, Ruth.*L'argumentationdans le discours.*3ª édition. Paris: Armand Colin, 2010.

BRÈAL, Michel. *O elemento subjetivo.* In: ____ Ensaio de Semântica – Ciência das significações. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: 2ª edição. Editora RG, 2008, p.157-161.

CAREL, Marion. *O que é argumentar?*. Revista do Programa de Pós-graduação da Universidade de Passo Fundo. V.1, n.2, p.77-84 – jul/dez, 2005.

DIAS, L.F. *Os sentidos da liberdade no mundo wiki.* In: SCHONS, C.R. CAZARIN, E.A. (orgs) Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias**.** Passo Fundo: Ed. Da UPF, p.272-287, 2011.

DIAS, L. F.LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. *A referência nos estudos semânticos*. Cadernos de Letras da UFF, v. 47, p. 357-371, 2013-b.

DIAS, L. F.*Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa.* Letras (UFSM), v. 46, p. 11-22, 2013.

DIAS, L. F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica. In: *Estudos da Língua(gem).* Vitória da Conquista, v.13, n 1, 2015c

DIAS, L. F.Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos.* Campinas, n 35, 2015e, p. 99- 138.

DIAS, L. F**.** ; GUIMARÃES, Igor Caixeta Trindade. *Complementação e adjunção: dois procedimentos de determinação nas Formações Nominais*. In: SILVA, S.M.S, da; MACHADO, C. de P. (orgs). *Semântica e discurso: múltiplos sentidos*. 2013-c (no prelo).

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação, polifonia, argumentação. In: *Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. *História e Sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 71-79

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento:* um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Quelle place pour lees emotions dans la linguistiques du XXe siècle?Remarquesetapercus.*In: Les emotions dans les interactions. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000.

LIMA, Helcira. *Quem tem boca vai a Roma: algumas reflexões sobre o ensino da argumentação.* In: Anais do XV ENDIPE/FAE – UFMG, 2010- p.27-39

LIMA, Helcira. *Patemização: emoções e linguagem*. In: MACHADO, Ida Lúcia, MENEZES, Willian, MENDESE, Emília.(orgs). As emoções no discurso. Vol.1. Campinas: Mercado das Letras, 2010-b, p. 140-149.

MICHELI, Raphaël. *L'émotiionargumentée. L'abolition de la peine de mortdansledédatparlamentairefrançais.* Paris, Cerf, 2010.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. Trad.MarcosMarcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA EM CHARGES DA MAFALDA

Gabriela Pacheco Amaral
Jaqueline S. Batista Soares
UFMG

1. Um breve esboço sobre a heterogeneidade enunciativa

As vozes que permeiam e contaminam o discurso foram objeto de estudo da linguista Authier-Revuz, a partir dos anos 1980. Para a teórica, na relação entre o sujeito e a linguagem, o exterior se torna essencial para a prática discursiva, já que "[...] o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição [...]" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27). Consideramos que o exterior do sujeito é formado pelos outros ditos já ditos.

O exterior constitui o discurso e "[...] sempre sob as palavras 'outras palavras' são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso [...] (Ib. p. 28). O discurso é naturalmente entrecruzado porde outras vozes, outros dizeres.

Para desenvolver o conceito de heterogeneidade enunciativa, Authier-Revuz baseia suas pesquisas no dialogismo bakhtiniano e na psicanálise. No primeiro, o discurso é construído e atravessado por diferentes outros discursos que podem convergir ou divergir. Ou seja, é com base em diversos outros discursos já ditos que o discurso do sujeito se constitui; esses outros discursos funcionam como um "exterior constitutivo" (ARAUJO, 2015, p. 17). Desse modo, nenhum discurso é homogêneo, já que todo discurso é perpassado por diversos outros dizeres que se assemelham ou se contradizem.

A psicanálise, por outro lado, sustenta o conceito de heterogeneidade na perspectiva da releitura lacaniana de Freud, que aborda a relação do sujeito com a linguagem, na qual o discurso é permeado pelo inconsciente. As manifestações do inconsciente são identificadas nos atos falhos, nos sonhos, na fala do corpo por meio de palavras, metáforas, alusões, intertextualidades, humor e ironia. A fala do sujeito é, pois,

heterogênea por tercarregar ideias do discurso consciente permeadas pelo discurso do inconsciente. Além do mais, é recorrente que o sujeito esqueça a heterogeneidade de seu discurso, acreditando que ele seja o criador de seu enunciado (ARAUJO, 2015, p. 18–32).

Authier-Revuz (1990) divide a heterogeneidade enunciativa em duas: a constitutiva e a mostrada. A constitutiva refere-se ao fato de que não há um discurso único, individual; todos eles se embricamimbricam e se fundem no âmbito dos usos linguageiros. Todo discurso assim é formado por outros, pelo déjà dit ou por discurso já ditos, imaginados ou a serem ditos. No entanto, há a ilusão de que o sujeito é a origem do seu enunciado, pois, de maneira geral, ele desconhece a natureza heterogênea do discurso.

A heterogeneidade mostrada é a forma explícita da presença de outros discursos no que se enuncia. O sujeito-falante tem a consciência que há dizeres de outros em suas palavras. Nessa perspectiva, a voz do outro se apresenta por meio de marcas visíveis no fio do discurso, tais como a utilização das aspas, do discurso direto, de itálico, dos parênteses, entre outros. Estes empréstimos da “voz” ou da “palavra” do outro, ficam visíveisel na na superfície do texto e revelam sua alteridade que, por conseguinte, cria um mecanismo de distância com os dizeres alheios.

Ao lado da heterogeneidade marcada existe também a não-marcada, ou seja, aquela por meio da qual em que os enunciados do outro não apresentam visibilidade explícita, tais como o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a alusão, a metáfora e a imitação. Essa forma de heterogeneidade demanda ao receptor o reconhecimento e/ou a interpretação da presença do outro no fio do discurso (MESQUITA; ROSA, 2010, p. 134-135).

Ambas as formas de heterogeneidade, a constitutiva e a marcada (e também a não-marcada), não se excluem, pois elas são indivisíveis e estão atreladas umas às outras. Em um discurso em que há a heterogeneidade marcada, o sujeito tem o objetivo e a certeza de que alguns enunciados não são de sua autoria ali e agora, e, por isso, atribui e marca a voz do outro. Contudo, há o esquecimento de que todo o seu discurso é um conjunto de interação de diversos outros discursos já ditos.

No entanto, acreditamos que a heterogeneidade marcada seja necessária para se evitar plágios e criações do outro em nossos discursos. É por isso que um trabalho

como o deste artigo tem tantas citações que creditamos a outros autores. Enfim: vivemos em um mundo onde o discurso é construído por diversas vozes que se interpelam o tempo todo, mas guardamos ainda a ilusão – mesmo ao usar a heterogeneidade marcada – de que temos uma certa originalidade...

Enfim, percebemos que o discurso, em geral, mostra-se sempre perpassado por diversos outros, que trazem o eco de outras vozes, de outras ideologias, de outras crenças, de outras atitudes face ao mundo da linguagem.

Diante disso, sentimo-nos na obrigação de evocar o conceito de Dialogismo, de Bakhtin (1975). O mestre russo, como já foi dito, considera que todo discurso dialoga com outros enunciados, com outros já ditos. Doravante, iremos apresentar algumas considerações sobre o dialogismo e a polifonia bakhtiniana com o intuito de compreender a natureza dialógica do discurso. Aliás, foi em parte com base nas concepções de Bakhtin que Authier-Revuz conduziu seus estudos sobre a heterogeneidade enunciativa.

2. O dialogismo e a polifonia de Bakhtin: as vozes que ecoam no sujeito e no discurso

A concepção do dialogismo na perspectiva de Bakhtin se dá na compreensão de que quando o sujeito-falante produz um discurso, automaticamente, ele evoca diversos outros já ditos sobre o assunto, tema ou problematização que se enuncia. Por conseguinte, todo enunciado é heterogêneo, já que é transpassado por múltiplos discursos e estes são essencialmente dialógicos.

O enunciado não existe exteriormente às relações dialógicas dos discursos, dado que ele é constituído justamente por esse diálogo. Nele, sempre estarão nuances, alusões e lembranças de outros enunciados, a respeito dos quais ele concorda, confirma, completa, refuta, isola e/ou contradiz. Com essa perspectiva de que o discurso se constitui a partir de outro discurso, há que se considerar que existem, no mínimo, duas vozes em sua existência. Por mais que elas não estejam explícitas no fio do discurso, elas estarão sempre nele presentes. Isso porque o enunciado revela duas posições : a que se enuncia e a oposição à qual ela é construída (FIORIN, 2006, p. 21).

O discurso se apresenta como um produto da inter-relação entre os discursos e os sujeitos. Todo enunciado é penetrado pelo exterior, de modo que não existe palavra neutra, já que ela é carregada de outros dizeres e de imaginários. Ao longo de sua existência, elas são carregadas de sentidos. De tal maneira, o dialogismo é a base do sentido, pois este se dá justamente pelo entrecruzamento de diversos discursos (ARAUJO, 2015, p. 30).

Segundo Bakhtin (2002, p. 86), existem diversos dizeres sobre o mesmo objeto, e sobre o mesmo tema, que circulam na sociedade. O objeto do discurso está "amarrado" e "penetrado" por amplas ideias, por pontos de vista, por julgamentos alheios. Assim, o enunciado adquire múltiplos "fios dialógicos" que surgem de vários momentos sociais e históricos, que evoluem, que se repassam, que se transformam e que se repetem ao longo de sua existência. Nesse sentido, há uma interação complexa entre os diversos pontos de vista, referentes a ideias e julgamentos. Eles se entrelaçam e se contradizem. Alguns se isolam e se amalgamam, outros se cruzam. Por conseguinte, todo esse "jogo" complexo entre os dizeres ou jogo que envolve a linguagem – de modo substancial e constitutivo - é aquele que forma o discurso.

Todo discurso tem em vista o interlocutor e, por consequência, o orienta para uma resposta futura. Diante disso, Bakhtin afirma que o discurso constitui uma influência implícita de resposta antecipada no que se anuncia, o que torna todo discurso vivo, já que "[...] o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado" (ib., p. 89). Nessa ótica, todo discurso é direcionado para o interlocutor. Devido a esse direcionamento, o discurso que é social e alheio, individualiza-se no processo de mútua-interação entre os já ditos e a subjetividade do interlocutor. De acordo com Bakhtin:

[...] sua orientação [a do discurso] para o ouvinte é a orientação para um círculo particular, para o mundo particular do ouvinte, introduzindo elementos completamente novos no seu discurso: pois para isto concorre a interação dos diversos contextos, diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversos sistemas de expressão e de acentuação, diversas "falas" sociais. O falante tende a orientar o seu discurso, com o

seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no, território de outrem, sobre o fundo perceptivo do seu ouvinte (BAKHTIN, 2002, p. 91).

Podemos pensar no uso da primeira palavra como uma constante espiral em movimento e seu princípio estaria no “Adão mítico” (BAKHTIN, 2002) , no qual os primeiros ditos se somariam aos demais dizeres de outros seres e constituiria assim um encadeamento de discursos sobre o mesmo tema ou objeto. Não pensamos em um círculo, pois o discurso é todo ele movimento, movimento dinâmico e complexo. O discurso é naturalmente dialógico, visto que ele se encontra com os outros discursos, dialoga, contradiz, participa....Trata-se de um processo essencialmente dialético entre o social, o externo e o subjetivo do sujeito que origina o que chamamos “um discurso”. Nesse sentido, podemos considerar que nenhum discurso é essencialmente único e original, uma vez que todo e qualquer enunciado é influenciado por diversos outros dizeres. Dizeres esses que podem ter sidos produzidos em diferentes espaços, épocas e regiões. Contudo, não podemos simplificar o dialogismo ao afirmar que todos os discursos são iguais. Não se trata disso, afinal, por mais que os discursos não sejam totalmente unívocos e sejam embebidos de outros enunciados, o contexto de produção é que vai delimitar e constituir um sentido particular para cada discurso. Além do mais, como veremos mais adiante os discursos sociais se tornam individualizados para o sujeito, principalmente no âmbito do estilo que ele assume ao se pronunciar.

De acordo com Bakhtin (ib., p. 98), em cada contexto social e ideológico coexistem dizeres que são específicos à sua época. Cada momento tem aé perpassado por uma sua conjuntura social e ideológica. Em consonância com o Mestre russo, para Fiorin (2006, p. 22 -23), o discurso que se enuncia é carregado de emoções e juízos de valor. Portanto, são dotados de crenças, opiniões e ideologias. Sem um autor e um contexto para a produção do enunciado, as palavras são neutras , mas quando inseridas em uma conjuntura social elas adquirem sentidos e valores.

Como preconiza Fiorin (2006, p. 28), o sujeito bakhtiniano não é totalmente assujeitado aos discursos existentes, uma vez que ele encontra o espaço para sua

liberdade e para sua incompletude. A individualidade de cada sujeito estaria na “interação viva das vozes sociais” e da escolha dessas vozes. O sujeito é, portanto, individual e social.

A subjetividade do sujeito é construída pelo/no conjunto da interação social do qual ele participa. Assim como o discurso, o sujeito é essencialmente constituído pelo outro, ou seja, o sujeito e o discurso são naturalmente heterogêneos. O sujeito é instituído pelas múltiplas vozes que se interagem no meio social que o circunda, e impregna-se não somente de uma voz, mas de diversas delas. No âmago do sujeito há uma heterogeneidade de vozes sociais que podem estar em relação de concordância ou discordância entre si e com o mundo . Todavia, ele não é totalmente assujeitado a essas vozes, visto que cada sujeito tem seu modo único de interagir e participar do dialogismo.

Assim, a heterogeneidade das vozes na sociedade “[...] permite a constituição de sujeitos únicos” (FIORIN, 2006, p. 55-58).

Percebemos, pois, que o dialogismo é constituinte tanto do sujeito quanto de seu discurso , já que ambos estão imbricados um pelo outro. No âmago do sujeito e do discurso há uma multiplicidade de discursos, de vozes que ecoam, dialogam e se contradizem. Quando essas vozes são plenivalentes e equipolentes, isto é, plenas de valor, elas mantêm uma relação de igualdade e conservam sua alteridade, sua autonomia, com outras vozes no enunciado, Bakhtin as compreende como um estado de polifonia (BAKHTIN, 2015, p. 4).

O termo “polifonia” surgiu no livro Problemas da poética de Dostoiévsky, escrito por Bakhtin originalmente em (1929). Ao escrever este livro, o autor russo havia percebido que as vozes dos personagens do romance Os Irmãos Karamázov apresentavam estruturas discursivas independentes no enredo. Elas não estavam subordinadas à voz do autor: eram autônomas. Tinham relação de igualdade e mantinham sua alteridade, de modo que foi possível, para Bakhtin, notar a presença de uma interação entre as consciências delineadas no romance. Nessa direção, A partir daí, Bakhtin observou viu que a narrativa tinha com um teor psicológico realista que mostrava o ponto de vista, a consciência que o personagem tinha de si e do mundo.

Tal pensamento é partilhado pelo teórico Bezerra, que afirma o seguinte:

> Em Dostoiévski, cujo universo é plural, a representação de consciências plurais, nunca da consciência de um eu único e indiviso, mas da interação de muitas consciências, de consciências unas, dotadas de valores próprios, que dialogam entre si, interagem preenchem com suas vozes as lacunas e evasivas deixadas por seus interlocutores [...] (BEZERRA, 2015, p. 10).

Percebemos que a polifonia se constitui na mistura de diversas vozes — ou discursos —, na qual cada voz representa um ponto de vista, e mostra a consciência ou os sentimentos de um indivíduo sobre determinado assunto. No discurso, as diferentes vozes são estruturadas de forma igualitária e mantêm sua essência, sua alteridade.

As vozes que ecoam nos discursos refletem convicções acerca do mundo, refletem as consciências dos indivíduos; são enfim vozes que estão em constante tensão e diálogo umas com outras.

Para Fiorin (2006, p. 32-37), a polifonia pode ser pensada como um dialogismo que se apresenta de forma composicional, explícita no fio do discurso. Os discursos alheios são incorporados no enunciado e podem se apresentar de duas maneiras: a primeira consiste no discurso objetivado, no qual se revela aberta e nitidamente o discurso de outro. Há, portanto, uma separação entre o discurso alheio e o discurso do locutor, e isso se dá com o uso de aspas, citação direta e indireta, e negação. Com o uso do discurso direto, indireto e as aspas, a voz do outro é marcada, delimitada no enunciado e a autoria é revelada, é translúcida.

A segunda maneira como a voz do outro se insere no discurso, dá-se no discurso bivocal, em que os discursos, as vozes alheias estão internalizadas e não há uma separação explícita entre elas ali presentes. Mesmo essas vozes não estando claramente demarcadas, as palavras que compõem os discursos são bivocais e, por vezes, notamos as vozes nelas presentes.

Para explicitar melhor, e tomando por base o que afirma Fiorin (2006, p.38-46), podemos dizer que a bivocalidade dar-se-ia se pelo uso de alguns recursos linguageiros: o do discurso indireto livre, no qual se misturam as vozes do narrador e a do personagem; o da polêmica clara, na qual duas vozes se enfrentam abertamente; o da polêmica velada, na qual em que o afrontamento não é nítido, mas percebe-se a oposição na construção discursiva; o da paródia, no qual ocorre uma imitação de um determinado discurso com o objetivo de ridicularizá-lo; o da estilização, no qual se dá

uma imitação do discurso ou do estilo, sem o objetivo da negação da paródia; e o do estilo.

O estilo, para Fiorin (2006), a luz dos pensamentos bakhtinianos, é o resultado de um conjunto de recursos linguísticos empregados por um sujeito-falante na elaboração de um enunciado. São traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, discursivos, etc., que definem a especificidade de um discurso e, por conseguinte, criam um efeito de individualidade e uma imagem do autor. O estilo pode ser tanto individual quanto coletivo: o estilo é o resultado discursivo-estrutural da visão de mundo de um sujeito, ou de um determinado grupo.

Em síntese, os conceitos de dialogismo e a polifonia representam as múltiplas vozes que estão na natureza constitutiva do sujeito e do discurso e eles estão inter-relacionados. Não há uma dicotomia entre eles. Poderíamos pensar que a polifonia é a heterogeneidade de vozes marcadas e explícitas no fio do discurso, em que o sujeito tem a consciência da alteridade do discurso alheio. Assim, a polifonia é o dialogismo circunscrito, nítido, claro na forma das palavras que, concretamente, compõem o enunciado. O dialogismo, por sua vez, é inerente, é próprio do discurso, e, na maior parte dos casos, é bem possível que os sujeitos-falantes desconheçam essa heterogeneidade constitutiva. No entanto, ela está sempre presente, velada, aludida, implícita no seio do enunciado.

3. As vozes nas charges

Caso 1:

Nessa charge, conseguimos perceber a presença de vozes que tentam disfarçar, ou até mesmo maquiar a presença da pobreza na cidade , no estado ou no país. Podemos pensar em uma voz que não quer enxergar a pobreza que existe na sociedade. Não quer que essa condição faça parte de sua vida. Por isso, prefere optar-se pela sua não-existência.

Em contraste a essa voz, a personagem da Mafalda faz emergir uma voz que mostra a existência da pobreza na sociedade. Desse modo, as vozes das duas personagens são carregadas de outros dizeres que sustentam pontos de vistas diferentes que sustentam o pensamento de alguns indivíduos.

Consideramos, então, que nesta charge há a presença da heterogeneidade não-mostrada. A voz do outro não está explícita no fio do discurso. Mas, é possível perceber a alusão que ambas as personagens fazem sobre pontos de vistas que se contrastam.

Caso 2:

Identificamos a presença da heterogeneidade marcada com o uso de aspas para delimitar a voz do outro. Nessa perspectiva, a voz que é marcada trata-se de um discurso midiático, em que podemos associá-las as propagandas que geralmente usam os verbos no modo imperativo.

Compreendemos que o discurso apresentado pela mídia não agrada a personagem da Mafalda. Por isso, o uso da heterogeneidade marcada serve também para mostrar que a voz midiática não foi internalizada pela personagem; não faz parte de seu mundo de crenças, marcando certo distanciamento entre o ponto de vista de Mafalda e o ponto de vista da publicidade.

Na personagem da Mafalda, podemos inferir uma alusão a um discurso sobre a identidade dos sujeitos . Portanto, nos deparamos com a heterogeneidade não-mostrada. Além do mais, nesse discurso, consideramos que há uma crítica quanto ao papel da mídia na formação de identidade de um indivíduo. Pois, sabemos que muitas pessoas deixam se levar apenas pelas informações, ou pelas influências que são apresentadas na mídia.

Caso 3:

Nessa charge, nós percebemos a presença da heterogeneidade não-mostrada, já que há alusões sobre outros discursos, outras vozes. A voz do primeiro personagem faz uma alusão sobre aà crença que algumas pessoas sustentam sobre um determinado tempo: o “ano que vem vai ser melhor”, como se essa melhora dependesse exclusivamente da data, e não das pessoas. Já a voz da Mafalda revela um posicionamento crítico quanto ao papel das pessoas para essa melhoria. Já que o tempo mencionado depende exclusivamente delas as ações que podem melhorar ou piorar as condições de vida.

Conseguimos identificar que a dualidade de posicionamentos dos personagens pode gerar uma ironia no discurso , já que estamos diante de um ponto de vista que defende que a responsabilidade de um ano ser bom ou não será do próprio ano em si, como se a data propriamente dita fosse incumbida de tal ação. Em contraste a esse pensamento , surge a voz crítica do personagem da Mafalda para revelar que o ano só será bom dependendo das ações das pessoas.

Considerações Finais

As análises das charges nos permitiram perceber como o dialogismo e a polifonia podem denotar as diversas vozes que constituem os discursos. Além disso, as noções de heterogeneidade enunciativa se mostram operatórias quando empregadas em termos metodológicos para a análise dos vários discursos e gêneros discursivos que circulam pela sociedade.

Na heterogeneidade marcada, a presença de outras vozes é bem delimitada nos permitindo perceber de modo mais claro como duas ou mais vozes se constituem, se complementam ou se opõem, estabelecendo uma relação que pode ser de concordância ou de discordância, instaurando ou não pontos de vista que podem ser polêmicos. Já na heterogeneidade constitutiva, como vimos nas charges, os vários pontos de vista que constituem os discursos podem ser recuperados por meio de alusões, implícitos e marcas de estilo como pistas deixadas pelos sujeitos em seus discursos. Em ambos os casos a situação de comunicação ou o contexto social de produção se mostra indissociável da produção dos sentidos. Traço constitutivo da Análise do Discurso.

A pesquisa aqui realizada se mostra bastante produtiva, mesmo não sendo essa a finalidade, para o trabalho que envolve tanto a produção de discursos quanto ao ensino de leitura que seja crítica e, desse modo, conduza a uma perspectiva para além dos sentidos que se configuram ao nível textual, mas que considere os traços discursivos que remetem a outros dizeres e ao contexto social do qual emerge.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, de Lígia Mara Boin Menossi. *Discurso político, derrisão e heterogeneidade dissimulada na mídia contemporânea*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Professor Dr. Roberto Leiser Baronas. São Paulo, 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas: IEL, 1990.

BAKTHIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002.

BEZERRA, Paulo. Préfacio: Uma obra à prova do tempo. In: *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

MESQUITA, Diana Pereira Coelho de; ROSA, Ismael Ferreira. *As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metológico para a Análise do Discurso de linha francesa*. Veredas Análise do Discurso. 2. 2010.

A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE LUDWIG WITTGENSTEIN: UM PONTO DE VISTA BEM ÓBVIO

Gustavo Fonseca
(Poslin/Fale-UFMG)

1. Introdução

É comum encontrar tanto em textos de filosofia da linguagem quanto em textos de linguística publicados nas últimas décadas a informação de que "a pragmática nasceu da filosofia da linguagem", como afirmam categoricamente Marie-Anne Paveau e Georges-Élia Sarfati no livro *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática* (p. 215). De acordo com Paveau e Sarfati, o surgimento da pragmática é fruto da chamada "virada linguística da filosofia", que se deu no início do século 20 e se caracterizou pela eleição da análise da linguagem como condição primordial para a resolução dos problemas filosóficos. Entre os filósofos vinculados a esse movimento, o austríaco Ludwig Wittgenstein é apontado por Paveau e Sarfati como aquele que, "afastando-se de seus primeiros trabalhos de lógica, (...) formula, em *Recherches Philosophiques* (*Investigações filosóficas*), as grandes linhas de um programa de pesquisa inédito, relativo ao exame das relações que uma língua natural estabelece com a categorização da experiência, a percepção, o mundo da cultura" (p. 216). No entanto, tal interpretação sobre o papel de Wittgenstein nos estudos linguísticos está longe de ser unanimidade. Para o filósofo e antropólogo Ernest Gellner, por exemplo, "a ideia de que Wittgenstein, nas *Investigações filosóficas*, 'propôs uma filosofia da linguagem inteiramente nova' (Hacker, 1995, p. 9)[1] é absurda" (GELLNER, 1998, p. 156). Conforme Gellner, as concepções linguísticas que fizeram a fama de Wittgenstein não somente já haviam sido expostas anos antes pelo antropólogo Bronisław Malinowski como eramum lugar-comum no ambiente em que os dois autores nasceram e cresceram: o Império Austro-Húngaro do fim do século

[1] HACKER, P. M. S. "Thought, language and reality."

19. Tal análise, apesar de correta, peca, no entanto, por ser restrita a Malinowski**.** Na verdade, as ideias linguísticas que Wittgenstein apresentou nas *Investigações filosóficas*, fundamentadas no princípio de que uma linguagem só pode ser compreendida se se leva em consideração o meio sociocultural em que ela circula, foram tomadas como evidentes ao longo dos séculos por vários pensadores das mais diferentes disciplinas, incluindo a filosofia, a linguística e a antropologia. Explicitar esse fato, corroborando **e aprofundando a avaliação feita por Gellner da filosofia wittgensteiniana, em detrimento da avaliação feita por Paveau e Sarfati e por Peter Hacker, é o objetivo deste** artigo. Com isso, espera-se ajudar a desfazer alguns equívocos comuns sobre a história do pensamento filosófico e linguístico. Em particular, sobre o surgimento da escola pragmática da linguagem no século 20.

2. O modo "antropológico" de examinar as questões filosóficas: um modo "bem óbvio"

No prefácio das *Investigações filosóficas*, Wittgenstein afirma que a crítica do matemático e filósofo Frank Ramsey às suas ideias havia contribuído numa medida que ele mesmo mal podia avaliar para que ele reconhecesse os "graves erros" que tinha publicado em seu primeiro livro, o *Tractatus logico-philosophicus,* mas queao "estímulo" do economista Piero Sraffa devia "as ideias mais fecundas" da obra. Para Ray Monk (1995, p. 240), a declaração de Wittgenstein é enigmática, dadas as diferenças intelectuais entre ele e Sraffa. Já para o economista Amartya Sen, enigmático era o fato de que seu ex-professor Sraffa considerava seu ponto de vista "bem óbvio"[2], achava tedioso conversar com Wittgenstein e nunca se entusiasmou por sua influência no trabalho daquele que muitos julgam ser o maior filósofo do século 20 (SEN, 2003, p. 1.243 e p. 1.252). Na opinião de Sen, Sraffa achava seus "estímulos" bem óbvios devido à sua formação marxista, resultado da profunda influência que havia recebido na juventude de seu amigo Antonio Gramsci. Trata-se, no entanto, de uma justificativa equivocada.Sraffa achava tedioso conversar com Wittgenstein, nunca se entusiasmou por sua influência em seu trabalho e considerava

[2] "*rather obvious*".

seu ponto de vista bem óbvio porque seu ponto de vista era realmente *bemóbvio* – menos para o autor do *Tractatus logico-philosophicus*.

Como exemplo dos "estímulos" de Sraffa, Monk (*ibid.*, p. 240) cita aquele que se tornaria um caso quase lendário: em uma conversa com Sraffa, Wittgenstein teria insistido que uma proposição e aquilo que ela descreve precisam ter a mesma "forma lógica" (ou "gramática", dependendo da versão). Em resposta a Wittgenstein, Sraffa teria feito o gesto napolitano de passar as pontas dos dedos no queixo e lhe perguntado: "Qual é a forma lógica *disto*?". De acordo com Monk, o gesto teria ajudado Wittgenstein a abandonar a ideia defendida no *Tractatus* de que uma proposição tem de ser uma "figuração" da realidade que descreve. Curiosamente, porém, Sraffa nem sequer se lembrava desse episódio anos depois, quando Sen lhe perguntou sobre ele. "Eu não consigo me lembrar dessa ocasião específica", disse-lhe Sraffa (SEN, 2003, p. 1.242). "Eu argumentei com Wittgenstein tão frequentemente e tanto que as pontas dos meus dedos não precisaram falar muito."

Conforme Monk (*ibid.*, p. 251-252), as conversas com Sraffa acabariam por levar Wittgenstein a desistir de tentar corrigir a estrutura do *Tractatus* e a abandonar por completo a ideia de que havia *necessariamente* uma estrutura comum entre o mundo e a linguagem. Além disso, "estimulado" por Sraffa, Wittgenstein adquiriria um modo "antropológico" de examinar as questões filosóficas, passando a enfatizar a relação entre a linguagem e o meio sociocultural em que ela é utilizada (cf. MONK, 1995, p. 240). Mas o modo "antropológico", evidentemente, era algo *bem óbvio* para Sraffa, e não devido à influência de Gramsci. Afinal, é *bem óbvio* que "o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida" (WITTGENSTEIN, 1999, § 23) – menos para o autor do *Tractatus logico-philosophicus*, que analisava a linguagem sem relação alguma com as circunstâncias de seu emprego. Não por acaso, o conceito de forma de vida, que Wittgenstein talvez tenha adquirido de Oswald Spengler (BUCHHOLZ, 2009, p. 79 e p. 148 e GLOCK, 1998, p. 30) ou de Eduard Spranger (JANIK & TOULMIN, 1991, p. 270-271), já tinha "uma longa tradição na filosofia alemã (Hamann, Herder, Hegel, Von Humboldt)" (GLOCK, 1998, p. 174). Além do mais, é revelador que o ponto de vista de Sraffa tenha sido denominado de um modo "antropológico" de examinar as questões filosóficas, ou seja, não passava de algo que os antropólogos já faziam.

É também revelador que o fundador da linguística moderna, Ferdinand de Saussure, tenha chamado a atenção em sua Primeira Conferência na Universidade de Genebra, de novembro de 1891, para a

> capacidade singularmente precisa que assumiu a linguística para a etnografia, a tal ponto que o dado [linguístico] é sempre, até a mais ampla informação, a prova primeira para o etnologista, e que se pergunta como o etnologista, sem esse dado, poderia afirmar, por exemplo (para escolher um exemplo entre mil), que, entre os húngaros, os ciganos representam uma raça totalmente distinta do magiar, que no império austríaco o magiar, por sua vez, representa uma raça totalmente distinta do checo e do alemão; que, em troca, o checo e o alemão, que se odeiam do fundo do coração, são parentes muito próximos; que o magiar, por sua vez, é primo próximo das populações finlandesas do império russo, nas margens do Báltico, das quais jamais ouviu falar, que os ciganos, por sua vez, (...) são um povo saído da Índia (SAUSSURE, 2004, p. 127).

Ciente como Saussure do fato *bem óbvio* de que "o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida", Malinowski ressalta no ensaio "O problema do significado em linguagens primitivas" que "a linguagem está essencialmente enraizada na realidade da cultura, da vida tribal e dos costumes de um povo, e (...) não pode ser explicada sem uma constante referência a esses contextos mais amplos da expressão verbal" (p. 303). Logo, conclui Malinowski, "o estudo de qualquer linguagem, falada por um povo que vive em condições diferentes das nossas e possuidor de uma cultura diferente, deve ser realizado em conjunção com o estudo da sua cultura e do seu meio" (*ibid*., p. 304). Assim, "é perfeitamente óbvio que, em conexão com povos 'mais simples' e seus usos da linguagem, Malinowski já possuía a teoria da linguagem funcional, vinculada à cultura, que mais tarde seria aclamada como a revelação final na filosofia"[3](GELLNER, 1998, p. 148). Por isso, "pode-se dizer que Malinowski formulou a ideia-chave das *Investigações filosóficas*, quase nas próprias palavras de Wittgenstein, num período em que este ainda estava afundado na escuridão do *Tractatus*!"[4] (*ibid*., p. 149).

---

[3] "It is perfectly obvious that, in connection with 'simpler' peoples and their use of language, Malinowski already possessed the functional, culture-bound theory of language, later to be acclaimed as the terminal revelation in philosophy."

[4] "One might say that Malinowski formulated the key idea of *Philosophical Investigations*, almost in Wittgenstein´s own words, at the time when the latter was still sunk in the darkness of the *Tractatus*!"

Ao fim do ensaio, ao longo do qual reiteradamente acentua a importância de assumir uma "concepção pragmática da linguagem" (p. 313), Malinowski observa: "Convém recordar (...) que a teoria de Ogden e Richards e o ponto de vista aqui expresso mantêm, enfaticamente, que a linguagem e todos os processos linguísticos derivam seu poder somente dos processos reais que têm lugar através da relação do homem com o seu meio circundante" (*ibid*., p. 330). Convém recordar também que C. K. Ogden, coautor de *Osignificadodesignificado* e primeiro tradutor do *Tractatus logico-philosophicus* para a língua inglesa, enviou em março de 1923 um exemplar de seu livro para Wittgenstein, que considerou a obra irrelevante (MONK, 1995, p. 201). "Não é um livro misérrimo?", escreveu Wittgenstein a Russell em 7 de abril. Anos mais tarde, porém, "estimulado" por Sraffa, Wittgenstein mudaria de perspectiva e adotaria justamente uma concepção pragmática da linguagem como a de Malinowski. Uma concepção que certamente pareceria *bemóbvia* a Saussure, que no quinto capítulo do *Cursodelinguísticageral* separa do sistema linguístico tudo o que lhe é externo, relegando-o ao que chama de "linguística externa". Essa linguística, afirma Saussure, se ocupa de coisas importantes, incluindo em primeiro lugar "todos os pontos em que (...) faz fronteira com a etnologia, todas as relações que podem existir entre a história de uma língua e de uma raça ou civilização" (p. 53). Assim, sempre atento ao fato *bem óbvio* de que "o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida", Saussure ressalta que "os costumes de uma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a nação" (*idem*).

3. Os jogos de linguagem: uma concepção linguística *bem óbvia*

Diante da constatação de que os "estímulos" de Sraffa que levaram Wittgenstein a adotar um modo "antropológico" de examinar as questões filosóficas eram *bem óbvios*, deve-se perguntar também se os jogos de linguagem não seriam igualmente *bem óbvios*. Segundo Monk (*ibid.*, p. 298-299), a técnica dos jogos de linguagem foi introduzida por Wittgenstein em um curso dado no início dos anos 1930 e tinha por objetivo desfazer as confusões filosóficas decorrentes de considerar a linguagem à parte da "corrente da vida". No § 23 das *Investigações filosóficas*,

Wittgenstein lista uma série de jogos de linguagem, como comandar, descrever um objeto, inventar uma história, ler, pedir, agradecer e orar, e observa: "É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus logico-philosophicus*.)"Mas o que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem é o que disse o autor do *Tractatus logico-philosophicus*? Vejamos o que disse sobre a estrutura da linguagem o pai da lógica, Aristóteles, de quem Wittgenstein se orgulhava de nunca ter lido uma palavra (cf. MONK, 1995, p. 438):

> Chamamos de proposição somente as (sentenças) que encerram verdade ou falsidade em si mesmas. Uma prece, por exemplo, é uma sentença, porém não encerra nem verdade nem falsidade. Mas passemos isto por alto, uma vez que seu estudo diz respeito mais propriamente ao âmbito da retórica ou da poética (*Da interpretação*, IV).

Os jogos de linguagem, portanto, certamente pareceriam *bem óbvios* para Aristóteles, que na *Poética* (19) ainda afirma:

> No que diz respeito às questões relativas à elocução, um dos objetos de investigação é o das formas de expressão falada, cujo conhecimento cabe à arte do ator cômico e à pessoa versada nessa arte. Trata-se de saber nomeadamente como se expressa o comando, a oração, a narrativa, a ameaça, a pergunta, a resposta e outras coisas semelhantes. A poética não pode se tornar alvo de séria crítica por conta do conhecimento ou ignorância dessas coisas. Quem consideraria um erro aquilo que é criticado por Protágoras, ou seja, que o poeta, ao pretender fazer uma oração, na verdade emite um comando ao dizer: "Canta-me, ó deusa, a cólera...", pois, segundo ele, instruir alguém a fazer ou não fazer algo é um comando. Renunciemos aqui, portanto, a esse estudo, o qual pertence a uma outra arte, e não à poética.

É interessante comparar o que disse Aristóteles sobre a estrutura da linguagem com o que disse o autor do *Tractatus logico-philosophicus*. Mas mais interessante ainda é comparar o que disse Aristóteles sobre a estrutura da linguagem com o que disse o autor do *Tractatus logico-philosophicus* sobre Aristóteles. Nos *Últimos escritos sobre a*

filosofia da psicologia (I, § 525), por exemplo, Wittgenstein não apenas critica Aristóteles com autoridade, apesar de orgulhosamente nunca ter lido uma palavra dele, como enfatiza: "Má influência da lógica aristotélica. A lógica da linguagem é infinitamente mais complicada do que parece"(*ibid.*, II, II, § 332). Ou melhor: má influência da lógica wittgensteiniana. A lógica da linguagem é infinitamente mais complicada do que parecia ao autor do *Tractatus logico-philosophicus*, que no § 304 das *Investigações filosóficas* orgulhosamente proclamaria: "(...) rompemos radicalmente com a ideia de que a linguagem funciona sempre de um modo, serve sempre ao mesmo objetivo: transmitir pensamentos – sejam estes pensamentos sobre casas, dores, bem e mal, ou o que seja". Considerando-se o rompimento radical proclamado por Wittgenstein nas *Investigações filosóficas*, é interessante comparar também o que disse um dos pais da lógica moderna, Gottlob Frege, sobre a estrutura da linguagem com o que disse o autor do *Tractatus logico-philosophicus*. No artigo "O pensamento. Uma investigação lógica", por exemplo, Frege chama de pensamento "a algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade" (FREGE, 2002, p. 14) e, com o intuito de esclarecer o que entendia por pensamento, distinguiu "algumas espécies de sentenças" (*ibid*., p. 16), aproximadamente como o havia feito Aristóteles:

> Não quero negar um sentido a uma sentença imperativa; mas este sentido não é daquele tipo passível de suscitar a questão da verdade. Por isso, não chamarei o sentido de uma sentença imperativa de pensamento. Da mesma maneira, estão excluídas as sentenças que expressam desejo ou pedido. Só serão consideradas as sentenças mediante as quais comunicamos ou declaramos algo. Mas, entre estas, não incluo as exclamações que manifestam sentimentos, gemidos, suspiros, risos, a menos que estejam destinadas, por uma convenção especial, a comunicar algo (*idem*).

Em seguida, Frege passa às sentenças interrogativas, distinguindo interrogações nominais (*Wortfragen*), como "Quem viu?" e "Onde está"?", de sentenças interrogativas (*Satzfragen*), como "João está em casa?" e "Maria foi ao clube?", que têm como resposta um "sim" ou um "não". Conforme Frege, "para cada sentença assertiva pode-se formar uma sentença interrogativa" (*idem*), o que o leva a concluir que "uma exclamação não pode ser considerada uma comunicação, já que nenhuma sentença interrogativa correspondente pode ser formada" (*ibid*., p. 17). Em

vista dessas distinções entre algumas espécies de sentenças feitas por Frege, é natural concluir que os jogos de linguagem também lhe pareceriam *bem óbvios*...

É interessante ainda comparar o que disse nos anos 1920 o maior leitor de Aristóteles no século 20, Martin Heidegger, sobre a estrutura da linguagem com o que disse o autor do *Tractatus logico-philosophicus*:

> Todo discurso, todo falar tem significação, isto é, todo ato de exprimir um desejo, um pedido, uma indagação, uma ordem, uma enunciação, significa algo. Nem todos esses discursos, porém, são *λόγος*, ou seja, nem todo discurso é discurso mostrador. Um pedido a alguém não tem o sentido e a função significativa interna de deixar algo claro para esse alguém, de comunicar-lhe algo. Ele só visa justamente solicitar algo dessa pessoa. De maneira correspondente, a ordem também não passa nenhum conhecimento adiante em sentido próprio, mas é apenas uma intimação a agir. Portanto, nem todo discurso é mostrador de um tal modo que se pudesse afirmar que o ato de mostrar algo seria a tendência propriamente dita do discurso. Mostrador é somente aquele *λόγος*, junto ao qual sucede a algo ser falso ou ser verdadeiro. Naquele discurso que é verdadeiro ou falso, isto é, no enunciado, na proposição, reside algo assim como uma síntese, uma composição (HEIDEGGER, 2009, p. 48-49).

É igualmente interessante comparar o que disse Wittgenstein, "estimulado" por Sraffa, sobre a linguagem ser uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida com o que disse Heidegger em 1933:

> A *realidade fundamental* dominante nesta *convivência* (de um com o outro), neste ser com o outro, é a *linguagem*.Mas a linguagem não é, de forma alguma, um instrumento que, por assim dizer, se dá posteriormente a um grupo, antes, isolado de homens, para com ele se encontrarem uns com os outros, mas ao contrário, o indivíduo, quando de alguma maneira se isola, ele o faz dentro e a partir de uma comunidade de mundo e espírito na *linguagem reinante* e já fala "na" linguagem de uma língua. A língua só pode ser instrumento de comunicação porque, antes e originariamente, a linguagem *preserva e amplia o mundo* em que um povo existe (HEIDEGGER, 2007, p. 71).

Ou seja, assim como Sraffa, Heidegger certamente consideraria *bem óbvio* que "o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida". Mas muito mais importante: Aristóteles, que enfatiza na *Política* (III, V, § 8) que o que se chama justo na oligarquia não é o mesmo que se chama justo na democracia, ainda que "cada um por seu turno dizendo o que é justo até um certo ponto imagina que o que diz é absolutamente justo" (§ 9),

certamente também consideraria *bemóbvio* que “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. Atento a esse fato *bem óbvio*, Aristóteles escreve nos *Tópicos* (II, II):

> Deve-se formular que as coisas devem ser descritas na linguagem utilizada pela maioria; mas quando se indaga quais coisas são de um certo tipo e quais não são, é necessário não se prestar mais atenção à maioria. Por exemplo, cumpre dizer, como a maioria o diz, que *saudável* é o que produz saúde; mas quando se indaga se o objeto em discussão produz saúde ou não, é necessário não recorrer mais à linguagem da maioria, mas à do médico.

Igualmente atento ao fato *bem óbvio* de que “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, Platão argumenta no *Íon* (540b-d) que quem é piloto de navio, médico, vaqueiro, fiandeiro e general também compreende as palavras diferentemente de quem não aprendeu suas respectivas atividades. Em diálogo com Protágoras no texto homônimo (341a-342a), Sócrates também chama a atenção para possíveis diferenças de usos das palavras “difícil” e “espantoso” por pessoas de diferentes épocas e formas de vida, mas ao ler os diálogos socráticos Wittgenstein tinha a sensação de uma “tremenda perda de tempo” (WITTGENSTEIN, 1992, p. 30). “Qual é o sentido destes argumentos que nada provam e nada clarificam?”

Sem nada provar e nada clarificar a Wittgenstein, Platão também argumenta na *República* (538c-e), sempre atento ao fato *bem óbvio* de que “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”:

> (...) retemos desde a infância certas convicções em torno de coisas justas e nobres; com elas somos educados como com nossos pais, obedecemos a elas e as honramos. (...) Há, todavia, outras formas de viver que se opõem a essa e repletas de prazeres, que lisonjeiam a alma e a atraem para eles, mas que não persuadem indivíduos sensatos, que continuam honrando e obedecendo às convicções [herdadas] de seus pais. (...) E então surge alguém que faz a seguinte pergunta: “O que é o *nobre*?” E quando um indivíduo sensato desses responde o que tem ouvido do legislador tradicional, vê-se refutado pelo argumento, e por força de ser refutado frequentemente e em muitos lugares sofre o abalo de suas convicções, sendo levado a crer que o *nobre* não é mais nobre do que vergonhoso, o mesmo se aplicando ao justo, ao bom e às coisas que ele tem mais honrado.

Também atento ao fato *bem óbvio* de que “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, o filólogo Nietzsche se pergunta na *Genealogia da moral* (I, § 4), do ponto de vista etimológico, pelo significado das designações para “bom” cunhadas por diversas línguas, concluindo que “nobre”, “aristocrático”, é o conceito básico do

qual se desenvolveu “bom”, e “plebeu”, “comum”, “baixo”, o conceito básico do qual se desenvolveu “ruim”. Além disso, Nietzsche (*ibid.*, I, § 7) afirma que foram os judeus que inverteram essa equação, aproximando o “bom” do “plebeu” e o “ruim” do “aristocrático”. Contra a moral judaico-cristã, Nietzsche, sempre atento ao passado, “com todas as suas formas, com todos os seus modos de viver, com todas as suas culturas estratificadas” (2009a, § 224), explicita na *Genealogia da moral* os significados das palavras na forma de vida da Grécia Antiga e ressalta: “Aos filólogos, seja lembrado em que sentido são usados *ὀιξυρός*, *ἄνολβος*, *τλήμων*, *δυστυχεῖν*, *ξυμφορά*[deplorável, pobre, miserável, ser infortunado, desgraça])” (I, § 10). E, aos wittgensteinianos, seja lembrado que os filólogos nunca se esqueceram do fato*bem óbvio* de que “não se conhece completamente um povo sem conhecer sua língua ou ter dela alguma ideia”, já que “a língua é uma parte importante da bagagem das nações, contribuindo para caracterizar *uma época*, *uma sociedade*” (SAUSSURE, 2004, p. 131).

4. Contra a teoria pictórica do significado: um ponto de vista *bem óbvio*

Tendo explicitado que tanto o modo “antropológico” de examinar as questões filosóficas como os jogos de linguagem são *bem óbvios*, cabe agora mostrar que o ponto de vista adotado pelo segundo Wittgenstein contra a teoria pictórica do significado é também *bem óbvio*– menos para o autor do *Tractatus logico-philosophicus.* Primeiramente, no entanto, é necessário observar que o segundo Wittgenstein recorrentemente critica não a teoria pictórica do significado do *Tractatus*, mas sim uma suposta teoria pictórica do significado que ele atribui a Santo Agostinho. No primeiro parágrafo das*Investigações filosóficas*, por exemplo, Wittgenstein cita um trecho das *Confissões* (I, 8) de Agostinho em que ele relata como aprendeu, com o auxílio de gestos, as primeiras palavras e afirma: “Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência de linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui”.Em seguida, Wittgenstein completa: “Santo Agostinho não fala de uma

diferença entre espécies de palavras. Quem descreve o aprendizado da linguagem desse modo pensa, pelo menos acredito, primeiramente em substantivos tais como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’, em nomes de pessoas, e apenas em segundo lugar em nomes de certas atividades e qualidades, e nas restantes espécies de palavras como algo que se terminará por encontrar”.

Ao contrário do que erroneamente afirma Wittgenstein, porém, Santo Agostinho fala sim nas *Confissões* (X, 15)de uma diferença entre espécies de palavras, citando primeiramente pedra e sol, mas depois a dor do corpo, a saúde do corpo e os números. Assim, dizer que Santo Agostinho não fala de uma diferença entre espécies de palavras é atribuir injustamente a ele a imagem da essência de linguagem humana do autor do *Tractatus logico-philosophicus*, segundo a qual toda palavra é nome, um nome significa um objeto e frases são ligações de nomes (3.2; 3.201; 3.202; 3.203; 3.21; 3.22; 4.22). Além disso, esse erro grosseiro de Wittgenstein é definitivamente corrigido pela leitura do diálogo *O Mestre*, no qual Santo Agostinho, acompanhado por seu filho, Adeodato, lista diferentes espécies de palavras, como preposições (II, 4), verbos (III, 6), nomes (IV, 8), conjunções (IV, 10), pronomes (V, 13) e advérbios (V, 16), além de explicitar que nem toda palavra da linguagem denomina objetos, exemplificando sua argumentação com as palavras “se” e “nada” (II, 3); a preposição “de” (II, 4; III, 5); verbos como “comer”, “beber”, “estar sentado”, “estar de pé” e “gritar” (III, 6); conjunções como “se”, “ou”, “pois”, “senão”, “portanto” e “porque” (V, 11) e pronomes (V, 13).

O ponto de vista *bem óbvio* do segundo Wittgenstein de que há diferentes espécies de palavras e de que nem toda palavra denomina um objeto é explicitado e forma clara no§ 27 das *Investigações filosóficas*:

> “Denominamos as coisas e podemos falar sobre elas, referirmo-nos a elas no discurso.” Como se já fosse dado, com o ato de denominar, uma coisa que significasse: “falar das coisas”. Ao passo que fazemos as coisas mais diferentes com nossas frases. Pensemos apenas nas exclamações. Com todas as suas funções distintas:
> Água!
> Fora!
> Ai!
> Socorro!
> Bonito!
> Não!
> Você ainda está inclinado a chamar essas palavras de “denominações de objetos”?

Mas pensemos na história dos conceitos gramaticais de afirmação (WITTGENSTEIN, 1999,§ 21), de exclamação e de imperativo (*ibid.,*II, XI)e em quantos séculos antes de Wittgenstein citá-los os gramáticos, filólogos e linguistas já estudavam as frases afirmativas, exclamativas e imperativas, analisando-as sintaticamente, distinguindo deste modo partes do discurso.

Ciente da história de conceitos gramaticais como afirmação, exclamação e imperativo e atento ao fato *bem óbvio* de que "fazemos as coisas mais diferentes com nossas frases" (*ibid.*,§ 27), o linguista e psicólogo Karl Bühler não apenas explicitou algumas das coisas mais diferentes que fazemos com nossas frases, incluindo declarações, ordens, apelos e perguntas(BÜHLER, 1950, p. 86), como propôs em 1918 o modelo tripartido da linguagem, diferenciando as funções emotiva/expressiva, conativa/apelativa e referencial/denotativa (*ibid*., p. 41). Mas"os adeptos de WII (o segundo Wittgenstein) gostam de ressaltar, como se isso constituísse uma descoberta, que as sentenças podem ser interrogativas, imperativas e tanto optativas como indicativas" (RUSSELL, 1960, p. 194)...

5. As palavras são signos arbitrários e a significação de uma palavra é seu uso: um ponto de vista *bem óbvio*

Após explicitar que o modo "antropológico" de examinar as questões filosóficas, os jogos de linguagem e a crítica à teoria pictórica do significado são *bem óbvios*, é preciso agora mostrar que o ponto de vista adotado pelo segundo Wittgenstein de que "a significação de uma palavra é seu uso na linguagem" (WITTGENSTEIN, 1999, § 43) e de que "as palavras são apenas signos arbitrários" (*ibid.,* § 508) é também *bem óbvio* – menos para o autor do *Tractatus logico-philosophicus.* Mais especificamente, menos para o autor da teoria pictórica do significado, já que no próprio Tractatus Wittgenstein já havia adotado o ponto de vista bem óbvio da arbitrariedade e convencionalidade dos signos (3.322, 3.328 e 3.342).Mesmo antes de escrever o *Tractatus*, *W*ittgenstein já havia adotado o ponto de vista *bem óbvio* da arbitrariedade e convencionalidade dos signos *nas Notas sobre lógica* (cf.WITTGENSTEIN, 2004, p. 142) e também nos *Cadernos: 1914-1916 (ibid.*, p. 30). Em todo caso, "estimulado" por Sraffa,

Wittgenstein adotaem sua segunda filosofiao ponto de vista *bem óbvio da* arbitrariedade e convencionalidade do significado das palavras. O mesmo ponto de vista adotado por Hermógenes no *Crátilo* (384d), cujos argumentos nada provaram e nada clarificaram a Wittgenstein:

> (...) ninguém se mostra capaz de convencer-me de que a correção dos nomes é determinada por outra coisa senão a convenção e o consenso. Parece-me que não importa qual o nome que dês a uma coisa, esse é seu nome correto. E se renunciares a esse nome e o substituíres por um outro, o segundo nome nem por isso será menos correto do que o primeiro, tal como quando mudamos os nomes de nossos serviçais. De fato, penso que nenhum nome pertence por natureza a qualquer coisa particular, mas somente devido à convenção e ao costume dos que o empregam e que estabeleceram seu uso.

O ponto de vista *bem óbvio* da arbitrariedade e convencionalidade do significado das palavras já havia sido adotado também por Aristóteles, que, atento ao "uso estabelecido da linguagem" e à "nomenclatura estabelecida" (*Tópicos*, II, I), ensina que"o nome é um som que possui significado estabelecido somente pela convenção" (*Da interpretação*, II). Na verdade, o ponto de vista *bem óbvio* da arbitrariedade e convencionalidade do significado das palavras já havia sido adotado por inúmeros pensadores antes de Wittgenstein, de diferentes períodos históricos e de diferentes matizes intelectuais. Guilherme de Occam, por exemplo, que Wittgenstein cita no *Tractatus*, observa na *Summa totius logicae* (I, 1) que "o termo falado ou escrito nada significa senão por uma convenção voluntária" e que "primária e naturalmente o conceito é que significa alguma coisa, mas secundariamente a palavra falada é que significa a mesma coisa. Tanto isso é verdade que, uma vez convencionado um sentido para uma palavra, havendo mudança no significado do conceito, não é preciso uma nova convenção a fim de que a palavra signifique outra coisa".Já Nietzsche (2009c, p. 30) chama a atenção para as "convenções da linguagem" no ensaio "Sobre a verdade e a mentira em um sentido extramoral" e Schopenhauer afirma no *Mundo como vontade e representação* (§ 9) que "a linguagem, como objeto da experiência externa, é apenas, para falar com precisão, um telégrafo muito aperfeiçoado, que transmite com uma rapidez e uma delicadeza infinitas sinais convencionais". Frege, por sua vez, no parágrafo inicial de "Sobre o

sentido e a referência", ressalta a arbitrariedade da associação de símbolos com a coisa designada.

O ponto de vista da arbitrariedade e convencionalidade do significado das palavras também pareceria *bem óbvio* a Saussure, que em seus manuscritos afirma não estabelecer "nenhuma diferença séria entre os termos valor, sentido, significação, função ou emprego de uma forma" (SAUSSURE, 2004, p. 30), considerando-os sinônimos. No *Curso de linguística geral*, Saussure elegeu a arbitrariedade o primeiro princípio dos signos linguísticos (p. 108-110), afirmando que "todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção" (p. 108), já que "a língua (...) não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma ideia qualquer com uma sequência qualquer de sons" (*ibid*., p. 116). Um fato *bem óbvio* ignorado pelo autor do *Tractatus logico-philosophicus*, "livro que poderia ser resumido não em sete, mas em uma única proposição (...): Não existe isso de cultura"[5](GELLNER, 1998, p. 68).

6. Considerações finais

Como tantos outros historiadores das ideias linguísticas contemporâneas, Paveau e Sarfati creditaram a Wittgenstein a apresentação nas *Investigações filosóficas* de um programa de pesquisa inédito, no qual se examinam as relações entre uma língua natural e a categorização da experiência, a percepção e a cultura. Tal programa, ainda de acordo com Paveau e Sarfati, em consonância com outros pesquisadores, teria sido um dos fatores que levaram ao surgimento da pragmática no âmbito da filosofia da linguagem em meados do século passado. No entanto, como explicitado neste texto, aquelas que são tidas como as mais importantes ideias linguísticas de Wittgenstein já haviam sido publicadas por grandes pensadores ao longo dos séculos e foram tomadas como meras premissas por antropólogos e

[5] "(…) the book might well be summed up not in seven, but in one single proposition (…): *There is no such thing as culture*."

linguistas desde ao menos fins do século 19. Sinal inequívoco disso é o fato de Michael Halliday ter fundamentado sua linguística funcionalista, nos anos 1950 e 1960, não na filosofia da linguagem de Wittgenstein ou na pragmática filosófica, e sim na "tradição etnográfico-descritiva em linguística: de Saussure e Hjelmslev, de Mathesius e a Escola de Praga, de Malinowski e Firth, de Boas, Sapir e Whorf" (HALLIDAY, 1994, p. 5). Uma tradição que espantosamente ainda não recebeu o devido reconhecimento em determinados círculos linguísticos e filosóficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. *Órganon*: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2010.

_____. *Poética*. São Paulo: Edipro, 2011.

BUCHHOLZ, Kai. *Compreender Wittgenstein*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BÜHLER, Karl. *Teoriadellenguaje*. Madrid: Revista de Occidente, 1950.

FREGE, Gottlob. *Investigações lógicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

____. "Sobre o sentido e a referência". In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009d, p. 129-158.

GELLNER, Ernest. *Language and solitude*: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg dilemma. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HALLIDAY, Michael. *Language as social semiotic*: the social interpretation of language and meaning. Londres: E. Arnold, 1994.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Ser e verdade*: a questão fundamental da filosofia; da essência da verdade. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.

JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

MALINOWSKI, Bronisław. “O problema do significado em linguagens primitivas”. In: OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *Osignificadodesignificado*: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 295-330.

MONK, Ray. *Wittgenstein*: o dever do gênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*: prelúdio de uma filosofia do futuro. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009a.

____. *Genealogia da moral*: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

____. *Sobre verdade e mentira.* São Paulo: Hedra, 2009c.

OCCAM, Guilherme de. *Summa totius logicae. In:* TOMÁS, de Aquino Santo; ALIGHIERI, Dante; DUNS SCOTUS, John; Guilherme de Occam. *Seleçãodetextos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia Sarfati. *As grandes teorias da linguística*:da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Claraluz, 2006.

PLATÃO. *A república*. Bauru: Edipro, 2012.

____. *Diálogos I*: Teeteto (ou do conhecimento); Sofista (ou do ser); Protágoras (ou sofistas). Bauru: Edipro, 2007.

____. *Diálogos VI*: Crátilo (ou da correção dos nomes); Cármides (ou da moderação); Laques (ou da coragem); Ion (ou da Ilíada); Menexeno (ou oração fúnebre). Bauru: Edipro, 2011.

RUSSELL, B. *Meu pensamento filosófico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012a.

_____. *Contra os acadêmicos*, *A ordem*, *A grandeza da alma*, *O Mestre*. São Paulo: Paulus, 2012b.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

____. *Escritosdelinguística* geral. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SEN, Amartya. “Sraffa, Wittgenstein, and Gramsci.” In: *Journal of Economic Literature*, Vol. 41, n. 4 (dezembro de 2003), p. 1.240-1.255.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos*: 1914-1916. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. *Cultura e valor*. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção: Os pensadores).

_____. *Tractatus logico-philosophicus*.São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PROPOSIÇÕES REFERENCIADORAS METAENUNCIATIVAS QUE APONTAM PARA CRENÇAS LIGADAS AOS PERSONAGENS DE NARRATIVAS AFILIADAS AO UNIVERSO LENDÁRIO AMAZÔNICO

Heliud Luis Maia Moura
Universidade Federal do Oeste do Pará

1. Introdução

Considerando o perfil do corpus em estudo, procedo à análise de proposições metaenunciativas, tendo em conta o papel destas para as atividades de referenciação, que, no caso, estão consorciadas a alguns aspectos textuais e discursivos por meio dos quais as narrativas em pauta são construídas.

Portanto, nas narrativas em apreciação, as construções metaenunciativas têm uma função importante, que posso chamar de constitutiva, mais precisamente no que tange à natureza do processo narrativo carreado nessas histórias, o qual envolve, inelutavelmente, o chamamento a outras enunciações, dentro do quadro enunciativo-discursivo que aí se delineia. Assim, no curso desse quadro, observamos a presença de proposições que mostram a interpelação a falas ou "vozes" que reafirmam crenças preestabelecidas acerca das entidades filiadas ao universo lendário aqui estudadas e de eventos associados a elas.

Por essa perspectiva, é possível afirmar que o processo de construção das narrativas em estudo também encampa o uso imprescindível dessas estratégias metaenunciativas, que se apresentam como características e necessárias ao próprio ato de dizer do locutor textual na atividade de narrar.

Não desenvolvo, aqui, uma tipologia das proposições metaenunciativas contidas nas narrativas sob investigação, mas discorro sobre algumas formas de construção metaenunciativas, que se apresentam como específicas das citadas narrativas, sem me ater, portanto, em subcategorizações relativas a essas proposições.

2. Bases Teóricas

Ao conceituar as proposições metaenunciativas, Koch (2004) afirma que

> constituem estratégias metaenunciativas aquelas em que o enunciador, metaenunciativamente, reflete sobre o "dizer-enquanto-se-diz". Segundo Authier (1981), ocorre, nesses casos, no quadro de um único ato de enunciação, um acúmulo sobre o dizer de um elemento, de um comentário sobre o próprio dizer. Isto é, tem-se uma "glosa", ou seja, o acúmulo de *uso* e *menção* de determinado elemento do texto. Trata-se de uma configuração enunciativa complexa *conotação autonímica* (Cf. Rey-Debove, 1978) -, em que se representa a enunciação como "não-coincidente consigo mesma", visto que o enunciador duplica-se em autocomentador de suas palavras: trata-se de não-coincidências constitutivas do próprio dizer. (KOCH, 2004, p. 127).

A conceituação de Koch, baseada nas formulações de Authier (1981), manifesta um aspecto da metaenunciatividade segundo o qual a metaenunciação consiste numa espécie de ato de refração do próprio dizer, já que o sujeito opera uma reflexividade sobre o que é objeto da ação linguística em andamento. Nesse sentido, o produtor do texto realiza um "distanciamento" tanto sobre o que diz como sobre o modo como dá forma a esse seu dizer.

A partir do exposto acima, é fundamental propor, com base em Authier-Revuz (1998) e Morato (2005), que a metaenunciação, enquanto instituto enunciativo, refere-se a dois âmbitos, o da metalinguagem e o da enunciação. Para as autoras em foco, a metalinguagem concerne à natureza interna da língua, a qual se opõe às metalinguagens lógicas, exteriores aos sistemas linguísticos. Desse modo, as construções de âmbito metalinguístico propriamente dito dão acesso às representações dos indivíduos no campo da linguagem em termos do sentido e da comunicação.

Assim, tomando por base as proposições de Morato (2005), é coerente postular que os fenômenos metaenunciativos recobrem práticas discursivas nas quais os enunciadores constroem o seu dizer numa espécie de ancoragem ou colagem interdialógica e metadialógica. Nesse sentido, como já afirmado, a reflexividade metaenunciativa se constrói por meio de gestos interpretativos e avaliativos acerca de vários outros dizeres, de forma que o ato de dizer do locutor se constitui ou se estabelece a partir dessa propriedade de explicitação daquilo que é dito ou foi dito em

outras instâncias enunciativas e/ou em outros lugares sociodiscursivos. A propósito dessa noção, vejamos o que afirma Morato:

> Os fenômenos metaenunciativos, ao se voltarem para outros dizeres que constituem o enunciado, estão comprometidos com certa opacidade do dizer, com os riscos assumidos pelos enunciadores ao tentarem controlar o sentido do que estão a dizer ou interpretar. Não se pode, nesse caso, falar em atividades de todo conscientes ou inconscientes. Não se pode falar, nesse caso, em uma "intencionalidade" transcendente dos sujeitos, e, sim, em intenções pretendidas, manifestas, reconhecidas pelos gestos interpretativos realizados em instâncias enunciativas pelos sujeitos e seus interlocutores, identificadas nas práticas referenciais que eles desenvolvem interativamente. (MORATO, 2005, p. 249).

No caso do discurso relatado, as proposições metaenunciativas constituem recursos discursivos por meio dos quais o locutor engendra e/ou constrói a sua própria fala, que se encontra atrelada a outras vozes enunciativas, com o que explicita e faz valer seus conceitos, ideias ou posições acerca do mundo. Esse jogo interpelativo de recorrência a outras enunciações constitui uma estratégia de que se utiliza o locutor para construir de forma mais efetiva e adequada o que, para si, vale e se estatui como reflexividade autonímica em termos daquilo que é mais apropriado e pertinente dizer no quadro da interação. Daí amarrar seu ato enunciativo em outros *loci* ou instâncias enunciativas ou, por outro viés, trazer estes para o seu lócus, de modo a efetivá-lo mais consistentemente.

De acordo com essa noção, o fenômeno enunciativo é sempre metaenunciativo, pois só se sustenta como construção verbal-interativa e de sentido pela recorrência a outras interações, das quais se vale para se "completar" e para alcançar os seus propósitos.

Se se pode falar aqui em reflexividade coenunciativa, é porque a explicitação de um sentido, posto em curso, é sempre tributável de sentidos outros, que são convocados para esclarecer ou validar o que está sendo dito num dado co(n)texto da prática interverbal.

3. Análise de proposições referenciadoras-metaenunciativas

Os 05 (cinco) excertos são exemplificativos das 04 (quatro) narrativas e não representam propriamente tipos particulares e diferenciados de processos referentes ao fenômeno em análise.

Veja-se o excerto 1:

> 1.
> [...] Então eu fui tomar banho no rio. Quando cheguei lá, tinha uma mulher se banhando. Com a minha chegada, ela saiu, foi embora, e eu fiquei.
> Quando eu vim de lá, já cheguei em casa com muita febre e dor de cabeça. E que febre! Eu ardia todo...
> Tinha um pajé aqui perto, o Izibinho – já até morreu –, e minha mãe mandou chamar ele.
> Ele chegou, me examinou, fez as pajelanças dele com tauari e aquelas coisas que os pajés têm. Aí ele disse: - Quando tu chegaste lá, tinha uma mulher, não tinha?
> Eu respondi: - Tinha...
> E o pajé continuou: - Pois é, ela estava menstruada, O Boto foi atraído por ela. *Sabe como é, né? Sempre que mulher menstruada vai na beira do rio, o Boto vem pra atacar... os Botos perseguem a mulher menstruada. Mas como a mulher foi embora, o Boto resolveu te flechar...!*
> *Isto foi o que disse o pajé.* Eu não entendo desse negócio de Boto flechar, *mas isto é como falam os pajés.* E foi o que o pajé Izibinho me disse: que eu tinha sido flechado pelo Boto...! Eu sei que ele fez as pajelanças dele e no dia seguinte eu estava bom! [...]. (MONTEIRO, 2002, p. 23-24).

Como podemos observar no excerto 1, trata-se de uma narrativa de Boto. O mencionado excerto contém, conforme os trechos em itálico, segmentos que não dizem respeito ao discurso específico do narrador/locutor, mas constituem inserções de outros discursos que, mobilizados dentro da fala desse narrador, são expressões de dizeres estabilizados e já "consagrados" numa comunidade ou cultura. Assim, o ato enunciativo de narrar sobre histórias de boto já traz, "involuntariamente", uma retomada a esses dizeres ou "vozes" gerais, através dos quais o processo narrativo passa a se constituir enquanto tal. Por essa perspectiva, os sentidos carreados por expressões do tipo: - *Sabe como é, né? Sempre que mulher menstruada vai na beira do rio, o Boto vem pra atacar... os Botos perseguem a mulher menstruada. Mas como a mulher foi embora, o Boto resolveu te flechar...! Isto foi o que disse o pajé [...], mas isto é como falam os pajés* – constituem elaborações conceitual-culturais que estruturam formas de crenças embutidas no contexto em que tais histórias são construídas. São, portanto, expressões metaenunciativas que compõem a cadeia referencial dos textos sob análise e que se entrelaçam à própria voz do narrador.

Segmentos textuais como *Sabe como é, né?*; *Isto foi o que disse o pajé*; *mas isto é como falam os pajés* demarcam textual-discursivamente outros lugares enunciativos por meio dos quais se colocam dizeres relativos às crenças acima explicitadas. Nesse sentido, o primeiro segmento traduz uma espécie de

compartilhamento sociodiscursivo acerca de um conhecimento cultural-tácito. Já o segundo e terceiro segmentos, atribuem aos pajés os dizeres acerca desse conhecimento de âmbito cultural. A colocação desses segmentos constitui um artifício do narrador/produtor textual para inserir essas outras enunciações, que se instituem como tributárias dos contextos em que as histórias de Boto circulam e são produzidas, mesmo que esse narrador/produtor não se dê conta disso ou do modo como tais estratégias são operacionalizadas no ato de construção do texto.

Vejam-se, agora, os excertos 2 e 3:

> 2.
> [...] Mas... aconteceu numa noite e toda a coragem de meu pai foi colocada à prova. Era ano de 1965, época da cheia, setembro/outubro. Ele saiu para uma pescaria no rio Amazonas, lá defronte de Barreira do Tapará. No que estava pescando, viu aquela coisa enorme, monstruosa, se mexendo no rio. Era a Cobra Grande, com seus enormes olhos como se fossem tochas de fogo. Quando ela sente cheiro de gente, aumenta o seu apetite porque o nosso cheiro para ela, para o seu olfato, para o seu nariz, é como se fosse cheiro de fruta, um aroma perfumado, assim como de melancia, de manga... Ela tinha sentido o cheiro de meu pai e aí saiu perseguindo ele, provocando um enorme banzeiro nas águas do rio.
> *Meu pai começou a lembrar de tudo o que tinha ouvido sobre a Cobra Grande. Quantas e quantas histórias! Principalmente a de uma que se desloca da Boca de Alenquer, ou mais precisamente da Boca do Igarapé de Alenquer para a Barreira do Tapará. E começaram a desfilar na sua mente, como num filme minto rápido, os casos de cobra da região: corpos encontrados estraçalhados, corpos devorados sem dó nem piedade, corpos destruídos, corpos afogados nunca encontrados e ainda todo aquele mistério de pessoas que teriam sido encantadas...* Que meu pai era corajoso, isto ele era! Mas naquela situação, vendo aquele monstro querer pegá-lo, quem não sentiria medo? E meu pai, talvez pela primeira vez, soube o que foi sentir medo... [...]. (MONTEIRO, 2002, p. 16).
>
> 3.
> - A história que vou lhe contar se passou no início dos anos quarenta. Nesta época eu era soldado da Polícia Militar do Pará e fui destacado para Gurupá em 1942. *Sabe como é, né? No interior se contam muitas histórias, principalmente de encantados. Esta é uma história de encantamento. Quando cheguei lá, ouvi falar de uma certa Ilha Redonda. As pessoas falavam medrosamente do local... [...]*. (MONTEIRO, 2003, p. 17).

No que tange ao excerto 2, o que se tem é um tipo de introjeção de elementos participantes da memória discursiva, mas que reafirmam um conjunto de enunciações já postas no universo social e cultural em que as histórias de Cobra são também narradas. Embora não se tenha, no segmento em destaque, a presença de verbos de elocução do tipo dizer, contar, falar, narrar, etc, o que se evidencia é a presença de proposições que traduzem estruturas de conhecimento de âmbito coletivo acerca de

histórias de Cobra e que passam a ser atualizadas pelo discurso do narrador. Assim, no curso dessas proposições, expressões como – *tudo o que tinha ouvido sobre; quantas e quantas histórias; os casos de cobra da região; todo aquele mistério de pessoas que teriam sido encantadas* – demarcam elementos de elaborações conceituais e de *frames* culturais que fazem parte das enunciações aí reconstruídas e/ou indiciadas, integradas ao quadro referencial e temático das histórias em apreciação.

Desse modo, considerando o exposto, o que se pode ter como integrando somente a memória discursiva é, na verdade, do ponto de vista textual-discursivo, um conglomerado de construções de caráter metaenunciativo, que estrutura o quadro composicional-referencial típico dessas formas narrativas. Por conseguinte, tipos de crenças sociais relativos a essas histórias são reconstruídos nessas proposições, podendo ser reconhecidos na interação que estabelecemos com as produções textuais aqui focalizadas. Ressalta-se ainda o fato de que tais proposições não têm uma estrutura definida e sofrem constrições de sentido referentes aos contextos sociodiscursivos em que estão situadas e às maneiras como o produtor do texto lida com esses sentidos nas atividades discursivas.

Quanto ao excerto 3, observamos a presença de proposições que expressam "vozes" enunciativas mais gerais e não ligadas propriamente a personagens sociais típicos como pajés, conforme vemos no excerto 1; ou associadas a estruturas coletivas de conhecimento dadas pelo contexto social, no qual determinados sentidos circulam, como se dá no excerto 2. Portanto, quando me refiro às citadas proposições quem encerram "vozes" enunciativas gerais, falo especificamente de construções que contêm formas do tipo: *se contam; ouvi falar; as pessoas falavam;* expressas nos segmentos em destaque e que se manifestam por meio de verbos característicos de relato, mas cujos sujeitos são semântica e pragmaticamente indeterminados, de modo a se instituírem como elementos portadores de enunciações mais amplas acerca de crenças previamente incorporadas num dado contexto cultural; no caso, aquelas ligadas as histórias de Cobra e de encantamento.

Esse tipo de proposição, no caso das histórias analisadas, encampa elementos cuja função é estruturar certos eventos ligados aos personagens lendários em questão, como os aqui estudados. Nesse sentido, a referenciação metaenunciativa,

expressa por tais proposições, se apresenta como um recurso essencial à construção da atividade textual-discursiva de narrativas como essas, pois em expressões mais ou menos típicas, como as apresentadas nos segmentos sob análise, a construção da referência se faz pela ancoragem em estruturas referenciais e de sentido já estabelecidas nos contextos socioculturais de produção de narrativas como as que integram este estudo.

Observem-se os excertos 4 e 5:

> 4.
> [...] E DD continua dizendo que aquela Matinta Perera se transformava em vários bichos: podia ser um porco, um cachorro, um cavalo, uma galinha cheia de pintos. E quando duvidavam dela ou com ela mexiam, ela surrava as pessoas que apanhavam e não sabiam nem de onde era... Ela só se transformava em galinha cheia de pinto quando estava acuada... Pois aí as pessoas viam aquilo e não achavam que podia ser a Matinta Perera, mas era ela mesma! Ela fazia muitas maldades com as pessoas, malinava mesmo. Ano depois D. Belízia morreu. *Dizem que deixou sua herança de Matinta para uma sobrinha...* Eu não sei, porque logo depois eu me mudei... *Mas dizem que a sobrinha continuou, pois que nos anos que se seguiram, ouvia-se por aquelas redondezas ao chegar da noite:*
> *- Firifififiuu... Firifififiu... [...].* (MONTEIRO, 2000, p. 19).
>
> 5.
> [...] "Neste momento, Ulisses quis se mexer e não conseguiu. Sentiu-se estontear e pareceu ter perdido a noção do lugar, como se não soubesse onde estava... Foi quando começou a gritar. Ele não viu que direção tomou o caboclinho, só que quando chegamos não encontramos ninguém ali... Às 6 horas da tarde, no mato, fica tudo escuro como se fosse noite. Mas Ulisses afirmou que havia se encontrado com o Curupira. Não soube dizer porque sentiu tanto medo, até porque o caboclinho não lhe fez mal nenhum. Como disse antes, sempre vivemos de bem com a Natureza e a respeitamos e por isso mesmo estávamos surpresos. Mas a verdade é que Ulisses ficou apavorado...
> Começamos a fazer perguntas, como era o Curupira, porque embora nós sentíssemos sua presença, nunca nenhum de nós o tinha visto. Só ouvíamos as histórias, inclusive de suas mundiações, quando fazia os caçadores se perderem no mato...
> Ulisses respondia a todas as perguntas: dizia que era um curumim (menino), um caboclinho mesmo, que estava nu, que seu corpo parecia de pequenas placas de alguma coisa como se fosse madeira de cor marrom... Quando perguntávamos se tinha mesmo os pés virados para trás, Ulisses ria e não respondia nem que sim, nem que não... Mas ele levou um grande susto. *A história se espalhou pela Serra de Parintins e durante muito tempo se falou no encontro com o Curupira*..." (MONTEIRO, 2000, p. 21).

O excerto 4 ilustra o uso de um verbo típico de relato - o verbo dizer - que se constitui, a meu ver, como representativo dessa espécie nas narrativas em análise e que tem, no caso em pauta, a função específica de estabelecer proposições de caráter

metaenunciativo, vindo expresso, na maioria das vezes, na terceira pessoa do plural. Logo, devido o caráter prototípico e recursivo desse verbo no que concerne à instauração de estruturas metaenunciativas, propus-me a fazer algumas considerações sobre o mesmo.

Mesmo podendo ser enquadrado na categoria de verbos como os analisados no excerto anterior, o que constitui um dado novo, nas narrativas em questão, é o fato desse verbo se apresentar como característico no que tange à veiculação de significações metaenunciativas, tendo-se, nesse âmbito, o sentido de remissão às formas de construção de crenças que se colocam como próprias de um determinado contexto; no caso, relativas à Matintaperera e que, tendo em conta esta última situação, também diz respeito aos demais tipos de narrativas analisados.

Considerando os segmentos em itálico no excerto em análise, expressões como *Dizem que deixou sua herança de Matinta para uma sobrinha...* tipificam construções metaenunciativas que caracterizam processos narrativos identificados com as histórias sob análise, nos quais narrar também demanda convocar outras ações narrativas, que, juntas, têm a propriedade de constituir a atividade narrativa em sua totalidade enunciativo-textual.

Finalmente, o excerto 5 traz como exemplificativos segmentos textuais nos quais as proposições metaenunciativas são construídas por alusão a um tempo retrospectivo ou pretérito. Assim, os segmentos do tipo: *A história se espalhou pela Serra de Parintins e durante muito tempo se falou no encontro com o Curupira*... encerram proposições enunciativas que se deslocam para o que podemos chamar de tempo histórico em relação ao que está sendo contado pelo narrador. Esse deslocamento enunciativo para fatos expressos por um aspecto verbal pretérito concluso ou inconcluso, em que se aponta para enunciações já postas no universo sociocultural e sociodiscursivo, constitui um recurso importante para a referenciação relativa a crenças preestabelecidas, particularmente no que diz respeito aos objetos simbólicos inerentes às narrativas aqui estudadas.

Se voltarmos ao excerto 4, observaremos a presença de um conjunto de expressões no pretérito imperfeito plural que ratificam a inserção de vozes enunciativas referentes a tipos de crenças e falas instaladas no contexto em que o narrador produz o seu discurso, indicando que essas estruturas enunciativas já

compunham o universo sociodiscursivo a partir do qual o produtor textual constrói a atividade verbal. É o que verificamos em segmentos como:

> E quando duvidam dela ou com ela mexiam, ela surrava as pessoas que apanhavam e não sabiam nem de onde era... Ela só se transformava em galinha cheia de pinto quando estava acuada... Pois aí as pessoas viam aquilo e não achavam que podia ser a Matinta Perera, mas era ela mesma! Ela fazia muitas maldades com as pessoas, malinava mesmo. (MONTEIRO, 2000, p. 19).

De acordo com os segmentos apontados, a sequência de formas verbais no pretérito imperfectivo indica que o que está sendo enunciado pelas proposições fazia (faz) parte de estruturas de conhecimento integrantes das crenças relativas à Matintaperera e que passa a se reatualizar na atividade enunciativa colocada em andamento pelo narrador. Esse tipo de recurso textual-discursivo indica também que essas estruturas de conhecimento, expressas pelas proposições em questão, não são isoláveis e descartáveis das estruturas referentes à composição dos textos em análise, constituindo-se como elementos intrínsecos às atividades discursivas postas em ação nessas formas narrativas, que se caracterizam como heterogêneas e interenunciativas em sua natureza e constitutividade. Portanto, esse deslocamento da atividade enunciativa em andamento para outras enunciações, como, no caso, do que se narra para o narrado, implica um diálogo constante com estruturas de conhecimento e *frames* culturais pressupostos em determinados contextos, que passam, até certo ponto, a determinar e delimitar o que é dito numa atividade discursiva, com possíveis restrições impostas à própria forma como certos sentidos são gerenciados em textos específicos, como os das narrativas estudadas.

Enfim, as proposições metaenunciativas apontadas e o modo como se configuram nos textos, sob análise, trazem evidências do fato de que a enunciação de caráter narrativo está condicionada a se estabelecer como interpeladora de enunciações outras, que se colocam como espécies de coadjuvantes na construção de uma atividade narrativa, qualificada como englobando necessariamente uma heterogeneidade composta por preelaborações simbólicas e culturais situadas, manifestas na estrutura textual-enunciativa das histórias que integram o presente estudo.

E possível então se postular acerca de uma natureza metaenunciativa um tanto particular no que diz respeito a algumas formas de construção das narrativas sob análise. A presença de tais formas no *corpus* traz indicações, nessas histórias, de que a recorrência a outras atividades enunciativas constitui uma espécie de condição *sine qua non* por meio da qual o processo narrativo se estabelece. Em termos mais pontuais, em relação às histórias em pauta, no que concerne a expressões cujo conteúdo proposicional se volta para o resgate e/ou reafirmação de determinadas crenças ligadas aos personagens e eventos aqui apontados. Essas expressões entram, portanto, como elementos *co-construtores* e/ou coadjuvantes importantes para a construção da ação narrativa mobilizada pelo produtor do texto.

Por sua vez, a ação enunciativa que está sendo construída pelo narrador/enunciador não "consegue" se desgarrar dessas outras vozes enunciativas no processo de constituição das crenças referentes às entidades mencionadas. Podemos até mesmo afirmar que é nesse jogo interenunciativo que essas crenças se estabelecem ou ganham força na atividade discursiva conduzida pelo produtor desses vários textos em apreciação.

Disponho, abaixo, a tabela relativa às Proposições Metaenunciativas analisadas:

Tabela 1 -Proposições referenciadoras/metaenunciativas que apontam para crenças ligadas aos personagens em estudo.

Narrativas referentes aos personagens lendários	**Boto**	**Cobra**	**Matintaperera**	**Curupira**	**Total**
Número de Narrativas	04	05	05	03	17
Ocorrências de proposições metaenunciativas	5	10	7	3	25
Percentual (%)	20,00	40,00	28,00	12,00	100

Fonte: Revista Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia.

Os dados contidos na tabela mostram a ocorrência de uma totalidade de 25 (vinte e cinco) Proposições Metaenunciativas, tendo-se uma média 1,47 dessas proposições por narrativa. Em se tratando de percentuais, o índice mais elevado se

deu nas narrativas de Cobra, com 40,00% de ocorrências de tais construções. Em seguida, temos as de Matinta, com cerca de 28,00%. Logo depois, as de Boto, com um índice de 20,00% e, finalmente, as histórias de Curupira com percentual de 12,00% de ocorrências das mencionadas proposições.

De acordo com as análises realizadas, o que se observou foi a recursividade destes em todos os tipos de histórias, trazendo evidências significativas do emprego dessas proposições nos processos referenciais próprios da construção das citadas histórias. Tendo em conta, sobretudo, o fato de que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Mas se levarmos ainda em consideração o aspecto quantitativo, verificamos que nas narrativas de Cobra ocorreu um índice um tanto expressivo das proposições em questão, tendo-se uma média 2,0 (dois vírgula zero) formas de texto. Consequentemente, esse fenômeno sugere que de narrativas desse tipo se caracterizam sociodiscursivamente pela presença de tais proposições em sua construção textual.

4. Considerações finais

De acordo com os dados, as narrativas de Cobra e Matintaperera tiveram a maior ocorrência de proposições referenciadoras metaenunciativas. Logo, considerando que essas entidades são bastante conhecidas e detentoras de variados processos de metamorfose, com diversos tipos de recriações ou reconstruções no universo cultural em que suas histórias são contadas, é válido afirmar que os processos e atividades metaenunciativas se apresentem aí como mais recorrentes. Assim, ao (re)contarem histórias de Cobra e Matintaperera, os narradores ou produtores desses relatos, como é o caso de Monteiro, convocam um conglomerado de dizeres já mobilizados ou em circulação acerca desses personagens lendários e de eventos e/ou fatos ligados a eles, os quais, por sua vez, já integram o universo cultural e sociodiscursivo de onde emergem tais narrativas. Logo, a disparidade de sentidos e práticas linguageiras relativos aos entes em questão, que se constituem por meio de diferentes histórias, vai fazer com que esses mesmos sentidos/práticas retornem para outras práticas narrativas a serem mobilizadas no universo cultural de

onde foram geradas, numa espécie de efeito cíclico; nesse caso, referente aos modos de (re)construção de histórias de Cobra e Matintaperera, nas quais a atividade de narrar passa a se constituir também por meio de enunciações preconstruídas no mundo biossocial em que os significados atinentes a tais personagens já circulam e/ou são historicamente mobilizados.

As narrativas de Boto e Curupira tiveram um percentual menos expressivo de proposições metaenunciativas, trazendo evidências acerca do fato de que esses personagens e eventos ligados a eles se constituem como menos detentores de transformações e/ou recriações, especificamente no que diz respeito às suas figuras e a fatos simbólicos que lhes são característicos ou típicos. Logo, dada essa condição, dizeres ou significados preconstituídos acerca de tais entes são também menos detentores de variações, ou, em outras palavras, mais uniformes ou homogêneos, o que implica também afirmar que as enunciações já estabelecidas acerca destes são mais reduzidas e limitadas, com efeitos igualmente limitados no modo como se inserem nas narrativas que tratam dos personagens em questão.

5. Referências

AUTHIER, J. *Paroles ténues à distance.* Materialités discursives. Lille: Presses Universitaíres de Lille, 1981.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer.* Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

KOCH, I.G.V. *Introdução a linguística textual.* São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTEIRO, W. *Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia.* Belém: Smith – Produções Gráficas, v. 1-13, 2000, 2002, 2003.

MORATO, E.M. *Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa nas práticas referenciais.*In: KOCH, I.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A.C. (Orgs.). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

MOURA, H.L.M. *Atividades de referenciação em narrativas afiliadas ao universo do lendário da Amazônia: implicações sociocognitivas e culturais.* 2013. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REY-DEBOVE, Josette. *Le Métalangage.* Paris: Ed. Le Robert, 1978.

O DISCURSO AO ENUNCIADO: UM ESTUDO DAS FORMAÇÕES NOMINAIS “SURDO-MUDO” E “DEFICIENTE AUDITIVO”

Igor Caixeta Trindade Guimarães
Waldemar Duarte de Alencar Neto
UFMG

1. Introdução

Este trabalho discute os significados dos itens lexicais “surdo-mudo” e “deficiente auditivo”, a propósito da atual tendência de substituição de um item pelo outro, motivada por fatores sócio-históricos. Para o estudo dessa mudança semântica, adotamos a perspectiva onomasiológica, segundo a qual o valor das palavras é analisado em função dos termos que podem expressá-lo. Nesse sentido, somos guiados pelos pressupostos da lexicologia sócio-histórica, considerando a palavra como elemento a ser estudado do ponto de vista de conjunto, em relação com outras palavras da língua, e com os discursos associados, materializados em enunciados. Essa premissa motiva-nos a adotar o conceito de “formação nominal”, desenvolvido no quadro teórico da semântica da enunciação. O trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, situamos teoricamente a proposta, com uma reflexão sobre aspectos da semântica da enunciação, do léxico e do discurso; na segunda parte, definimos o percurso metodológico com base na versão adaptada do método proposto por Cambraia para uma análise sócio-histórica do léxico. Posteriormente, tecemos algumas considerações preliminares sobre os itens estudados, e, em seguida, partimos para a análise da mudança de “surdo-mudo” para “deficiente auditivo”.

2. Semântica, léxico e discurso

Os estudos do léxico constituem um domínio da Linguística influenciado diretamente por diversos níveis, desde o plano do conteúdo até o plano da forma. Sobre esse vínculo entre conteúdo e forma, estudos funcionalistas têm produzido

grandes contribuições descritivas, ao constatarem que a gramática começa a ser construída no discurso. Nossa contribuição visa a mostrar de que maneira as formações nominais — que conceituaremos mais adiante — revelam essa associação. A seguir, faremos algumas considerações sobre os estudos semânticos.

Segundo Lyons (1977), a semântica fez parte da descrição linguística empreendida por Saussure, com um viés estruturalista. Por ser a língua concebida como estrutura, a partir do arranjo de suas formas, o significado é apreendido por meio da análise de suas combinações. Exemplifica tal pressuposto a combinação de fonemas na formação de palavras, como em “uma”, “amu”, “mua”. A posição na estrutura, bem como os elementos selecionados determinam a constituição do item como uma forma da língua (ou não). O mesmo fenômeno ocorre em relação aos demais níveis de análise, da fonologia ao discurso. Ao apresentar os pressupostos do estruturalismo, Lyons postula que “as unidades linguísticas não são mais que pontes num sistema, ou rede, de relações; são as resultantes destas relações, e não têm existência prévia e independente”.

Em certa medida, os estudos do léxico levam em conta os princípios estruturalistas, haja vista a eminência de seu caráter relacional, depreendido dos enunciados em que se descreve a ocorrência de dado item. Conforme o autor, “a denotação de um lexema é limitada pelas relações de sentido existentes entre ele e outros lexemas na mesma língua”. Tal premissa motivou o surgimento da teoria dos campos semânticos, importante para a delimitação do léxico. Os principais expoentes da teoria foram Trier e Porzig, influenciados, respectivamente, pelos conceitos saussureanos de “paradigma” e “sintagma”, como eixos estruturais. Em ambas as abordagens, o valor das palavras é definido conforme o valor das palavras que se lhes associam, seja virtualmente, por uma cadeia de sentidos, seja materialmente, no nível da articulação sintática.

Trier utiliza a designação “campo conceptual” para se referir à evolução do significado das palavras ao longo do tempo, mostrando como se interligam em diferentes línguas. Sua análise se aplica, por exemplo, à classificação das cores, que não é uniforme nas culturas. Porzig, por sua vez, vale-se da identificação dos itens

lexicais que co-ocorrem com outros itens para conceber campos lexicais[1]. Pondera, por exemplo, que pertence ao campo lexical de “louro” o item “cabelo”, em razão da frequência com que ocorre a sequência “cabelo louro”. Quer no nível paradigmático, quer no nível sintagmático, a inerência a um sistema é fundamental para a configuração de um campo lexical.

Os lexemas estão sujeitos a mudarem de forma e significado à medida que mudam os sistemas linguísticos e, portanto, as relações de sentido. Parece evidente que essa mudança e mesmo as múltiplas possibilidades de constituição do significado reflitam valores sociais e históricos que permeiam as culturas e, consequentemente, as línguas. Dessa forma, culturas que se fundam sobre certas circunstâncias históricas têm formas linguísticas específicas para manifestá-las. As diferenças classificatórias presentes nas línguas podem ilustrar como a realidade do mundo não é exatamente estanque, isto é, independente da realidade da linguagem. A linguagem é, antes de tudo, uma perspectiva de leitura do mundo, de tal forma que suas formas são criadas em conformidade com percepções peculiares de uma suposta realidade objetiva, que, por sua vez, é imperceptível senão por meio da linguagem. O modo como as culturas registram as cores do espectro da luz visível, por exemplo, pode evidenciar essa variabilidade. A cor branca, particularmente, é aceita em português em tonalidades variáveis; para uma comunidade de esquimós, todavia, cada tonalidade recebe uma designação especial, o que indica que as noções vinculadas às palavras são construídas historicamente, algumas mais gerais, outras mais específicas, variando de língua para língua.

O “mundo exterior” não é, pois, substancialmente independente da linguagem. Se fosse independente, os fenômenos do mundo deveriam refletir-se igualmente em todas as línguas. Mas, em vista do exposto, as coletividades de indivíduos possuem

---

[1]De acordo com Abbade (2011, p. 1332), “Os *campos lexicais* representam uma estrutura, um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e hierarquia articuladas entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico: *o campo léxico*. As palavras são organizadas em um campo com mútua dependência, adquirindo uma determinação conceitual a partir da estrutura do todo. O significado de cada palavra vai depender do significado de suas vizinhas conceituais. Elas só têm sentido como parte de um todo, pois só no campo terão significação. Assim, para entender a lexia individualmente é necessário observá-la no seu conjunto de campo, pois fora desse conjunto não pode existir uma significação, uma vez que a mesma só existe nesse conjunto e em sua razão”.

realidades culturais que as fazem criar percepções particularizadas do mundo. Nesse sentido, a linguagem sustenta efeitos de exterioridade, uma vez que referencia o mundo; contudo, essa exterioridade não pode ser fundamentalmente objetiva.

Para Nunes (2006), o fato lexical é um fato social e, sendo assim, está sujeito às forças sociais. O autor estuda o léxico sob uma perspectiva discursiva, que é, por assim dizer, histórica e ideológica. Nessa perspectiva, postula-se que o discurso produz sistematicidades linguísticas e que as palavras podem ter sentidos diferentes, conforme as posições sustentadas pelos sujeitos. A concepção discursiva se alicerça na antiguidade clássica, de acordo com a seguinte referência:

> Na Grécia, as palavras são vistas como instrumento para pensar as coisas, de modo que aparecem estudos da significação. Aristóteles considera as palavras como instrumentos conceituais e Platão como reflexo possível do mundo das ideias. Entre os latinos, Cícero situa o estudo das palavras no interior da oratória e da retórica. (NUNES, 2006, p. 151)

A concepção se mantém atual — e não poderia ser diferente, já que as palavras se prestam mesmo a significar, semântica, pragmática ou discursivamente —, por mais que tais níveis da língua não sejam autossuficientes. Contraproducente seria o estudo do léxico que se pretendesse apenas formal, pois muito pouco haveria de descrever. Exemplo de análise discursiva de um item lexical, apresentado por Nunes, ocorre em relação a “povo”, que pode ser marcado ideologicamente com o sentido de inclusão, como no enunciado “Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos”, de Darcy Ribeiro. Por outro lado, esse mesmo item pode adquirir carga ideológica distinta, vinculada a um discurso elitista: “O povo não sabe o que é melhor para a nação”.

O estudo dos campos lexicais, de acordo com Nunes, pressupõe a delimitação de séries de palavras, colocadas em relação, as quais se organizam de forma heterogênea e dinâmica, em consonância com as transformações que incidem sobre a língua. São explicitadas, na análise, relações de aliança, contradição, oposição, silenciamento, bem como polissemia, contradições, ambiguidades, motivadas por fatores sociais. A definição dos campos lexicais pode ser interpretada como uma alternativa à análise componencial, que foi muito utilizada por autores representantes

do estruturalismo. A análise componencial se baseia no princípio de que o sentido de um lexema se define por meio de um conjunto de componentes de sentido. A palavra “homem”, por exemplo, contém os componentes <macho>, <humano> e <adulto>. “Mulher”, por sua vez, se define de forma semelhante, com a diferença de que o componente <macho> é substituído por <fêmea>.

Diante de tais considerações, há evidências em favor da premissa apresentada por Saussure de que os elementos linguísticos não têm valor em si mesmos, mas sim na relação com os outros. Não obstante, a abordagem sócio-histórica dos estudos lexicológicos se distancia da concepção estruturalista, na medida em que vislumbra um funcionamento linguístico não tão sujeito a condicionamentos estruturais muito bem definidos, mas a um conjunto de fatores, linguísticos ou extralinguísticos, que podem ser mais ou menos regulares, porém não rigidamente estabelecidos. O domínio semântico de uma língua é influenciado pela intersubjetividade, vinculada a discursos específicos e instaurada nas práticas sociais. Nos estudos enunciativos, o conceito de *intersubjetividade* foi amplamente discutido por Émile Benveniste, notadamente em *Da subjetividade na linguagem* e em *A natureza dos pronomes.*

Devido ao reconhecimento da importância desse elemento intersubjetivo na linguagem, que pode significar um *eu* e um *nós*, e das condições em que o dito é dito, produzimos um deslocamento expresso nestes termos:

> A suposição estruturalista de uma língua pronta e acabada, objeto de apreensão do falante, submissa à descrição objetiva, foi substituída pela compreensão de que, antes de qualquer outro componente, a linguagem fulcra-se como evento (OSAKABE, 1988), faz-se na linha do tempo e só tem consistência enquanto real na singularidade do momento em que se enuncia. (GERALDI, 2003, p. 12)

Sobre a língua, atuam duas forças distintas: uma que tende à sistematização, captada pela memória do dizível, e outra que tende à diferença, no ato de atualização da língua. Isso implica considerá-la, não como produto, mas como acontecimento. Nesse caminho, Dias, em *Os sentidos de liberdade no mundo wiki*, apresenta o conceito de formação nominal como “centro de articulação temática”, que se associa a uma “memória de sentidos agregadas ao nome”.

O conceito de formação nominal também encontra respaldo em Guimarães (2007, p. 79), que analisa, em *Domínio semântico de determinação*, diferentes processos pelos

quais um nome pode ser determinado, quer do ponto de vista da articulação sintagmática, quer do ponto de vista do acontecimento enunciativo. O autor afirma que "a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas. O fato, por exemplo, de duas expressões serem formuladas como sinônimas é parte da determinação das palavras envolvidas". Em seguida, ele discute dois exemplos: 1) "As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe" e 2) "As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade". O modo como as palavras se relacionam, no enunciado, estabelece o processo de determinação, a exemplo da delimitação do nome "residência", que pode incluir, ou não, "barraco". Interessa-nos, numa aproximação entre discurso e enunciação, investigar de que maneira as formações nominais agregam valores ideológicos, muitos dos quais são responsáveis pela mudança linguística. Em especial, tratamos da tendência de substituição de "surdo-mudo" por "deficiente auditivo". Por ideologia, recorremos ao conceito bakhtiniano, estabelecido como "a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens" (MIOTELLO, 2005, p. 171), intermediadas pelos signos. A organização pode ser considerada como articulação de valores assumidos pelos sujeitos, que os regulam enunciativamente em suas práticas sociais.

Contemporaneamente à escrita deste texto, veio à tona um fato que ilustra de forma significativa o vínculo entre um signo linguístico particular e um acontecimento: o surgimento do item lexical "panelaço", após o pronunciamento da presidente Dilma, no Dia Mulher, momento em que se declarava no Brasil uma crise política. O neologismo, muito rapidamente divulgado nas redes sociais e nas demais mídias, designou o protesto de alguns cidadãos que assistiram ao pronunciamento, em suas residências, e começaram a bater panelas em atitude de repúdio ao discurso. Motivado por uma ideologia política contrária ao governo, esse protesto, designado pelo item "panelaço", representou uma mobilização intersubjetiva, que instigou uma coletividade de cidadãos a manifestarem suas vozes. Do ponto de vista discursivo, foi possível observar que "panelaço" manteve relação de determinação com *insatisfação, protesto, corrupção* e, também, *golpismo, ditadura, desrespeito*, segundo o posicionamento dos sujeitos enunciadores. Assim, é notável que o discurso motiva a

alteração das formas linguísticas e de suas relações de determinação, no nível do enunciado. Neste trabalho, tomamos o léxico como unidade de análise.

3. Procedimentos metodológicos

Para a análise sócio-histórica dos itens “surdo-mudo” e “deficiente auditivo”, recorremos ao método proposto por Cambraia (2013), em sua versão reduzida. Embora se trate de uma adaptação do método aos propósitos da pesquisa, os parâmetros necessários à legitimação dos resultados foram respeitados e seguidos com rigor, como mostraremos mais adiante. Priorizamos, nesta pesquisa, a abordagem empírica no tratamento do *corpus*, procurando olhar para os dados de forma sistemática. Atualmente, o estudo de caso se constitui numa forma de tentar inserir o fator social nos estudos do léxico. Com base nesse procedimento, escolhemos duas formas concorrentes, levando em conta a perspectiva onomasiológica, ou seja, aquela que parte de um conceito e o observa nas formas que o expressam. A partir daí, tentamos compreender o que houve quando da substituição de um item lexical pelo outro.

Nesse contexto, interessou-nos a substituição da formação nominal “surdo-mudo” (=SM) pela formação nominal “deficiente auditivo” (=DA), motivada pela memória dos discursos agregados a elas. Para a constituição do *corpus*, buscamos, na base do periódico impresso *Jornal do Brasil* (RJ), em seu acervo *on-line* http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015, ocorrências desses termos concorrentes, considerando o período em que houve inversão na frequência de sua ocorrência.

Feita a busca preliminar, passamos a proceder da seguinte forma: identificamos as datas distais máximas, ou seja, a data da primeira ocorrência da forma nova (DA), isto é, a data em que passou a concorrer com (SM), e a data da última ocorrência da forma antiga (SM). Estabelecemos as frequências, identificando o número de ocorrências da forma antiga e da forma nova, no recorte temporal de 5 (cinco) anos entre as datas distais máximas; calculamos a porcentagem de ocorrências da forma antiga e da forma nova, considerando esse recorte temporal; posteriormente, convertemos o percentual apurado em quantidades, considerando uma base de 10.

Em seguida, coletamos as primeiras ocorrências de cada forma, considerando a quantificação por sincronia de 5 anos dos dados na base de 10, e as convertemos em arquivos de texto (*txt*). Pela leitura dos textos, observando as palavras que co-ocorrem no entorno, e com o auxílio do *AntConc*, programa que analisa textos eletrônicos, identificamos as 25 (vinte e cinco) palavras mais frequentes no período hegemônico da forma antiga (SM) e as 25 mais frequentes no período hegemônico da forma nova (DA). A partir de então, procuramos definir essas formas com base em outras palavras que aparecem no texto. Acreditamos que, procedendo dessa forma e seguindo os parâmetros apresentados, seja possível desenvolver um trabalho sobre a formação de neologismo de sentido, que ocorre quando observamos a substituição de "surdo-mudo" por "deficiente auditivo", de forma empírica e contextualizada sócio-historicamente. Devido a fatores pragmáticos, relacionados à apresentação dos referentes no enunciado, optamos por analisar a posição que os itens estudados ocupam na cadeia referencial dos textos em que ocorrem. Por exemplo, na sentença "O surdo-mudo foi avaliado por um especialista em língua de sinais, que considerou que o deficiente apresentaria certas dificuldades no início dos atendimentos", "surdo-mudo" e "deficiente" são co-referentes; "surdo-mudo" ocupa a primeira posição na cadeia referencial, ao passo que "deficiente" ocupa a segunda posição. Identificar essa posição é relevante ao grau de familiaridade que os interlocutores têm com os nomes. Termos de uso comum tendem a ser empregados em primeira posição.

4. Uma abordagem histórico-discursiva de "surdo-mudo" e "deficiente auditivo"

Algumas iniciativas sociais têm sido tomadas nos últimos anos com o propósito de integrar pessoas com deficiência à sociedade, com vistas à institucionalização de propostas efetivas. Paralelamente, à medida que evoluem os recursos humanos e científicos na área da inclusão, surgem iniciativas que procuram adequar valores ideológicos às formas linguísticas que os expressam. Nos últimos 40 anos, houve significativa mudança ideológica, que se reflete no léxico da língua, de modo a comprovar a hipótese sócio-histórica dos estudos lexicais. A designação "deficiente", muito empregada outrora, sofreu reavaliação modificadora em razão de reforçar a condição limitante das pessoas que têm deficiência — costuma-se dizer que a

deficiência “está” na pessoa, mas não “é” a pessoa. Foi então substituída pela expressão “portador de deficiência” (ou necessidades especiais) e, posteriormente, por pessoa com deficiência, a fim de denotar o caráter acidental da condição física desses indivíduos. Por outro lado, a designação “portador” não se manteve usual, de vez que a deficiência não se “porta”, não se “leva” transitoriamente. Mas parece haver um certo consenso, atualmente, em favor do uso de “pessoa com deficiência”, que, diferentemente de “deficiente”, designa a princípio a condição de pessoa para, em seguida, especificar a deficiência. O termo “deficiente”, por si só, produz designação, diretamente, pela condição do indivíduo, e não pelo que ele de fato é: pessoa. Documentos oficiais recomendam a nova nomenclatura, que já consta em textos legais, sendo até mesmo regulamentada por projetos de lei. Citamos aqui o decreto n.º 2344, de 3 de novembro de 2010 (publicado no DOU de 5/11/2010), que substitui, na nomenclatura do CONADE, o termo “portadores” por “pessoas com deficiência”.

Quanto ao uso dos termos “deficiente auditivo” e “surdo-mudo”, constata-se que se trata de uma preferência pessoal, por parte daquele que tem a deficiência. De um modo geral, há um consenso em torno da ideia de que a surdez não implica a mudez; dessa forma, entrou em desuso o item “surdo-mudo”. Prova disso são as tecnologias, a cada dia mais aprimoradas, que permitem à pessoa com deficiência auditiva desenvolver a fala, por meio de técnicas de leitura labial ou mesmo de aparelhos eletrônicos. Existe, propriamente dita, uma concorrência entre “deficiente auditivo” e “surdo”, a depender do fato de que alguns surdos não gostam de ser considerados deficientes auditivos e, reciprocamente, pessoas com deficiência auditiva não se consideram surdas. Não se pode deixar de registrar que algumas delas são indiferentes a ambas as designações.

As diferentes preferências estão relacionadas ao grau da perda de audição, de modo que a escolha por uma ou outra forma é meramente subjetiva. Verifica-se, contudo, uma tendência a que pessoas que tenham perda parcial da audição alegarem a condição de deficientes auditivas. Aqueles que têm perda auditiva total, por sua vez, preferem ser considerados surdos. Uma explicação se prende ao fato de que o surdo não se considera deficiente, utiliza uma língua de sinais e pertence a uma cultura que valoriza sua própria história, sua arte e sua literatura, cultura esta caracterizada por uma pedagogia própria, amparada por intérpretes e demais

profissionais especializados. A surdez, nesse caso, é predominantemente uma condição congênita. Já o deficiente auditivo procura inserir-se na cultura hegemônica, mesmo que se utilize de meios alternativos para que essa inserção se efetive, como o uso de próteses, mesmo que a pessoa tenha dificuldades de fala, em maior ou menor grau.

De acordo com parâmetros oficiais, todavia, "deficiência auditiva" é o termo genérico para designar qualquer prejuízo da audição, paralelamente a outras deficiências, como a física, a mental, a visual e a múltipla. Essa nomenclatura é seguida, de forma padronizada, em outras línguas: "person with a disability" (inglês) e "persona com discapacidad" (español). Conforme o padrão ANSI (American National Standards Institute), a especificação da deficiência auditiva se dá por termos como surdez leve (25 a 40 db), surdez moderada (41 a 55 db), surdez acentuada (56 a 70 db), surdez severa (71 a 90 db) e surdez profunda (acima de 91 db).

Não obstante a distinção feita entre "deficiência auditiva" e "surdez", evidencia-se uma tentativa de implementação do primeiro termo, sendo reservado o segundo termo para fins de especificação. Quanto ao termo "surdo-mudo", não há dúvida de que tenha se tornado obsoleto, graças aos avanços conceituais da área de inclusão. Na seção a seguir, faremos uma avaliação dessa mudança, com base em uma análise de *corpus*.

5. Análise de "surdo-mudo" e "deficiente auditivo" em enunciados de jornal

Como já mencionamos, elegemos as seguintes formas como objeto de estudo: surdo-mudo (SM) > deficiente auditivo (DA). Há registro de ocorrências de SM em textos da década de 1890, conforme dados da Hemeroteca Digital do Jornal do Brasil (RJ), mas essas formas só começam a concorrer na década de 1970, mais precisamente em 1972, quando aparece a primeira ocorrência de DA. Então, enquanto formas concorrentes, observamos a primeira ocorrência de DA em 11 de outubro de 1972, e a última ocorrência de SM 7 de novembro de 2008, constituindo, assim, as datas distais máximas.

A seguir, estão organizadas informações sobre os aspectos quantitativos desta pesquisa. A tabela 1 apresenta a frequência de ocorrência das formas "surdo-mudo"

e “deficiente auditivo”, por cortes sincrônicos de cinco em cinco anos, ao longo das décadas de 1970 a 2010. Nela constam os dados absolutos, que se referem às quantidades reais encontradas no *Jornal do Brasil*, as porcentagens atreladas a essas quantidades e, também, quantidades convertidas na base 10. Os gráficos 1 e 2 consubstanciam informações da tabela e, assim, permitem a visualização da tendência de substituição de um item lexical pelo outro, comparativamente.

Tabela 1

Quantificação						
Frequências (cortes sincrônicos)	**Dados absolutos (n)**		**Dados relativos (%)**		**Dados na base de 10**	
	Surdo-mudo	Deficiente auditivo	Surdo-mudo	Deficiente auditivo	Surdo-mudo	Deficiente auditivo
1) 1971 - 1975	66	6	91,6%	8,3%	9	1
2) 1976 - 1980	31	5	86,1%	13,9%	8	2
3) 1981 - 1985	90	16	84,9%	15.1%	8	2
4) 1986 - 1990	42	11	79,2%	20,8%	8	2
5) 1991 - 1995	47	114	29,1%	70,9%	3	7
6) 1996 - 2000	41	27	60,2%	39,8%	6	4
7) 2001 - 2005	33	446	6,8%	93,2%	1	9
8) 2006 - 2010	17	43	28,3%	71,7%	3	7

Tabela elaborada pelos autores, considerando a quantificação por sincronia de 5 anos dos dados absolutos (n); a quantificação por sincronia de 5 anos dos dados relativos (%); e a quantificação por sincronia de 5 anos dos dados na base de 10.

Gráfico 1

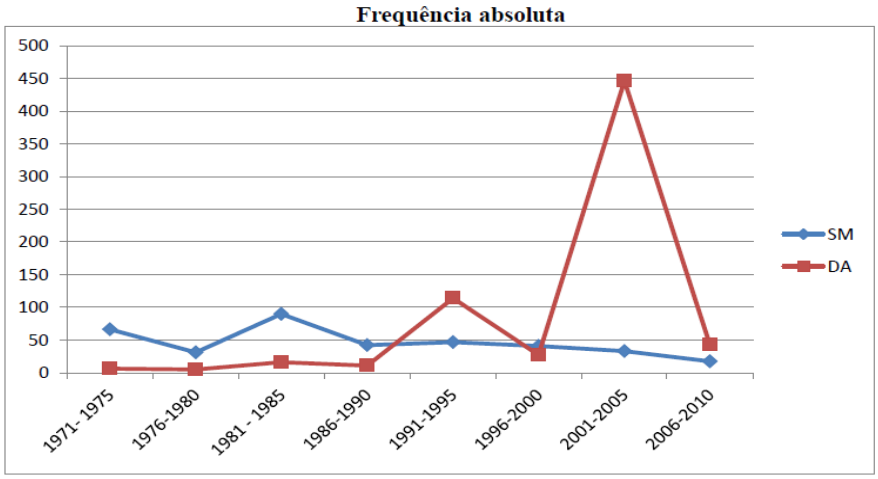
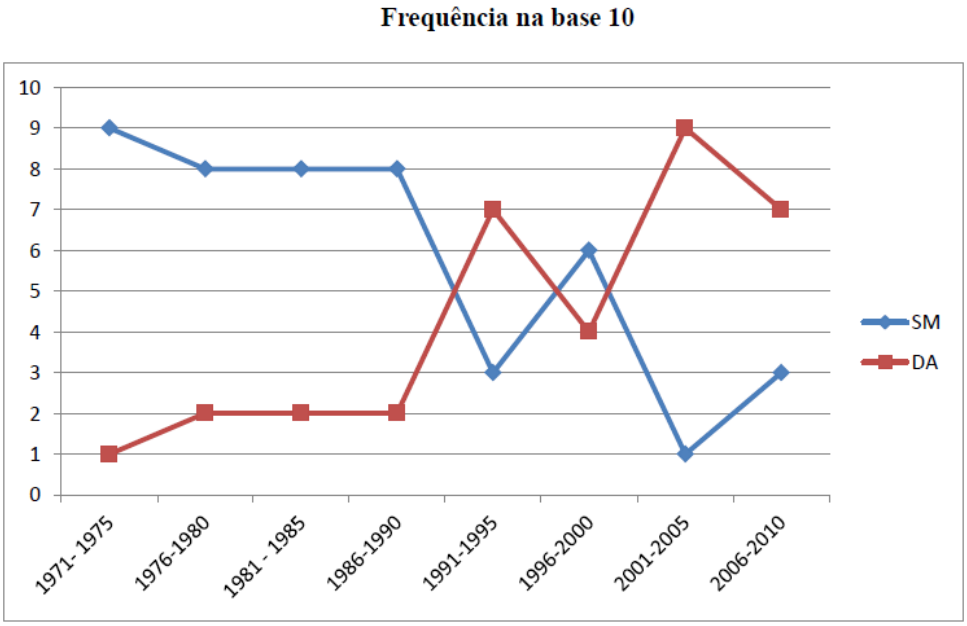


Gráfico 2



5.1 A análise de "surdo-mudo"

O termo "surdo", em sua origem latina (*surdus*) e grega (*kophós*), tinha duas acepções básicas: *não escutar* e *não ser entendido*. Segundo Menossi[2], designava também o "entorpecido, passando a significar, depois de Homero (*kopháomei*), referente ao ato de ficar mudo, *ser estúpido ou insensível*. Advém dessa origem a

[2]MENOSSI, Leonilda Aparecida de Campos. Autora do artigo "Estudo histórico dos surdos", disponível em www.recantodasletras.com.br/artigos/2835735.

ideia de que o surdo não fala, sendo que a comunicação era compreendida apenas no âmbito da oralidade, crença que perdurou por muito tempo. Em vista disso, tornou-se frequente o emprego do item lexical “surdo-mudo”. Analisaremos, a seguir, aspectos linguísticos e sócio-históricos presentes no *corpus* retirado do *Jornal do Brasil*, entre os anos 1970 e 1990, período em que houve predominância de “surdo-mudo” sobre “deficiente auditivo”.

Na década de 1970, considerados o primeiro e o segundo quinquênios, os enunciados em que ocorre “surdo-mudo” pertencem, de modo geral, ao gênero “notícia”. Quanto à posição na cadeia referencial, constatamos que, em todos os enunciados, com exceção de um, o item “surdo-mudo” figura na primeira posição, como era de se esperar, já que é a forma antiga. Aparece, geralmente, ocupando o lugar sintático de adjunto adnominal ou aposto, associando-se a um referente definido. No dado-exceção, aparece na segunda posição referencial, após o item “excepcionais” — “surdo-mudo” é apresentado como hipônimo desse termo, juntamente com “cego” e “deficiente mental”.

Outro fator relevante à delimitação da memória de sentidos associada à formação nominal em questão é a situação comunicativa. Conforme apontamos anteriormente, o gênero textual predominante no *corpus* é a notícia. Mas foram encontrados, ademais, textos pertencentes ao gênero “reportagem”, “sinopse de filme” e “crônica”. De um modo geral, a situação comunicativa preponderante em tais textos está relacionada à temática criminal, em que se percebe uma vinculação expressiva da ocorrência de “surdo-mudo” a situações que envolvem criminalidade, discriminação, acusação, exclusão. Dois trechos representativos desses temas são os seguintes: 1) “um surdo-mudo e dois policiais brutalizaram uma jovem de 15 anos”; 2) “Fagen, de 57 anos, matou seu filho Hugo, de 31, surdo-mudo, que desde a infância sofria de espasmos”. O envolvimento de uma pessoa surda-muda com o crime pode se dar tanto como agente, quanto como paciente, ou seja, o surdo-mudo pode ser autor ou vítima dos crimes. Em ambas as possibilidades, parece evidente a situação de não adaptação da pessoa às normas sociais e mesmo sua exclusão, exercida pela família ou pela sociedade. Algumas notícias retratam a injusta imputação de crimes a surdos-mudos, desfavorecidos por suas limitações de autodefesa. A não adaptação ocorre, também, em outras situações. Uma delas está presente em uma crônica de

Carlos Drummond de Andrade, que faz menção à situação de um juiz surdo-mudo que teve de se submeter aos ditames da justiça. A seguir, citamos dois trechos de enunciados dos quais se pode depreender a dificuldade de se lidar com pessoas surdas-mudas.

O primeiro deles, retirado da edição do *Jornal do Brasil* de 24/8/1971, p. 19, faz parte de uma reportagem que trata dos desafios da inclusão, sob o título *Defasagem*:

DEFASAGEM

Enquanto as técnicas de tratamento e de recuperação física tiveram uma melhoria muito grande nos últimos cinco anos, a integração do surdo-mudo na sociedade ainda não alcançou o grau necessário de evolução. Os problemas sociais, psicológicos e educativos são hoje o grande centro de debates.

O segundo deles foi retirado de uma crônica religiosa publicada no jornal em 10/9/1976, de autoria de Dom Marcos Barbosa. O texto faz uma infeliz comparação a respeito de um fato bíblico, segundo o qual Jesus supostamente cura um surdo-mudo. O autor da crônica interpreta o fato como uma parábola que orienta os homens, metaforicamente chamados de surdos-mudos, por não ouvirem (= não entenderem) a Deus, a serem receptivos à sua palavra:

Mas na cura do surdo-mudo podemos ver também uma espécie de parábola. Jesus quer dar a entender-nos sem palavras (não somos, na verdade, surdos-mudos?) que, para nos comunicarmos corretamente com Deus e com os homens, precisamos primeiro ouvir a palavra de Deus, pois só ele sabe e nos revela quem ele é, quem somos nós, de onde viemos e para onde vamos. E assim, se ouvirmos a palavra de Deus, que nos ensina a nossa igualdade como o nosso nada diante dele, já não podemos,

Essa passagem sustenta o preconceito histórico, citado no início desta seção, que associa à condição do surdo-mudo os atributos de incapacidade, estupidez e insensibilidade. Outros textos publicados na época trazem perspectivas semelhantes ao utilizarem o termo “inválido” para se referir a pessoas com deficiência, entre elas o surdo-mudo.

Em número bem inferior, há registros de textos que trazem perspectivas positivas a respeito dos surdos-mudos. Um deles faz menção a um surdo-mudo que ganhou título europeu de boxe. Outro descreve o trabalho de um padre surdo-mudo que celebra missas para pessoas na mesma condição, através do uso de mímica. Por fim, é importante mencionar um último texto, que trata dos desafios da educação do surdo-mudo, dita como “problemática”. De acordo com o texto, são necessários 12 anos para que o surdo adquira consciência da linguagem. Embora ainda em caráter incipiente e precário, notamos que, na década de 1970, já havia iniciativas que objetivavam buscar estratégias de integração desse indivíduo à sociedade.

Na década de 1980, houve mudança em relação ao perfil dos dados. Constatamos a reincidência de alguns gêneros textuais até então não identificados, tais como anúncio e programação televisiva. Nos anos 80, a mídia deu grande atenção a notícias sobre uma novela de Manoel Carlos, *Sol de Verão*, que tinha um personagem surdo-mudo — Abel, interpretado pelo ator Tony Ramos. Muitos dos textos encontrados referiam-se a ela; além disso, sabe-se que, em princípios, mulheres tendem a se interessar por novelas mais do que homens, hipótese que possivelmente explique a maior frequência de autoras. Outro fator que atraiu a

atenção do jornal foi a exibição do filme “O Surdo-Mudo”, que teve vários anúncios incluídos na programação de TV, no caderno de cultura. Os demais textos, nos dois cortes sincrônicos da década, seguem em parte o perfil dos textos da década de 70, quanto ao conteúdo abordado, geralmente relacionado ao envolvimento de surdos-mudos em situação de crime. Contudo, surgem notícias que relatam fatos de relevância histórica para a educação de pessoas surdas. Uma delas foi a criação de um aparelho de código Morse para que elas pudessem se comunicar ao telefone. Por último, dados que se destacaram em certo peso foram anúncios classificados à procura de profissionais interessados em orientar pacientes surdos-mudos:

ACOMPANHANTE — Precisa-se enérgico e boa índole, com refs, para rapaz surdo-mudo e nervoso. Preferência saiba dirigir. Sal. 13 mil. Hor. 12/20 hs. Tr.: 257-9774 c/ Luana após 16hs.

5.2 A análise de “deficiente auditivo”

A década de 90, como mostram os gráficos 1 e 2, é o cenário da inversão de frequência dos termos em estudo. Há uma queda no uso de “surdo-mudo” e a frequência da forma nova, “deficiente auditivo”, entra em ascensão, tendo como período hegemônico os anos compreendidos entre 1991-2010.

Quando nos referimos ao aparecimento da forma nova, não devemos entendê-lo como um marco estanque. Não há uma delimitação precisa entre o conceito de uma forma e o conceito da outra. Isso pode ser explicado, linguisticamente, com base no que considera Aitchison (1987) sobre o que chama de *fuzzy meaning*: o conceito das coisas não é perfeitamente delimitado, existem zonas de indiferenciação entre um conceito e outro. Dessa forma, é de se esperar que haja essa zona indiferenciada entre “surdo-mudo” e “deficiente auditivo”.

Nas primeiras ocorrências de “deficiente auditivo”, na década de 70, observamos, como esperado, que o item não ocupa a primeira posição da cadeia referencial; ele aparece, de modo geral, no meio da cadeia, como na ocorrência de

1972, em que figura na 9ª posição: crianças > surdas > crianças deficientes > deficientes > surdo-mudo > crianças excepcionais > excepcionais > anormais > DA. Isso confirma a hipótese de que a integração de palavras novas à língua depende de uma referência inicial. Podemos dizer que "deficiente auditivo" é apresentado, a princípio, como um sinônimo de "surdo-mudo". Nos enunciados em que a ocorrência de DA ainda não é predominante, esse item aparece apenas como uma retomada do termo antigo, sempre no meio da cadeia. Nas décadas posteriores, o item vai ganhando novos contornos semânticos.

Os textos em que ocorre "deficiente auditivo", nos dois cortes sincrônicos da década de 70, pertencem, em sua maioria, ao gênero "reportagem", e a situação comunicativa preponderante em tais textos está relacionada à criação ou ao funcionamento de escolas especializadas, à atuação de professores, ou a temáticas como reabilitação, exploração de resíduos auditivos e aceitação. Vejamos algumas passagens representativas: "(...) para os 975 professores especiais de deficientes de São Paulo, a grande compensação do seu trabalho se verifica quando conseguem ensinar um surdo-mudo a falar, um cego a ler, alfabetizar um débil mental." (outubro de 1972); "Em 1917, foi promulgada a primeira lei que criava na capital, uma escola de anormais, que entretanto não chegou a ser instalada." (outubro de 1972); "As reabilitadoras se preocupam em transmitir ao deficiente auditivo os valores da fala: afetividade, expressão, ritmo, entonação e pausa." (novembro de 1973); "O professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos apontou a especialização de técnicos em conservação de aparelhos de prótese auditiva como única saída contra os abusos do grupo restrito de comerciantes (...)." (novembro de 1974).

Na década de 80, o termo "deficiente auditivo" ainda não figura na posição inicial da cadeia referencial, mas tem em seu entorno palavras que o vinculam a aspectos que remetem a foco ou atenção, como "curso", "livro", "seminário", "personagem", "psicomotricidade" e "movimento labial". Vejamos algumas passagens que contemplam algumas dessas palavras:

Texto de 04/06/1987:

• **Psicomotricidade** — Enfatizar a importância do trabalho psicomotor com a criança deficiente auditiva é a finalidade do curso *O deficiente auditivo na psicomotricidade*, que começa em 6 de junho, no Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação. Aulas aos sábados, das 8h30min. às 11h., até 27 de junho, com as psicomotricistas e fonoaudiólogas Maria Inês Ramos, Marise Rodrigues Batista, Marisa Martins Viola e Ednéa Maria Pimenta (*285-6493* e *205-2499*).

Texto de 30/11/1982:

PICOTES & FILIGRANAS

• Amanhã, dia 1º de dezembro, a ECT estará lançando o selo especial com o registro da homenagem ao deficiente auditivo. A peça será lançada com solenidades programadas para as Diretorias Regionais da Empresa em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ). Ainda em dezembro deverão ser postos à venda, o selo comemorativo dos duzentos anos de Fundação da Escola Naval — programado para lançamento no Rio de Janeiro (RJ) no dia 14 — e o bloco promocional da **Brasiliana 83**, que também será lançado no Rio de Janeiro, no dia 18.

Palavras como “integração”, “fonoaudiologia”, “psicomotricistas”, “homenagem” vão definindo o termo “deficiente auditivo”. Nesse contexto, o sentido do termo “surdo-mudo” parece apresentar certas incompatibilidades quando posto próximo a essas palavras. Mas a mudança de sentido de “deficiente auditivo” se deu a partir de 1991, quando esse termo, mesmo aos falantes alheios à discussão, pareceu ser mais “politicamente correto”.

Há um fato curioso em relação às ocorrências do segundo corte sincrônico da década de 1990, como ilustram os gráficos 1 e 2. Refere-se à quantidade superior de ocorrências do item lexical “surdo-mudo” em relação às ocorrências do item “deficiente auditivo”, em pleno período hegemônico deste. Essa breve ascensão de SM parece estar relacionada ao surgimento de algumas normas jurídicas, no recorte de 1996-2000, que versam sobre o surdo e asseguram-lhe alguns direitos. Acreditamos que, em virtude disso, as discussões sobre o tema vêm à tona, e a sociedade, não embasada suficientemente para discutir a situação, acaba utilizando a expressão “surdo-mudo” para se referir ao indivíduo com deficiência. São algumas Leis e Decretos que passaram a vigorar na época: a Lei nº 59, de 25 de agosto de 1998, que altera o Código de processo Penal, no tocante à participação do surdo, deficiente auditivo ou do mudo nos atos processuais; o Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, que versa sobre as condições de acesso ao serviço telefônico para deficientes auditivos e deficientes da fala; e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que enquadra a pessoa portadora de deficiência em categorias de surdez. Vale ressaltar que essas ocorrências de “surdo-mudo” são usos residuais — inclusive aquelas que aparecem no segundo corte da década de 2000, por exemplo — que não negam o fato de que está havendo a substituição de um item por outro, no caso, por “deficiente auditivo”.

Nas décadas de 1990 e 2000, há registros de textos que trazem mais perspectivas positivas a respeito de “deficiente auditivo”. As palavras que co-ocorrem nos textos com o termo “deficiente auditivo” estão associadas, em sua maioria, às seguintes temáticas: integração do indivíduo à sociedade, ensino especializado na rede estadual aos deficientes auditivos, maior atenção ao aluno deficiente, importância do movimento labial na comunicação com o deficiente, potencialidade do surdo no mercado de trabalho, tratamento clínico, obrigatoriedade de contratação de funcionário surdo nas empresas, entre outras. Acreditamos que essa mudança de sentido acontece quando a sociedade reconhece que o emprego do item surdo-mudo não seria mais adequado, visto que a pessoa com surdez é capaz de aprender a língua oral.

Vejamos um trecho da primeira ocorrência do termo, no seu período hegemônico, com assinatura:

"A partir daí, entrei em contato com a Igreja Nossa Senhora de Copacabana, onde o Monsenhor Vicente Burnier reza duas vezes por mês uma missa especial para os surdos, além de promover encontros semanais. O Monsenhor Vicente, da Arquidiocese de Juiz de Fora, é um deficiente auditivo e, por isso, tem um carinho todo especial pelos seus fiéis", diz o padre Marcos, ressaltando o valor de seu trabalho, que é realizado há 30 anos, num verdadeiro esforço solitário.

Nesse texto de novembro de 1991, intitulado "Jovem padre trabalha com deficientes auditivos", o item "deficiente auditivo" aparece agora na primeira posição da cadeia referencial, assim como na maioria dos outros textos desse período hegemônico.

5.3 Domínio de determinação de "surdo-mudo" e "deficiente auditivo"

O quadro abaixo sintetiza as co-ocorrências que definem as formas e representa, nesse sentido, um retrato conciso de nossas análises. Nele, constam as 25 (vinte e cinco) palavras mais frequentes no período hegemônico da forma antiga (SM) e as 25 mais frequentes no período hegemônico da forma nova (DA), por vezes mencionadas ao longo de nossas considerações.

Quadro 1 - Co-ocorrências:
25 palavras mais frequentesnos períodos
hegemônicosde SM e DA

Período: 1971 – 1990 SM hegemônico	**Período: 1991 – 2010** DA hegemônico
1. ACUSADO 2. CRIME 3. PERSONAGEM	1. ESPECIALIZADO 2. APARELHO 3. ENSINO

4. AGRESSIVO	4. OBRIGATÓRIO
5. APARELHO	5. *JOGADOR*
6. CÓDIGO MORSE	6. CARINHO
7. LADRÃO	7. ALUNO
8. *LINGUAGEM*	8. MOVIMENTO LABIAL
9. ACOMPANHANTE	9. ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR
10. GESTOS	10. TELEFONE ESPECIAL
11. VÍTIMA	11. INTEGRAÇÃO
12. DRAMA	12. PROFESSORES
13. ÓRFÃOS	13. *SINAIS*
14. MÍMICA	14. DANÇA
15. CURA	15. TRATAMENTO
16. ESPECIALISTA	16. INTÉRPRETE
17. *JOGADOR*	17. *LINGUAGEM*
18. MATARAM	18. POTENCIALIDADE
19. JUIZ	19. LAZER
20. ACENO	20. TESTES
21. ATROPELADO	21. COMUNICAÇÃO
22. INJUSTAMENTE	22. ATENDIMENTO
23. ÍNDOLE	23. CONTRATAR
24. *SINAL*	24. FUNCIONÁRIO
25. PROBLEMA	25. SERENIDADE

As palavras marcadas de vermelho pertencem ao campo lexical de cada um dos itens estudados, representando fatores conceptuais e sociais que delimitam o significado do item. Por exemplo, a “surdo-mudo” é frequente a associação de “problema”, “acusado”, “crime”, “vítima”; a “deficiente auditivo”, estão vinculados “atendimento”, “tratamento”, “integração”. As palavras marcadas itálico são comuns a ambos os itens. Postulamos que a substituição de um item pelo outro é motivada pela mudança de significado, construído no nível do discurso e do enunciado. Em suma,

parece apropriado concluir que a evolução do tratamento dado pela sociedade à pessoa com deficiência causou repercussões nas formas da língua.

6. Considerações finais

Pudemos constatar a influência de fatores sociais/discursivos no significado dos itens lexicais estudados, com base na concepção de que "é a história que determina o vocabulário de um determinado período"[3]. Neste estudo, em especial, procuramos explicar por que o item "surdo-mudo" caiu em desuso, tendo sido substituído em peso por "deficiente auditivo". Uma vez que tal substituição não se explica apenas por fatores linguísticos, mas por uma série de concepções ideológicas que foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos, subsidiados também por avanços da tecnologia aplicada à inclusão de pessoas com deficiência, julgamos pertinente adotarmos o conceito de "formação nominal". Por meio de "formação", chamamos atenção ao processo de construção dos sentidos, que não é uniforme nem estanque. Procuramos confirmar a premissa de que tais sentidos se dão a partir das relações que os signos linguísticos estabelecem uns com os outros, porém não tão condicionado a estruturas rígidas, mas a uma memória do dizível depreendida dos enunciados.

7. Referências

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *A lexicologia e a teoria dos campos lexicais*. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, n.º 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 1332.

AITCHISON, Jean. *Words in the mind – an introduction to the mental lexicon*. Oxford: Blackwell Publishing, 1987.

[3]Tradução de "C'est Le histoire que va nous montrer Le vocabulaire d'une période déterminée", de O. Duchácek, proposta filiada à lexicologia social de Matoré.

CAMBRAIA, C. N. *Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis*. *Revista de Estudos de Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, 2013, p. 157-188.

DIAS, L. F. Os sentidos de liberdade no mundo wiki. In: CAZARIN, E. A. & SCHONS, C. R. (orgs.) *Língua, escola e mídia*. Passo Fundo: UPF, 2011, p. 273-287

DUCHÁCEK, O. *Les champs linguistiques*, Philogica Pragensia, III, Praha, 1960, 22-35.

GEERAERTS, D.*Theories of lexical semantics*. New York: Oxford University Press, 2010

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.) *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, p. 79-96, 2007.

LYONS, John. *Semântica*, v.1. Lisboa: Presença, 1977.

NUNES, José Horta. *Lexicologia e Lexicografia*. In: GUIMARÃES, E. e ZOPPIFONTANA,M. (Orgs.) “Introdução às Ciências da Linguagem – A palavra e a frase”. Campinas, SP: Pontes, 2006, p.147-172.

"PELA MINHA FAMÍLIA, EU VOTO SIM": OS SENTIDOS DE *FAMÍLIA* NO ÂMBITO LEGISLATIVO

Joana Darc Rodrigues da Costa – UEMA

INTRODUÇÃO

No processo de *impeachment* da presidente Dilma, em 2016, em uma de suas votações a maioria dos deputados pró-*impeachment* anunciaram seus votos introduzidos por um enfático "Pela minha família eu voto sim." Tal enunciação nos provoca um questionamento: qual o sentido de família nesse dizer? Questionamento advindo não apenas do dizer, mas da sua relação com os acontecimentos sociais e históricos aos quais estamos imersos. Vivemos em tempo da diversidade, diversidade de valores, costumes e modelos. Pensemos nos modelos de família que hoje compõem a nossa sociedade: novas uniões/casamento, casais homossexuais, casais compostos por mais de duas pessoas... alguns desses modelos, embora silenciados em nossa legislação, existem 'de fato'. Nessa efervescência de sentidos, representações e pertinências, questionamo-nos: qual o sentido de (dessa) família representada, definida e defendida pelos deputados e outros?

Certos de que as designações de família se constituem no acontecimento enunciativo, ou seja, no funcionamento da língua, que é político e histórico, conforme a Semântica da Enunciação proposta por Guimarães (1995, 2002), fundamento teórico e metodológico desta pesquisa, nosso trabalho tem como objetivo analisar essas designações projetadas no acontecimento e motivadas por pertinências sociais e sustentados por referencias, os quais conduzem as articulações projetados pelos sujeitos, como propõe Dias (2010 – 2015).

Como bem observa Pereira (2007), "a partir do momento em que o texto constitucional passou a mencionar a família e dizer que ela se constitui pelo casamento civil é sinal de que o contexto talvez apontasse outras direções" (PEREIRA, 2007, p. 17). Logo, a legislação e jurisprudências, aqui entendidas como espaços de enunciação, atuam na solução dos dissensos, legitimando as pertinência

sociais a fim de atender às necessidades da sociedade. Ou seja, os acontecimentos sociais provocam uma ordem de pertinência que garantem os acontecimentos enunciativos, lugares de projeção dos sentidos.

Motivados em observar os acontecimentos e as mudanças da sociedade e como estas são discursivisadas, uma vez que a relação com o real é histórica, nossa pesquisa se justifica pela importância que tem a significação na vida do homem, de uma comunidade. Assim, temos como objetivo contribuir para o estudo da designação de expressões usadas para referir aos relacionamentos e aos seus partícipes nos discursos que sustentam esses embates e os sentidos ali construídos, pois não se trata apenas de uma decisão jurídica seja ela contra ou a favor, mas das construções dos sujeitos enunciadores em seus dizeres que acabam por dizer mais do que suas decisões finais. As expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que tem com o acontecimento em que funcionam.

Para nosso intento, analisamos textos que compõem a legislação brasileira que reivindicam sentidos e definições de família, observando os referenciais que permeiam e motivam os dizeres. Nessa perspectiva, observamos os sentidos dos enunciados levando em conta as posições dos sujeitos da enunciação que lhes são constitutivas e as condições enunciativas que influenciam na sua construção; as formações nominais usadas para designar o relacionamento em questão, convencidos de que essas unidades atuam como escopo que nos permite analisar os referenciais e suas pertinências e, por fim, identificamos as relações discursivas que sustentam/legitimam as designações que co-ocorrem com o nome família, tais como *casamento*, *união estável*, *entidade familiar* configurando suas relações semânticas na constituição da formação nominal.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

Nossa primeira legislação civil brasileira, Código Civil de 1916 ou Código de Beviláqua, escrito para atender aos anseios de uma sociedade organizada sob os referenciais da economia, basicamente burguesia rural e comercial, com o propósito de assegurar o patrimônio da classe dominante, tomou como pilares: a família, a propriedade e o contrato.

Nesse espaço de enunciação, família designa o produto do casamento, fato tão eminente que a organização do livro Direito de Família centra-se no casamento: suas formalidades, impedimentos, celebração, anulação, direitos e deveres e seus efeitos e não no que vem a ser família. Inclusive, a própria palavra *família* aparece poucas vezes. Verificamos essa centralidade em vários artigos, ilustremos com um:

Art. 229 Criando a **família legítima**, o **casamento** legitima os filhos comuns[1]. (grifo nosso)

Como expresso no artigo, somente o casamento permite que um núcleo seja visto, aos olhos do Estado, como família. O casamento consagra tudo que dele advenha, como a mulher, os filhos e o que venham a construir. Atentamos para a construção da formação nominal *família legítima.* O determinante *legítima* garante à família o seu caráter de instituição a ser protegida pelo estado e revela a existência, por diferenciação, de famílias não legítimas, isto é, a pertinência enunciativa dessa formação nominal se projeta pela existência de pessoas que conviviam juntas (fato já naquela época muito comum), muitas vezes até com filhos, mas que por não serem casadas, não eram consideradas como família, desprendendo, assim, de qualquer amparo por parte do estado. Esses casais, independentes de estarem impedidos ou não de casarem, eram vistos socialmente como concubinos, pois formavam uma família ilegítima. Desde a constituição de 1891, a proteção constitucional era destinada somente à família legítima, aquela resultante do casamento. O concubinato, porém, sempre se apresentou como uma realidade, inegavelmente, à margem do casamento civil, visto como uma relação não matrimonial. Vale ressaltar que a ideia de família ilegítima é projetada pela formação nominal *famílialegítima*, pois a resistência ao seu reconhecimento bloqueia, inclusive, a pertinência para que seja citada em lei. Não há artigo que expresse a formação *famílialegítima*, nem mesmo para negá-la ou proibi-la.

Entretanto, frente a protestos desses casais, considerados concubinos, em busca de reconhecimento, a primeira instância, patrimonial, tendo em vista que muitos deles construíam bens na constância da convivência, provocou o Superior Tribula Federal (STF), que se manifestou aditando a súmula 380, em 1964: comprovada a

[1] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14

existência de **sociedade de fato** entre os **concubinos**, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.

Essa súmula atende aos pedidos daqueles que, embora não sendo casados, informação manifestada quando são referidos como concubinos, viveram uma vida compartilhada e contribuíram para isso, mas que, diante do litígio, a não regulamentação os deixavam em situação de desvantagem na divisão dos pertences. Para reparar a falta de regulamentação, fato previamente impossível devido à inexistência desse tipo de união para o Estado, a parte prejudicada buscava, na justiça, comprovar a existência dessa sociedade "de fato", porque tinham existência independente de documentação, com fins exclusivos de divisão de bens, não gerando nenhum outro efeito.

Dessa forma, o enquadramento da realidade pleiteada, isto é, a relação não matrimonial de convivência mútua entre duas pessoas, na qual se gerou bens e para não beneficiar somente a um precisa ser reconhecido o envolvimento das duas pessoas, é alocada fora do âmbito do Direito de Família, negando a esse envolvimento o reconhecimento de um núcleo familiar, ficando no Direito das Obrigações, preocupados apenas com as questões relacionadas à divisão de bens frente ao litígio. A legislação prevê a possibilidade de celebração de contrato de sociedade, mas isso não atende aos anseios dos casais tendo em vista que esses querem o seu reconhecimento como família e não como negócio:

> **Art. 1.363.** Celebram contrato de **sociedade** as pessoas que mutuamente se obrigam a combinar seus esforços ou recursos, para lograr fins comuns[2].

Desta forma, o que há é uma equiparação dos direitos para que se possa repartir os bens, mas sem reconhecê-los como uma relação familiar, de tal forma que as construções referenciais são manifestadas na formação nominal **sociedade de fato**, cujo determinante "de fato" a distingue de sociedade conjugal, por exemplo, formação corriqueira no direito de família para designar a família legítima. Observamos que na letra de lei (art. 1.363) não há a presença do determinante, não objetivando, portanto, estabelecer o tipo de sociedade, o que é feito na súmula 380, elaborada para atender às necessidades específicas desses casais inexistentes para

[2]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

a legislação. Com isso, evidenciamos nossa tese de que os dizeres se movimentam conforme as pertinências sociais. A legislação, ao falar de sociedade, não atenta, por falta de pertinência, em especificar tipo ou condição; já a súmula, ao responder a uma pertinência social, isto é, casais não regulamentados que precisavam de regulamentação para que possam se enquadrar à realidade jurídica, se instituindo como sujeitos de direito e buscando seu direito à divisão dos bens assegurado, faz pertinente as determinações que atualizam o sentido de sociedade que agora tem o objetivo de dar instituto jurídico a essa sociedade que, mesmo sem contrato, tem existência de "fato".

E ainda corrobora com nossas observações a formação nominal **concubinos**, nome que, motivado pela pertinência social, encapsula a relação não matrimonial ou família ilegítima que, enquanto tal, não tinha jurisdição. Formações como essa exercem um direcionamento argumentativo, a fim de diferenciá-las do que designa família nesse espaço de enunciação, conduzindo os sujeitos ao entendimento de que os envolvidos nesse tipo de relação conquistam judicialmente o direito à partilha dos bens, não como companheiros, mas como sócios em uma sociedade.

Nesse período, tínhamos uma sociedade patriarcal, ou seja, o homem, além de ser o provedor dos bens e do sustento, era também provedor da família. Família era uma das propriedades a serem adquiridas pelo homem, e esse referencial é perceptível através das organizações dos artigos e das formações nominais expressas para se referir aos nubentes:

Art 233 – O **marido** é o **chefe** da **sociedade conjugal**[3].

Observamos, nesse artigo, em consonância com vários outros, como família era um negócio, de posse do homem. Primeiramente, a forma de predicar o marido como *chefe*, isto é, o responsável pelo gerenciamento dessa "empresa". Na construção textual, a formação nominal **marido** é frequentemente reescriturado por **chefedasociedade conjugal/chefe da família**. Corroborando com essa predicação, a formação nominal *sociedade conjugal* culmina na concepção de família como negócio a ser gerido pelo homem em colaboração com a mulher. Nos artigos que

[3]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

versam sobre o Direito de Família, a formação nominal *sociedade conjugal* é predominante para se referir à família. Como já comentamos, a formação *família* é pouco usada nesse espaço enunciativo:

> **Art**. **289**. Na vigência da **sociedade conjugal**, é direito do marido[4].
>
> **Art**. **315**. A **sociedade conjugal** termina[5]...

Essa sociedade era, legalmente, dominada pelo homem. O capítulo VI, do Título V (Das relações de parentesco), intitulado **Do pátrio poder**, expressa isso:

> **Art**. **380**. Durante o casamento, exerce o **pátrio poder o marido**, como **chefe da família** (art. 233), e, na falta ou impedimento seu, a mulher[6].

Nesse espaço, a diferença entre homem e mulher não era só uma questão de diversidade de sexo, mas, bem mais, de papeis e, principalmente, de poder. Isso pode ser evidenciado através de duas observações: 1) Não há nenhum artigo em que seja expresso o par homem e mulher em uma relação de equidade na sociedade conjugal. Essa hierarquia é claramente exposta pelo lugar social que será ocupado pelo homem nessa relação. Ele, ao casar, adquire a nomeação de marido. Em todos os artigos, ele é assim chamado, e não mais de homem. Ao contrário, a mulher, ao casar, continua sendo a mulher, assim referida em todos os artigos a que lhe compete sem que aja nem mesmo um determinante para atribuir-lhe um papel social como ocorre com o homem. Essas designações são, até então, pertinentes em consonância com a sociedade patriarcal evidenciada, em toda a legislação, como referenciais que sustentam o par **marido/mulher,** forma de nomeação que encapsula não só o sexo, mas a condição de cada um nessa relação; 2) O Código Civil (1916) expressa ainda capítulos distintos para os direitos e deveres a serem exercidos pelo homem e pela mulher:

> **CAPÍTULO II: Dos Direitos e Deveres do Marido**
>
> **Art**. **233**. O **marido** é o **chefe** da sociedade conjugal.

---

[4]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

[5]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

[6]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

CAPÍTULO III: Dos Direitos e Deveres da Mulher

Art. **240**. A **mulher** assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família (art. 324)[7].

Atenta-nos, ainda, o exposto no artigo 240. O artigo expõe duas condições para que a mulher se torne dependente legal do marido: 1) o casamento e 2) o acréscimo do sobrenome do marido. Somente com isso a mulher se faz herdeira do marido; o contrário não é previsto pela lei. Ao homem não é dada, nem a obrigatoriedade, nem mesmo a possibilidade de acrescer seu nome com o sobrenome da mulher. A ela é dado o papel de colaborar com ele no exercício de administração da família.

Dessa forma, família, no código civil de 1916, designa grupo parental oriundo da relação conjugal legítima, indissolúvel, e sua prole, que se organiza sob o poder do marido em colaboração com a mulher. Até então, a formação nominal *família* encapsulava a realidade do casamento regulamentado pelo código civil, deixando à margem qualquer outro núcleo de convivência. Diferença que motivou pertinência social para enunciações: família legítima; família ilegítima (instituída por projeção) e o concubinato.

Entretanto, acontecimentos históricos, mudanças sociais, movimentam os referenciais e, consequentemente, as pertinências enunciativas e, como a legislação é um lugar de movimentações conduzidas por essas pertinências, muitas leis foram elaboradas para atender à essas demandas sociais que buscavam lugar e legitimidade. A grande mudança no Direito de Família foi inaugurada na Constituição Brasileira de 1988, a qual permitiu o reconhecimento de outras entidades familiares.

O reconhecimento de outras formas de constituir família, construto de uma mudança de referencial, garantiu uma pertinência enunciativa para se falar não apenas de casamento, como ocorreu no Código Civil de 1916. Diferentemente da legislação anterior, que pouco falava de família e versou muito sobre o casamento, aqui, a pertinência está em garantir o reconhecimento da família. Assim, deixa de ser

---

[7]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acesso em jan/14.

o casamento o bem jurídico maior a ser tutelado, passando a ser dever do Estado assegurar "proteção à família" independente de sua forma de constituição:

> **Art. 226.** A **família**, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
>
> **§ 1º** O **casamento** é **civil** e gratuita a celebração.
>
> **§ 2º** O **casamentoreligioso** tem efeito civil, nos termos da lei.
>
> **§ 3º** Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a **uniãoestável**entre o homem e a mulher como **entidadefamiliar**, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)
>
> **§ 4º** Entende-se, também, como **entidadefamiliar** a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
>
> **§ 5º** Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher[8]. (grifo nosso)

Muito diferente da legislação anterior, a nova constituição, conhecida como constituição cidadã por considerar como princípios fundamentais a cidadania e dignidade da pessoa humana, dentre outros, reconhece como base da sociedade a família, a qual pode ser constituída de diferentes formas: casamento civil, casamento religioso com efeito civil, união estável e família monoparental. E, ainda na descrição voltada para família, legitima a igualdade entre os cônjuges:

Entretanto, mesmo sob o pretexto da igualdade, observamos, na letra da lei, duas formações nominais que argumentam para uma diferença entre si: *família* e *entidadefamiliar*. O texto inicial: "Família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado" é seguido dos expostos sobre o casamento civil e o casamento religioso com efeito civil, família legítima até a legislação anterior. Atentamos para as qualificações atribuídas à família: base da sociedade e especial proteção. Em seguida, interpelada pelo adentro: "Para efeito de proteção do Estado..." o legislador inclui as entidades familiares - união estável e família monoparental, núcleos familiares - que não se constituem a partir do casamento. Ou seja, inaugural nesse espaço, a formação nominal *entidade familiar* ganha pertinência de dizer a partir da inegável existência e, seu tardio, reconhecimento legal de outras formas de constituição de

[8]http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645133/artigo-226-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso jan/14.

família, de tal maneira que essa formação não se presentifica na legislação anterior. A coexistência dessas formações se sustenta por um referencial de diferença dessas formas de família e que, ainda institui o casamento como sendo a família e as relações não matrimoniais como entidade familiar, de tal forma que, na letra de lei, a família ganha qualificações (base da sociedade, especial proteção) enquanto que as entidades familiares ganham somente reconhecimento. De qualquer forma, percebemos que o reconhecimento das entidades familiares enfraqueceu a força que tinha a formação **famílialegítima** já que agora as antigas famílias ilegítimas estão também sob a tutela do Estado.

Uma outra formação nominal que ganha pertinência com essa nova legislação é *famíliamonoparental*, correspondendo, nesse espaço legal, ao núcleo formado por apenas um dos pais e seus descendentes. Essa formação, também inaugurada nesse espaço de enunciação, sustenta um novo referencial para a famosa construção *mãe solteira*, expressão comum para designar de forma pejorativa as mulheres que engravidavam antes de casarem e assumiam sozinhas a responsabilidade pela gravidez e criação do filho. Agora sob os olhos do Estado, elas constituem família, e, ainda evidenciando as diferenças em nome da igualdade, a Constituição lhes atribui determinação (monoparental) como meio de registrar a diferença entre família e os demais formatos.

Vejamos que ao mudarmos a forma de ver a realidade, mudamos a forma de referenciá-la. Algo parecido acontece com a formação *uniãoestável*, unidade que designa, desde 1994, a relação de convivência, também é construto de algumas mudanças de perspectivação.

Antigamente qualquer relação de convivência que não resultasse do casamento era chamada concubinato, independente de as pessoas envolvidas estarem impedidas de casar ou não. Um dos motivos para essa designação foi a inexistência do divórcio, na época, e um número expressivo de pessoas impedidas de casarem estarem em novas convivências, mas tal designação não excluía pessoas solteiras, por exemplo. Assim, a doutrina e a jurisprudência passaram a considerar que o concubinato era toda situação de relacionamento que não tinha vínculo matrimonial, independente dos motivos da não realização do matrimônio. Porém, os constituintes de relações dessa natureza pleitearam na justiça o seu reconhecimento

cabível, vindo primeiramente através da súmula 380, em 1964, e bem depois, atendendo a outros anseios que iam além de preocupações patrimoniais, deu-se início ao processo de legislação. Reconhecendo o direito de as pessoas impedidas de casar constituírem suas relações, e a fim de regular o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão, a primeira lei que diferencia os desimpedidos a terem sua relação de convivência data de 1994:

> **LEI Nº8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994**
> Art. 1º A **companheira** comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove a necessidade.
> Parágrafo único. Igual direito e nas mesmas condições é reconhecido ao **companheiro** de mulher solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva[9].

Atentemos para o fato de que nessa lei não é expressa relação com o concubinato, diferente do que é feito na súmula 380, diferença de referencial materializada pela formação *companheiro(a),* usada para referir aos partícipes da convivência. A partir desse modo de ver essa relação, torna-se pertinente elencar as condições civis dessas pessoas: solteira (o), divorciada (o), viúva (a) e a duração mínima da relação, evidenciando que elas precisam ser desimpedidas de casar para que se enquadrem na lei. Assim, projeta-se uma distinção legal entre o concubinato e a união. Porém, embora reconheça esse tipo de relação e assegure os partícipes, não manifesta nenhuma menção à família. O legislador se atenta apenas à relação de sucessão, isto é, dos bens que são construídos em conjunto e do provimento de alimentos e sustento da parte mais fragilizada. Atentamos que o reconhecimento ainda está condicionado à existência do litígio, isto é, o reconhecimento dessa união só é acionada diante da separação a fim de garantir os direitos pós convivência.

Esse tipo de relação passa por um novo olhar em 1996, quando, saindo do campo das obrigações, é ajustada no Direito de Família:

LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996

[9] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8971.htm, acesso mar/15

> Art. 1º É reconhecida como **entidade familiar** a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família[10].

Vejamos como ela é atualmente editada em lei:

> **Art**. **1**.**723**. É reconhecida como entidade familiar a **uniãoestável** entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
>
> **Art**. **1**.**725**. Na **uniãoestável**, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
>
> **Art**. **1**.**726**. A **uniãoestável** poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil[11].

Agora, vista como uma forma legítima de constituir família, a Constituição e Código civil de 2002 legitimam a diferença nas relações entre pessoas impedidas (concubinato) e aquelas não impedidas de casar (união estável). Essa diferença de perspectiva motiva a pertinência enunciativa para designações diferentes para essas relações. O que antes era chamado apenas de concubinato, hoje é compreendida a existência do concubinato e a existência da união estável, conforme as condições expostas na lei. Agora, como entidade familiar, a união estável pode ser previamente registrada em cartório, garantindo às partes todos os direitos e efeitos suscetíveis ao casamento: relação de dependência para fins de INSS, plano de saúde, Imposto de renda, partilha de bens e tudo o mais.

O interessante é que seja no âmbito de família, seja no âmbito das obrigações, essas relações já não são omissas à legislação; até o concubinato já é salvaguardado em lei, resolvendo um grande impasse das pessoas que, estando nessa relação, podem sair financeiramente prejudicadas. Atualmente, o concubinato vem definido no artigo 1727 do CC 2002 como uma relação impedida e, logo, não considerada entidade familiar e, por isso, recebem regras apenas do direito das obrigações, já que as consideradas sociedade de fato são excluídas do direito de família:

---

[10] http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127234/lei-da-uniao-estavel-lei-9278-96, acesso mar/15

[11] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, acesso em mar/15

Art. **1**.**727**. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem **concubinato**[12].

Como já mostramos, uma realidade precisa adquirir uma pertinência social para que venha a ser nomeada. Ilustramos tal formulação olhando para as leis. A lei é o resultado de uma grande manifestação de pertinências sociais. Olhemos para as novas formações nominais que nomeiam novas realidades: entidades familiares, famílias monoparentais, união estável.

Uma outra diferença de referenciais entre as legislações é a igualdade entre os cônjuges, o tratamento dado ao homem e a mulher na relação conjugal. No Código civil de 1916, o poder de gerenciamento da sociedade conjugal era do homem, lá referido como marido. Na legislação atual, manifestando um referencial de igualdade, os cônjuges são referidos por homem e mulher e estão, ambos, em par de igualdade e são ambos responsáveis pela relação:

Art. **1**.**511**. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Art. **1**.**514**. O casamento se realiza no momento em que o **homem** e a **mulher** manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados[13].

Art. **1**.**565**. Pelo casamento, **homem** e **mulher** assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

§2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

Art. **1**.**567**. A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo **marido** e pela **mulher**, sempre no interesse do casal e dos filhos[14].

---

[12]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, acesso em mar/15

[13]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, acesso em mar/15

[14]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, acesso em mar/15

Em consequência desse novo referencial, o da igualdade, o que antes era nomeado como pátrio poder, regulamentado no Código Civil de 1916, a legislação em vigência traz a ideia de poder familiar, tirando das mãos do homem o pleno poder sobre a sociedade e colocando-o nas mãos do casal.

> **Art**. **1**.**630**. Os filhos estão sujeitos ao **poder familiar**, enquanto menores.
>
> **Art**. **1**.**631**. Durante o casamento e a união estável, compete o **poderfamiliar** aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.
>
> **Art**. **1**.**634**. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do **poderfamiliar**, que consiste em, quanto aos filhos.

Dessa forma, observamos que, conforme o novo referencial, a designação de família muda, deixando o âmbito da condição econômica e passando a ser uma unidade de afeto, agora fundamento básico da vida conjugal, em regime de cooperação, vista sob princípios da igualdade, do pluralismo, liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, família designa aquilo que é significado por essa palavra em virtude de sua relação com outras palavras, dada a história de suas enunciações. Para nós, o acontecimento enunciativo é movido pela pertinência social que direciona dizeres em espaços de enunciação e esses dizeres conduzem as designações de família, isto é, diante da confluência de discursos sobre o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a palavra família adquiriu novas pertinências sociais que confluem em enunciações e, por sua vez, novas designações, assim como o fez na luta pelo direito de outras minorias, como, por exemplo, o casamento inter-racial e o casamento civil.

Nesse entendimento sobre a enunciação e a demanda dos dizeres a partir de uma pertinência e dos referenciais histórico-sociais que conduzem o olhar para as discursividades, acompanhamos a designação de família ao longo de sua história. Conforme a direta relação entre os acontecimentos sociais e os sentidos propagados

nos acontecimentos enunciativos permeados pelos referenciais de cada época, verificamos que família já teve sua designação determinada pelos referenciais da liberdade de seu formato e regulação própria de cada grupo, cuja preocupação maior era a sobrevivência.

Em decorrência de acontecimentos sociais como a separação da Igreja em relação ao Estado, o surgimento do Estado Laico, a imigração de novas crenças que divergiam da Igreja Católica, família deixa de ser regulamenta apenas pela igreja, realizando o casamento laico, tal como trazido no Código Civil de 1916. Sob esse novo referencial, família designa o casamento civil entre um homem e uma mulher.

O aparecimento de casais que não eram casados, mas que tinham convivência como se casados fossem, buscando direitos, principalmente patrimoniais, provocou o início de uma mudança na designação de família. Inicialmente tratados como concubinos, esses casais, depois de trinta anos sendo marginalizados, conquistaram seu lugar na designação de família nos textos legais, com uma lei que reconhecia essas uniões. Agora, a designação de família se estendia ao casamento civil e à convivência de fato.

Essa mudança foi consagrada na promulgação da Carta Magna que, além de reconhecer esses uniões, agora como uniões estáveis, também incluiu as famílias formadas por um dos pais e seus descendentes. Assim, agora sob um referencial dos princípios da igualdade e liberdade, família designa três formatos diferentes de núcleos. Essas mudanças legislativas traduziram as mudanças sociais e suas revoluções para que tais mudanças se fizessem pertinentes para uma articulação em lei.

REFERÊNCIAS

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo LTDA, 1952. 485 p. v.II.

BRASIL. *Código Civil*, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. 1988

BRASIL. *Código Civil. Código de Processo Civil e Constituição Federal*. Organização por Yussef Said Cahali. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. 1725 p

DIAS, Luiz Francisco*. Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. A "Linguagem cidadã" em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANI, Joelma Aparecida et alii. (orgs). *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Cáceres: Ed. da Unemat, p. 211-22, 2013.

_____. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. In: *Desenredo*. Passo Fundo, v. 9, n. 2, 2013g.

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 35, p. 99-138, 2015c

_____. Sentido e Enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica. In: *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 229-244, 2015d.

_____. Nomes de cidades de Mato Grosso: Uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M.; KARIM, J. M.; BRESSANIN, J. A. (orgs). *Atlas dos nomes que dizem da Histórias das Cidades Brasileiras – Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes, 2015g.

DINIZ, Maria Helena de. *Curso de Direito Civil Brasileiro*: direito de família. 18. ed. aum. e atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n° 10.406, de 10-01-2002). São Paulo: Saraiva, 2002. 572 p. vol. V.

_____ *Curso de direito civil brasileiro*, vol. 5: Direito de Família, 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes. 2002.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas, Pontes. 1992.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de Família:* uma abordagem psicanalítica*.* Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____, *A Família – Estruturação Jurídica e Psíquica*. In: *Direito de Família Contemporâneo* – Doutrina, Jurisprudência, Direito Comparado e Interdisciplinaridade. Belo Horizonte, Ed. Del Rey, 1997.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil*, v. 5: Direito de Família, 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2014.

WALD, A. *O novo Direito de Família*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ESTUDO COMPARATIVO-ENUNCIATIVO DA APRECIAÇÃO SUBJETIVA E MODALIDADE APRECIATIVA

Layana Kelly Pereira Holanda
Universidade Federal do Piauí - UFPI

INTRODUÇÃO

> *"A modalidade é usada para indicar o ponto de vista do enunciador sobre o conteúdo do que ele diz e sua posição relativa ao coenunciador".* (CULIOLI, 1990).

Este trabalho insere-se no quadro da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli com uma abordagem voltada para a compreensão do papel da modalidade do tipo Apreciativa em contraponto com as apreciações de ordem meramente subjetiva. Objetivando examinar as marcas deixadas pelo sujeito enunciador enquanto produtor do enunciado em trechos do jornal Teresinense intitulado por Diário do Povo.

O conceito de modalidade é oriundo tanto dos linguistas como dos lógicos, por isso mesmo a natureza epistêmica e deôntica que ela tem. Bally[1] quem instala a noção em linguística reelaborando a distinção latina em modus ("maneira de dizer") e *dictum* ("o que é dito"). Cada enunciado comporta um modum pelo qual o locutor dá "forma linguística" a esse *dictum.*

Situamos, a priori, que, enunciação para linguística enunciativa Culioliana, permeia sobre operações enunciativas e trabalha os processos através das quais a linguagem passa para produzir significação. Conhecida no meio linguístico enunciativo como **TOPE**, entende que a significação não está centrada nas unidades linguísticas, mas sim, na composição de um enunciado que possibilita o homem a construir significados.

[1]Citado por Paveau (2006, p. 188) da obra - As grandes teorias linguísticas: da gramática comparada à pragmática.

Valentim complementa essa ideia da seguinte forma: “Teoria de Operações Enunciativas é o facto de esta constituir um modelo representativo da linguagem na sua globalidade” (1998, p.33). Globalidade aqui se entende como uma teoria enquanto “de operações”, ou seja, linguística de operações. (*Idem*).

Na perspectiva da teoria das operações enunciativas, Campos (1997) apresenta que modalidade, é, portanto; uma categoria que caracteriza todo e qualquer enunciado, e a análise dos valores modais deverá incidir sobre conceitos que naquelas definições, correspondem a “representação”, “aquilo que diz”, “reagir”, “juízo”, “atitude”, e, mais especificadamente, “constatar”, “apreciar” e “desejar”. Numa melhor compreensão sobre a linha enunciativa - TOE e como o sujeito enuncia em face a outros sujeitos, apresentaremos a constituição do enunciado e modalidade.

Para as análises, partimos do princípio que a modalidade apreciativa interage com a informação a ser repassada no jornal pelo sujeito enunciador, construindo referentes significativos no âmbito da intersubjetividade comunicacional.

1 TEORIAS DA ENUNCIAÇÃO: CONSTITUIÇÃO DO ENUNCIADO E ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO

Na proposta de observar o papel da modalidade apreciativa frente ao enunciado, é importante ressaltar que para Culioli, a concepção de transparência original da língua em relação às ideias é refutada. Ele vê o sujeito dentro de uma situação dinâmica de produção de linguagem, ou seja, a enunciação para a perspectiva Culioliana é um ato de construção.

A TOE está inserida num viés construtivista da língua, e por devido a essa particularidade, cada ato de proferir pode estar associado a uma profusão de interpretações escalonadas em vários planos, ou seja, constituição de referentes. Na abordagem construtivista, da qual nos apoiamos e compreendemos como mais aceitável para pesquisa, a ideia entre linguagem e pensamento não se dá de forma linear, o que se implica dizer que, a atividade de linguagem só se materializa através dos textos sejam orais ou escritos.

Franckel (2011, p. 45) esclarece que o contexto[2] ou a situação não é exterior ao enunciado, mas engendrado pelo próprio enunciado. Não se busca o sentido do enunciado em um referente extralinguístico: ele corresponde à construção de valores referenciais.

Para teoria duas entidades são envolvidas, o enunciado e coenunciador. Enunciar significa construir um espaço, articular, agenciar formas e estabelecer um quadro de valores referenciais, em resumo, um sistema de relações. Portanto, complementando a teoria temos:

> A actividade da linguagem é, portanto, entendida como actividade dupla, de construção e reconstrução de significação. Nela encontram-se envolvidas duas entidades enunciativas: por um lado, o *enunciador* – aquele que produz uma forma linguística de significação – e, por outro lado, o *co-enunciador* – aquele que, pelo reconhecimento das formas linguísticas produzidas, reconstrói a sua significação. (VALENTIM, 1998, p. 32)

Na concepção Culioli, uma noção é um elemento pré-linguístico, cuja ocorrência no discurso é realizada por um significante (a palavra), e cujo valor semântico é construído a ocorrência de investimento fala para o campo teórico. A ênfase, imediatamente, colocado na dinâmica discursiva, permite renovar profunda concepção lexical de tipicidade. Culioli (1990, p. 9-10) reforça ainda o conceito de noção esclarecendo que ela se “encontra-se noconjuntode(meta) linguísticae não-linguística, a umnível de representaçãohíbrida: de um lado, é uma forma de representaçãonão-linguísticoligado aoestado do conhecimentoetema elaboraçãoactiva deexperiências detodos[3]”. Portanto o conceito nãocorrespondediretamente àitens lexicais

A constituição simbólica das representações se dá por meio de tipificações, nas quais modelos ou tipos são representações subjetivas de cada ser humano. Cada

---

[2]É importante ressaltar que quando nos referirmos a contexto linguístico será sempre o contexto do enunciado. Conforme o ponto de vista construtivista, quando se consideram contexto ou situação, não é algo exterior ao enunciado, é algo gerado pelo próprio enunciado. Conforme De Vogüé(2011, p. 66), “o sentido não é função do contexto: é o contexto que é função do sentido, ou, mais exatamente, o cenário enunciativo”.

[3]**Texto original**: La notion se situe à l’articulation du (meta) linguistique et du non linguistique, à um niveau de représentation hybride: - d’um côté, il s’agit d’une forme de représentation non linguistique, liée à l’état de connaissance et à l’actividé d’elaboration d’expériences de tout um chacun.

indivíduo, com seu modo particular de experienciar o mundo físico e mental, constrói representações mentais.

Segundo a TOPE, as operações de representação são regidas por três níveis., são eles: Das *representações mentais* (de ordem cognitiva e afetiva), esse é o nível ao qual não temos acesso, conforme Culioli (1985), nível I ou nível em que não temos acesso a esses mecanismos, são as representações mentais ligadas ao nosso cognitivo. O teórico explica que:

> Existe o que eu chamo de primeiro nível ou nível I, ao qual não temos acesso: São as representações mentais: trata-se da realidade, de uma realidade imaginária, ou até mesmo do que vemos; e não temos acesso a essas representações mentais de uma outra forma se não por nossas ações, nossa fala, isto é, nossa atividade de linguagem." (CULIOLI, 1985, p.5).

Esses mecanismos chegam-nos por meio de nossas ações, da fala, ou seja, através das atividades linguísticas que o ser humano possui. O nível 2, das *representações linguísticas*, é o caracterizado por arranjos léxico-gramaticais, relaciona-se ao que o falante passa a ter acesso a representações, esse é o nível das representações ou do texto. É importante ressaltar que Culioli usa o termo "arranjo" por não se tratar de quaisquer formas, mas formas que envolvam regras de boa formação.

Por fim, o nível 3, das *representações metalinguísticas*, apresentado com o nível em que é formalizada pelo linguista e é nele que identificamos as formas dos enunciados. É nessa fase que quem pesquisa extrapola ao nível linguístico e busca no exterior à língua reflexões sobre as ocorrências. Na visão de Culioli (1999), "Este nível III é construído de forma explícita pelo linguista no desenvolvimento de um sistema de representação metalinguística, para modelar as observações." [4] (1999, p.162), é pois, o nível que só pode ser reconstituído a partir do segundo, que é, por sua vez, representação do primeiro.

Essa relação de construção de um enunciado envolve três momentos/operações básicos: esquema de léxis, relação predicativa e enunciativa.

---

[4]**No original**: Ce niveau III est construit de façon explicite par le linguiste lorsqu'il élabore un système de représentation métalinguistique, en vue de modéliser les observations. (CULIOLI, 1999, p.162).

Culioli considera que o primeiro momento – a lexis (**λ**) – é o estágio inicial da construção do enunciado. O teórico Conforme o teórico "a formação deste é possível se você imagina na verdade uma espécie de desenho primitivo, precisamente a oportunidade para garantir que está em um local do empírico" [5] (VIGNEAUX, 1988, p.99).

Valentim (1988) complementa com a definição esclarecendo que, uma léxis corresponde a um conteúdo de pensamento a ser validado. Já a relação predicativa é a segunda etapa. É uma fase que o enunciador dá início à organização da léxis. De acordo com Silva (2012, p. 33), a lexis é responsável por gerar as relações predicativas que se constituem em famílias parafrásticas de enunciados.

Ainda sobre essa etapa, Lima (2011) entende ainda nela, não há uma correspondência entre a organização da lexis e a organização do enunciado, porque vários enunciados podem ter a mesma lexis. Portanto o sujeito enunciador rearranjará a lexis de acordo com sua "necessidade" enunciativa. E daí que chegamos na última operação, da relação enunciativa. Nela a organização é consolidada quando o sujeito enunciador atribui valores referenciais.

O objetivo da TOE é justamente trabalhar com as polarizações que as relações predicativas apresentam. Nas relações enunciativas aparecem as operações de determinações são elas as marcas de tempo, aspecto e **modalidade**, sendo esta, o ponto central de nossa pesquisa.

Complementando esse momento, Vigneaux (1998) apresenta que predicação significa que o sujeito falante é, em primeiro lugar, para encomendar os termos do léxico e, portanto, orientar e decidi o que fará com que esta ordem do termo, caso implique alguma modalidade de declaração (afirmação, negação, possibilidade, probabilidade)[6].

---

[5]**Texto original**: Cette ‹‹misse em forme›› n'est possible que si l'on imagine effectivament une sorte de schéma primitif assurant justement cette opportunité permanente des mises e place dans ‹‹l'exprimable››.

[6]**Texto original**: La prédication signifie qu'um sujet énonciateur va, dans um premier temps, ‹‹ordonner les termes de la lexis››, les orienter donc et décider ainsi quel terme em sera l'origine tout em affectant cet ordre d'une certaine modalité d'assertion (affirmation, négation, possibilité, probabilité).

1.1 Modalidade

As modalidades foram consideradas como uma das questões mais delicadas de reflexão sobre a linguagem, devido a esse pensamento, acreditou-se que, devido ao valor bastante subjetivo que muitas delas eram carregadas em seu construto.

Apresentaremos alguns conceitos de modalidades e suas especificações segundo alguns outros olhares. Para Cervoni (1989), as modalidades da língua possuem pertinências da lógica, não das lógicas das obras dos lógicos, mas de uma "lógica natural" que ajuda a compreender das lógicas modais que as palavras assumem. E de acordo com seus estudos, as modalidades são categorizadas em epistêmicas e deônticas, e que podem ser esquematizadas da seguinte forma: As *Epistêmicas* estão no âmbito do certo, contestável, provável e excluído. As *Deônticas* no âmbito do obrigatório, facultativo, proibido e permitido.

Bessa Neves (2006) faz a divisão das modalidades três: *Epistêmica* que tem a ver com conhecimento em relação a algum assunto*, Apreciativa*, que corresponde a um juízo pelo qual o locutor exprime o desejo de alteração de um determinado estado de coisas. Considera ainda que, "de modo geral, é definida como a atribuição por parte do sujeito enunciador de um juízo de valor em relação a um fato ou a um estado de coisas". E por fim a modalidade *Intersujeitos* que marca uma relação entre o sujeito enunciador e sujeito do enunciado, permitindo ao primeiro agir sobre o segundo através das suas realizações linguística, levando-o a realizar determinado processo, ou seja, o locutor constrói como 'validável' uma relação predicativa localizada num espaço-temporal, mas num tempo posterior ao tempo do juízo modal.

De acordo com Le Querler (1996), as modalidades classificam-se em seis modalidades: *Aléticas* que são modalidades que têm um valor de verdade, *Deônticas* eles são da ordem de permissão, obrigação, *Temporais* que se assemelham ao tempo, *Epistêmicas* essas modalidades marca a certeza ou incerteza do enunciador em relação ao conteúdo de sua afirmação, *Subjetivas* que indicam atitudes psicológicas do enunciador e *Intersubjetivas* que são a lei da ordem, conselho, sugestão, de oração, de censura e Implicativas inspirado por implicação lógica, os termos implicam uma vasta área, por exemplo, *p* implica em *q*.

Numa compreensão mais global, entendemos que "valor modal (ou modalidade) de um enunciado resulta (…) da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S_0, sujeito de enunciação" (Campos 1991, p. 338 apud Moreno 2009).

No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a categoria da modalidade, como qualquer outra categoria, não funciona de forma estanque, mas interligada com outras categorias e, assim sendo, a modalidade converge para a significação do enunciado[7].

É importante ressaltar que para TOPE não há, um sujeito enunciador único, mas uma classe de sujeitos enunciadores, sendo o sujeito enunciador origem (S0) o localizador último, em relação ao qual são localizados - e, portanto, construídos – os restantes elementos da classe: sujeito da locução, ou locutor (S1), e sujeito do acontecimento linguístico, ou do enunciado (S2). Depois de localizado no sistema referencial, da relação predicativa é que se deriva o enunciado. Isto é, pela localização da relação predicativa na cadeia de situações de enunciação (sujeitos e tempos de enunciação).

Segundo Culioli, os valores modais que, com os valores temporais-aspectuais, se direcionam para a determinação de qualquer enunciado resultam da localização da relação predicativa em relação ao sujeito enunciador ou a uma classe de sujeitos enunciadores. O teórico explica que, para a Teoria das Operações Enunciativas são agrupadas em apenas quatro, são eles:

Grupo I: Abrange as modalidades assertivas e interrogativas; Exemplo das assertivas tempos: *Ele é lindo* / *Ele não é lindo*. Na modalidade interrogativa são apresentados dois valores possíveis pelo sujeito enunciador, ficando para o coenunciador a escolha desse valor. Nem sempre há a escolha entre um ou outro, gerando assim, graus de indeterminação, graus de incerteza. Aqui, a própria recusa de uma resposta é considerada como uma escolha. Exemplo da interrogativa: Você acha ele lindo?, Pode-se ter as respostas: *Sim, acho*. Ou então: *Não, não acho*.

Grupo II: Abrange as modalidades que envolvem, de um lado, o necessário, o possível; do outro o certo, o provável. Exemplo: *Você deve ficar lindo na noite da festa*.

[7] De acordo com Valentim (2004).

Grupo III: Abrange as modalidades de natureza apreciativa que envolve a avaliação, a posição do sujeito frente a um ato. Exemplo: *Eu acho você muito lindo, demais mesmo*.

Grupo IV: Os de natureza intersubjetiva. Determinam uma relação direta entre o sujeito enunciador e coenunciador. Abrange o deôntico, desejo, permissão, e abre espaço para a modalidade do tipo I, a injunção, que é bastante comum encontrar essa situação enunciativa. Exemplo: *Quero você linda na apresentação!*

De acordo com este enquadramento, Culioli define o enunciado como um agenciamento de marcadores de operações abstractas. Todo e qualquer enunciado é caracterizado por um valor modal (tal como por um valor temporal-aspectual), uma vez que, conforme se postula em Culioli: "Todo enunciado está situado em relação a uma situação de enunciação, que é definido com relação a um sujeito enunciador (S_0) e a um tempo enunciativo (T_0)[8]".

Para que determinado enunciado esteja com características modais, a validação do enunciado depende da relação predicativa, relação essa já mencionada no trabalho, e que se descreve pelo esquema <a r b>[9]ε Sit (S,T) "é o caso", e a não-validação da relação predicativa <a r b>ε Sit (S,T) "não é o caso". Corroborando com essa perspectiva, Lima (2011) apresenta seu ponto de vista sobre esse assunto, explicando que: "[...] a modalidade é vista como uma categoria gramatical que se manifesta em decorrência da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro. S_0 (sujeito da enunciação)". (LIMA, 2011, p. 295-196).

Para pesquisa, interessa-nos as de natureza apreciativa, que segundo a TOE, é a modalidade vista como uma categoria gramatical que o sujeito se manifesta em decorrência da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro **S_0**[10].

---

[8]**No original**: "Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d"énonciation, qui est définie par rapport à un sujet énonciateur (S_0) [...] et à un temps d"énonciation (T_0) [...]" (CULIOLI, 1990b, p. 44).

[9]**Legenda**: <a r b> = de lugares vazios representada por um esquema do léxico, que é uma forma organizadora e geradora das relações predicativas. Ou seja, *quando algo é ser algo*. Um desses lugares vazios é preenchido por uma noção de predicado (***r*** - verbo) e os outros dois são preenchidos por noções de argumentos do tipo nominal: argumento (1_0 – ***a***) e argumento (2_1 – ***b***). Representação εsignifica operador de localização ou *repérage*.

[10] Origem, termo de partida de que resultam os enunciados. É o que dá orientação para relação predicativa.

Também se levam em conta o ***T_o*** e ***T_2***[11]todos engendrados no enunciado, quando houver. Ressaltamos que, na visão de Culioli, essas modalidades não agem isoladamente, pois suas relações são elásticas e podendo em um enunciado, apresentar mais de uma modalidade e de formas variadas.

De acordo com Paillard (2011), o enunciado para Culioli é considerado como um resultado de um ato de linguagem individual e é entendido como uma organização de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, encadeados de operações do qual ele é a marca. Por ser uma teoria dos observáveis linguísticos (as frases, por exemplo), uma vez que é fundamental para que se identifique e delimite o tipo de dados que submeterá à análise, visa à construção de significação que é definida pela atividade tripla: representação, referenciação e regulação. Tudo isso no âmbito do enunciado. Conforme (VALENTIN, 1998).

Apresentamos a proposta de trabalho no percurso metodológico do processo de análises dos trechos do jornal. Em seguida, numa perspectiva semântico-enunciativa, analisamos o papel das ocorrências das modalidades de valor*apreciativo*,segundo a Teoria das Operações Enunciativas de Culioli, considerando que são aquelas que possuem propriedades bastante subjetivas - ou seja, a reação emocional do sujeito falante em face do objeto determinado pelo enunciado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivando verificar essa relação, analisamos 5 ocorrências das situações em que os adjetivos apresentaram a Modalidade Apreciativa. O estudo é comparativo e ora os adjetivos nos enunciados terão natureza modalizada apreciativa e outros com apenas de caráter subjetivo. Na finalidade de se entender como essa modalidade se dá no âmbito do jornal com valor adjetival, apresentamos esses dois olhares nos enunciados selecionados.

[11] Para TOE, T_o e T_2 são respectivamente: tempo da enunciação (localizador do sujeito no enunciado) e tempo do acontecimento linguístico, é o resultante.

O *corpus* foram 2 jornais do 1º semestre do ano de 2015 – Jornal Diário do Povo (JDP) - da cidade de Teresina-Piauí, correspondendo ao mesmo início da pesquisa. Organizaremos os exemplos pelos números cardinais. Excluímos, por questões metodológicas, manchetes e os títulos das matérias; e centralizamos as análises apenas enunciados do corpo da matéria.

Para nossa pesquisa, consideraremos a nomeclatura – Modalidade Apreciativa– e em específico, os elementos da categoria de natureza adjetival, seja, um adjetivo propriamente dito ou uma locução adjetiva.

É nesse ponto que iremos abordar algumas considerações acerca da modalidade, designada por questões metodológicas de **tipo III** – As Apreciativas, de acordo com a TOPE.

3 REFLEXÕES SOBRE AS OCORRÊNCIAS DO VALOR ADJETIVAL

Tomaremos como parâmetro as concepções teóricas de Culioli, principalmente no que se trata das representações metalinguísticas, considerando a atividade de linguagem como uma dupla: construção e reconstrução de significados.

Entendemos a princípio, diante das epistemologias Culioliana, que essa atividade de significação se dá através de marcadores (operações concatenadas). Tomemos como base os seguintes exemplos e suas análises. Os elementos, principalmente em destaques, são aqueles em que incidem uma breve explicação.

(1)*"**É necessário dizer** quecom todas essas informações passadas a respeito da escola Municipal "Eurípedes de Aguiar", **não estousubestimando** a capacidade das demais escolas, **apenas estouquerendo** mostrar para a sociedade uma escola **que assegura aos educandos a formação cultural e científica** [...]* (18/05/2015).

No exemplo 1, temos o enunciador marcando que "é necessário dizer" tal coisa, e numa análise sobre o segmento: *"**É necessário dizer** quecom todas essas informações passadas a respeito da escola "Eurípedes de Aguiar"* vemos que o termo destacado modaliza a predicação: <não *subestimar a capacidade das demais escolas e querer mostrar para a sociedade*>, pois segundo Campos (1994) enunciados que

marcam a construção de um juízo de valor, de uma apreciação, sobre uma relação predicativa já validada (pré-construída) têm valor modal apreciativo. No caso em questão, a modalidade apreciativa emerge no momento em que o enunciador sente a necessidade de dizer que "determinada afirmação" é "**necessária ser dita**", externalizando sua vontade de marcar o que vai ser dito em seguida.

É diferente, por exemplo, dizermos: *É necessário que Gil plante uma árvore*, ou seja, que **você plante uma árvore**. Em termos de localização temos: *O Gil tem de / deve / devia plantar uma árvore*, em que agora apresenta uma modalidade, segundo a TOE, Intersubjetiva; Neves (2009) reforça apresentando o conceito de modalidade intersujeitos ou intersubjetiva, que corresponde a uma relação interagentiva entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado: o sujeito da enunciação age sobre o sujeito do enunciado, procurando desencadear uma situação dinâmica, em que o sujeito do enunciado é agente e que a intersubjetividade determina uma relação direta entre sujeito enunciador e coenunciador.

Já os termos destacados: ***não estou subestimando***, ***apenas estou querendo*** e **que assegura aos educandos a formação cultural e científica** remetem a uma avaliação que o sujeito faz diante da escola citada, no caso, Eurípedes de Aguiar, mas sem marca de modalidade, uma vez que não recai sobre predicação alguma. O sujeito enunciador não subestima nada em questão e segundo ele, quer apenas mostrar determinadas situações à sociedade escolar. Mas se percebe também que, pelo enunciado é notável que ele já foi "acusado" de está subestimando, pela marca de gerúndio que indicado que uma ação, fato ou acontecimento começou no passado e ainda não foi concluído, podendo nos remeter à ideia de continuidade e que tem valor adverbial.

(2) *"Eu apoiarei qualquer candidato do PSDB e ele (Firmino Filho) é o candidato* ***natural do partido****.* ***É importante frisar que*** *estarei ombreado com o partido." (18/05/2015).*

No exemplo 2, vemos que a marca do sujeito enunciador no enunciado registrado é bem marcado devido ele se colocar, principalmente, em 1ª pessoa. Ele diz que *estará ombreado com o partido*, ou seja, dando o devido apoio; mas marca que isso (o que foi dito) é importante e que frisar também é, embora seja algo que

venha a fazer na futuridade. Para o verbo *frisar*, entendemos que está remetida à predicação anterior: apoiar candidato do PSDB, uma vez que apoiar e ombrear fazem parte do mesmo campo nocional de “ajudar”.

De acordo com Neves (2009), o valor apreciativo corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como desejável ou indesejável. Em T_0, tempo da enunciação, o sujeito modal emite um juízo intelectual ou emotivo positivo ou negativo, sobre um fato, um estado de coisas que é do conhecimento dos participantes da enunciação. Sobre o fragmento retirado do jornal, temos que apoios são comuns no meio político e que todos precisam ser apoiados para terem sucesso em suas candidaturas.

Já no trecho: “... *ele (Firmino Filho) é o candidato* ***natural do partido****”* apresenta uma apreciação subjetiva feita pelo enunciador para com o Firmino Filho (o candidato), o que não emerge modalidade apreciativa; uma vez que é possível identificar que o termo “natural do partido” seja sinônimo de coligação=apoio=parceria, referente comum no campo da política e não recai sobre nenhuma predicação.

(3) “*Dilma, que* ***foi sufragada*** *por eleitores nesta terra seca por 70% dos eleitores, visitou-nos logo após a vitória e disse* ***com aquela hipocrisia e aquela cara de nojo típicas****, que amava o povo* ***piauiense****”* (21/05/2015).

No enunciado 3, vemos uma marca de modalidade no ***foi sufragada*** devido no enunciado notarmos que os demais elementos *por eleitores nesta terra seca* corroboram com a ideia de que a sufragação é uma particularidade emotiva por parte do enunciador ao registrar no contexto, pois outro termo poderia ser mais apropriado como: *que foi manifestado processo de escolha por votação; eleição*. A construção da modalidade apreciativa se dá no momento em que o sujeito enunciador opta por uma ideia de particípio – *sufragada* e predica o enunciado *visitou-nos logo após a vitória-, e* mais a frente reforça com outra marca modal, quando diz: ***com aquela hipocrisia e aquela cara de nojo típicas***. Nesse momento, o enunciador mostra deveras insatisfação o fato de a Dilma ter sido eleita. Logo podemos observar que os termos *hipocrisia* e *nojo típicas* são adjetivos subjetivos que reforçam a modalidade, e que modalizam a predição - *disse queamava o povo piauiense*. A palavra ***piauiense***

destacada no trecho é uma característica de *povo*, porém não modaliza, apenas aprecia; pois delimita que tipo de povo é esse falado por Dilma.

(4)*O clima é* ***verdadeiramente*** *pavoroso, sem exagero. Como diria Nietizsche. "Quem luta com monstros deve velar para que, ao fazê-lo, não se transforme também em monstro"*. (17/05/2015)

De acordo com a TOE, um termo é localizado em relação a um segundo termo mais determinado – o localizador. No exemplo acima temos que *clima* é o ponto de partida do enunciado em localização a noção de /pavor/ e que é ajustado pelo enunciador. Consideramos que há no enunciado uma modalidade apreciativa *verdadeiramente*, pois recai sobre a predicação já validada <clima é pavoroso>, olhando sob a perspectiva do reforço que o enunciador utiliza a expressão em seguida, "sem exagero". A modalidade apreciativa ocorre quando o enunciador constrói um juízo de valor ou de uma apreciação em relação a uma relação predicativa já validade ou validável, podendo, portanto, ocorrer ou não, dependendo da relação que é construída entre o enunciador e enunciado. Muito semelhante ocorre no último exemplo, **(05)***Na semana passada, tivemos aqui no Piauí o caso de garotas estupradas na cidade de Castelo a 190 km de Teresina. Falta pouco que o assunto seja* ***esquecido por completos*** *– por que* ***infelizmente*** *é assim mesmo* (03/06/2015), o juízo de valor é emitido pelo sujeito enunciador sobre um enunciado já construído e validado através da asserção < assunto seja esquecido>. Os advérbios deixam marcada a opinião do sujeito enunciador, no *verdadeiramente* em relação a pavor e *infelizmente* a assunto esquecido. Consideremos os enunciados sem essa marca modal.

Ex: 4 - *O clima é pavoroso, sem exagero.*

Ex: 5 - Falta pouco que o assunto seja esquecido por completos – por que é assim mesmo.

Com as reconstruções, reforça que os elementos modais são de natureza subjetiva apreciativa.

Observando agora a expressão do exemplo **5**, ***esquecido por completos***, ela não modaliza nenhuma predicação, assim sendo não é parte de modalidade no

enunciado, mesmo que seja uma apreciação por parte do enunciador com relação ao elemento *assunto*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário da enunciação, levantamos uma ideia de que a modalidade é presente nos enunciados extraído do jornal. Nos trechos com retirados do jornal foi possível entender que,mais não só um, mas outros elementos gramaticais nascem na relação do linguístico com o sentido do enunciado para que a modalidade apreciativa possa ser evidenciada. Não somente por base de uma categoria adjetival, mas outras de natureza verbal, substantival etc.

Os trechos dos enunciados retirados do jornal evidenciam que é marcada a presença do sujeito enunciador expressando sua subjetividade e apreciação frente a uma predicação. O sujeito enunciador é “dono” do seu dizer e assim sendo, escolhe na língua a maneira que “deseja” se relacionar com o enunciado, é quando a modalidade entra em jogo para que a significação do que está sendo dito seja representada dentro de uma realidade linguística, tanto pelo enunciado como pelo coenunciador.

Nos exemplos, pudemos verificar a ocorrência de modalidade apreciativa em situações de orações subordinadas, e que a modalidade apreciativa recaiu ora sobre a oração subordinada, ora sobre a principal, que nos fez observar a não delimitação dela em apenas um tipo de construção sintática.

Em decorrência disso, vemos que o sujeito tem um papel central na teoria, uma vez que ele é o responsável por produzir tais enunciados, reorganizando-os para que eles passem a significar e possibilite que representações mentais sejam disponibilizadas através das formas linguísticas. A marca de subjetiva é mais apresentada, sobretudo nos momentosapreciativos, na enunciação argumentativa dos jornais, porque marcam, de maneira significativa, a presença do sujeito enunciador e permitem a orientação para o sujeito destinatário de determinadas conclusões ou interpretações, que interessam ao sujeito enunciador. Muitas vezes, apreciando positivo e negativamente.

Já as situações em que o sujeito enunciador apenas aprecia, caracterizando , especificando, ou melhor, adjetivando um termo, não há marca de construção modal apreciativa, pois não recaem sobre nenhuma predicação e não expressa uma posição subjetiva por parte do enunciador.

A modalidade apreciativa é uma das maneiras de dizer determinando assunto nos enunciados e que, favorece em grande parte a construção de sentido para o sujeito enunciador do jornal; ela propicia ao enunciador melhorar seu texto na busca de atrair o leitor, que de acordo com os exemplos apresentados, possui a natureza de reforçar o que está sendo dito.

A ideia de que o enunciador do jornal não se insere no construto dos enunciados para ali compor suas ideias, a fim de manter sua imparcialidade no que está sendo enunciado, não confere diante das análises feitas sobre a marca do sujeito frente ao que está sendo dito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSA NEVES, Janete dos Santos. *Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião*. 206 f. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Estudos da modalidade*: as tipologias de Campos. Cadernos WGT Ler Campos. Disponível: <www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/.../lercampos_janete.pdf.>. Novembro de 2009. Acesso dia: 10 de jul de 2015.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. *Abordagem semântico-enunciativa de alguns problemas gramaticais*. 1994. p. 137-150.

_____. *Gramática e a construção da significação*. In: I Duarte & I. Leiria. Actas do Congresso Internacional sobre o Português. Lisboa: APL,1997, p-163-174.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

_____.*Pour une linguistique de l"énonciation*. Paris, Ophrys, 1990.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*. In: Langage et société, n°61, 1992. p. 81-85. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lsoc_0181-4095_1992_num_61_1_2579>. Acesso dia 15 de jul de 2015.

FRANCKEL, Jean-Jacques. *Referenciação e valores referenciais*. In: Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

LE QUERLER, Nicole. *Typologie des modalités*. Caen. Presses Universitaires de Caen, 1996.

LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. *Adjetivos:* Uma análise sob o olhar enunciativo. In: NOGUEIRA, Márcia Teixeira; LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos (Orgs.). Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MORENO, António. *Modalidade, pré-construção e pressuposição*: a propósito de Campos. Disponível em: <www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/.../lercampos_moreno.pdf.> Novembro de 2009. Acesso dia 10 de jul de 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *As grandes teorias da linguística*: da gramática comparativa à pragmática. Tradução de M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

SILVA, Mackléia Mayara Oliveira da. *Modalidades subjetivas e intersubjetivas nos perfis do Orkut:* uma análise na perspectiva da teoria das operações predicativas e enunciativas. 104f. (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. Teresina, 2012.

VALENTIM, Helena Topa. *Predicação de existência e operações enunciativas*. Lisboa: Colibri, 1998.

_____. *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. 464 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2004.

VIGNAUX, Georges. *Les Discours Acteur Du Monde*. Paris, Ophrys, 1988.

PERTINÊNCIA E ARGUMENTAÇÃO: UM OLHAR ENUNCIATIVO SOBRE TÍTULOS E CHAMADAS DE NOTÍCIAS

Letícia Guedes Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

O advento da internet possibilitou um acesso quase imediato a todas as novidades do mundo. Diariamente, os sites de notícia atualizam suas seções com os acontecimentos mais recentes. Com um clique, é possível saber quando, onde e quem esteve envolvido em crimes, eventos e descobertas que antigamente demorariam semanas para vir a público.

As pessoas já estão tão habituadas a se informar *online* que nem mesmo se atém ao que as leva a clicar em um *link*, ou mesmo às particularidades que fazem um evento se tornar uma notícia.

Este trabalho pretende, sob a ótica da Semântica da Enunciação, demonstrar que a relação entre notícias, imagens, títulos e legendas é determinada por um regime de pertinência enunciativa emconstante processo de rememoração e de resignificação no presente do enunciar. Ao fazer isso, pretendemos destacar também os recortes que são realizados e que levam à produção de uma diretividade, segundo a definiu Guimarães (2005).

1. Conceitos iniciais

Para prosseguirmos na análise, é preciso antes definir brevemente quatro conceitos. O primeiro deles é o de referencial.

Foucault (1969) propôs que a concepção de referencial prepondera sobre a de referência quando elaborou seu conceito de enunciado. Dias (2015), discorrendo sobre esta elaboração, afirma que para Foucault:

> O enunciado não é concebido do ponto de vista de um agrupamento de signos e nem das regras que permitem esse agrupamento. E ainda, ele não é concebido na relação com aquilo que particulariza ou individualiza na realidade extralingüística (DIAS, 2015, P. 3)

Ou seja, diferentemente do que defende a linha formalista da semântica, para a qual os chamados sintagmas fazem referência direta a entidades (e agrupamentos) – ou a propriedades individualizantes das entidades, presentes – no mundo, Foucault propõe que não é diretamente em função da referência que o enunciado é produzido.

Baseado neste primeiro conceito, Dias (2015) desenvolve sua própria definição de referencial, que se filia à perspectiva da Semântica de Enunciação. Para o autor, as construções nominais são concebidas

> de acordo com a relação que estabelecem com um espaço de enunciação. E é somente em decorrência dessa relação que os nomes podem particularizar entidades na realidade extralingüística. (DIAS, 2015, p. 4)

A proposta feita por Dias (2015) se assenta em uma visão enunciativa das construções nominais, diferente da abordagem descritivista praticada pelas linhas formalistas; e é só dessa forma que é possível visualizar e compreender o seu conceito de referencial. Isso porque a definição se baseia em “aspectos da enunciação dos sintagmas que expliquem a sua existência” (DIAS, 2015, p. 4).

Em resumo, Dias (2015), apoiado em Foucault, propõe que, para que sintagmas se constituam em enunciados – que são aqui nosso objeto de estudo - faz-se necessário buscar não as suas referências extralingüísticas, mas o seu campo de emergência. É preciso explorar as condições e lugares através dos quais determinado sintagma foi passível de aparecer.

O segundo conceito, que em certa medida elucida o primeiro, é o de “espaço de enunciação”. Dias (2015, p. 5) o descreve como “um lugar de identificação dos enunciados, no qual os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes”. Esta formulação está em muito entrelaçada com o terceiro conceito de que aqui lançamos mão: o de pertinência enunciativa.

Dias (2015, p. 5) a explica como a “relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar”. Ou seja, tanto as motivações que levam ao seu surgimento quanto as

repercussões que ele projetará estão envolvidas na chamada pertinência enunciativa. Quando um enunciado aparece em determinado momento, ele o faz porque é pertinente.

É importante ter em mente que pertinência não é o mesmo que adequação. Um opositor político pode interromper um pronunciamento de certo candidato e isso ser considerado extremamente inadequado, mas isso não torna a enunciação feita por ele menos pertinente. Pertinência diz respeito a relações entre enunciados em um espaço de enunciação, e isso inclui refutações, concordâncias, acréscimo de informações, entre outros. No interior da Semântica da Enunciação, pertinência remete a *pertencimento*.

O quarto conceito de que aqui faremos uso, por sua vez, é o de "formação nominal". Dias (2015) afirma que a formação nominal é a contraparte enunciativa do sintagma nominal. Enquanto o SN oferece uma visão linear e seqüencial das construções nominais, a FN ofereceria uma visão vertical destas.

Nas palavras do próprio autor,

> Se o conceito de sintagma nominal se assenta num segmento da sentença que tem um nome como núcleo, passível de uma abordagem descritiva, o conceito de formação nominal se assenta nas razões enunciativas da conformação de um nome como designador. (DIAS, 2015, p.7)

E tais razões enunciativas são resultado da pertinência e do referencial. Na formação nominal, todos os conceitos anteriormente citados se entrelaçam e,

> Dessa maneira, a forma dos nomes (constituída pela condensação de enunciados extensivos que ele arregimenta, bem como pelas determinações contraídas nas determinações que sofre à direita e esquerda nas construções nominais) nos permite conhecer parte da relação entre enunciado e enunciação. (DIAS, 2015, p. 7)

É necessário ter em mente, no entanto, que uma análise vertical da língua como a proporcionada pela FN não dispensa a análise horizontal (análise estrutural da sequência linguística), apenas a ultrapassa. Uma visão vertical é mais ampla e não exclusiva.

Outro ponto importante sobre as formações nominais é que elas não necessariamente correspondem sequencialmente a um sintagma nominal. No

presente texto, por exemplo, abordaremos enunciados nos quais as FNs correspondem a sentenças inteiras.

Por último, é importante elucidar o conceito de político. Guimarães (2002), após discorrer sobre a caracterização que Rancière dá às abordagens políticas; e situar-se, como o filósofo, no âmbito das posições materialistas, o autor explicita a sua própria concepção de político. Em suas palavras, “o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Na medida em que o homem fala, o político é incontornável. Ao enunciar, argumenta-se. Direciona-se.

Agora que já temos os cinco conceitos definidos, podemos prosseguir na análise. Entretanto, para compreendê-la em sua totalidade, é importante ter em mente que a significação tem um duplo caráter, porque

> De um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências da enunciação. (DIAS, 2015, p. 5)

2.Três títulos e chamadas de notícias

Da mesma forma que, em um diálogo, os falantes guiam suas respostas de acordo com o tópico da conversa, as notícias entram em relação com os acontecimentos passados e presentes do mundo, assim como com os que virão depois. Algo se torna notícia porque é pertinente socialmente, sendo objeto de interesse para um grupo restrito de pessoas ou para um grupo mais geral.

Tomemos como exemplo a seguinte notícia.

Retirado do site *uol.com.br*. Acessado no dia 17/02/2016
Imagem, título e descrição postos em destaque.

A formação nominal que ocupa a posição de título é concebida pelo referencial da duração temporal, embora se trate de uma notícia sobre a renovação de votos matrimoniais de um cantor e sua esposa. Em uma sociedade marcada pelos relacionamentos passageiros e divórcios crescentes – especialmente no mundo dos famosos -, enunciar a duração de um casamento constitui-se em acontecimento porque se destaca na relação com outras uniões matrimoniais.

Outro aspecto que merece atenção se refere ao enunciado “Cantor Bruno renova votos com *a mulher* em Cancún” (grifo nosso). No mundo atual, a mídia está constantemente divulgando acontecimentos cotidianos da vida dos famosos. Contudo, o que torna os acontecimentos pertinentes e os faz serem divulgados não são eles em si, mas o fato de ocorrerem com pessoas que são consideradas ídolos –

e, portanto, um destaque perante os outros. É justamente por isso que, na notícia em questão, o nome de Bruno é relevante, já o da mulher não.

Raciocínio análogo pode ser feito para a articulação contraída pelo enunciado com o adjunto adverbial “em Cancún”. Para entender sua relevância, é necessário considerar que a notícia circula em um site brasileiro, e Cancún não é um lugar acessível economicamente para qualquer cidadão. É um lugar muito belo e almejado, o que o torna atraente e objeto de sonhos para grande parcela da população, e justamente por isso ele aparece no enunciado.

Em resumo, a FN “20 anos juntos” é constituída sob o referencial da duração temporal, e serve como um contraponto a argumentos que afirmam a brevidade das relações no mundo atual e fornece destaque ao casal da notícia pelo mesmo motivo. “Cantor Bruno renova votos com a mulher em Cancún”, por sua vez, se adere ao espaço de enunciação onde circulam informações cotidianas sobre os famosos, ao mesmo tempo em que rememora dizeres passados sobre Cancún, para então afirmar uma particularidade na renovação de votos do cantor em questão.

É importante observar as implicações de inserir um casal famoso no âmbito dos relacionamentos longos. Essa é uma forma de afirmar o pertencimento dos desiguais – no caso, os casais famosos. Ou seja, ao enunciar (e destacar) “20 anos juntos”, afirma-se que celebridades podem, também, envolver-se em relações duradouras.

Analisemos agora uma segunda notícia:

Retirado do site *uol.com.br*. Acessado no dia 17/02/2016.
Imagem, título e descrição postos em destaque.

O referencial pelo qual a FN do título é concebida é o da própria Torre Eiffel enquanto ponto turístico de Paris. Ao enunciar “Muito além da Torre Eiffel”, evoca-se uma memória de dizeres para então resignificá-la. A partir da enunciação no presente, o passado é colocado sob uma nova perspectiva.

O enunciado “Veja prédios retrofuturistas ao redor de Paris” entra em relação direta com a FN anterior, uma vez que é ele próprio o que há de além da Torre Eiffel. A notícia toma como ponto de partida um local famoso e de conhecimento relativamente geral para então situar os prédios retrofuturistas em relação a ele como algo além.

É importante esclarecer que ao situar a Torre Eiffel como referencial, a FN opera um recorte. Isso porque, para um falante abstrair a significação da formação, é necessário que ele tenha conhecimento do que é a torre e do que ela significa para a cidade. A expressão “muito além” adquire pertinência na medida em que entra em relação, num espaço de enunciação, com todos os dizeres a respeito da torre que a

localizam como marco principal de Paris. Além disso, ao alocar os prédios retrofuturistas em relação ao ponto turístico canônico, afirma-se o pertencimento destes ao conjunto das locações importantes de Paris; e, mais do que isso, afirma-se que o conjunto não é uno, pois a cidade luz vai “muito além da Torre Eiffel”.

Agora observemos a terceira e última notícia que aqui analisaremos:

Surfando com "caballito"

Peruano usa prancha de cana-de-açúcar

Retirado do site *uol.com.br*. Acessado no dia 24/02/2016.

Imagem, título e descrição postos em destaque.

Concebidos pela associação de dois referenciais – o esportivo e o agrícola – os enunciados (constituídos pela FN, na condição de título, e pela sentença de caráter descritivo) adquirem pertinência enunciativa na medida em que entram em relação com outros enunciados a respeito do surfe e da agricultura. A temática que prevalece como foco é a esportiva: não é o surfe que vai para o meio agrícola, mas o meio agrícola que vai para o âmbito esportivo.

É interessante notar que há uma resignificação do termo prancha à medida que ele contrai articulação com “de cana-de-açúcar”, uma vez que não é o material clássico de que as pranchas são feitas. É isso que destaca o evento dos demais eventos que envolvem surfe, uma vez que é afirmado o pertencimento de uma matéria, cujo uso comum é agrícola, ao meio esportivo.

Outro ponto que merece atenção refere-se à FN “Surfando com ‘caballito’. A palavra ‘Caballito’[1], além de dar nome à estrutura de cana-de-açúcar de que é feita a prancha mencionada na notícia, também significa “cavalo de madeira”. Portanto, se apenas a FN do título fosse levada em consideração, haveria mais de um sentido para o enunciado, dependendo do referencial através do qual a palavra fosse concebida: o da botânica ou o da zoologia.

Considerações finais

Esperamos ter mostrado que as notícias estão engajadas àquelas que vieram antes delas e a outras que virão depois. Os acontecimentos são enunciados porque adquirem pertinência no cenário e na sociedade atuais.

Era objetivo deste trabalho, também, demonstrar que as formações nominais que integram os títulos e as chamadas estão em um constante processo de rememorar dizeres passados para então resignificá-los de acordo com o presente do enunciar, produzindo sentidos novos que interferirão em enunciações futuras.

Por fim, é importante ressaltar que as notícias não são enunciados politicamente isentos. Estão constantemente produzindo recortes – seja ao omitir nomes de pessoas que não figuram na mídia, seja ao pressupor conhecimentos que nem sempre são compartilhados por todos os falantes –, bem como afirmando o pertencimento dos desiguais.

O caráter argumentativo reside justamente nesses recortes: quando se enuncia através de determinado referencial, em um espaçode enunciação, e este enunciado adquire pertinência, é produzido um direcionamento para a leitura do real.
Isto é, há a produção de uma *diretividade*, que é a forma pela qual a argumentação se configura segundo Guimarães.

1.“Caballito” também é um bairro de Buenos Aires, mas este significado não se adequava ao contexto, então foi apenas citado aqui como informação adicional.

Referências

DIAS, L. F. *Nomes de cidades de mato grosso: uma abordagem enunciativa*. In: KARIM, T. M.; KARIM, J. M.; BRESSANIN, J. A. (orgs). *Atlas dos nomes que dizem das Histórias das Cidades Brasileiras - Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes, 2015.

GUIMARÃES, E. 1987. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Semântica do Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002. 96 p.

FOUCAULT, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Tradução brasileira: *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

A INDETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM E A ANÁLISE GRAMATICAL

Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende
FCL- UNESP- Araraquara

1. Introdução.

Discutiremos, em uma primeira parte deste texto, a tese da indeterminação da linguagem. Tomamos por orientação básica, nessa discussão, a Teoria das operações predicativas e enunciativas de A. Culioli. Em uma segunda parte, analisamos duas construções gramaticais (a relativização e a nominalização) extraindo dessas análises as questões teóricas colocadas na primeira parte.

2. A indeterminação da linguagem

O homem nasce indeterminado e orientado para o outro. Nessa orientação para o outro, ele se determina (se define) e determina também o outro. A linguagem e, consequentemente, as línguas não são meios de comunicação simplesmente, mas são uma sofisticação de mecanismos biológicos de equilibração (adaptação) que existem em todo o ser vivo. A indeterminação da linguagem, pensada desse modo, nos conduz ainda a caracterizar a linguagem como uma atividade, como um trabalho incessante ou, ainda, como uma forma operatória (mecanismo cognitivo). Quando dizemos, dentro da teoria escolhida, forma ou formal, não se trata de forma sintática e nem morfológica, que diz respeito somente à análise de língua. Trata-se da forma da linguagem, quer dizer, de uma hipersintaxe. Trata-se de um outro olhar sobre os arranjos (marcas linguísticas). Nesse olhar, léxico e gramática estão articulados. Aqui também é interessante reforçar que o termo linguagem é sempre usado no singular e se refere, pois, a um forma operatória de natureza cognitiva. O uso de linguagem no plural “linguagens” não existe nessa reflexão e, do nosso ponto de vista, o termo linguagens no plural é um uso comum da palavra, e não teórico, e quer dizer “formas

de expressão”. Em consequência, falamos: linguagem artística, linguagem musical, etc. É evidente que há uma ligação do conceito de linguagem que defendemos com todas essas formas de expressão (linguagem como processo cognitivo não seria exclusividade da expressão linguística), mas não podemos acessá-la 1) sem uma teoria que a defina, que levante hipóteses sobre a sua natureza e funcionamento) e 2) saltando sobre a materialidade de tais formas de expressão, quer dizer, falar sobre a linguagem sem o domínio das marcas e de seus arranjos (no caso do estudo das línguas).

Desse modo, não se aposta nem em uma generalidade, ou mesmo na busca de universais linguísticos, nem, por outro lado, na especificidade ou no estudo de um sistema linguístico em si mesmo.

Vemos, na história da linguística, mais ou menos as duas situações: a) o estruturalismo sem hipóteses fortes sobre o que é a linguagem (na medida em que separou língua e fala, e separou também o sujeito e a sua inserção psicossociológica) e não levou em consideração a variação linguística e sua relação com o meio ambiente; b) a gramática gerativa, que propôs hipóteses mais fortes sobre a linguagem e defendeu a busca dos universais, mas defendeu também um conceito de linguagem exclusivo das línguas e não a linguagem como cognição.

Penso que o que é proposto, nessa tese da indeterminação da linguagem, é a ampliação do conceito de linguagem com hipóteses claras sobre a sua natureza e funcionamento. Em síntese, amplia-se o conceito de linguagem fazendo-o coincidir com a cognição, mas novamente se volta, como um bom estruturalista, a um fechamento da análise sobre as marcas linguísticas e seus arranjos.

Podemos dizer também que o objetivo dessa reflexão é a articulação da linguagem com as línguas naturais.

Poderíamos então, para ser mais precisos, definir a linguagem como um trabalho de representação, referenciação e equilibração.

Quando assumimos a tese da linguagem como indeterminada, assumimos também que ela é um trabalho, uma atividade e temos, então, a necessária inserção do sujeito e a não separação da Psicologia e da Sociologia. Não há espaço, nessa reflexão, para uma psicolinguística ou uma sociolinguística, em razão mesmo do trabalho fundamental de equilibração, que é psicossociológico.

3. Natureza da interação verbal e a variação linguística

Quanto ao esquema de interação verbal, podemos dizer o seguinte: o eu e o tu são ativos, e isso simultaneamente. Na língua oral: Quando falamos, simultaneamente escutamos o outro-outro e a nós mesmos enquanto outro. Quando escutamos, produzimos um texto mental. Desse modo, produzimos texto simultaneamente com o momento em que escutamos. Língua escrita: Quando escrevemos, estamos lendo simultaneamente o outro-outro (para quem escrevemos), quanto a nós mesmos enquanto outro. A produção é produção, mas a recepção é também produção; Quando lemos, produzimos um texto nosso e produzimos também o texto do outro que supomos ser o autor. Mas podemos ser nós mesmos que produzimos o texto e então, quando lemos, o reformulamos e produzimos um outro texto. Em síntese, temos sempre sujeitos ativos e, consequentemente, só temos "produção de texto". A linguagem, como processo de equilibração, está sempre trabalhando no conflito entre os textos. Como a emissão e a recepção são simultâneas, falamos simplesmente em sujeitos enunciadores, pois, embora o resultado da interação verbal não seja simétrico, os sujeitos enunciadores têm funções idênticas. Trata-se de uma simetria de função que gera resultados assimétricos. Se há sempre sujeitos criativos que se apropriam do texto, há, pois, no processo de interação verbal desde o início, sujeitos enunciadores. Não precisamos, pois, propor a existência de instâncias anteriores tais como: locutor e interlocutor ou emissor e receptor.

Isso não significa que não existam diferenças entre língua oral e língua escrita, ou entre fala e escuta, ou entre escrita e leitura. Mas a teoria tem como foco os pontos em comuns e não as diferenças. Ela vai defender que as diferenças estão no empírico, na historicidade das línguas e das culturas, etc. Nessa reflexão temos sempre um nível formal, operatório e indistinto, e o nível da experiências diversificadas (empírico).

As consequências da linguagem ser indeterminada são que, quando falamos e escrevemos, ou quando escutamos ou lemos, nos determinamos (nos definimos) e definimos o outro; o processo de equilibração é de natureza psicossociobiológica, e estamos sempre nos regulando, fazendo modulação e ajustamentos; a variação é radical (intrassujeito, intersujeitos e, consequentemente, intralíngua e interlínguas).

Pensamos mesmo que, para essa teoria, os parâmetros que interessam são: a) o empírico (extremamente diversificado); b) a variação intrassujeito e intersujeitos; c) e o trabalho operatório de ajustamento ou equilibração da linguagem. Pensamos que a teoria vê a variação intralíngua (por exemplo, variáveis sociolinguísticas e psicolinguísticas) e interlínguas (tradução ou variação entre as línguas) apenas como um agravamento da situação de interlocução básica entre o eu e o outro. Isso porque as causas que geram as variáveis dentro de uma mesma língua são as mesmas do ato de interlocução básico. Parece que podemos fazer uma crítica à teoria da variação pela ausência também de diálogo e movimento entre as variáveis. De um certo modo, as variáveis, apesar de se falar em movimento e mudança, acabam se estabilizando em subsistemas estáticos, do mesmo modo que um sistema se estabiliza. Ou talvez se possa falar que existe, atualmente, uma teoria da variação e mudança amadurecendo, se organizando com os dados empíricos acumulados.

Agora, do lado da variação interlínguas, podemos colocar o problema da tradução, que também é uma questão importante para a nossa discussão. Será que a variação intrassujeito e intersujeitos também não são processos de tradução? E o próprio conceito de linguagem, como definimos, não é o processo de tradução em um sentido forte?

Vamos pensar um pouco no processo de tradução de um modo bem simples e do qual todo mundo que tem domínio de duas línguas já teve a experiência. Para traduzir (no sentido mais comum) partimos de uma língua estrangeira que dominamos L1 e vamos para a língua materna (ou vice-versa) ou, ainda, para uma segunda língua estrangeira que também dominamos. Partimos da marca linguística (seja unidade lexical, seja gramatical, seja um arranjo lexicogramatical ou mesmo um enunciado) e vamos à cultura dessa língua de partida, ao empírico dessa língua; o segundo movimento é de cultura à cultura; do extralinguístico ao extralinguístico. Por último, procuramos, na língua de chegada, o fenômeno do empírico correspondente (físico ou mental) e também a expressão correspondente. Como resultado desse trabalho de rastreamento ou busca, podemos ter: a) uma correspondência; b) um vazio (e esse vazio é a linguagem); podemos criar, em consequência do vazio encontrado: uma nova expressão (neologismo), uma paráfrase; podemos encontrar uma marca linguística em desuso ou que só existiu na história da língua (sobretudo quando as

línguas são aparentadas); léxico e gramática não se correspondem de língua à língua, etc. Trata-se de um processo altamente criativo.

Esse processo de tradução que existe interlínguas, postulamos como existente também intralíngua, intrassujeito e intersujeitos. O trabalho operatório (formal) é, nesses quatro níveis, da mesma natureza mas o resultado percebido é diferente em consequência de distâncias espaço-temporais (empírico).

4. A indeterminação da linguagem e a inserção do sujeito nas análises linguísticas: apropriação, criatividade.

O linguista vai se apropriar dos espaços enunciativos que o transformam em sujeito e, com a ajuda da teoria, vai estudar os ajustamentos, a equilibração na intimidade de suas representações. Se, para falar e escutar ou ler e escrever, o sujeito precisa assumir essas atividades e estar nas suas origens, por que seria diferente para a análise linguística feita pelo linguista?

É interessante também fazer uma observação, que é a seguinte: costumamos entender a criatividade como arte e divergência e contrastar com o que normalmente está estável e construído. Mas, com esse conceito de linguagem que trabalhamos, precisamos entender também a criatividade como convergência. Não há diferença entre o remontamento das expressões e dos significados de uma língua para outra (ou de um sujeito para o outro ou de mim mesmo para comigo mesmo) e da sua não conformidade. O trabalho da linguagem sempre é da mesma natureza (formal) tanto na conformidade (convergência) como na não conformidade (divergência). A diferença está na diversidade do empírico. Há um funcionamento básico da cognição como trabalho, como atividade e uma segunda operação de avaliação: É igual? É diferente? Tanto a convergência quanto a divergência são oferecidas nesse segundo momento de avaliação e pertencem ao empírico (experiências físicas, mentais, emocionais diversificadas). A articulação entre o formal e o empírico, ou entre a linguagem e as expressões linguísticas passa necessariamente pela compreensão desses dois momentos, ao mesmo tempo distintos e articulados.

Só quando o próprio linguista se apropria da expressão linguística a ser analisada e faz coincidir o sujeito e o linguista é que ele poderá analisar o ínfimo processo de rastreamento e equilibração de expressões e significados. A apropriação

é a capacidade de se instaurar como origem do discurso, e não há distinção entre apropriação e criatividade. O processo de apropriação gera transformação do conhecimento, construção e definição do sujeito. Carlos Franchi , 2006, p. 47 diz: “Criatividade não é apenas o comportamento divergente mas está presente também no comportamento convergente”.

5. Questionando polarizações metodológicas fundamentais: o absoluto e o relativo

Catherine Fuchs (1997), organizadora de um colóquio e de um livro com o título “Diversité des langues et représentations cognitives", publicado nas versões francesa e inglesa, comenta, na introdução, a hipótese Sapir-Whorf e diz que Whorf foi mal traduzido e mal compreendido, e que o que ele está defendendo é a tese de invariantes dinâmicas e não a tese relativista em oposição à tese do absoluto ou à busca de universais linguísticos. A tese relativista é a tese da variação radical, a tese da indeterminação da linguagem sem mais nada a acrescentar. Quando saímos da polarização absoluto/relativo, temos uma outra proposta metodológica: A busca de invariantes dinâmicas ou invariância (processos generalizáveis) dentro da variação radical (diversidade das línguas).

Como estamos falando desse nosso conceito de linguagem como sendo muito próximo ao procedimento de tradução, gostaríamos, aqui também, de mencionar as angústias que perpassam um texto de E. Benveniste (1989) escrito na década de 60: "Forma e sentido na linguagem", que está no volume II de Problemas de Linguística Geral. Esse texto é dividido em duas grandes partes que Benveniste chama de "Forma e sentido para a semiologia" e "Forma e sentido para a semântica". Benveniste está dilacerado entre a tendência estruturalista, que lhe é contemporânea, e sua experiência e conhecimento enriquecidos com a diversidade das línguas e das culturas, e nessa sua angústia ele tenta encaminhar os estudos linguísticos para uma visão antropológica que leve em consideração a diversidade cultural e linguística. Nesse texto, ele instaura, em consequência desse dilaceramento, duas linguísticas. Assim ele diz: “toda disciplina que visa a adquirir estatuto de ciência deve inicialmente definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e, antes

de tudo, dizer quais são as suas unidades. [...] É então signo a unidade assim definida, dependente da consideração semiótica da língua. [...] Para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim ou não. Se sim, tudo está dito e registra-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também.[...] É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; ou está na língua ou está fora da língua, "tertium non datur"[...]. A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas [.....]. Pode se transpor o semantismo de uma língua para a outra (é a possibilidade de tradução) mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para a outra (é a impossibilidade de tradução)". (Benveniste, E.1989, p. 220-234).

Em síntese, a tradução, como comentamos, é possível do ponto de vista da semântica e não da semiótica, pois sistemas estáticos que não conversam entre si não geram também um excesso de significados. Não há possibilidade de movimento, de criatividade, desse terceiro valor mencionado por Benveniste. O signo, ou está dentro do sistema, ou ele não existe. Quando falamos acima sobre tradução, mostramos o movimento criativo da linguagem. Desajeitadamente Benveniste, neste texto, vai dizer que a unidade para a semântica é a "palavra". A palavra seria a unidade de forma e a unidade de sentido seria a "ideia". O conceito de noção de A. Culioli (ver bibliografia) vem preencher esse lugar. O conceito de noção é uma unidade de medida (tipo, centro atrator, alto grau).

O título desse evento (Enunciação e materialidade linguística)é interessante porque tem a palavra materialidade, que eu também chamaria de arranjos de marcas. Mas, antes de apresentar a análise (a materialidade), há ainda três procedimentos que precisamos comentar:

5.1. Ambiguidade

Precisamos enfatizar que a ambiguidade como a entendemos nessa reflexão e a consequente desambiguização são de fundamento, quer dizer, todos os enunciados

de uma língua são ambíguos. Trata-se de uma ambiguidade no funcionamento da linguagem. Não se trata de ambiguidade de língua, como estudamos geralmente em um curso de letras: ambiguidade lexical, sintática, etc.

5.2. Paráfrase

A paráfrase também precisa ser vista diferentemente: não se trata de falar a mesma coisa do mesmo modo, mas, se falamos de outro modo, falamos necessariamente outra coisa. A sutil mudança de expressão e de significado é consequência da mudança no cenário psicossociológico. Essa modulação mínima é muito importante. Significados distantes não têm a menor importância.

5.3. Atividade epilinguística.

A atividade epilinguística, sustentando a variação radical de experiências e de expressões, nos remete a uma cisão original existente intraindivíduo, que é o céu e o inferno. Céu, porque é o trabalho, o investimento que nos garante a liberdade; inferno, porque o trabalho de tradução (ou equilibração) é contínuo. A atividade epilinguística é não consciente ou pré-consciente. Nunca é inconsciente. E se ela for consciente (emergir), ela já passa a ser uma atividade metalinguística, talvez natural porque seja uma explicação do texto. Essa modelização interna permite operar sobre representações: comparar, avaliar diferenças e semelhanças, fazer analogias, extrair, incorporar e fragmentar propriedades, construindo e reconstruindo objetos simbólicos. Trata-se de uma atividade que permite aos indivíduos, mas também às línguas, a sua trajetória evolutiva.

6. Ainda variação e questões metodológicas

Podemos ainda fazer uma relação entre a proposta de variação radical e algumas questões teóricas e metodológicas fundamentais. Se defendemos a tese dos universais linguísticos, do absoluto, de uma certa objetividade científica, acabamos fazendo ciência sem o sujeito, sem a cognição, sem o meio ambiente, sem movimento

e sem mudança ou transformação tanto da língua, quanto dos sujeitos, quanto do meio ambiente.

Se defendemos a tese relativista colocando, como escopo das expressões linguísticas, os sujeitos e a sua diversidade cultural (psíquica e sociológica), corremos o risco de ter o aleatório e não se fazer ciência. Sair dessas duas teses é propor a existência de processos generalizáveis. Só se pode acessar esses processos generalizáveis (invariância) assumindo-se como um sujeito e inserindo-se em uma determinada cultura e ser falante de uma língua determinada. O linguista precisa fazer um aprendizado, que é assumir um certo paradoxo: fazer coincidir os processos generalizáveis (a unidade) e as situações singulares (a diversidade).

Podemos dizer que os processos generalizáveis são as existências de noções, operações, relações. Ainda: Comparar, avaliar diferenças e semelhanças, fazer analogias, extrair, incorporar e fragmentar propriedades, construindo e reconstruindo objetos simbólicos. Esses processos generalizáveis podem se materializar também: na função designativa ou referencial, na função proposicional ou predicativa, nos processos de quantificação e qualificação. Três pares com nomes diferentes mas que remetem ao um mesmo funcionamento fundamental.

Nesse movimento de passagem da expressão linguística de um sujeito ao outro (intrassujeito, intersujeitos, intralíngua e interlínguas), não é o valor polarizado que conta, mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do significado final atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do significado, o seu caminho e não o significado em si.

Podemos concluir essa parte com uma questão: Se o sujeito estiver realmente integrado em um modelo linguístico, por que falar em subjetividade, retórica, estilo, “fala” em oposição a “língua”, etc? Seria para sobrepor essas manifestações do sujeito à objetividade da língua, à estabilidade, à sintaxe da língua. Os conceitos de equilibração, ajustamento, regulação explodem as polarizações clássicas que nos servem de proteção, mas também se constituem em uma clausura.

7. A indeterminação da linguagem e algumas análises gramaticais

7.1. A relativização

Ilustraremos com um exemplo de orações relativas presentes em Rezende (2006) e mostraremos a oscilação do seu valor por meio de manipulações. A ambiguidade, o jogo parafrástico e a atividade epilinguística fazem parte da análise.

Tomemos o enunciado com oração relativa:

6. Os jogadores de futebol escolheram para o jogo de amanhã as camisetas que eram verdes.

Podemos analisar #que eram verdes# como restritiva porque, empiricamente, sabemos que existem camisetas de outras cores. Se cancelarmos esta informação cultural como se estivéssemos em um universo hipotético no qual todas as camisetas são verdes (simulação difícil de ser feita porque os condicionamentos culturais são grandes), vemos que a leitura da relativa passa a ser a de uma explicativa.

Ou, ainda, acrescentemos ao enunciado uma relação causal como em:

1.a. Os jogadores de futebol escolheram para o jogo de amanhã as camisetas que eram verdes porque tinham esperança em ganhá-lo.

Podemos notar também em 1.a. que o movimento de oposição e seleção efetuado pela oração relativa #que eram verdes#, no conjunto experiencial de cores existentes de camisetas, perde relevância e ganha realce o movimento de concatenação ou combinatória no eixo sintagmático. Nesse caso, a leitura de subclasse (restritiva) é enfraquecida (embora ainda existente), mas prepondera a leitura de explicativa. Se dois valores coexistem, eles se constituem, pois, em um terceiro valor.

Tomemos uma outra construção gramatical, próxima da relativização pois se trata também de processos de adjetivação, e mais algumas manipulações.

7. Paulo é professor de Física.

2.a. Paulo! Professor de Física?! Ora essa, professor sim, mas de Física!

2.b. Paulo já não é mais professor de Física.

Em 2 #de Física# é adjunto adnominal e prepondera um valor semelhante ao de um epíteto. Tanto em 2.a., com a explicitação da modalidade assertiva da dúvida, quanto em 2.b., com marcas aspectuais, ficam preponderantes os valores atributivos.

São os dois mecanismos fundamentais da linguagem: a parafrasagem e a desambiguização, que sustentam o processo de montagem e desmontagem dos valores diferentes, mas próximos.

Não precisamos de muito esforço para compreender que é esse mesmo procedimento que sustenta a seleção da expressão, em vista de uma relação psicossociológica determinada, no processo de produção de texto (leitura e redação, fala ou escuta).

Se explicitamos o fato de que o valor gramatical atribuído a uma expressão linguística não é estável e não se encaixa em uma classificação, mas resulta de uma articulação entre um mecanismo invariante (do qual devemos ter domínio como linguista) e das experiências diversificadas dos sujeitos, começamos a possuir recursos plásticos de análise gramatical que permitem articular o generalizável e o particular. Para articular o generalizável e o particular, eu necessito acessar os processos de abstração que sustentam a atividade de linguagem e para os quais a "noção" tem um papel central.

7.2. A nominalização

Explicitaremos, neste item, uma série de dificuldades que a nominalização oferece aos estudos classificatórios em linguística. São elas: a nominalização tem valor nominal como em "Olha que bela construção!" quando nos referimos a uma bela casa construída, mas ela tem valor verbal ou predicativo em "A construção está dando trabalho aos engenheiros" quando nos referimos ao trabalho ou ao ato de construir; ela é uma unidade lexical autônoma como "sonho", "derrota", "pesquisa", etc, mas ela pode também ser construída por processos gramaticais de sufixação, como nebulosidade, constrangimento, construção, etc. Desse modo, se propomos que a nominalização é uma unidade lexical, conseguimos uma lista imensa de unidades derivadas por meio de processo de transformação gramatical - sufixação, por exemplo - tendo a língua portuguesa como referência; quando propomos que a nominalização é derivada de processos gramaticais, dizemos, geralmente, que ela é derivada dos verbos que lhe são correspondentes. Com essa proposta, precisaríamos estabelecer uma ordem de transformação ou derivação e dizer que há categorias gramaticais mais

primitivas que outras. A própria nominalização não permite essa generalização, pois há nominalizações que não são derivadas de verbo algum, tais como "queda" e "vontade"; o sintagma nominal que contenha uma construção possessiva com nominalização tem dupla orientação: pode estar no caso subjetivo ou no caso objetivo, por exemplo em: "a foto de Cathérine Deneuve" (ela é a fotografada ou a fotógrafa?), ou "a foto de Sebastião Salgado" (ele é o fotógrafo ou o fotografado?). Neste último caso (ambiguidade ligada à diátese), informações culturais, quer dizer, condicionadas, desambiguizam mas não fornecem explicações formais e mais profundas, quer dizer, explicações que dizem respeito à linguagem e não a uma língua e a uma cultura específicas.

A asserção, ou o contexto encaixante que contém uma nominalização, é fundamental para atribuição de valores à nominalização. No exemplo já citado "A construção está dando trabalho aos engenheiros", são as marcas aspecto-modais "está+ndo" que permitem atribuir o valor predicativo a "a construção". Neste último caso, percebemos que não são as unidades com valor determinados que se relacionam, mas a relação das unidades que gera os valores. Se há geração de valores, é possível obter vários valores ou vários enunciados em relação parafrástica, podemos propor também a existência de um nível de construção anterior, indeterminado e plástico, sobre o qual as operações de determinação irão atuar. Podemos chamar esses níveis anteriores, pré-construídos formalmente, de níveis assertivo e categorial zero.

7.2.1. Análises estática ou classificatória e dinâmica ou operatória

A nominalização é um fenômeno gramatical que não tem visibilidade dentro da Teoria das operações predicativas enunciativas, na qual este texto está apoiado. Para a teoria com a qual trabalhamos, que defende a tese da indeterminação da linguagem, a nominalização tem todas as características da "noção", conceito central dentro de tal reflexão. Pois a noção é pré-categorial e, portanto, anterior às categorias do nome e do verbo, e do léxico e da gramática; ela é altamente indeterminada e constitutivamente ambígua, e possui um potencial quantitativo e qualitativo. A noção

é dependente, para se determinar quantitativa e qualitativamente, de processos construtivos e das modalidades assertivas. Em síntese, a nominalização, para essa teoria, não se constitui em um problema a ser resolvido. Suas características fazem parte de todos os fenômenos gramaticais e são características centrais para essa teoria.

O problema central colocado pela nominalização é o da prioridade da expressão verbal das noções de processo em relação à expressão nominal. Na teoria das operações predicativas e enunciativas de Antoine Culioli, na qual este estudo está apoiado, uma noção não é nem verbal nem nominal. A noção é pré-categorial e pré-assertiva. Podemos colocar essa distinção como resultado de operações mais abstratas: a prioridade da operação de predicação ou função proposicional em relação ao que dela resulta (função designativa ou referencial).

Vários linguistas tentam explicar os dois valores (nominal e verbal) para uma mesma unidade lexical representada por uma nominalização. Assim, Tesnière (1959: 373) e Vendler (1968:11-82) chamam tais valores de nominalização fixa e não fixa, ou viva e completa e incompleta, respectivamente. Preferimos manter, em nossas análises, nominalização nominal e nominalização verbal, apesar da redundância da primeira expressão.

Quando estudamos a nominalização com a reflexão da Teoria das operações predicativas e enunciativas, encontramos, na maioria dos exemplos com nominalização, o projeto de construção da noção, e não a noção construída e polarizada. Desse modo, o contexto imediato (direita e esquerda) dos nossos enunciados com nominalização apresenta marcas de modalidade e aspecto, e aponta para o terceiro valor como menciona Benveniste (tertium non datur). Podemos notar, na análise das nominalizações presentes nos enunciados abaixo, a presença de valores instáveis e não a polarização clássica entre valores verbal ou nominal.

7.2.2. Alguns exemplos analisados:

A melhor maneira de atacar "uma proposta" é demonstrar que ela não cumpre os objetivos propostos, evitando discutir em profundidade "a proposta" que se pretende defender.

"Uma proposta"- Temos uma nominalização com valor misto. A marca modal "atacar", que significa impedir alguém ou alguma coisa de ter existência, antecede uma proposta. Desse modo, força a não existência da representação para a qual remete a nominalização e a orienta para um valor predicativo preponderante.

"A proposta"**-** A marca modal "evitando", que antecede "discutir em profundidade aproposta"orienta também "a proposta" para um valor predicativo preponderante.

Não é difícil, por exemplo, mostrar que um Sivam desenvolvido localmente não é capaz de, rapidamente, controlar "contrabando e tráfico de drogas", um dos objetivos anunciados para o programa. Um sistema comprado também não consegue.

"ø Contrabando e ø tráfico"**-** Temos duas nominalizações com valores mistos. A marca modal "ser capaz de controlar", que significa "não deixar ser" orienta em direção à não existência da representação e ao seu valor predicativo. Ao contrário, a marca modal "não ser capaz decontrolar", acompanhada da marca aspectual "rapidamente", significa "deixar ser" e orienta a representação, para a qual remete a nominalização, à sua existência e ao seu valor nominal.

Afinal, os Estados Unidos, com todo "o seu poderio" econômico e tecnológico, não conseguem impedir que uma enorme quantidade de drogas entre em seu território, uma boa parte por via aérea, por uma região muito menor e com topografia mais favorável à detecção do que a Amazônia.

"O poderio(todo o seu poderio)" - Essa nominalização remete para o alto grau da noção. O valor nominal da noção, dado pelo seu alto grau, está sendo destruído em direção ao seu valor predicativo ou à sua anulação em conseqüência da marca modal "não conseguir impedir".

Boa parte das drogas entra por uma região menor e com uma topografia mais favorável "àdetecção"do que a Amazônia.

"A detecção" - Temos um valor misto. A marca modal "favorável" orienta a representação da nominalização em direção à sua existência e ao seu valor nominal.

O máximo que o Sivam conseguirá é aumentar um pouco "o custo" dos traficantes.

"O custo" - O valor nominal está levemente orientado em direção ao valor predicativo em razão das marcas de aspecto "máximo", "aumentar", "um pouco" e da marca de modalidade "conseguir". A noção "custo" é sempre custo de alguma coisa. O aumento do custo é apreciado negativamente. Esse fato conduz à inexistência do objeto cujo custo é aumentado, no caso, o tráfico.

8. Considerações finais ou como a teoria condiciona a análise.

Nós obtemos quase sempre, com as nominalizações, processos inacabados que não são assumidos, que são projetados para o futuro (ver, nos exemplos analisados, a presença do infinitivo) e apresentam dificuldades para chegar a bom termo. A organização das forças enunciativas nas construções com nominalizações está em curso e, desse modo, essas forças não apresentam nem orientação nem direção claras.

No contexto da ocorrência da nominalização, as marcas de modalidade e de aspecto são numerosas, como se pode constatar nos exemplos analisados. Para a modalidade, temos: atacar, evitar, impedir, controlar, ser favorável, conseguir. Para o aspecto, temos: máximo, rapidamente, um pouco, aumentar.

Quando optamos pela teoria das operações predicativas e enunciativas e por estudar não importa qual construção gramatical, chegamos sempre, por caminhos diferentes, a conclusões semelhantes. Será necessário, pois, interrogar se a nominalização não teria todas as características da noção (conceito central na teoria). Elas, a nominalização mas também a noção, são altamente indeterminadas, oscilam entre os valores verbais e nominais, entre processos qualitativos e quantitativos, articulam o léxico e a gramática para obter os seus valores e esboçam projetos de construção da representação que apresentam uma ambiguidade fundamental.

Referências

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes. v. 2, 1989.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation.* Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation.* Formalisation et opérations de repérage. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999 (a).

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999 (b).

_____ *A propos de la notion*. In: RIVIERE,C.e GROUSSIER , M.L. (orgs.) *La Notion*. Paris: Ophrys,1997, p.9-24.

FRANCHI, C*. Criatividade e Gramática*. CENP - Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, 1991.

FUCHS, C. *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997.

REZENDE, L. M. *Relatives et notions constitutives de la principale*. In: GROUSSIER, M. L.; RIVIÈRE, C. (Org.). *La notion.* Ophrys: Paris, 1997. p.223-228.

--------. *A indeterminação da linguagem: léxico e gramática*. In: Alfa, 44, 349-362, 2000.

_____. *Operações da linguagem e algumas construções nominais*. In: Alfa, 46, 111-127, 2002.

_____. *A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais.* In: Estudos Linguísticos, XXXII, CD-ROM, 2003(a).

_____. *Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais*. In: Alfa, 47-2, 21-39, 2003(b).

_____. Língua e linguagem: um estudo sobre a nominalização. In: Rezende, Letícia Marcondes; Massini-Cagliari, Gladis; Bertucci, Juliana Barbosa (org.). O que são língua e linguagem para os linguistas. *Trilhas Linguísticas*, 13, Araraquara: Cultura Acadêmica, 143-167, 2007(a).

_____. Nominalização e Valores referenciais. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 36, n. 1. In: http://gel.org.br/4publica-estudos-2007/sistema06/25.PDF (2008 01 31), 2007(b).

_____ . Nominalização: operações predicativas e enunciativas. Estudos Linguísticos, São Paulo, v.37, n.1, p.131-140, 2008. In: http://www.estudoslinguisticos.gel.org.br. Acesso em: 24/07/2008.

TESNIERE, L. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1965.

VENDLER, Z. *Adjectives and nominalizations*. Paris: The Hague, 1968.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

QUANDO O *EU* ENUNCIA: A INSTAURAÇÃO DO SILÊNCIO

Luciana Vargas Ronsani
Universidade Federal de Santa Maria

Considerações iniciais

"É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem" (BENVENISTE, 2005, p. 285). As idas e vindas até a região do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, trouxeram vários questionamentos relacionados às questões linguísticas percebidas neste espaço de enunciação. Os sujeitos, pertencentes a essa região, quando estão entre familiares e/ou vizinhos falam em língua alemã, mas, quando há um sujeito que não fala esta língua, eles falam em língua portuguesa. Para compreender esta situação enunciativa, investigamos como o processo de intervenção linguística, resultante da implementação de uma política linguística de intervenção na escola, após o Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, modificou a relação de alguns sujeitos, pertencentes à Vila Santa Catarina, com as línguas alemã e portuguesa.

A política linguística a qual nos referimos é a evidenciada no recorte abaixo:

> Art. 85. **Em todas as escolas rurais do país**, o ensino de qualquer matéria **será ministrado em português**, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.
> § 1º As escolas a que se refere este artigo **serão sempre regidas por brasileiros natos**.
> § 2º Nelas **não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze** (14) anos.
> § 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.
> § 4º Nos programas do curso primário e **secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil**.
> § 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.
> Art. 86. Nas zonas rurais do país **não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira**, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.
> Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. (**Grifo nosso**)

Também, interpretamos como se configura a situação discursiva que contém as formas linguísticas *eu/tu/ele*, conforme definição benvenistiana, que, a nosso ver, está atravessada pelos efeitos de sentido dessa política linguística. Para tanto, formulamos um questionário com a intenção de compreender o porquê de alguns sujeitos pertencentes a esta comunidade enunciarem ora em língua alemã, ora em língua portuguesa. O questionário, elaborado com perguntas fechadas, não alcançou o objetivo supracitado. Sendo assim, reorganizamos a forma de coleta escolhendo a entrevista, por ser esta menos estruturada e por oportunizar uma conversa mais informal com os entrevistados, diminuindo a possível artificialidade do diálogo que pretendíamos estabelecer com sujeitos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas em dois contextos familiares na forma de rodas de conversa, pois estas possibilitam a troca de relatos/experiências. A fim de cumprir com o nosso objetivo, selecionamos algumas destas entrevistas, as quais compõem o *corpus* de análise, que nos

possibilitaram interpretar a produção de sentidos no silenciamento da língua alemã. Entrevistamos quatro sujeitos, com idade entre 24 a 90, que vivem ou já viveram na comunidade da Vila Santa Catarina/RS. Para a realização desta pesquisa, trouxemos para o ensejo as concepções de alguns teóricos, como Ferdinand de Saussure, porque dá sistematização aos estudos que têm como objeto a língua, e Émile Benveniste, pois introduz o sujeito nos estudos da linguística em uma época em que não se interessavam por essa problemática. Mais ainda, dialogamos com vários autores, entre eles, Eduardo Guimarães, que define o espaço de enunciação, com o propósito de compreender como a política linguística supracitada modifica a relação do sujeito com a (s) língua (s). Como já descrevemos, a relação *eu/tu/ele* é definida por Émile Benveniste (2005). O autor define que *eu* é a pessoa que fala uma língua, é quem instaura a instância de discurso que contém *eu*. *Tu* é para quem *eu* fala. A presença de um *tu* é que constitui a relação intersubjetiva. Lembrando que *eu* é signo móvel, isto é, a qualquer momento o *tu* pode se apropriar do aparelho formal da enunciação e ser o *eu* da enunciação. A não-pessoa *ele* é de quem se fala ou do que se refere, ou seja, é referência objetiva. Assim, o que pretendemos nas análises foi entender o que a forma *ele*, ou seus substituintes (re) significa (m) nos dizeres dos sujeitos entrevistados que constituem um espaço de enunciação diferenciado. Para tanto, primeiramente, evidenciamos as sequências enunciativas e as estruturamos em organogramas que contemplam as formas *eu/tu/ele*, levando em consideração que a referência objetiva (*ele*) seria mais valorizada no decorrer das análises, pois entendemos que o sujeito é constituído por já-ditos, isto é, ele não é dono do seu dizer, por isso quando fala de alguém ou algo, pode ecoar sentidos que se repetem quando ele se apropria de uma língua e não outra.

1 Um gesto de análise

A partir de uma perspectiva enunciativa e considerando os conceitos da Análise de Discurso, silêncio e interdiscurso, recortamos duas (2) sequências enunciativas nas quais comparecem as pessoas eu/tu e, principalmente, a referência objetiva ele. Estas sequências constituem-se de um conjunto de dizeres recortados de uma

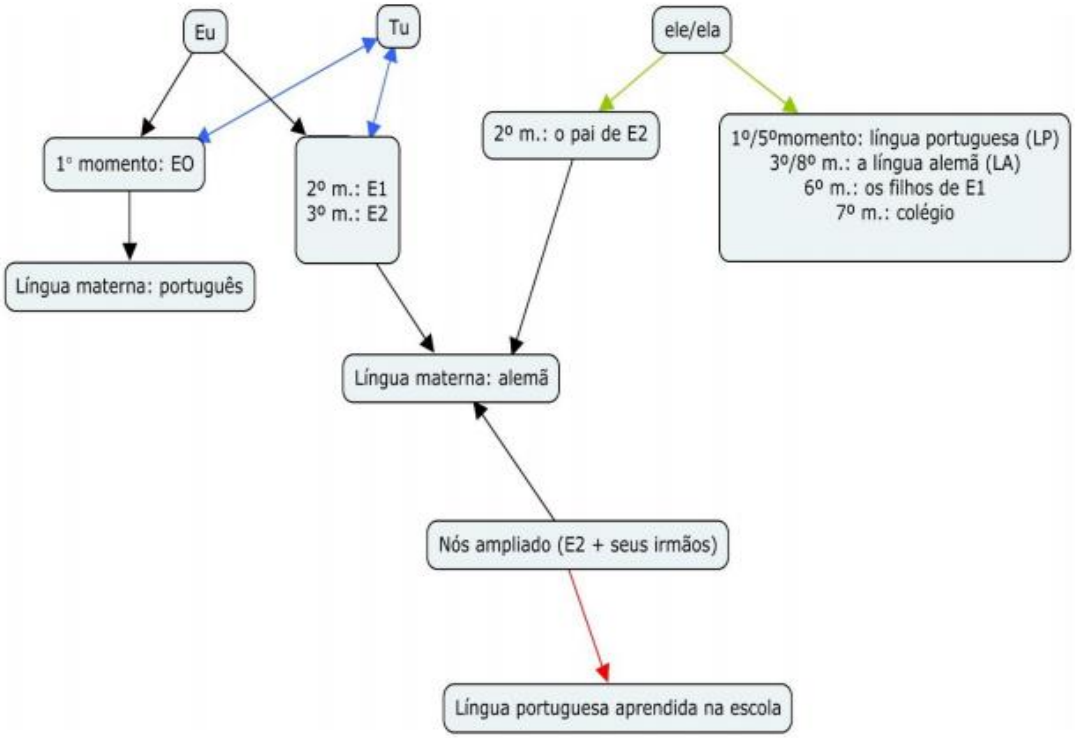
entrevista, realizada na forma de roda de conversa, na qual participaram quatro sujeitos, entre eles: E0 (quem entrevista – língua materna português), E1 (entrevistado 1, língua materna alemã), E2 (entrevistado 2, língua materna alemã). Para compreender o movimento analítico, organizamos as sequências enunciativas em organogramas, pois estes nos permitem representar, de forma gráfica, a distribuição dos papéis em cenas enunciativas constituídas por eu/tu/ele. Além disso, eles evidenciam, de uma maneira mais clara, quem é o eu que enuncia, para quem enuncia e sobre o que enuncia. Ao realizar as análises das sequências enunciativas de E0, E1, E2, E3 e E4, trouxemos à baila os efeitos de sentido da interdição linguística realizada na conjuntura do Estado Novo.

Sequência enunciativa 1[1]:

E0: Como foi a relação com a língua portuguesa nos tempos da escola?
E1: o pai **não aprendeu nada em português na aula, só o alemão**.
E2: ela está dizendo que nunca... ela não sabia falar em português. E quando os filhos eram grandes... **quando nós fomos para o colégio**, **nós não devia mais falar alemão**.

Organograma da distribuição dos papéis:

[1] E0: quem entrevista, 28 anos; E1: 84 anos; E2: 51 anos.



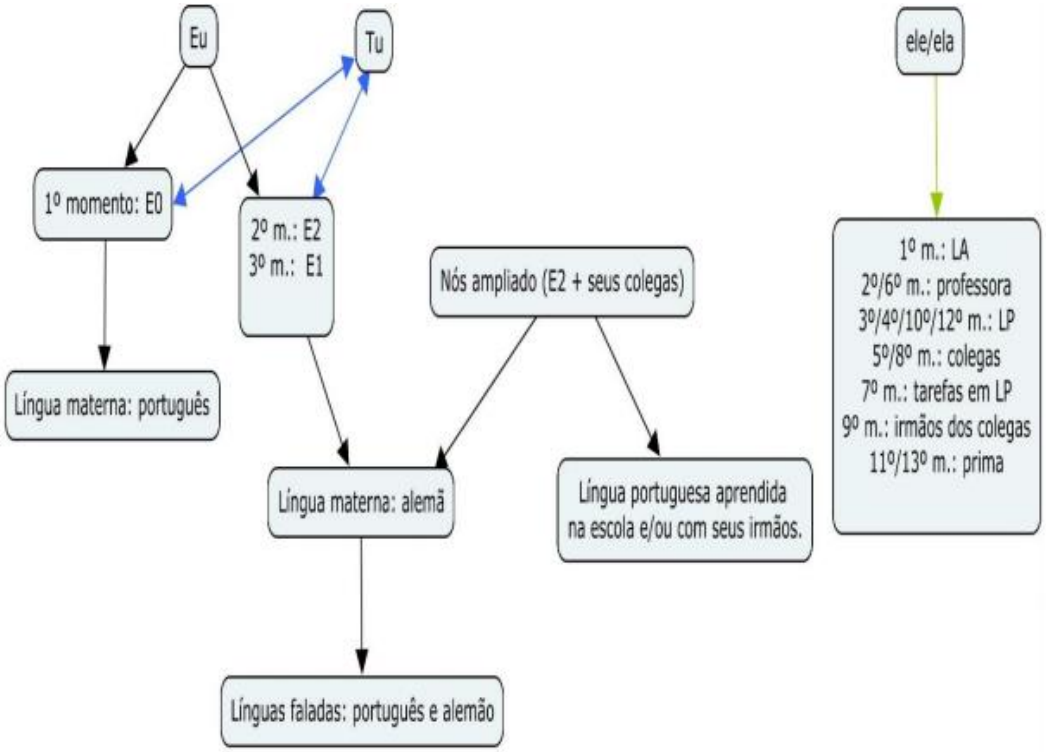
Nessa sequência discursiva, E0 é o sujeito que enuncia a instância de discurso que contém eu, estabelecendo uma relação de intersubjetividade com E1 e E2. O pai – ele - (que já faleceu) da Entrevistada 1 (E1) tem como língua materna a alemã (ela) e na escola também a aprendeu. Nesse caso, a língua que constitui este sujeito e o que significa no mundo, sobretudo fora da escola, é a mesma de instrução na escola. Como é uma roda de conversa, a filha (E2) – ela - da E1 interrompe a fala de sua mãe e se coloca como – eu – na instância de discurso. Ela se apropria do aparelho formal da enunciação, pois a forma eué intercambiável na enunciação. Nesse sentido, E1 instaura os interlocutores E0 e E2 e esclarece que sua mãe não sabia falar português, ou seja, sua língua materna é a alemã. Na enunciação outros sentidos surgem como, por exemplo, quando ela e seus irmãos iam à escola, eles não deveriam falar em alemão, indicando que foi uma orientação de sua mãe. Compreendemos que são três momentos da enunciação bem definidos: o primeiro em que na época de seu (E1) pai, provavelmente em meados de 1900, a língua materna era a mesma língua falada e aprendida em contexto escolar; o segundo momento, aproximadamente em 1938, a língua materna é a alemã, todavia há uma interferência dentro da escola “ela não sabia falar em português”, ela é a E1. Inferindo que há duas línguas circulando

naquele espaço de enunciação. E um terceiro momento, provavelmente em 1970, em que havia a circulação dentro da instituição de ensino outros efeitos de sentido de silenciamento das línguas. E1 revela que o silenciamento de sua língua é efeito do reforço do nacionalismo, ou seja, a conjuntura da Ditadura Militar não proíbe o sujeito falar em língua alemã, mas permanece cultuando a ideia de que o sentimento de pertença ao Estado-nação se dá pela língua, portanto havia nesse período muito reforço da nacionalidade, de amor à pátria, destacando-se um ensino da língua portuguesa em uma perspectiva muito normativa. E evidentemente seguia sendo a língua promovida com maior ênfase no sistema escolar. Pois "quando nós fomos para o colégio, nós não devia mais falar alemão". Aferimos, nesse último caso, que a escola também era neste período uma reprodução da estrutura militar, uma forma de controle, no sentido de aparelhar toda a escola com rituais militares (culto à bandeira, cantar o Hino Nacional, alfabetização obrigatória e exclusiva em língua portuguesa) para que ela assegurasse a identidade nacional e se fechasse para tudo o que fosse cultura externa. Com efeito, o pai de E1 e sua filha, E2, tinham/têm como língua materna o alemão, entretanto em diferentes momentos a língua circulou de maneira distinta: primeiro ela circulou como língua de alfabetização (para o pai de E1), segundo e terceiro momento, a língua alemã não circulou no ambiente escolar, visto que foi interditada. Nesse caso, antes do Decreto-Lei 406/1938, que tornava obrigatório o ensino de língua portuguesa em ambientes escolares, a língua alemã circulava sem nenhuma interdição; já com a implementação do Decreto-Lei dentro da escola, através da gestão educacional, percebe-se que os efeitos de sentido são da ordem do silenciamento da língua que vai do E1 ao E2.

Sequência enunciativa 2:

E0: Mas por que vocês não poderiam falar alemão?
E2: o porquê eu não sei dizer... mas nós não devia falar o alemão e quem falava **tinha que escrever no caderno 100 vezes: "não devo falar em alemão"**.
Entrevistadora: mas isso a professora que pedia?
E2: **a professora**.
[...]
E0: a senhora em casa sempre falou em alemão e quando a senhora foi para a escola?
E2: sim!! Quando eu comecei **a ir para a escola que nós tínhamos que falar o português**. E muitas vezes tu deixava até de pedir uma coisa, uma questão que tu não entendia. Ai, eu não vou pedir porque se eu falar mal o português vão rir de mim, ou não sei, né!
E0: mas todos os seus colegas falavam em alemão?
E2: sim! **Todos falavam**.
E0: e a professora em português?
E2: em português.
E0: ela não deixava nem realizar tarefas?
Entrevistada 2: **não! Não!**
E1: **dava castigo! Dava castigo!**
E2: eu tinha colegas que os irmãos mais velhos eles sabiam falar o português. Então, eles já vinham para o colégio sabendo o português. E como nós, dai eu sempre ficava com minha prima, porque **ela sabia falar melhor o português e eu ficava mais perto dela**. Ela era uma mãe para mim, né!

Organograma da distribuição dos papéis 2:



Na situação discursiva 2, percebemos que em um primeiro momento E0 – eu – falante de língua portuguesa questiona se, dentro da escola, os alunos – eles poderiam falar em língua alemã. Logo E2 apropria-se da língua portuguesa, pois eu é um signo único, mas móvel e instaura sua posição de sujeito na linguagem respondendo: “nós não devia falar o alemão e quem falava tinha que escrever no caderno 100 vezes não devo falar em alemão”.

Com efeito, compreendemos que a língua alemã foi fortemente coibida dentro do contexto escolar “não devo falar em alemão”. Em um segundo momento, E2 – eu - nos relata que sentava perto de sua prima para, possivelmente, ter alguém ao seu lado que soubesse “falar melhor o português”, já que E2 não entendia nada. Neste caso, é possível identificar que a língua alemã, segundo a formação sócio histórica da Vila Santa Catarina, é a língua do meio familiar, a língua de comunicação do lugar, a que identifica a moradora e sua prima (tu participa da cena enunciativa e constitui a intersubjetividade) como inscritas na mesma formação discursiva28 “uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 42).

Nesse caso, as primas e, possivelmente, todos os colegas “nós tínhamos que falar o português” quase não falavam a língua portuguesa, porém “as palavras falam com outras palavras. Toda a palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes que se alojam na memória” (ORLANDI, 2012, p. 43). Assim, aferimos que, por estarem (eles – alunos) inscritos em uma única formação discursiva, eles sofreram com os efeitos da interdição que o Estado implicitamente impôs através de uma política linguística (Decreto-Lei n.406/1938) (ela representante do estado – professora) aos falantes da língua alemã. Ou seja, na conjuntura do Estado Novo, se não falava português, não pertencia ao Brasil. O Estado, através da escola, silenciava a língua alemã.

Em outro segmento enunciativo, E1 (eu) rememora a violência simbólica sofrida na escola por E2: “dava castigo! Dava castigo!”. Aqui, “castigo” pode significar a interdição da língua alemã através de atitudes humilhantes, no sentido de punição. Punir para interditar. Falar em alemão, na época, seria como falar errado, a língua não é aceita pelo Estado brasileiro (ele) e, nesse caso, pela escola (ela) enquanto instituição do Estado. A nacionalização da língua portuguesa está muito bem

representada pela palavra “castigo” que foi dado pela professora (ela), falante de português. Conforme Orlandi (2012, p.43), a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve se dito.

Nessa ótica, E2 - eu - projeta e se inclui na cena enunciativa, dando uma ideia de coletividade “Todos falavam” (nós ampliado-alunos), marca a posição de não pessoa (ele/ela – aquele de quem se fala, logo: professora/escola/Estado). Ela, professora, também tem um lugar na sociedade, lugar este que representa a circulação da língua portuguesa nos espaços escolares, pois, como já mencionamos, há efeitos de sentido produzidos por duas conjunturas, uma em especial, do Estado Novo, na qual havia uma orientação ao nacionalismo linguístico outra, da Ditadura Militar, na qual se incentivava o patriotismo, amor à pátria e à língua portuguesa. Ambas conjunturas contribuíram na cultura monolíngue do Brasil.

Considerações Finais

Através das análises, consideramos que, na conjuntura do Estado Novo, a língua portuguesa, através do aparelho ideológico do Estado, a escola, circulou de modo obrigatório nos espaços escolares que, por sua vez, produziu efeitos no modo como se constituiu e se constitui ainda hoje os espaços de enunciação quando sujeitos descendentes de imigrantes alemães são divididos pelas duas línguas e se significam por esta divisão. Nesse sentido, os efeitos da interdição linguística são materializados quando o sujeito silencia sua língua materna e se significa em língua portuguesa. Os efeitos do silenciamento da língua alemã foram analisados via organogramas, quando compareceram as referências objetivas: professora, colégio, língua portuguesa, etc., pois estas ressoam na memória dos sujeitos entrevistados. Como exemplo de silenciamento, a forma professora enunciada 8 vezes pelos sujeitos, representa a materialização da política do silêncio instaurada pela ideologia dominante (conjuntura do Estado Novo). Esse efeito, simbolicamente, ecoa na memória dos entrevistados como alguém, falante de português, que interditou a língua materna. Nessa ótica, a

escola, lugar da obrigatoriedade de aprender a língua portuguesa, era também um lugar de produção de uma violência simbólica, sobretudo por que fez o sujeito se dividir em duas línguas, forçosamente. Com isso, os efeitos da interdição linguística do Estado Novo são rememorados quando os sujeitos (re) significam as formas professora/colégio/língua portuguesa/castigo, etc. Essas formas se semantizam na/pela

língua quando os sujeitos silenciam a língua materna e se significam em língua portuguesa. Por fim, compreendemos que os efeitos de sentido da interdição linguística do Estado Novo (1937 a 1945) são materializados na figura do entrevistador, falante de português. Na lógica, quando o entrevistador se apropria da língua portuguesa, consequentemente, instaura um *tu* falante de português (sujeitos entrevistados), mas este *tu* só revela a intersubjetividade na linguagem, pois está constituído por uma língua que não a materna (alemã). Ou seja, evidentemente, a língua portuguesa quando enunciada pelo entrevistador carrega os efeitos de sentido produzidos pela política do silêncio e, dessa forma, silencia a língua materna dos sujeitos entrevistados. Mais ainda, quando o *Eu*, signo único, mas móvel, apropria-se do aparelho formal da língua portuguesa (entrevistador, por exemplo) e enuncia sua posição de sujeito na instância de discurso que contém *eu*, representa simbolicamente todas as referências objetivas que rememoram os efeitos da política linguística implementada no Estado Novo. Assim, quando o *eu* enuncia em língua portuguesa são materializadas as referências objetivas a *ele* instaurando, no espaço de enunciação constituído pela fala dos moradores da Vila Santa Catarina/RS, sujeitos dessa pesquisa, a divisão desigual das línguas e significando o silenciamento.

Referências

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 406, de 04.05.1938*. In Lex- Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex Ed. Ltda,1938.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

A HIPÓTESE DOS MEMES NO DISCURSO RELIGIOSO SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS ENUNCIATIVOS

Clauton de Rezende
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Luciani Dalmaschio
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho é tentar estabelecer uma aproximação entre a hipótese dos memes, proposta pelo biólogo Richard Dawkins (1976), e os estudos linguísticos, com base principal em texto de Eduardo Guimarães (2011) sobre o que ele chama de enunciação ritualizada. Mas por que fazer essa relação?

Um dos principais pontos a se relatar sobre a associação que se faz aqui, entre a Linguagem e a Biologia, está na afirmação inicial do segundo parágrafo do capítulo 11 do livro de Dawkins, onde o autor diz que "quase tudo que é incomum no homem pode ser resumido em uma palavra: 'cultura'" (DAWKINS, 1976, p.325). E, utilizando a mesma linha de raciocínio, diz que "a transmissão cultural é análoga à transmissão genética no sentido de que, embora seja basicamente conservadora, pode originar um tipo de evolução". Diz ainda que "a língua parece 'evoluir' por meios não genéticos e a uma velocidade muito superior à da evolução genética." (DAWKINS, 1976, p.325).

Richard Dawkins tenta encontrar uma forma de explicar como língua e cultura[1] evoluem, pois, de acordo com a citação acima, as teorias genéticas e darwinistas não podem ser aplicadas ao avanço cultural, mas elas podem ajudar a entender, por meio de analogias, características da linguagem humana.

---

1 O autor de *O Gene Egoísta* não especifica qual é a definição de "cultura" presente no seu livro. Mas na página 327, ele cita, como exemplos, "a moda no vestuário e na dieta, as cerimônias e os costumes". Por tal razão, este trabalho usa a definição sociológica da palavra.

Sendo assim, este trabalho passará a explicitar alguns conceitos referentes à teoria dos memes e aos pressupostos enunciativos de modo a tentar estabelecer uma relação entre essas duas perspectivas teóricas.

1 O QUE SÃO MEMES?

Uma definição sintética de meme seria "unidade de transmissão cultural". Quando o biólogo Richard Dawkins (1976) criou o termo, associou-o à palavra "gene", pois o conceito de meme partiu da necessidade de encontrar essa "unidade de imitação" que não é possível de ser explicada pelas ciências naturais, associando essa imitação às cópias que os genes fazem de si no processo da seleção natural.

> Precisamos de um nome para o novo replicador, um substantivo que transmita a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação. "Mimeme" provém de uma raiz grega adequada, mas quero um monossílabo que soe um pouco como "gene". Espero que meus amigos helenistas me perdoem se eu abreviar mimeme para meme. Se servir como consolo, pode-se, alternativamente, pensar que a palavra está relacionada a "memória", ou à palavra francesa même. (DAWKINS, 1976, p.329).

Nessa mesma linha de análise, o autor pergunta "afinal de contas, o que os genes têm de tão especial?" (DAWKINS, 1976, p.329).

> A resposta é que eles são replicadores. (….) O gene, a molécula de DNA, por acaso é a entidade replicadora mais comum em nosso planeta. Poderá haver outras. Se houver, desde que certas outras condições sejam satisfeitas, elas quase inevitavelmente tenderão a tornarem-se a base de um processo evolutivo. (….) Mas temos que ir para mundos distantes a fim de encontrar outros tipos de replicadores e outros tipos resultantes de evolução? Acho que um novo tipo de replicador recentemente surgiu nestepróprio planeta. Ele está nos encarando de frente. Ainda está em sua infância, vagueando desajeitadamente num caldo primordial, mas já está conseguindo uma mudança evolutiva a uma velocidade que deixa o velho gene muito atrás. O novo caldo é o caldo da cultura humana. (DAWKINS, 1976, p.329).

E dentro desse novo caldo estão os memes como replicadores. Os genes transmitem informação através da meiose, "selecionando", entre os alelos, as características que sobreviverão na próxima geração. Os alelos podem ser comparados ao eixo paradigmático da língua, proposto por Saussure. Explicando de uma forma simplificada – pois seria impossível descrever aqui toda a complexidade

que envolve a transmissão genética – entre as características possíveis de serem replicadas no indivíduo que está sendo gerado, a partir de duas alternativas, uma enviada pela mãe, outra pelo pai, apenas uma sobreviverá nesse novo indivíduo. O mesmo acontece na língua quando temos todo o acervo lexical à nossa disposição e escolhemos, a partir de várias opções que se encaixam no contexto, qual palavra será usada na frase, em oposição às outras que também fariam sentido. Se alguém diz "Eu consigo cozinhar igual a você" ou "Eu posso cozinhar igual a você", a relação paradigmática estabelecida entre "consigo" e "posso" seria como aquela entre os alelos na transmissão genética. Os memes carregam esse mesmo tipo de relação. Se duas ou mais formas de se encarar a existência humana "se encontram" no dia a dia de determinada pessoa, ela "escolhe" uma. Essa escolha nem sempre poderá ser vista como voluntária. Depende do "fundo" que, nesse caso, tem a ver com todo o histórico que tal pessoa carrega desde o seu nascimento. Quando se fala em cultura, tem que se ter em mente que ela envolve outras pessoas que se relacionam com essa em questão, também em um lugar específico, que influencia suas ações, em um tempo específico, que influencia os valores mais aceitos. Todos esses elementos que formam a cultura vão determinar as "escolhas" de uma pessoa. Esses elementos externos seriam o "fundo". Já as ações, ideologias e crenças adotadas por influência desse meio, seriam os memes.

> Exemplos de memes são melodias, ideias, *slogans,* modas do vestuário, maneiras de fazer potes ou de construir arcos. Da mesma forma como os genes se propagam no "fundo" pulando de corpo para corpo através dos espermatozoides ou dos óvulos, da mesma maneira os memes propagam-se no "fundo" de memes pulando de cérebro para cérebro por meio de um processo que pode ser chamado, no sentido amplo, de imitação. (DAWKINS, 1976, p.330).

A partir desses exemplos, uma palavra que não deve ser ignorada é "imitação". Muito do comportamento humano se dá dessa forma. Os filhos tendem a imitar os pais quando estão aprendendo com eles. Depois de adultos, é observável que isso continua acontecendo em vários aspectos. Se um indivíduo vê algo de útil no comportamento alheio – algo no vocabulário, para citar um exemplo – pode ser que adote para si.

Richard Dawkins fala algo sobre isso quando diz que “se um cientista ouve ou lê uma ideia boa ele a transmite a seus colegas e alunos. Ele a menciona em seus artigos e conferências. Se a ideia pegar, pode-se dizer que ela propaga a si mesma, espalhando-se de cérebro para cérebro” (DAWKINS, 1976, p.330). Depois, complementa com um exemplo de um colega:

> Os memes devem ser considerados como estruturas vivas, não apenas metafórica, mas tecnicamente. Quando você planta um meme fértil em minha mente, você literalmente parasita meu cérebro, transformando-o num veículo para a propagação do meme, exatamente como um vírus pode parasitar o mecanismo genético de uma célula hospedeira. E isto não é apenas uma maneira de falar – o meme, por exemplo, para “crença numa vida após a morte” é, de fato, realizado fisicamente, milhões de vezes, como uma estrutura nos sistemas nervosos dos homens, individualmente, por todo o mundo. (DAWKINS, 1976, p.330).

Esse é, aliás, um ponto forte que motivou este trabalho. Ainda que não fique explícito no livro que originou a ideia sobre memes, o biólogo menciona em entrevistas e palestras mais recentes que a religião é um espaço em que sua “teoria” pode ser mais fortemente percebida. Além dele, outros pesquisadores, de outras áreas do conhecimento, adotaram esse conceito dos memes e usaram-no também tendo a religião como esse espaço em que se pode notá-lo facilmente.

Antes de terminar essa discussão inicial, é necessário fazer algumas observações. Dawkins, quando formula a ideia sobre os memes, passa a impressão de que pode estar querendo criar uma teoria. Porém, como sua ideia começou a se espalhar – e até mesmo a virar uma teoria em alguns espaços de conhecimento – ele se viu obrigado a esclarecer que ela teve, como propósito inicial, mostrar que poderiam existir outras formas de “unidades replicadoras” diferentes dos genes – em outros planetas, por exemplo – e que, caso existissem, elas também poderiam se replicar automaticamente, independente da vontade do “hospedeiro” e, dentro dessa hipótese, isso poderia gerar um tipo de processo evolutivo, com as mesmas características darwinistas.

Deve ficar claro que Richard Dawkins escreve seus livros como uma forma de divulgar o conhecimento científico para leigos e ele é elogiado pontualmente nesse aspecto de conseguir criar metáforas e usar uma linguagem clara o suficiente para atingir esse objetivo. Durante um discurso feito na *Hudson Union Society*, em Nova

York, no ano de 2013, o biólogo reafirmou que a hipótese sobre os memes foi um recurso didático para aproximar os leigos da ideia de cópias de informação que os genes fazem de si no processo de seleção natural. De acordo com Dawkins, a comparação poderia ser relacionada a um vírus de computador, mas na época em que escreveu o livro, 1976, os computadores não eram tão populares. Então, ele decidiu fazer uma metáfora usando a transmissão de elementos culturais, tais como música, gírias ou acessórios de moda, e a ideia acabou fazendo sentido para muitos pesquisadores de áreas relacionadas à cultura humana que a adotaram em seus trabalhos.

Assim, este trabalho não tem a intenção de usar os memes como uma teoria (ainda que o autor tenha usado esse termo em seu livro), mas adotar essa nomenclatura e suas definições de funcionamento para identificar pontos de encontro entre essa perspectiva e o acontecimento linguístico que se dá durante a prática das orações católicas. Para fins de análise, utilizaremos o viés teórico assumido pela semântica da enunciação.

2 OS MEMES SOB O OLHAR ENUNCIATIVO

A ideia da existência de uma entidade que nos observa e avalia nossas ações aqui na Terra faz parte do contexto religioso. Mesmo que essa ideia seja usada, em alguns casos, como independente desse contexto – como no panteísmo – ainda é mantida, em grande escala na nossa cultura, vinculada às várias igrejas e religiões cristãs.

No entanto, como este trabalho toma como *corpus* de análise uma oração característica da Igreja Católica (o “Credo”), torna-se necessário deixar claro que ele se atém a esse espaço. Outro aspecto importante a ser salientado é que este trabalho não tem a intenção de discorrer sobre diferentes possibilidades de crenças e existências metafísicas. A noção de Deus é apenas importante para que, em nossas análises, possa ser tratado o caráter diferenciado da enunciação no espaço religioso. Dessa forma, quando a figura de Deus for citada neste trabalho, tratar-se-á do Deus

da religião católica, exceto nas situações em que for explicitada uma abrangência maior para a constituição Divina.

Como dito anteriormente, as noções sobre a enunciação no espaço religioso serão ancoradas no texto “O credo e a enunciação ritualizada” de Eduardo Guimarães (2011). Tal referência deve-se à visão diferenciada que o autor dá a esse tipo de enunciação, se comparada a outros tipos estudados. Para Guimarães, as orações, por se tratarem de textos que se recitam como um modo de enunciá-los novamente, devem ser vistas de uma forma particular.

A Igreja Católica é repleta de simbologias. Os fiéis acreditam, por exemplo, que recebem bênçãos ao tocar nas imagens que representam os seus santos. Além dessas imagens, toda a missa envolve objetos que carregam simbologias e exercem um papel muito importante nas celebrações (o turíbulo, o cálice, o sacrário, o ostensório etc). Incluem-se, ainda, no acervo simbólico católico, frases e expressões carregadas de sentido (como maior exemplo, a expressão “amém”) e gestos, como o “sinal da cruz” e o ato de levantar os braços durante a oração do “Pai Nosso”.

Fato equivalente acontece com a oração. Dessa forma, entendemos que se torna possível a verificação de uma possível aproximação desse tipo de texto com a visão que o biólogo Richard Dawkins apresentou sobre a “unidade de transmissão cultural”. Estaríamos, diante, portanto, de um enunciado linguístico que funcionaria como meme dentro do espaço religioso.

Todo o aparato simbólico da religião católica pode ser encarado como “sagrado”. Todavia, por ser uma das religiões mais antigas do mundo, muitas vezes os seus costumes foram alterados ao longo do tempo e isso faz com que nem sempre essa sacralidade consiga ser explicada pelos seus adeptos. Independente disso, mesmo esses costumes com origem desconhecida são muito carregados de sentido para os católicos.

> Considere a ideia de Deus. Não sabemos como ela se originou no ‘fundo’ de memes. Provavelmente originou-se muitas vezes por “mutação” independente. De qualquer forma, ela é realmente muito antiga. Como se replica? Pela palavra escrita e falada, auxiliada por música e arte estupendas. (DAWKINS, 1976, p.331).

Ou seja, a ideia de Deus é fortalecida por todo o acervo artístico remetido a ela ao longo da história. De certa forma, pode-se dizer que, se acaso nos propuséssemos

a omitir a Igreja Católica da descrição dos fatos históricos, seria quase impossível contar a história. A Igreja Católica e Deus estão atrelados ao e indissociáveis do processo de evolução sociocultural.

Repetir orações faz parte do ritual católico. Ainda que haja várias versões, dizer as palavras que compõem as orações carrega um sentido para o católico. Mesmo que fossem rezadas, até hoje, em Latim, o sentido estaria presente, pois se trata "de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico." (GUIMARÃES, 2002, p.11).

Quando Eduardo Guimarães demonstra, em *O credo e a enunciação ritualizada*, as várias versões da oração "Credo" ao longo da história ou em diferentes situações, conclui que as partes retiradas ou resumidas da oração não influenciam no seu sentido final. Segundo ele, é exatamente "por dizer a oração" que o locutor-fiel "manifesta sua crença". Ele escreve que "do ponto de vista da enunciação da oração, a versão usada não afeta em nada sua performatividade. O locutor-fiel continua manifestando sua crença em Deus, e dizendo-lhe isto". (GUIMARÃES, 2011, p.105).

Um aspecto importante que corrobora a independência da oração em relação à versão em que ela é expressa é a sua universalidade linguística. Ou seja, houve um tempo em que as celebrações católicas eram realizadas em sua totalidade em Latim. Com o tempo, depois do Concílio Vaticano II, passaram a ser realizadas na língua de cada país. No entanto, o que se pode concluir a partir disso é que o caráter histórico como elemento enunciativo não foi perdido com a mudança da língua.

> As formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. Deste modo, deve-se considerar que a língua tem em si a memória desta história, ou seja, a língua carrega na sua estrutura as marcas de seu passado. (GUIMARÃES, 1996, p.27).

Sendo assim, ao ser enunciada por um locutor-fiel, pode-se dizer que a oração traz uma "bagagem histórica" que a significa, mesmo que se tenha mudado a forma e, principalmente, a língua em que ela é rezada.

> A prática de rezar se faz numa língua, latim (houve tempo em que certas celebrações só se faziam em Latim), numa língua nacional e oficial moderna (português, espanhol, Italiano, inglês, etc), em outras línguas não oficiais,

> nem nacionais, como uma língua indígena brasileira, etc. Do ponto de vista da oração, ela se apresenta como independente desta língua. Ao ser tomado, na cena enunciativa, pelo lugar social de locutor-fiel, isso é feito num espaço de enunciação específico, o fiel fala em português, ou em francês…. mas isto não aparece como significando nada na oração. Isto significa a oração como uma relação direta do fiel com Deus, e nesta relação o humano, a história humana não é significada como constitutiva da relação de enunciação. Assim a oração pode ser considerada como enunciada de um lugar de dizer universal, de um enunciador universal. (GUIMARÃES, 2011, p.102).

Os memes seriam, de acordo com a proposta deste trabalho, os grandes responsáveis pelo sucesso do agenciamento que acontece durante a enunciação ritualizada. As orações são imitadas pelos fiéis católicos desde a infância. Eles aprendem a rezar com os pais e, mais do que isso, eles dizem que creem antes mesmo de aprenderem a falar. A criança, durante o batismo, “diz” que crê em Deus por intermédio do padrinho ou madrinha (são eles que dizem, no lugar da criança, pois ela ainda não fala). Se a ideia de Deus não tivesse um valor de sobrevivência tão alto, isso se perderia com o passar dos anos, na vida de grande parte dos adultos, até que se extinguisse seu valor no “fundo” de memes que compõem a cultura humana.

> Por que tem um valor de sobrevivência tão alto? Lembre-se que “valor de sobrevivência” aqui não significa valor para um gene no “fundo”, mas valor para um meme num “fundo” de memes. A pergunta realmente significa: o que há com a ideia de um deus que lhe dá estabilidade e penetração no ambiente cultural? O valor de sobrevivência do meme para deus no “fundo” resulta de sua grande atração psicológica. Ele fornece uma resposta superficialmente plausível para questões profundas e perturbadoras a respeito da existência. Ele sugere que as injustiças neste mundo talvez possam ser corrigidas no próximo. Os “braços eternos” oferecem uma proteção contra nossas próprias deficiências, a qual, como o placebo do médico, não é menos eficiente por ser imaginária. Essas são algumas das razões pelas quais a ideia de Deus é copiada tão facilmente por gerações sucessivas de cérebros individuais. Deu existe, mesmo se apenas sob a forma de um meme com alto valor de sobrevivência ou de poder infectante no ambiente fornecido pela cultura humana. (DAWKINS, 1976, p.331).

O engajamento da pessoa como cristão acontece, então, graças ao meme Deus, pois ele carrega um valor cultural que envolve respostas para questões existenciais, além de suporte artístico e histórico. Um adulto, na Igreja Católica, diz que crê, pela performatividade do “Credo”, graças a um agenciamento feito por padrinhos para ele enquanto (ele) criança. No entanto, se o meme Deus não tivesse toda a importância que lhe é característica no “fundo” da cultura humana, ele não sobreviveria a muitas gerações, já que sua performatividade tem que ser feita,

primeiro, por um adulto, que não mais creria e, portanto, não assumiria o “engajamento encomendado”.

Portanto, a noção de memes se mostra muito convincente quando vista, também, pelo viés da enunciação de orações (“oração” no sentido religioso). A enunciação de uma oração que é dita de várias formas diferentes ao longo da história, incluindo uma língua que o locutor-fiel não entende, e sobrevive durante várias gerações, deixa uma lacuna em relação ao porquê de seu funcionamento. Essa lacuna é preenchida pela noção dos memes. Uma oração carrega, em si, o fato de que ela faz parte de uma categoria “especial” na cultura humana. São os memes que tornam essa categoria especial. Os ritos, orações, símbolos, costumes e doutrinação que formam todo esse complexo especial de memes que constituem o ambiente religioso são fundamentais para que se dê o ato de fala no qual a pessoa se engaja como cristão. Sem os memes, “pulando de cérebro em cérebro” (DAWKINS, 1976), esse engajamento poderia perder sua importância no curso da história.

3 UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

A celebração da fé católica é a Missa. Nela estão presentes os já mencionados “Pai Nosso” e o “Creio”, além de outras orações dos católicos. A missa como um todo é um diálogo entre o padre e os fiéis. No entanto, todo esse diálogo acontece intermediado pelo semanário litúrgico – um folheto que é distribuído na entrada da igreja, no momento em que os fiéis chegam ao local.

No semanário litúrgico, o padre é identificado com a abreviação “pres.” (presidente) e o fiel como “ass.” (assembleia). Consta, portanto, na própria definição que é dada ao fiel nesse folheto, que ele faz parte de um todo; não é único. No dicionário “Michaelis” encontram-se as seguintes definições para o termo assembleia: “(***éi***) ***sf***(***fr assemblée***) **1** Reunião de muitas pessoas para determinado fim. **2** Corporação, sociedade.”. Essas definições remetem ao sentido geral da palavra, mas há, ainda no verbete em questão, uma definição mais específica sobre o assunto aqui tratado: “***A. dos fiéis:*** a Igreja Católica.”

O fiel católico, portanto, é agenciado pela Liturgia da Igreja a responder como igreja o que a Igreja quer que ele responda. Deve-se, no entanto, deixar claro que o termo “igreja católica” significa, para a própria Igreja, não somente a instituição em si, com todo o seu poder histórico. O termo também pode significar uma espécie de coletivo (no sentido gramatical) para “o povo que professa a fé católica”. Então, quando o dicionário traz o significado de “Assembleia dos fiéis” como “Igreja Católica”, ele está definindo que a Igreja é formada pelo povo que com ela compartilha sua fé. Dito de outra forma, não é o povo falando em nome da instituição, mas falando em nome de um grupo que compartilha as mesmas ideias.

Tudo que se vê hoje numa celebração católica – e até mesmo no discurso dos religiosos fora do ambiente físico de oração – remete à forma que a Igreja Católica estabeleceu que assim fosse na atualidade. O curioso, no entanto, é que os católicos não condenam as mudanças e o avanço dos ensinamentos da religião numa direção aos tempos modernos. Pelo contrário. Os católicos, muitas vezes, mesmo achando necessário que todos estejam vinculados à sua crença (ou, no mínimo, a uma crença em Deus), ainda discutem muitas questões sobre as quais, segundo eles, a Igreja deveria mudar o seu olhar e seu julgamento. Naturalmente, essa demanda dos fiéis corresponde aos valores de cada época.

Hoje, por exemplo, apesar de ainda haver muita resistência por parte de alguns líderes religiosos sobre a aceitação dos homossexuais (e outras denominações de gênero), parte dos fiéis pensam que a postura oficial da Igreja deve mudar em relação ao assunto, de modo a aceitar as diferentes formas de relacionamento existentes. Contudo, essa demanda dos fiéis gera uma questão interessante. Qual o sentido de permanecer participante de uma assembleia que não compartilha mais dos seus interesses?

Isso nos retorna ao texto de Guimarães, onde ele diz que o locutor-Deus diz que X, o locutor-Igreja diz que Y, e o locutor-fiel diz que Y para o alocutário-Deus porque o poder interpretativo da Igreja faz com que Y corresponda a X. Ainda de acordo com o que diz Eduardo Guimarães no texto estudado, a enunciação da Igreja é o acontecimento em que versões diferentes de um X ao longo da história (x1, x2...xn) podem ser igualadas e autorizadas pela Instituição.

O que os fiéis desejam, então, é um consentimento; uma permissão divina para que continuem vivendo de acordo com aquilo que o mundo moderno lhes exige. Como a Igreja é uma instituição muito antiga, é normal que os valores atuais não correspondam aos valores por ela pregados. Para solucionar esse conflito, em vez de abandonar a Igreja, eles pleiteiam essa mudança do valor de X. A razão para a escolha dessa opção em oposição à outra, que seria o abandono de sua fé, talvez seja o fato de essa fé não é facilmente mutável, pois ela envolve, segundo Richard Dawkins (1976), uma resposta para questões existenciais. A fé não pode ser comparada a uma outra ideia qualquer que, dependendo do conhecimento adquirido ao longo dos anos, pode se extinguir facilmente no indivíduo ou modificar-se para uma ideia oposta à inicial. A fé possui esse caráter de uma ideia universal ou, de acordo com Guimarães (2011), de um dizer universal. A maioria dos religiosos não consegue se imaginar sem fé diante do mundo, pois ela é a base de sua vivência; o alicerce. Perder a fé em Deus é, para a maioria dos religiosos, perder aquilo que estabelece os valores morais que garantem o bom convívio entre os seres humanos. Além disso, é como se a vida "terrena" perdesse o seu propósito e seu "futuro sentido da salvação". É por isso que é imprescindível para o fiel que a Igreja adote, para X, o valor pleiteado, pois ele significará, daí em diante, o valor dito pelo locutor-Deus. O valor de X é mutável; as relações humanas são mutáveis; o que era pecaminoso e mal visto sob o olhar de Deus é mutável. Mas a fé não pode mudar para um estado de "não-fé". O primordial de tudo acaba sendo "ter fé". E todos os outros valores devem ser mudados e ajustados para que a fé continue existindo. Deus, por intermédio da Igreja, passa a dizer o que o fiel espera que ele diga. Tudo acaba sendo transformado em favor de uma única performatividade: o engajamento da pessoa como cristão; como fiel.

Voltando o olhar para a celebração que manifesta o "ser cristão" que é a Missa, também ela se desenvolve em torno dessa performatividade. Durante a Missa, o papel do fiel (identificado como "assembleia") é reproduzir o que está indicado para ele no semanário litúrgico. Como mencionado no primeiro parágrafo deste tópico, o que é dito pelo fiel são respostas a um diálogo com o padre (presidente) quase todo o tempo.

A expressão "amém", talvez a mais comum entre os cristãos, está presente em grande parte das orações que são rezadas na Missa (Ato penitencial, Profissão de fé, Oração sobre as oferendas, entre outros). Ela sintetiza a performatividade de "ser

cristão", pois, apesar de haver controvérsias sobre o seu significado, a maioria a interpreta como uma confirmação daquilo que, naquele momento, acabou de ser dito. Portanto, mesmo que na língua original (hebraico) a expressão "amém" tenha outro sentido, a cena enunciativa construída pelo acontecimento da língua na celebração católica a transforma em algo próprio dessa cena, com sentido próprio, a ponto de até mesmo ser difícil recuperar seu sentido inicial fora da língua de origem.

Outra oração presente no acervo dos católicos e que pode ser vista como carregada de um sentido próprio da enunciação, ou seja, construído pela história de repetidas enunciações, é a "Salve Rainha".

A "Salve Rainha" tem como uma característica marcante um vocabulário pouco convencional. Um exemplo disso está no trecho "a vós bradamos, os degredados filhos de Eva" ou na expressão "eia" em "eia, pois, advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei", construções linguísticas pouco comuns hoje na língua portuguesa, semelhantes ao que acontece com o Hino Nacional Brasileiro. A estranheza causada por esses versos pode estar vinculada à evolução natural da língua, que, nesses casos citados, parecia ainda possuir resquícios de sua raiz de Portugal. Mesmo assim, a "Salve Rainha" cumpre o seu funcionamento linguístico que é de que o locutor-fiel manifeste sua crença em Maria, mãe de Jesus. Ou seja, ao rezá-la, não importa a compreensão ou não do sentido "real" de suas palavras, mas sim de afirmar, como católico, a crença em Maria.

4 PALAVRAS FINAIS

Faz parte dos fundamentos da linguística moderna que se iniciou com Saussure a noção de que a língua evolui pelo uso e, dessa forma, os falantes não têm total controle sobre as mudanças que nela ocorre. E é daí que vem o conceito de que a língua é viva – o que, de certa forma, remete a evolução linguística aos moldes darwinianos da seleção natural. Assim como o darwinismo, a evolução que se dá na língua e linguagem não pode ser vista com julgamentos maniqueístas, mas precisa ser percebida de forma natural. Por aproximação, podemos dizer que da mesma forma que o "fundo" de genes determina as características que vão ser copiadas para a

próxima geração, todo o ambiente social que envolve uma comunidade de falantes determina as formas linguísticas que se sobressaem e se espalham.

A hipótese dos memes, mesmo sendo, a princípio, puramente metafórica, oferece uma intrigante conexão com alguns estudos da linguagem, pois ela também leva em conta que todo o valor histórico e cultural, manifestado em uma época, influencia nas ideias que serão passadas à próxima geração. Além disso, propõe que essa transmissão de ideias não é feita por escolha dos indivíduos, mas por meio de uma adaptação natural que tais ideias possuem com sua geração. É o meio em que uma ideia nasce que determina a sua sobrevivência ou não. E se uma ideia sobrevive, não significa que nela exista algum valor importante ou positivo para a cultura humana. Assim como um vírus é capaz de causar uma mutação genética que poderá ser transmitida à próxima geração e a outras subsequentes, uma ideia ruim também pode se propagar em um meio (um fundo) que seja propício para que isso aconteça. Ver a transmissão cultural por esse ângulo ajuda a entender períodos históricos como a época em que a escravidão era vista como normal – e escravos em fuga eram noticiados nos jornais com recompensa oferecida a quem os encontrassem – ou entender o porquê de ser tão difícil mudar conceitos na sociedade, para citar exemplos.

Os memes, portanto, ajudam a entender como o discurso religioso, ainda que mude com o tempo, continua fazendo sentido para seus fiéis. O sentido presente nas palavras não parece ser o mais importante nas orações dos religiosos. É o ato de se dirigir a Deus e a Maria que é importante. Dirigir a palavra a Deus ou Maria significa, por si só, antes mesmo do conteúdo das orações, afirmar-se como cristão. Independente da prática do que se prega ou do significado daquilo que se diz, o sentido das orações reside em um valor cultural, passado de geração em geração e de pais e padrinhos para filhos, de que é importante dizer “eu tenho fé” ou “eu acredito em Deus”.

REFERÊNCIAS

DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

GUIMARÃES, E. Enunciação, língua, memória. *Revista da Anpoll*, nº 2, 1996. p.27-33.

_____. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação: Pontes, 2002.

_____. *Análise de Texto*: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=assembleia> Acesso em: 02 nov. 2015.

ENUNCIAÇÃO E NOMINALIDADE

Luiz Francisco Dias
UFMG

Introdução

Os estudos em semântica da enunciação que temos desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos da Enunciação (ENUNCIAR), da Universidade Federal de Minas Gerais, nos últimos anos, adquirem uma especificidade. Trata-se de uma abordagem enunciativa das relações linguísticas. Essa abordagem se caracteriza pela busca de razões semânticas, de natureza especificamente enunciativa, para as articulações entre formas linguísticas na constituição de unidades gramaticais.

No presente texto, abordamos as articulações que constituem a unidade nominal. Nessa direção, apresentamos razões enunciativas da constituição do nome substantivo e do grupo nominal, particularmente, os grupos nominais constituídos pelo substantivo determinado por adjetivos.

Para isso, esboçaremos uma visão resumida da concepção enunciativa da nominalidade, no âmbito da qual serão concebidas as articulações que definem as unidades nominais. A seguir, apresentaremos aspectos das articulações subnominais, as quais sustentam uma das dimensões da unidade nominal. Logo após, abordaremos traços das articulações internominais, formadoras dos grupos nominais.

A abordagem é permeada por um conceito de ordem teórico-metodológica: formação nominal. Além disso, os fatos linguísticos abordados, no que se refere aos procedimentos de análise, são analisados com o suporte do conceito de rede enunciativa.

1. A nominalidade: aspectos iniciais

A nominalidade é um termo que, na nossa perspectiva, define o potencial temático dos nomes, grupos nominais e pronomes. Numa maneira esquemática, poderíamos dizer que essas três categorias podem funcionar como temas num esquema de formulação do seguinte tipo:

X falou do(a)/dos(as) _____
X falou de _____

Esse esquema pode ser atualizado em enunciados do tipo:

(a) Carlos falou do tempo
(b) Maria falou dos dois carros quebrados
(c) João falou da vontade de comer caviar com rapadura
(d) Pedro falou de mim

Em (a), tomamos o nome singular (substantivo) 'tempo' como o tema da fala de Carlos. Observemos que não consideramos aqui o tema do enunciado, que poderia ser Carlos, dado que o locutor fala de Carlos, nessa frase. Em (b) e (c), os temas das falas de Maria e de João, respectivamente, são os grupos nominais "dois carros quebrados" e "vontade de comer caviar com rapadura", respectivamente. Já em (d), temos o pronome "mim" como tema da fala de Pedro.

O estudo da nominalidade numa abordagem da enunciação tem o compromisso de explicar a constituição das unidades nominais, do ponto de vista das razões enunciativas da sua existência na língua, como também as razões enunciativas das articulações que os nomes contraem internamente (no aspecto composicional e derivacional) e externamente a ele, na constituição dos grupos nominais.

No presente estudo, não vamos abordar a nominalidade constituída pelos pronomes.

Tendo em mente esse recorte, concebemos a unidade nominal em três dimensões, as quais participam da formação da unidade nominal dadas as suas especificidades enunciativas e formais. Em todas as dimensões, a articulação adquire um papel essencial.

Na primeira dimensão da unidade nominal, exploramos a hipótese de que enunciados articulados determinam a existência dos nomes na língua. Não se trata de uma análise etimológica do nome, mas das razões enunciativas para a sua estabilização como unidade temática. Denominamos **articulações subnominais**

essas relações que motivam a constituição de um nome, produzindo consequentemente o fundamento para a sua entrada no léxico de uma língua.

A segunda dimensão das unidades nominais está relacionada com a sua potencialidade de agregar duas unidades em uma (composição de palavras) ou agregar formantes a uma unidade no sentido de criar outras unidades (derivação). A morfologia estrutural trabalha nessa dimensão, particularmente no estudo dos processos de formação de palavras. Os estudos em semântica da enunciação apresentam um interesse nesses processos na medida em que ancoram a articulação desses formadores em razões de ordem enunciativa. Denominamos **articulações intranominais** a essas relações que constituem unidades nominais singulares a partir da união de formadores.

A terceira dimensão do estatuto de unidade nominal envolve as relações que as unidades singulares estabelecem com outras no sentido de constituir um grupo nominal. As abordagens convencionais da gramática tratam essas relações como uma sintagmatização de determinadores pré-nucleares e pós-nucleares voltados para um núcleo (substantivo). A abordagem da semântica da enunciação opera no sentido de abordar as motivações enunciativas das articulações que o nome contrai na constituição da unidade nominal complexa (grupo nominal). A essas relações que constituem grupos nominais denominamos **articulações internominais**.

No presente texto, vamos desenvolver aspectos básicos das articulações **subnominais** e das articulações **internominais**. As relações intranominais foram desenvolvidas em Dias (2018a), em alguns de seus traços.

2. Articulações subnominais da nominalidade

Em Dias (2015), tomamos como ponto de partida a tese segundo a qual os nomes são condensações de enunciados direcionados para uma temática. Sendo assim, eles nasceriam de enunciações direcionadas para uma percepção cognitiva e social.

Observemos situações comuns do cotidiano em que produzimos enunciados descritivos ou definidores: “humilhações e agressões sofridas pela fala de colegas” e “tecido branco e fino sem mangas que as mulheres da Grécia antiga usavam

envolvidas no corpo”. Esses enunciados descritivos fundamentam dois substantivos, “bullyng” e “peplo”, como podemos observar no esquema abaixo:

X falou sobre as humilhações e agressões sofridas pela fala de colegas

⬇

X falou sobre o bullying

X falou sobre aquele tecido branco e fino sem mangas que as mulheres da Grécia antiga usavam envolvidas no corpo

⬇

X falou sobre o peplo

Nesses casos, *bullying* e *peplo* são unidades nominais passíveis de condensação a partir de enunciados como esses. Não se trata de saber porque as entidades extralinguísticas têm um nome X ou Y, muito menos de saber o porquê de uma determinada nomeação. Do ponto de vista de uma abordagem enunciativa, trata-se de saber que há um cenário de constituição de sentidos que precede e motiva um nome. Nessa direção, a relação entre um nome e uma entidade ou situação designada não é direta. Um nome resume uma história enunciativa da percepção das entidades. Essa percepção das entidades e situações advém da constituição do seu sentido na história. A descrição dessa entidade já é efeito de um gesto de percepção de uma entidade ou situação, tendo passado por sua estabilização na história.

Pode ser que tenhamos uma percepção de uma situação, mas que não venha a se condensar num nome. Comparemos as duas ocorrências virtuais a seguir:

X falou sobre a ingestão de bebida alcóolica em grande quantidade

⬇

X falou sobre a bebedeira

X falou sobre a ingestão exagerada de chá

⬇

X falou sobre **(?)**

Dentre as duas situações, “bebedeira” constitui-se como pertinente para condensar a descrição em caráter extensivo, a saber, “ingestão de bebida alcóolica em grande quantidade”. Porém, na segunda situação, não temos uma unidade nominal socialmente pertinente para condensar a descrição extensiva “ingestão exagerada de chá” em uma unidade nominal. Embora ambas as situações tenham um caráter temático, isto é, podem ser objeto de uma fala, a segunda não adquiriu uma estabilização social, na relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa, ao ponto de se condensar em um nome.

Abordar a unidade nominal do ponto de vista da condensação de cenários enunciativos implica numa mudança de tratamento dessa unidade. Essa mudança envolve o investimento em uma terminologia que possa destacar esse caráter dinâmico, não só da constituição da unicidade nominal (substantivo), como também da constituição da nominalidade, isto é, do nome e dos seus determinantes, formando o grupo nominal (sintagma nominal). Essa mudança de terminologia recai na adoção do termo “formação nominal” (FN), numa concepção enunciativa.

Conforme apontamos em Dias (2018a, no prelo),

> formação nominal não designa nem o *produto* da constituição morfológica de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o *produto* de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma. Ao contrário, designa o *processo* de constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação.

Não se trata de negar a sua caracterização morfossintática. Com efeito, na constituição do conceito de FN, incorporamos a sustentação formal da nominalidade na construção de grupos nominais, a saber, o fator morfológico da atribuição de traços

de número e gênero pelo nome substantivo. No entanto, produzimos uma ênfase no caráter dinâmico da nominalidade. Em que consiste essa dinamicidade? É o que veremos a seguir.

Tomemos a palavra “célula”, concebida como uma unidade nominal. Quando o inglês Robert Hooke, no ano de 1665, observou detalhadamente uma fatia de cortiça, percebendo várias cavidades nela presentes, é provável que esse momento tenha sido marcado por perguntas, suposições, observações, sobre as formas e as espessuras delas, relações com outros tipos de cavidade, e assim por diante. Em suma, podemos supor um cenário de enunciações que, materializadas ou não em enunciados, estiveram direcionadas para algo que lhe pareceu ser mais do que cavidades (*pores*, em inglês). Certamente, para ele, havia ali especificidades, diferenças, que se podia supor de uma natureza diversa das cavidades comuns. Essa percepção não é desvinculada de enunciações, tendo em vista que estava em causa um objeto de enunciação diferente para aquilo que não eram exatamente simples cavidades ou poros, mas “lugares” que abrigaram corpos quando a peça de cortiça era parte de uma planta viva. Esse cenário de percepção, que é inexoravelmente um cenário de enunciações, de descrições nominais, se caracterizou por um espaço de diferenças, de especificações, de direcionamentos para algo ser um tema. Afinal, era preciso falar dele. E efetivamente, na obra *Micrographia*, Hooke (1665) apresenta um capítulo em que tematiza o que ele observou na lâmina de cortiça, incluindo-se aí a “célula”.

Poderíamos nos ater a uma informação de natureza diacrônica sobre o termo “célula”. Hooke, como conhecedor das línguas clássicas, sabia que o nome “célula” (*cell* em inglês), tinha como origem “cela pequena”, ou “quarto pequeno” na língua latina. No entanto, essa informação não é diretamente pertinente a uma análise enunciativa. O que é relevante são as concepções diferenciadoras de simples “poro” ou “cavidade”, tendo em vista o que ele percebia naquele cenário, em relação a um novo olhar sobre esses poros, capaz de mobilizar enunciados para uma temática convertida em nome: **célula**. As enunciações que eventualmente produziram o suporte para o nome “célula” se constituíram como um acontecimento de produção de sentido, concebido na relação entre aquilo que Hooke já tinha aprendido sobre seres vivos, cavidades, e aquilo que se apresentava no cenário da “descoberta”, no presente

das enunciações confluentes para o nome “célula”. Na abordagem enunciativa, dizemos que na constituição enunciativa do nome célula faz parte um referencial histórico, constituído nos discursos sobre seres vivos e cavidades em que Hooke se filiou e uma pertinência enunciativa, concebida na tematização que invoca o nome ‘célula’ como efeito de uma “adequação”. Juntos, esse referencial e essa pertinência constituem os fundamentos da formação nominal. A FN possui capacidade temática capaz de condensar as enunciações em um domínio de mobilização do nome **célula**. Assim, enunciar a existência de “microporos” como resultados de “habitats” de “microcorpos” constitui a base temática para a existência social da unidade nominal “célula” no cenário enunciativo de Hooke no século XVII. Nesse cenário enunciativo, enunciados descritivos e definidores sobre o “habitat” de seres minúsculos, formam as bases da condensação do nome.

Por sua vez, no século XIX, Theodor Schwann e Matthias Schleiden participam de um cenário de enunciações diferente. Schleiden desenvolvia uma compreensão da fisiologia das plantas, um enfoque de percepção dos vegetais diferente do enfoque classificatório, então predominante, e Schwann buscava uma compreensão paralela desse foco, observando os tecidos dos animais (AUDESIRK; AUDESIRK; BYERS, 2010). Esse cenário de enunciações propiciou uma nova pertinência para o nome “célula”, agora como sustentação da vida. Ancorados no referencial histórico da própria morfologia dos organismos vivos, a unidade nominal “célula” se renova, sustentada numa teoria específica, não mais ancorada na relação com a cavidade em que “habitava”, como concebida no século XVII por Hooke, mas na relação com a estrutura e organização dos seres vivos. Nesse outro cenário enunciativo, enunciados descritivos e definidores sobre a estruturação dos seres vivos é que constituem as bases da condensação de um nome. Nesse caso, não se cria um novo nome, refunda-se o nome “célula” já existente.

Dessa maneira, as enunciações que se sobressaem dessa percepção estão configuradas como uma *teoria celular*, e é a confluência dessas enunciações que constituem a FN condensada no nome “célula” até a atualidade. Então, quando se tematiza a estrutura e a organização dos seres vivos, constitui-se um domínio de mobilização em termos da fisiologia celular, conduzindo o nome “célula” como uma das unidades de condensação socialmente estabilizadas e prontas para representar

aquilo que esse domínio de mobilização enunciativa produziu no âmbito da Biologia. O nome célula adquire assim um estatuto de pertinência enunciativa para a ciência moderna, isto é, o nome ganha um lugar de enunciação socialmente abalizado na biologia. Dessa maneira, ele pode se constituir como tópico de estudos nas escolas, por exemplo, e pode ser tematizado nas aulas dos professores de ciências ("O professor de biologia falou sobre a célula, dizendo que...").

Por meio do exposto, buscamos levantar razões enunciativas que sustentariam a existência do nome "célula". Nessa dimensão da unidade nominal, as articulações subnominais que fundamentaram o nome, sustentando-o enquanto termo pertinente ao campo de estudos da vida biológica, se desenvolveriam de maneira a propiciar uma condensação de descrições definidas em uma unidade nominal "célula". Obviamente, não temos condições de conjecturar sobre os termos das descrições definidas que foram eventualmente formuladas, mas acreditamos poder traçar contornos de prováveis cenários para a formulação de enunciados descritivos, especulativos, os quais, em articulação, sustentaram uma condensação em unidade nominal socialmente pertinente.

Vejamos a seguir, na dimensão das articulações internominais, como o nome célula contrai articulações em um cenário escolar.

3. Articulações internominais:

Enquanto tópico de estudos, portanto, tema das unidades constitutivas do funcionamento orgânico dos seres vivos, a célula foi objeto de palestra do neurobiologista Roberto Lent numa escola de ensino fundamental no Brasil. Observamos a experiência dele com o uso do termo "célula nervosa", como sinônimo de neurônio.

> Certa vez, vivi na prática a experiência de falar sobre neurociência para crianças. Naquela ocasião, percebi que elas não estavam entendendo nada. Foi há muitos anos, quando dei uma palestra na periferia de São Paulo, por um projeto chamado Cientista Vai à Escola. Eram crianças de 6, 7 anos. Depois de meia hora falando "célula nervosa para cá", "célula nervosa para lá", uma criança me perguntou: "Mas, tio, existe célula calma?" Percebi que tinha falado grego para as

> crianças e foi a partir dessa vivência que resolvi escrever um livro infantil. Assim criei “Aventuras de um neurônio lembrador”.[1]

Vejamos que a unidade nominal “célula” adquire duas diferentes expansões na FN: “célula nervosa” e “célula calma”. Consideramos, de acordo com Dias (2018b), que há nesses casos uma convergência de caráter adjetival voltada para a unidade nominal. Como abordar, de acordo com uma teoria da enunciação, as relações contraídas pelo convergente com sua base no âmbito de uma FN? Em Dias (2012), levantamos aspectos dessa articulação. O domínio mobilizador que explica a articulação entre base e convergente não é o mesmo do ponto de vista do palestrante e do aluno.

O palestrante, afetado pelo referencial da morfologia, tomava “nervosa” como uma especificação tipológica de célula. E, sendo assim, “nervosa” compõe uma unidade temática. A pertinência enunciativa da articulação com a base encontra-se na articulação de “nervosa” com célula, produzindo um efeito de denominação tipológica. Daí, podermos dizer que, do ponto de vista do palestrante:

Ele falava da célula nervosa, dizendo que....

A composição do grupo nominal configura uma FN em que o convergente ‘nervosa’ não é uma perspectiva com que se diz sobre a célula, mas uma parte do dizer sobre ela. Nessa direção, podemos vislumbrar uma possibilidade de completar a perspectiva projetada no resumo acima: “Ele falava da célula nervosa, dizendo que ela é diferente da célula muscular”.

Por sua vez, o aluno, afetado pela discursividade da movimentação, toma esse referencial de movimento como base para orientar a convergência de “nervosa” para a base, mobilizando efetivamente a perspectivação adjetival, isto é, mobilizando um modo de percepção da célula explicitado no convergente adjetival.

Ele fala da célula, dizendo que é nervosa

[1] Disponível em: <https://renorbio.org.br/portal/noticias/neurociencia-para-criancas.htm> Acesso em nov. 2017.

Nesse caso, ancora-se na convergência para tomá-la como **perspectiva de dizer**. Dessa maneira, “célula” aparece pertinente enunciativamente para o aluno na medida em que o convergente “nervosa” suscita outro convergente: “calma”. Podemos então supor um cenário enunciativo com a seguinte projeção de enunciação:

Ele fala da célula [que é] nervosa, mas não fala da célula [que é] calma

Como podemos observar, os cenários enunciativos ilustram uma mobilidade na relação entre o convergente e a base nominal no referencial que afeta o aluno. Não há, nesse caso, uma “composição denominativa” entre o convergente e a base, no sentido de se conceber “célula nervosa” como nome relativo a um quadro morfológico, como na visão do professor.

Quando dizemos que as unidades nominais são tomadas como formações nominais estamos dizendo que elas são parte das enunciações temáticas socialmente pertinentes. Analisemos agora com mais detalhes essa mobilidade na relação entre o convergente adjetivo e base nominal.

Em Dias (2012), apresentamos a diferença entre articulação por dependência e articulação por incidência, formulada por Guimarães (2009). Segundo ele, esses conceitos expressam duas maneiras pelas quais o locutor mantém relação com sua fala. Na articulação por dependência, “o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado.” (GUIMARÃES, 2009: 51). Por sua vez, na relação por incidência, “o acontecimento relaciona uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado.” (GUIMARÃES, 2009: 51).

No referido trabalho, apresentamos uma compreensão muito breve e, de certa maneira, superficial dos dois conceitos tendo em vista a diferença entre as construções nominais “marido ciumento” e “futuro marido”. Vamos desenvolver, de uma maneira mais consistente e clara, a diferença entre essas construções do ponto de vista enunciativo. Para isso, observemos uma rede virtual de enunciados em que esses sintagmas se constituem em temas:

Rede enunciativa 1: marido ciumento

a) Pedro falou sobre o **marido ciumento** de Sílvia, dizendo que ele não confia na esposa
b) Pedro falou sobre o **marido** de Sílvia, dizendo que ele é **ciumento**

Nessa rede enunciativa[2], tomamos "ciumento" como uma forma convergente, constituindo uma perspectivação do referente "marido". Dessa maneira, pelo adjetivo "ciumento", temos uma perspectiva de apreensão enunciativa do referente. A convergência do adjetivo na relação com o substantivo, sustentando a articulação, produz um efeito de agregar informação (ser ciumento) constituída em função do referente (marido) na FN. Sendo assim, enunciar a relação entre um referente e sua perspectivação contrai uma relação de dependência entre as duas formas linguísticas. Tendo em vista que se trata de uma perspectivação do referente, elaborada na enunciação, a constituição sintática do enunciado pode se dar por duas formas gramaticais. Vejamos:

Em (a), o convergente adjetival, na condição de perspectivador, é incorporado ao tema (falou sobre o marido ciumento). Nesse caso, a perspectivação é parte do referente tematizado. Por sua vez, em (b), o convergente adjetival funciona como um comentário (é ciumento) ao tema (falou sobre o marido). Sendo assim, a perspectivação é apresentada na constituição do enunciado, pois ela é parte de uma afirmação sobre o referente.

Algo diferente ocorre na segunda construção: "futuro marido". Vejamos a rede enunciativa elaborada no sentido de elucidar essa diferença.

Rede enunciativa 2: futuro marido

a) João falou sobre o **futuro marido** de Sílvia, dizendo que ele comprou um apartamento novo
b) João falou sobre o **marido** de Sílvia, dizendo que ele é futuro (?)

[2] Em Dias (2019), o conceito de **rede enunciativa** é apresentado como "uma técnica de demonstração das relações de sentido de um enunciado através de semelhança e diferença entre construções linguísticas".

Nesse caso, ainda ampliando a análise enunciativa publicada em Dias (2012), compreendemos que não há uma perspectiva de apreensão enunciativa do referente. Efetivamente, não se trata de agregação de informação constituída em função do referente. Ao contrário, trata-se da projeção de um referente, isto é, trata-se efetivamente da concepção enunciativa do referente. Efetivamente, *futuro* concebe a possibilidade de existir *marido* em um tempo posterior à formulação do enunciado. Aqui, o convergente adjetival participa de uma operação enunciativa de perspectivação, mas trata-se da constituição de uma perspectiva de interposição de um referente na cena, e não de um modo de compreender o referente no âmbito da cena (como vimos na rede enunciativa 1). Assim, o referente é interposto na cena como algo a existir no futuro. O referente é concebido e introduzido na cena da perspectiva temporal.

A articulação entre o convergente adjetival “futuro” e o substantivo “marido” não é explicada por uma compreensão do referente, isto é, “futuro” não informa efetivamente nada sofre o referente. Ele introduz ou projeta o referente na temporalidade futura. Sendo assim, podemos compreender que, diferentemente do apresentado na rede 1, a sintaxe vai restringir as possibilidades de posicionamento do convergente “futuro”. Ele precisa necessariamente estar articulado em adjunção ao substantivo “marido” dado que ele participa da temática projetando o referente. A ocorrência (b), na verdade, é virtual, tendo em vista que não é regularmente formulada (“o marido é futuro”), dado que situa “futuro” como comentário de marido. Como vimos acima, o convergente adjetival só pode ser comentário se articulado com o substantivo internamente na cena, construindo assim uma forma de organizar a cena, como em “marido é ciumento” (na posição de predicativo) em relação a “marido ciumento”, na posição de adjunto adnominal. As posições de predicativo e de adjunto adnominal são duas formas de organização da cena. Em “futuro marido”, não temos a alternativa de uma organização do tipo predicativa.

Em ambos os casos, a articulação é construída na enunciação.

No primeiro (marido ciumento), a cena constituída no enunciado abriga a perspectiva de apreensão do referente. Sendo assim, a relação de dependência entre as duas formas (substantivo e adjetivo) é interna à cena apresentada pela enunciação no enunciado. Dessa maneira, os dois enunciados da rede demonstram como

podemos variar a sintaxe da cena, o que permite ao convergente se situar tanto como adjunto adnominal (marido ciumento) ou predicativo (o marido é ciumento).

Por sua vez, no segundo caso (futuro marido), a perspectivação não ocorre internamente à cena, pois é projetada pela enunciação de modo a conceber o referente. Sendo assim, “futuro” concebe o referente (marido) na perspectiva temporal (aquele que será marido após a ocorrência presente do enunciado).

Sendo assim, diferenciamos as operações enunciativas de *apreender* o referente e de *conceber* o referente. Elas se constituem em dois modos de articulação entre o adjetivo e o substantivo. Dessa maneira, pelo conceito de formação nominal, somos capazes de compreender as articulações como construídas na enunciação. Na primeira visão de articulação, ela fundamenta uma apreensão do referente no âmbito da cena descrita pelo enunciado; na segunda visão de articulação, o referente é concebido/projetado de fora para dentro da cena. As implicações sintáticas dos dois modos de articulação são diferentes, como vimas nas duas redes enunciativas.

No texto já referido (DIAS, 2012), também analisamos, breve e superficialmente, o sintagma “candidatos limpos”. Vejamos duas redes enunciativas em que a primeira ocorrência dessa construção é efetiva e as duas seguintes (b, c) são virtuais, formuladas pelo pesquisador.

Rede enunciativa 3: candidatos limpos (i)

a) “vote num candidato limpo e justo”[3]
b) Tânia falou sobre **candidatos limpos**, dizendo que não foram judicialmente condenados
c) Tânia falou sobre **candidatos**, dizendo que são **limpos**

Rede enunciativa 4: candidatos limpos (ii)

a) “Político sujão não ganha eleição; candidato limpo respeita a cidade”[4]
b) Marina falou sobre **candidatos limpos**, dizendo que fazem sua campanha sem sujar a cidade
c) Marina falou sobre **candidatos**, dizendo que eles são limpos (?)

Na nossa abordagem, a relação articulatória entre o substantivo ‘candidatos’ e o convergente adjetival ‘limpos’ não é a mesma nas duas redes enunciativas. Observemos:

Na rede enunciativa 3, a sustentação da articulação reside na constituição enunciativa da cena, na medida em que “limpos” é um modo de apreender o referente “candidatos”. Com efeito, a limpeza de conduta é uma apreensão do candidato na cena descrita pelo enunciado. Sendo assim, a cena pode ser receber variação na sua descrição: em (b), o convergente adjetival “limpos” se situa sintaticamente como adjunto do substantivo “candidatos”, constituindo com ele o foco temático e, em (c), o convergente adjetival se situa sintaticamente como predicativo, formando um comentário voltado para o referente “candidatos” (candidatos são limpos). Trata-se, portanto, de uma perspectivação “interna” do referente no âmbito da cena, enunciativamente constituída.

Por outro lado, na rede enunciativa 4, temos um outro modo de articulação entre as duas formas linguísticas. Nesse caso, a articulação está sustentada por uma concepção/projeção do referente a partir de uma perspectivação “externa”. Nessa perspectivação externa, também constituída enunciativamente, “limpos” não evoca

[3] in: <http://www.hardmob.com.br/archive/index.php/t-43397.html>. Acesso em nov 2010.

[4] in: *Correio da Bahia*, Salvador, 2 out. 1998. Cad. Economia, p. 9.

limpeza de conduta do candidato, mas da campanha, no sentido de ser realizada mantendo a limpeza da cidade. Sendo assim, o convergente expressa a perspectiva de concepção de candidato em relação a sua campanha (candidatos de campanha limpa). A concepção de campanha é projetada no sintagma por meio da enunciação, e essa projeção é captada pelo conceito de formação nominal. Como não há a palavra 'campanha' no sintagma, concebido enquanto tessitura da formação nominal, o substantivo 'candidatos' agrega o convergente 'limpos', constituindo o foco temático. Nesse caso, a ocorrência (c) é pouco provável no sentido de comentário de "candidatos" (candidatos são limpos), visto que a perspectivação externa prejudica a variação sintática da constituição da cena.

Podemos trazer mais dois exemplos dessa diferença entre modos de articulação, os quais não foram abordados em Dias (2012).

No primeiro exemplo, também podemos formar duas redes enunciativas, sendo que a primeira ocorrência em cada uma delas é efetiva, e as outras duas são virtuais, construídas pelo pesquisador.

Rede enunciativa 5: bola comprida (i)

a) "(...) Depois, retire da bacia, dê uma ligeira amassada, faça uma **bola comprida**, faça um corte ao meio, coloque numa assadeira untada, cubra com o pano (...)[5]
b) Jânio falou sobre uma **bola comprida**, dizendo que foi feita com uma massa para fazer pão
c) Jânio falou sobre uma **bola** de massa, dizendo que ela fica **comprida**

Rede enunciativa 6: bola comprida (ii)

a) "(...) O plano se abre para um grande geral e Roberto Carlos enfia uma **bola comprida**, Ronaldo num jogo de corpo engana dois zagueiros alemães, domina a bola, (...)"[6]
b) Gaspar falou sobre uma **bola comprida**, dizendo que ela fez uma trajetória longa desde o chute do jogador Roberto Carlos
c) Gaspar falou sobre uma **bola**, dizendo que ela fica comprida (?)

[5] in: <http://www.soreceitas.com/receita/242/pao_sovado>. Acesso em set 2014.

[6] in: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1044453-EI6624,00.html>. Acesso em set 2014.

Observemos que, na rede enunciativa 5, temos a constituição enunciativa de uma cena em que o convergente ‘comprida’ constitui-se numa perspectivação interna da bola, apreendida a partir de uma ação de alongar um bolo de massa para pão. Sendo assim, podemos formular a cena de duas maneiras, resultando em construções sintáticas diferentes: a primeira, elaborada com a adjunção do convergente no substantivo ‘bola’; a segunda, na forma de comentário, tendo o convergente assumido como predicativo do sujeito.

Na rede enunciativa 6, temos uma interposição de perspectiva de conceber a bola tendo em vista a sua trajetória. Efetivamente, a trajetória da bola é que é comprida. Sendo assim, na medida em que não temos a palavra ‘trajetória’ para receber a convergência de “longa” o substantivo ‘bola’ precisa receber a articulação imediata do convergente ‘comprida’. Isso explica a falta de regularidade da ocorrência (c) no sentido de bola com trajetória comprida. Essa ocorrência seria regular se na cena alguém estivesse tratando de outro esporte, futebol americano, por exemplo, em que se joga com uma bola de forma alongada/oval.

No segundo exemplo, também podemos formar duas redes enunciativas, sendo que todas as ocorrências são virtuais, construídas pelo pesquisador

Rede enunciativa 7: candidato calvo

a) Dener falou sobre o **candidato calvo**, dizendo que ele se acostumou com a falta de cabelos
b) Dener falou sobre o **candidato**, dizendo que ele é **calvo**

Rede enunciativa 8: provável candidato

a) Carlos falou sobre o **provável candidato**, dizendo que ele ainda não foi escolhido pelo partido
b) Carlos falou sobre o **candidato**, dizendo que ele é provável(?)

Na rede enunciativa 7, a perspectiva apresentada pelo convergente ‘calvo’ participa da formação nominal de maneira a constituir uma apreensão do referente na cena. Trata-se de uma visão “interna” da sua constituição, proporcionando as duas

maneiras de formular essa cena: uma com a adjunção nominal e outra com a predicação nominal, introduzindo a perspectivação como comentário.

Por sua vez, na rede enunciativa 8, temos um outro modo de perspectivar o referente. Dessa vez, o convergente 'provável' interpõe na cena o candidato da perspectiva de um conjunto de enunciados anteriores ao enunciado atual apontando um referente como candidato:

- **L1: Talvez Pedro seja candidato**
- **L2: Pedro pensa em ser candidato**
- **L3: Acho que Pedro será candidato**
- **L4: ...**

Portanto, essa projeção de enunciados indicadores introduz o referente na cena. Sendo assim, o convergente 'provável' não pode perder o elo articulatório com o termo referente (candidato), pois é esse convergente que o introduz na cena (ocorrência "a"), perspectivando-o a partir de uma exterioridade/anterioridade enunciativa. Daí a falta de regularidade de (b).

Como vimos, muito além das relações sequenciais pré-nucleares e pós-nucleares que sustentam o conceito de sintagma nominal, as articulações que os nomes contraem com os convergentes adjetivais, concebidos no âmbito do conceito de formação nominal, num tratamento enunciativo, revelam uma complexidade na constituição dos grupos nominais, na medida em que os referentes são apreendidos ou concebidos em caráter explicativo, segundo razões enunciativas.

O nosso estudo aponta para uma aproximação entre os conceitos de Guimarães apresentados acima. Dessa maneira, a articulação por dependência, concebida por ele, corresponde ao modo de perspectivar o referente como apreensão. Por sua vez, a articulação por incidência corresponde ao modo de perspectivar o referente como concepção.

Considerações finais

A relação entre unidades é um dos fundamentos mais importantes de uma língua. Quando falamos, vinculamos formas, como sons, palavras e frases. Esses vínculos não ocorrem de maneira aleatória. O que motiva a vinculação das formas são

as relações de sentido. Tratamos dessas relações de sentido nas articulações que sustentam a nominalidade.

No que se refere às **articulações subnominais**, a análise semântica de "célula", concebida neste estudo como uma formação nominal, foi evidentemente parcial. Apesar de se constituir como uma amostra, pretendíamos configurar, ainda que resumidamente, uma abordagem da nominalidade pelo viés da semântica da enunciação. Por essa perspectiva, as unidades nominais são concebidas a partir de cenários de enunciação em que enunciados reais ou virtuais são mobilizados em direção a um ponto de percepção e de sustentação. O nome condensa esse cenário de enunciados descritivos ou definidores adquirindo funcionalidade na execução temática.

Quando às **articulações internominais**, defendemos a tese segundo a qual a visão sintagmática que rege o conceito de sintagma nominal não permite a compreensão daquela complexidade na articulação. O conceito de formação nominal capta a articulação na enunciação do grupo nominal observando-se as razões dessa articulação e não as relações de organicidade dos seus termos com objetivos comunicativos.

Por fim, podemos dizer que um estudo da nominalidade do ponto de vista da enunciação permite que compreendamos as articulações que fundam o nome, bem como as articulações contraídas pelo nome, como materializações do acontecimento da enunciação, na medida em que se fundamentam em referenciais históricos e em pertinências enunciativas no presente do enunciar.

Referências

AUDESIRK, T.; AUDESIRK, G.; BYERS, B. E. *Biology*: Life on Earth with Physiology. 9. ed. Pearson, 2010.

DIAS, L. F. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. *Web discursividade*, Campo Grande, n. 9, p. 1-10, 2012.

DIAS, L. F. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. *Polifonia* (UFMT), Cuiabá, v. 22, p. 11 - 31, 2015.

DIAS, L. F. Da composição nominal à formação nominal: forma linguística e enunciação. In: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. (orgs) *Uma vida pela linguagem*; homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018a (no prelo).

DIAS, L. F. Identificações do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. in: KARIM, T. M.; GUIMARÃES, E.; DIAS, L. F. (orgs). *Atlas dos nomes que dizem das Histórias das Cidades Brasileiras* - Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2). Campinas: Pontes, 2018b. (no prelo)

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n.1, p. 49-68, 2009.

HOOKE, R. *Micrographia: or some physiological descriptions of minute bodies made by magnifying glasses with observations and inquiries thereupon*. London: J. Martyn and J. Allestry, 1665.

O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO APOSTO NAS CARTAS DE CARLOTA JOAQUINA

Mara Lucia Martins Rodrigues
PPLG/UNEMAT

Introdução

Neste artigo propomos analisar o funcionamento semântico-enunciativo do aposto do nome próprio *Carlota Joaquina*nos recortes das cartas escritas pela própria Carlota (Locutor) ou remetidas a ela (Alocutário), extraídos da obra *Carlota Joaquina – Cartas Inéditas*, de Francisca L. Nogueira de Azevedo (2008), compreendendo que o nome próprio é uma constituição linguístico-histórica que estabelece uma relação de sentidos com outros nomes com os quais se relaciona num conjunto de textos.

Carlota Joaquina é o nome de uma instigante personalidade da história política de Portugal e do Brasil, que sobrevive no imaginário de pesquisadores, sobretudo daqueles que se dedicam especificamente a sua biografia. Carlota Joaquina Tereza Caetana Bourbon e Bourbon, filha primogênita do príncipe de Astúrias, Carlos IV, e da princesa parmense Maria Luísa, nasceu no Palácio de Aranjuez, e pouco antes de completar 10 anos, foi levada para Portugal e, anos depois, ao unir-se a D. João, pelo matrimônio, passa a ser nomeada *Carlota Joaquina Tereza Caetana Bourbon e Bragança*.

No papel de esposa de D. João e de futura rainha de Portugal, Carlota nunca deixou de se interessar pelas questões políticas de seu país, a Espanha. Por meio de cartas escritas e recebidas pela princesa, é possível delinear fatos, costumes e as relações políticas das Cortes portuguesa e espanhola, os quais eram pautados num jogo de interesses e intrigas. Nessas cartas, Carlota Joaquina apresenta-se como uma mulher com habilidades políticas, que busca intervir nas decisões políticas de Portugal e da Espanha, principalmente quando o seu país de origem é tomado por Napoleão Bonaparte.

Consideramos as cartas particulares e políticas formuladas e/ou recebidas por Carlota como textos constituídos de "enunciados que trazem certas marcações que indicam que eles se relacionam enquanto enunciados de um certo texto" e não de outro (GUIMARÃES, 2011, p. 22). Para a realização deste trabalho nos aportamos na Semântica do Acontecimento, que compreende o texto como "uma unidade de sentidos integrada por enunciados" (Ibidem, p. 43). A sustentação dos sentidos se dá "pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto" (Idem, 2002, p. 28) e pelos procedimentos de reescrituração e articulação que constituem os sentidos do texto.

O lugar sintático e semântico do Aposto

Saussure (2012, p. 183), afirma que "a Linguística estática ou descrição de um estado de língua pode ser chamada de Gramática." A língua é compreendida por sua funcionalidade na frase e não por seus sentidos. Ao definir a língua como único e verdadeiro objeto da linguística, Saussure (2012) decide estudá-la do ponto de vista sincrônico, excluindo de sua análise o sujeito, o mundo e a história.

Desse modo, interessa-nos observar como alguns gramáticos definem o aposto, uma vez que nas gramáticas tradicionais o aposto é considerado como um termo independente por não pertencer ao sujeito e nem ao predicado. Além disso, partimos do pressuposto de que o sentido do aposto, assim como o vocativo[1], é atribuído no funcionamento da língua. Passemos a primeira gramática.

Almeida (1999, p. 435), em *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, define o aposto como "constituído de uma palavra ou grupo de palavras em aposição". Para o gramático, o aposto pode ser definido como "palavra ou frase que explica um ou vários termos expressos na oração." E quando o aposto vem depois do *fundamental* (nome ou expressão) da palavra modificada, coloca-se entre vírgulas. Observemos o exemplo:

[1] Conforme a apresentação da Profa. Dra. Neuza Zattar do trabalho "O funcionamento semântico-enunciativo do vocativo" no II Seminário Enunciação e materialidade linguística – UFMG, no dia 18/09/2016.

(1) Rio de Janeiro e São Paulo,*cidades de característicos muito diversos*, são grandes centros de atração.

Nesse exemplo, o aposto *cidades de característicos muito diversos* exerce a função de especificar os nomes *Rio de Janeiro e São Paulo* naquilo em que as cidades se distinguem.

Mesquita (1999, p.434), em *Gramática da Língua Portuguesa*, define o aposto como "o termo de valor substantivo que identifica, explica, desenvolve ou resume um substantivo da oração, independentemente da função que este exerce." Diz ainda que "o aposto geralmente é representado por substantivo ou expressão substantivada, frases e até orações." Para o autor, o aposto pode classificar-se em: especificador, explicativo, resumidor e enumerativo. Vejamos um dos exemplos apresentados pelo autor:

(2) Nossa filosofia é a seguinte... *Se todo mundo rouba no Brasil, por que corrupto não pode roubar?*

No exemplo (2), o aposto *Se todo mundo rouba no Brasil, por que corrupto não pode roubar?* resume a explicação de "seguinte" que aparece na oração predicando o sujeito gramatical "Nossa filosofia".

Pasquale & Ulisses (2003, p. 389), em *Gramática da Língua Portuguesa,* definem aposto como "um termo que amplia, explica, desenvolve ou resume o conteúdo de outro termo. O termo a que o aposto se refere pode desempenhar qualquer função sintática. Sintaticamente, o aposto equivale ao termo com que se relaciona." Observemos o exemplo:

(3) Nossa terra, *o Brasil*, carece de políticas sociais sérias e consequentes.

No exemplo (3), a expressão *o Brasil* exerce a função de aposto explicativo do termo *Nossa terra*.

Bechara (2001, p.456), em *Moderna Gramática Portuguesa*, define o aposto como:

> "um substantivo ou expressão equivalente que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva como amanhã, hoje, etc.), também conhecido pela denominação *fundamental,* sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal".

Vejamos os exemplos:

(4) O rio *Amazonas* deságua no Atlântico.

(5) Pedro II, *imperador do Brasil*, protegia jovens talentosos.

Para o autor há dois tipos de aposto: aquele que especifica, como no exemplo (4) e o explicativo, como no exemplo (5). O aposto explicativo, segundo Bechara, pode apresentar "valores secundários", como numerativo, distributivo e circunstancial. Vejamos:

(6) Tudo – *alegrias, tristezas, preocupações* – ficava estampado logo em seu rosto.

(7) *Um* no automobilismo, *outro* no futebol, Senna e Pelé marcaram um período de ouro no esporte brasileiro.

(8) As estrelas, *como grandes olhos curiosos*, espreitavam através da folhagem.

No exemplo (6), os substantivos *alegrias, tristezas, preocupações* funcionam como aposto explicativo de valor enumerativo *Tudo*. No exemplo (7), os pronomes indefinidos *um* e *outro* exercem a função de aposto explicativo de valor distributivo[2] dos substantivos *Senna* e *Pelé,* enquanto no exemplo (8), a expressão *como grandes*

[2] Segundo o Dicionário Online Houaiss o termo distributivo diz-se de construção com numeral, pronome indefinido, demonstrativo etc., que expressa ideia de repartição de coisas num conjunto, tomando-se cada uma em particular (p.ex.: *um aqui, outro ali*; *estas meninas vão para a direita, aquelas para a esquerda*).

olhos curiosos funciona também como aposto explicativo, mas de valor circunstancial[3] do substantivo *estrelas*.

O aposto, nas quatro gramáticas analisadas, é classificado como o termo que explica, identifica, amplia, desenvolve ou resume um substantivo ou termo da oração. Sintaticamente, é tratado como um termo *acessório*, dispensável, considerando-se sua forma e função na estrutura da língua. Entretanto, nos exemplos recortados observamos a possibilidade de casos em que as relações de sentidos do funcionamento do aposto deixam de ter caráter *acessório* e passam a ter caráter *necessário* na oração.

Retomando os exemplos, observamos que em (1), (5), (7) e (8) o aposto funciona como um termo acessório que explica e acrescenta informação ao nome. A omissão do aposto, nestes exemplos, não altera o sentido da oração. Especificamente, nos exemplos (5) e (7) entendemos que há um memorável que faz significar os nomes *Pedro II, Senna* e *Pelé*, que independentemente do aposto, o sentido se mantém. O nome *Pedro II* se constitui por um memorável de filho de Pedro I, ambos imperadores do Brasil. O nome *Airton* Senna evoca o memorável da história do automobilismo e das corridas na modalidade de Fórmula 1 no Brasil e no mundo. Da mesma forma o nome *Pelé* que evoca o memorável de rei do futebol e muitas conquistas enquanto jogador do Santos Futebol Clube e da Seleção Brasileira.

Já nos exemplos (2), (3), (4) e (6) a falta do aposto implica na constituição dos sentidos das orações na relação entre o Locutor - quem diz e om alocutário, para quem o dizer é dirigido. Em (2) os sentidos do predicativo ‘seguinte’ ficam comprometidos com a falta do aposto. Em (3) ‘Nossa terra’, qual terra carece de políticas sociais sérias e consequentes. O Brasil? O Mato Grosso? A Glória D’Oeste? O termo “nossa terra”, neste caso, precisa do aposto especificador para constituir sentidos. Em (4) o aposto especificador ‘Amazonas’ também é necessário nesta oração, levando em consideração o lugar de onde se fala, a relação Locutor / Alocutário e, que existem outros rios que também desaguam no Oceano Atlântico. Por último, em (6) o aposto da forma linguística ‘tudo’ constitui os sentidos da oração.

---

[3] São consideradas circunstanciais palavras que indicam uma circunstância de ação “(comparação, tempo, causa, precedido ou não de palavra que marca esta relação a mais, já que o aposto explicativo acrescenta um dado a mais acerca do fundamental)”. (BECHARA, 2001, p. 457).

Semanticamente, o aposto liga-se, de alguma forma, ao nome ao qual se refere produzindo novos sentidos. Nesta relação, Locutor / Alocutário os sentidos podem ser compreendidos, conforme Dias e Coelho (2014, p. 135), como “pistas acerca da avalição” de quem diz para quem diz. Estudiosos como Émile Benveniste (2005), Eduardo Guimarães (1995:2002) e Luiz Francisco Dias (2014) mostram que é possível trabalhar a língua pela perspectiva teórica enunciativa.

Benveniste (2005, p. 287) afirma que “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. Não é possível pensar o homem separado da linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. (Ibidem, p. 288). Para este autor, a enunciação é a relação do locutor com a língua, que ao apropriar-se da língua, coloca-a em funcionamento.

Guimarães (1995), numa perspectiva em que a língua funciona ao ser afetada por outros dizíveis, define a enunciação como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso* que se dá no espaço de *memória* no acontecimento”. (Idem, 1995, p. 70). Por essa via teórica, os estudos enunciativos nos possibilitam compreender outros funcionamentos do aposto na enunciação. Isto se dá tendo em vista a relação do aposto com a exterioridade da língua e o seu funcionamento na enunciação.

Ao discutir sobre as relações do nome próprio com outros nomes, Guimarães (2012, p. 4), define o aposto ou a relação apositiva como “uma articulação de elementos de mesma natureza que não estão nem coordenados, nem subordinados.” O aposto, ao dizer sobre o nome próprio de pessoa, funciona por recortar um passado, apresentando uma história de enunciações desse nome. Para o autor (Idem, p. 08), a “reescrituração apositiva sustenta a posição segundo a qual o nome próprio significa, pois no processo enunciativo o nome próprio (Npr) recebe uma atribuição de sentidos na relação apositiva”.

Para Dias e Coelho (2014, p. 136), o lugar sintático do aposto seria “mais flutuante que aquele ocupado pelos complementos ou mesmo pelos adjuntos, por exemplo, cuja ausência é, muitas vezes, significativa”. Essa ausência significa na relação aposto / nome, na medida em que é capaz de produzir sentidos na relação Locutor (quem enuncia) – Alocutário (para quem é enunciado). Os autores afirmam que o aposto, mais especificamente, o aposto explicativo, assume uma função

argumentativa e modalizadora no texto. Argumentativa porque "o locutor sinaliza para seu interlocutor" informações que se suprimidas implicariam na construção do sentido e na progressão do texto. Modalizadora, pois a opção de manter ou apagar o aposto no discurso é uma escolha do Locutor, o que implica pensar o aposto como uma forma de avaliação do que o interlocutor pode ou não saber.

Análise

O livro *Carlota Joaquina – Cartas Inéditas*, de Francisca L. Nogueira de Azevedo (2008) contém 145 cartas, formuladas e recebidas por Carlota, entre os anos de 1798 a 1812. Desse total, 45 cartas são classificadas como *cartas particulares*[4], 50 como *cartas de gabinete*[5] e 50 como *cartas políticas*[6]. Dentre elas, selecionamos para a análise uma carta particular e três políticas.

As cartas se constituem em cenas enunciativas por caracterizar o acesso à palavra de 'quem fala' e para 'quem se fala'. Estas cenas enunciativas constituem-se pela distribuição dos lugares sociais de enunciação (locutor-x) e dos lugares de dizer (enunciador). No acontecimento do dizer há sempre um Locutor, que é agenciado a dizer tomado do lugar social que ocupa.

Cartas formuladas por Carlota

A carta[7] de nº 16 (*carta particular*) foi escrita por Carlota Joaquina ao esposo D. João, em 1804.

R: 01

> *Meus amores de minha alma,*
> *[...]*
> *Pedro passou bem; Maria Francisca não teve crescimento ontem; porém os médicos mandaram que se purgasse hoje, porque não se tinha soltado do ventre como a outra; [...]*
> *Adeus meu amor, até sexta-feira; quero dizer, amanhã, se Deus quiser, que já se não pode passar tanto tempo sem te ver, porque tenho muitas saudades*

[4] Escritas e recebidas para e/ou de familiares (pais, irmãos, esposo).
[5] Correspondências recebidas de José Presas.
[6] Escritas e recebidas para e/ou de autoridades políticas da época.
[7] Azevedo, 2008, p. 83.

tuas. Vê se queres alguma cousa que eu faça, pois estou pronta para o executar, pois me prezo de ser tua
5ª fª, 12 de julho de 1804, às 9 h e meia.
'Esposa amante e fiel, J. CARLOTA'

A carta é um discurso relatado que diz sobre o cotidiano da princesa com os filhos, no palácio de Queluz, onde viviam, e expõe as *saudades* que sentia do esposo D. João, que estava recolhido ao Convento de Mafra.

A expressão, *Esposa amante e fiel*, usada na despedida da carta, funciona como aposto do nome *Carlota Joaquina*, uma expressão que, conforme Guimarães (2012), funciona por caracterizar uma relação de reescrituração que atribui outros sentidos ao nome próprio. Essa atribuição de sentidos sobre o nome *Carlota Joaquina* indica que "a história de enunciações de um nome próprio constitui seu sentido". (Ibidem, p. 8).

Na expressão apositiva *Esposa amante e fiel*, o nome *esposa* é predicado por *amante e fiel*. A predicação significa, na carta, amor e fidelidade ao esposo, e busca apagar o memorável de intrigas e traições políticas de Carlota Joaquina e do grupo que liderava contra D. João. O enunciado *Adeus meu amor, já se não pode passar tanto tempo sem te ver, porque tenho muitas saudades tuas* e *me prezo de ser tua* reforça o carinho que nutre pelo esposo, como forma de negar ou apagar quaisquer dúvidas em relação aos seus sentimentos pelo Príncipe Regente.

Na enunciação da carta, Carlota, pelo lugar institucional que ocupa, de princesa na Corte Portuguesa, pode evocar outros lugares de dizer que a autorizam a falar como mãe, esposa e amante.

A carta[8] de nº 07 (*carta política)* foi formulada por Carlota Joaquina ao Vice-Rei Santiago de Liniers no ano de 1808.

R: 02

Tendo em vista a proclamação que diriges ao povo e habitantes de Montevidéu; não consigo persuadir-me de que ela seja produção tua, mas

[8] Cf. Azevedo, 2008, p. 176 -177.

> *sim unicamente fruto de alguém que malmente te aconselha nas críticas circunstâncias de hoje, era necessário tomar outro temperamento, mais suave. [...]*
> *Deste é de quem se deve esperar o meio para cortar vossas desavenças, e nesse ínterim suspender qualquer outra providência, uma vez que o povo e o Governador de Montevidéu não reconhecem outro Soberano além de Fernando VIII nem outra dinastia além da de minha Real Família de Espanha. A estrita e rigorosa observância das leis muitas vezes costuma ser mais prejudicial que útil, e para tais casos é que S.M.C. necessita do conselho e prudência dos ministros que tem em suas Reais Audiências. Recorre a eles, e, por meio de um acordo pleno, que assegurem tua conduta com seu ditame.*
> *Deus te guarde como o deseja*
> *26 de dezembro de 1808.*
> *'Tua Infanta Carlota Joaquina de Bourbon'*

Essa cena enunciativa traduz a força performativa que instala a intervenção da princesa nas questões políticas relacionadas ao Rio da Prata e da Espanha coordenadas pelo vice-rei Santiago, como podemos observar no enunciado *uma vez que o povo e o Governador de Montevidéu não reconhecem outro Soberano além de Fernando VIII nem outra dinastia além da de minha Real Família de Espanha*.

A interferência da princesa, em relação às tramas da política instalada em Montevidéu, ocorreu meses após a chegada da Corte portuguesa no Brasil. Por se tratar de questões que afetam sócio-historicamente a Corte da Espanha, a princesa convoca para si o lugar social de Infanta, um lugar que a legitima como representante dessa Corte no Brasil. Por esse lugar social, o sobrenome *Bourbon,* na assinatura da carta, apaga o sobrenome *Bragança* que a identifica como princesa de Portugal.

Na enunciação da carta, o aposto *Tua InfantaCarlota Joaquina de Bourbon* atribui ao nome *Carlota Joaquina,* sentidos constituídos por um memorável do sobrenome *Bourbon* que rememora o lugar social de *Carlota* na Corte da Espanha, e da mesma forma o título de *Infanta*, que designa os filhos de reis que não são herdeiros da coroa. Carlota, primeira filha do Rei Carlos IV e de Maria Luiza, tem sangue real, mas na condição de mulher fica impossibilitada de ser herdeira da coroa.

Carlota Joaquina, ao se colocar na posição de conselheira política, assimila o lugar de dizer de enunciador-universal, ao dirigir-se ao alocutório-vice-rei de*Santiago de Liniers,* dizendo: *para tais casos é que S.M.C. necessita do conselho e prudência dos ministros que tem em suas Reais Audiências.* "O enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso". (GUIMARÃES, 2005, p.26).

A carta[9] de nº 39 (*carta política*) foi escrita por Carlota Joaquina ao Congresso Nacional das Cortes de Espanha em 1811.

R: 03

Meus espanhóis muito amados.
Nada podia apresentar-se mais digno de meu cuidado e vigilância que a ***defesa da integridade da Monarquia espanhola****, manifestando-vos clara e evidentemente as tortuosas negociações que existem entre a Junta revolucionária de Buenos Aires e aquele Ministro da Inglaterra Lord Strangford, de que já deveis ter alguma ideia o conhecimento.*
Havia muito tempo que eu clamava altamente contra a proteção que este Ministro sempre prestou aos rebeldes daquela capital, e contra a fraqueza com que deferia a suas injustas pretensões o Ministério português.
[..], no entanto, se o Príncipe teve por bem assentir à minha solicitação, como aparece no nº 08, foi com a finalidade de propor ao Vice-rei Élio, ou à Junta de Buenos Aires, sua mediação para transar e compor as diferenças que há (...) entre os dois partidos.
Tal proposta não pôde merecer minha aprovação, nem a merecerá enquanto esteja fundada em princípios ***contrários*** *às leis da Monarquia espanhola, e nada conforme ao decoro e representação dos Vice-reis na América. Além do mais, como podia eu convir na proposta mediação concebida em termos que põem em questão a autoridade daquele Vice-rei, e por consequência forçosa a desse Augusto Congresso, em que reside hoje a própria Autoridade Real? [...] entre o soberano e um bando de rebeldes não pode haver comparação nem paralelo [...]*
Nunca tendo, pois, tomado parte de modo algum na mediação proposta, nem em nenhum dos ditames que a acompanham, considero-me justamente isenta de responsabilidade que possa resultar de suas consequências, estando por outro lado, pronta agora, e em qualquer tempo, para dar uma razão exata de todas as minhas operações passadas, das presentes e das que doravante empreenda a serviço de minha pátria, certa de que nenhuma delas me privará de intitular-me com honra e glória.
Vossa muito fiel Infanta,
Carlota Joaquina de Bourbon

Carlota escreve ao Congresso Nacional das Cortes de Espanha para demonstrar sua fidelidade ao povo espanhol, conforme o vocativo: *Meus espanhóis muito amados.* Além disso, declara seu descontentamento nas negociações políticas, as quais faz questão de destacar o seu *cuidado e vigilância que a defesa da integridade da Monarquia espanhola* seja preservada.

Outro aspecto que se observa no emprego do aposto é a correferência, definida por (DUBOIS et al, 2006, p. 158), a partir das funções sintáticas de *Pedro* na frase

[9] Cf. Azevedo, 2008, p. 233 – 235.

Pedro olha Pedro no espelho, como “nomes que designam a mesma referência”. Ou seja, o aposto *Vossa muito fiel Infanta* e o nome *Carlota Joaquina de Bourbon* são correferentes por convergir ao mesmo referente e/ou a mesma entidade do mundo (o correferente).

Estabelece-se também entre o aposto *Vossa muito fiel Infanta* e o nome próprio *Carlota Joaquina de Bourbon*, uma relação de pertinência de agregação. Dias e Coelho (2014, p. 144) apontam que esse tipo de pertinência “é constituída da pertinência entre a memória daquilo que se constitui no âmbito do memorável das enunciações e a demanda de atualidade do acontecimento”.

Na expressão apositiva *Vossa muito fiel Infanta*, o nome *Infanta* é predicado por *muitofiel*. A predicação significa, na cena enunciativa da carta, a fidelidade à integridade da Monarquia espanhola e aos princípios que regem essa monarquia. Esta predicação é intensificada pela presença do advérbio *muito* que avalia o grau de sentimentos que a princesa nutre pelas questões que afetam seus interesses políticos em relação à Corte espanhola.

Do lugar social ocupado por Carlota, mais uma vez apaga-se o sobrenome *Bragança*, reafirmando sua fidelidade à Espanha ao se autonomear de Carlota Joaquina de Bourbon. O gesto de não assinar o sobrenome *Bragança* nas cartas políticas nos remete ao que Orlandi (2007) chama de apagamento, isto é, o apagamento do nome *Bragança* funciona como uma necessidade de apagar da memória do povo espanhol sua condição de Princesa de Portugal e do Brasil. Ao assinar *Bourbon*, Carlota Joaquina reitera a afirmação de que é aliada fiel ao povo espanhol da Bacia do Prata, considerando-se *pronta* para servir sua pátria, a Espanha. Afirma ainda que está *certa de que nenhuma delas* (operações) *me privará de intitular-me com honra e glória,* que projeta o desejo de tornar-se rainha desse território colonizado pelos espanhóis.

Cartas remetidas a Carlota

A carta[10] de nº 12 (*carta política*) foi escrita pelo Marquês de Someruelos a Carlota Joaquina em 1809.

R: 04

> *A.R. Senhora Dona Carlota Joaquina, Infanta de Espanha, Princesa de Portugal e do Brasil: No dia de ontem remeti pelo Vice-rei do Peru a muito respeitável carta de V.A.R. de 1º de setembro do ano passado, com inclusão dos atos públicos que V.A.R. me faz acompanhar.*
> *Suponho já instruída V.A.R. oficialmente pela Suprema Junta Governativa dos reinos de Espanha e das Índias de que é S.R.M a depositária da autoridade Soberana de nosso amado Rei e Senhor D. Fernando VII durante a violenta ausência que sofre S.R. Pessoa fora de seus reinos, e que, como tal depositária, é por todos os domínios de S.M.C. reconhecida, e é obedecida executando-se com exatidão e brevidade todas as suas resoluções.*
> *Minha lealdade aos Augustos Reis meus senhores, [...] e ao adorado Sr. Fernando VIII, que o Todo-poderoso coloque quanto antes em seu trono, [...], e portanto, minha respeitosa adesão à augusta pessoa de V.A.R. como digno ramo tão imediato desta Real Família. =Deus guarde V.A.R. por muitos anos.*
>
> *Havana, 6 de maio de 1809.*
> *O Marquês de Someruelos*

O Marquês de Someruelos, ao escrever para Carlota, afirma a lealdade que tem para com a família *Bourbon* e reconhece a autoridade de Carlota, que na ausência de D. Fernando VIII[11], responde pelas questões políticas da Espanha – *a depositária da autoridade Soberana de nosso amado Rei e Senhor D. Fernando VII durante a violenta ausência que sofre S.R.* – e reafirma a condição de depositária de Carlota dizendo que em tal condição é *obedecida executando-se com exatidão e brevidade todas as suas resoluções.*

Os títulos *Infanta da Espanha, Princesa de Portugal e do Brasil* funcionam como expressões apositivas da expressão 'A. R. Senhora *Carlota Joaquina'* por uma relação explicativa do nome *Carlota Joaquina*, produzindo sentidos de um termo sobre o outro pelos lugares sociais ocupados por Carlota representados na enunciação das cartas.

---

[10] Cf. Azevedo, 2008, p. 182 – 183.

[11] Napoleão Bonaparte ao tomar a Espanha em 1808, obriga D. Fernando VIII a assinar a sua própria abdicação, depois o mantém preso no confortável castelo de Valençay até dezembro de 1813. D. Fernando volta ao cargo pelo Tratado de Valença (1814). Neste período Carlota Joaquina mantém contato com aliados visando a defesa dos interesses políticos da família de Bourbon na Espanha e na América.

Considerações Finais

No estudo que realizamos sobre o aposto na perspectiva gramatical, observamos que as gramáticas, pela definição do aposto, trabalham a classificação e a função do termo na oração, sem considerar as relações de sentido entre o aposto e o termo ao qual se refere.

Diferentemente dessa linha, os estudos enunciativos mostram que a constituição do aposto se dá pelas formas da língua no enunciado e, que na relação aposto / nome próprio, o aposto significa e produz sentidos sobre o nome. Do mesmo modo, o nome *Carlota Joaquina* tem sentido e ganha novos sentidos na relação que estabelece com o aposto. O aposto funciona por recortar um passado que apresenta uma história de enunciações, projetando novos sentidos para o nome *Carlota Joaquina* nas cenas enunciativas das cartas.

As diferentes relações apositivas constituem um conjunto de reescriturações do nome *Carlota Joaquina*, tendo em vista os lugares sociais diversos ocupados pela princesa: *Esposa* e *amante* (R: 01); *Tua Infanta* (R: 02); *Vossa muito fiel Infanta* (R: 03) e *Infanta da Espanha* / *Princesa de Portugal e do Brasil* (R: 04).

O aposto significa também um passado de sentidos das enunciações das cartas enviadas e recebidas pela princesa Carlota, e que os sentidos do aposto se constituem no acontecimento do dizer e se modificam conforme os lugares sociais do Locutor e do Alocutário aí instituídos.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Carlota Joaquina* – Cartas inéditas. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2003.

DIAS, L. F.; COELHO, S. M. Regularidades sintáticas e determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo. In: SANTOS, Hélder Sousa; ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. (Org.). *Enunciação e discurso*: língua e literatura. Curitiba: Prismas, 2014, p. 131-148.

GUIMARÃES, Eduardo. Textualidade e enunciação. In: *Escritos,* 2. Campinas, Labeurb, Unicamp, 1999b.

_____. *Semântica do acontecimento*:um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, M.C. (Orgs.). *A palavra*:forma e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.77- 96.

_____. O que é texto. In: *Análise de texto* – Procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011, p. 19 - 29.

_____. A Proclamação da República. In: *Análise de texto* – Procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011, p. 49 - 60.

_____. Aposto e nome próprio. In: *Entremeios*: Revista de estudos do discurso. nº 5, p. 1-8, jul/2012. Pouso Alegre, MG.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 8. ed. reformulada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1999. 1ª reimpressão (2000).

OLIVEIRA, Danilo Ricardo de. Argumentação, linguagem, história: Sentidos à Carta Testamento de Vargas. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Versão eletrônica. HIL. ed. nº 31, Jun/Dez 2013.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio:*no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

ZATTAR, N. Cáceres - nome luso de cidade mato-grossense. In: *RUA* [online]. nº. 21. Volume 1, p. 155 – 170, 2015.

_____. O tom do pronunciamento da presidenta Dilma dirigido às mães brasileiras. In: ZATTAR, N. et al (Orgs.). *Acontecimento de linguagem:* Espaços de significação. Campinas-SP: Editora RG, 2013, v. 1, p. 223-241.

GRAMÁTICA, MEMÓRIA E ACONTECIMENTO: O FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO

Maria Iraci Sousa Costa[1]
Universidade Federal de Santa Maria

Considerações iniciais:

O presente artigo é parte do estudo que desenvolvemos em nossa tese de doutorado[2]. No referido estudo, desenvolvemos uma reflexão acerca das contradições entre diferentes tomadas de posição de sujeito gramático. Para desenvolvermos nossa tese, selecionamos três gramáticas publicadas em meados do século XX, a saber, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). Nessas gramáticas, selecionamos cinco recortes discursivos em cada uma para analisar como se constitui as relações de contradição entre tomadas de posição sujeito gramático ao produzir conhecimento sobre a língua. Os recortes que selecionamos para compor o corpus da nossa pesquisa constituíram-se por recortes discursivos que apresentam relações de contradição manifesta entre os enunciados na gramática.

Neste artigo, apresentaremos apenas dois recortes que analisamos em uma das gramáticas selecionadas. Trata-se da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima (1957). Nos recortes que

---

[1] Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria, sob supervisão da Professora Dr. Amanda Eloina Scherer. Bolsista DOCFIX/CAPES/FAPERGS. Assistente de pesquisa do Laboratório Corpus.

[2] Tese intitulada **A produção do conhecimento sobre a língua na segunda metade do século XX no Brasil: o funcionamento da contradição no discurso do gramático**, desenvolvida sob orientação da Professora Dr. Amanda Eloina Scherer.

selecionamos neste estudo, dedicamo-nos a compreender a contradição entre tomadas de posição sujeito, focando na relação de forças que se estabelece entre os enunciados ao constituir-se a contradição. A seguir, mobilizaremos algumas noções fundamentais para o desenvolvimento da nossa reflexão, articulando as noções de acontecimento discursivo, acontecimento enunciativo e memória discursiva para compreendermos os efeitos de sentido da contradição entre tomadas de posição sujeito no discurso do gramático.

Cabe ainda ressaltar que se trata de uma gramática publicada em meados século XX e é anterior à implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). No caso específico da gramática no Brasil havia uma crítica que se estendeu durante toda a metade do século XX, principalmente, em relação à falta de critérios e métodos mais rígidos para estabelecer as regras gramaticais. Desse modo, as críticas ao saber gramatical eram direcionadas principalmente em relação à arbitrariedade e ao empirismo do saber apresentado na gramática.

Para a presente reflexão, na referida gramática, selecionamos dois recortes discursivos para compreender como se constitui a relação de contradição entre tomadas de posição de sujeito gramático. A partir das noções de acontecimento discursivo, acontecimento enunciativo e memória discursiva, objetivamos compreender os efeitos de sentido produzidos pelas relações de contradição que se estabelecem entre tomadas de posição sujeito gramático.

Acontecimentos: histórico, discursivo e enunciativo

A contradição constitutiva do discurso do sujeito gramático que selecionamos como objeto é aquela que se manifesta no fio do discurso e se efetiva a partir da retomada de uma tomada de posição diferente daquela com a qual o sujeito do enunciado se identifica, fazendo ressoar uma memória. Trata-se de um atravessamento de um dizer que manifesta uma tomada de posição contraditória em relação àquela com a qual o sujeito do enunciado se identifica.

Entretanto, essa retomada tem o efeito de lembrar para fazer esquecer, pois o sujeito confronta saberes distintos para fazer valer aquele com o qual se identifica. Além disso, esse confronto de gestos interpretativos produz um efeito de ruptura e de

descontinuidade, de forma que, ao retomar um saber já dado, constitui um horizonte de retrospecção, fazendo funcionar uma memória para que o acontecimento nela se inscreva.

A noção de acontecimento discursivo considerada na sua relação singular com a memória discursiva, tal como foi proposta por Pêcheux (2010 [1990]) nos permite compreender a relação da contradição enquanto um fenômeno discursivo que só pode ser entendido pela sua relação com outros dizeres já-ditos e esquecidos. Para que a contradição se instaure, é preciso fazer funcionar uma memória, retomando dizeres outros para que a ruptura se efetive. Desse modo, entendemos que também há uma relação de força na contradição, de forma que:

- de um lado, haveria um jogo de força que tenderia a fazer ver a contradição para negar a sua existência, isto é, apontar como equívocos os dizeres que são contraditórios em relação ao saber sustentado e, portanto, dissolvê-los na ordem da equivocidade;
- por outro lado, haveria um jogo de força que insiste na ruptura que, por sua vez, tenderia a dar visibilidade para o dissenso e para a interpretação na produção do conhecimento na gramática.

A noção de acontecimento discursivo nos é muito cara na medida em que, na sua relação com a memória discursiva, permite-nos compreender o funcionamento da contradição que se manifesta no discurso. Entretanto, a noção de acontecimento discursivo, tal como propôs Pêcheux (2010 [1990]), está associada a um acontecimento histórico, algo da ordem do inesperado que é projetado na ordem do discurso, produzindo uma nova série de repetições. O acontecimento discursivo é entendido, então, como o ponto de encontro entre uma ruptura e uma memória, de modo que o não significado ainda, o equívoco e o inesperado irrompem na ordem do discurso. Desse modo, o acontecimento discursivo não designa algo corriqueiro, que poderia ser encontrado facilmente em qualquer formulação. Tal noção é reservada a formulações singulares que inscrevem novas/outras significações na ordem da memória discursiva, produzindo um nova série.

Nessa esteira, Indursky (2008), retomando Pêcheux, propõe uma reflexão sobre a noção de acontecimento discursivo a partir da sua relação com *as modalidades de funcionamento subjetivo* (PÊCHEUX, 2009 [1988]). Pêcheux propõe

as modalidades ao questionar a naturalização do reconhecimento do sujeito como sempre já sujeito, na medida em que ele é chamado à existência antes mesmo de que possa dizer "eu", isto é, questiona-se se há a possibilidade de, enquanto sujeito, resistir à interpelação ideológica. O autor considera a interpelação como um *processo* que supõe necessariamente um desdobramento que é constitutivo do sujeito. Segundo o autor, tem-se, de um lado, o "'sujeito da enunciação', [...] – portanto, o sujeito que 'toma posição', com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade" (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 198) e, de outro, "o sujeito universal, o sujeito da ciência ou do que se pretende como tal" (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 198). Esse desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal pode assumir diferentes modalidades, a primeira, a segunda e a terceira, a que o autor designou, respectivamente, o bom sujeito, o mau sujeito, e a terceira não foi nomeada.

A primeira modalidade, que Pêcheux chamou de "bom sujeito", refere-se à identificação plena do sujeito em relação à ideologia dominante, isto é, uma superposição do sujeito da enunciação ao sujeito universal. A segunda modalidade caracteriza o discurso do "mau sujeito". Trata-se de um distanciamento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, na medida em que o sujeito da enunciação resiste à interpelação ideológica do sujeito universal a partir do questionamento das causas que o determinam. Pêcheux propõe uma terceira modalidade subjetiva e discursiva, que assume a forma da desidentificação, isto é, uma tomada de posição não-subjetiva. Essa modalidade, a qual Pêcheux não nomeou, mas que Beck (2010)[3] chamou de "sujeito feio", "se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação de conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas 'de tipo novo'*" (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 202, grifos do autor). Nessa terceira modalidade, o processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito funciona às avessas, na medida em que a desidentificação é a condição necessária para o processo de apropriação subjetiva dos conhecimentos. Segundo o autor, "o

[3] Beck (2010) a designa como o "sujeito feio", em alusão ao filme de faroeste espaguete, "Il buonno, il brutto, il cattivo", de Sérgio Leone (1966). A feiura dessa modalidade se deve à simetria inconfessada entre o sujeito da prática política do proletariado e o sujeito da ideologia dominante tal como foi proposta por Pêcheux em **Les vérités de la Palice**.

funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 201-202).

Para a Indursky (2008), o acontecimento discursivo constitui-se a partir da desidentificação do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva que o domina, seguida pela identificação com uma forma-sujeito de tipo novo que se constitui no momento mesmo em que esse surgimento se dá. Para a autora, “esse é o acontecimento discursivo: ruptura com uma formação-discursiva, desidentificação com a forma-sujeito que organiza os saberes desse domínio de saber e o surgimento de uma nova FD, de uma nova forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, p. 4). A autora considera ainda um segundo tipo de acontecimento, a que ela designa “acontecimento enunciativo”. Esse acontecimento está associado à segunda modalidade de funcionamento subjetivo. A tomada de posição do sujeito e o seu distanciamento em relação à posição-sujeito dominante constitui a contra-identificação do sujeito e a fragmentação com a forma-sujeito. Desse modo, a autora propõe que “a fragmentação da forma-sujeito e o consequente surgimento de uma nova posição-sujeito que instaure o estranhamento nos processos discursivos de uma formação discursiva seja designada de acontecimento enunciativo” (INDURSKY, 2008, p. 6).

A noção de acontecimento enunciativo na sua relação com segunda modalidade de funcionamento subjetivo, a contra-identificação, tal como propõe a autora, contribuiu para fazer avançar nossa reflexão acerca do funcionamento da contradição no discurso do sujeito gramático. A partir do estudo desenvolvido, entendemos que a contradição pode ser um lugar profícuo para investigar a constituição de gestos interpretativos e tomadas de posição, tendo em vista que se trata de um lugar onde se instaura o conflito entre interpretações divergentes e o dissenso entre saberes diferentes acerca de um mesmo objeto de conhecimento.

Desse modo, cabe ressaltar que a contradição que abordaremos em nosso estudo não pré-existe ao objeto de conhecimento; pelo contrário, ela estabelece-se justamente na produção do conhecimento sobre a língua na relação entre os sujeitos e o objeto de conhecimento. A contradição que nos interessa não é aquela do sentido lógico, mas aquela que é inerente a uma mesma formação discursiva. Não se trata, portanto, de confrontar duas formações discursivas antagônicas, mas de compreender

como a contradição constitui-se no próprio seio da formação discursiva gramatical, entre tomadas de posição de sujeito, quando se produz conhecimento.

Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1957): em busca de uma norma perfeita

Na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957),selecionamos dois recortes discursivos para desenvolver nossa reflexão sobre a contradição entre tomadas de posição do sujeito gramático. Com vimos, essa obra é anterior à implementação da NGB e inscreve-se em uma conjuntura em que o saber do gramático é contestado pela falta de critérios e métodos bem definidos. Nessa gramática, o primeiro recorte que selecionamos para análise refere-se às diferentes tomadas de posição de sujeito gramático em relação à classificação das palavras compostas pelo processo de derivação prefixal. Eis o primeiro recorte selecionado na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa:**

R1

Composição é o processo pelo qual se cria uma palavra pela reunião de duas ou mais palavras de existência independente na Língua, de tal sorte que estas percam sua significação própria e passem a formar um todo com significação nova.

"Mas os prefixos são, na maior parte, preposições e advérbios, isto é, vocábulos de existência independente combináveis com outras palavras. Equivale isto a dizer que não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição" (SAID ALI, Gramática Histórica da Língua Portuguesa, 2ª edição, II, pág. 1).

Muitos autores (Bourciez, Garcia de Diego, José Joaquim Nunes, Ribeiro de Vasconcelos, J. Mattoso Câmara Jr., etc.) consideram a prefixação caso de composição. Outros (Meyer-Lübke, Brunot, Dauzat, Nyrop, Grandgeant, Sweet, Said Ali, Antenor Nascentes, etc.) a incluem entre os processos normais de derivação.

Adotamos esse último critério. (ROCHA LIMA, 1957, p. 179-180).

Nesse recorte, inicialmente, o gramático apresenta a sua definição de "composição" e, em seguida, retoma uma citação da gramática histórica de Said Ali, onde o autor questiona em que medida distingue-se o processo de "composição" de

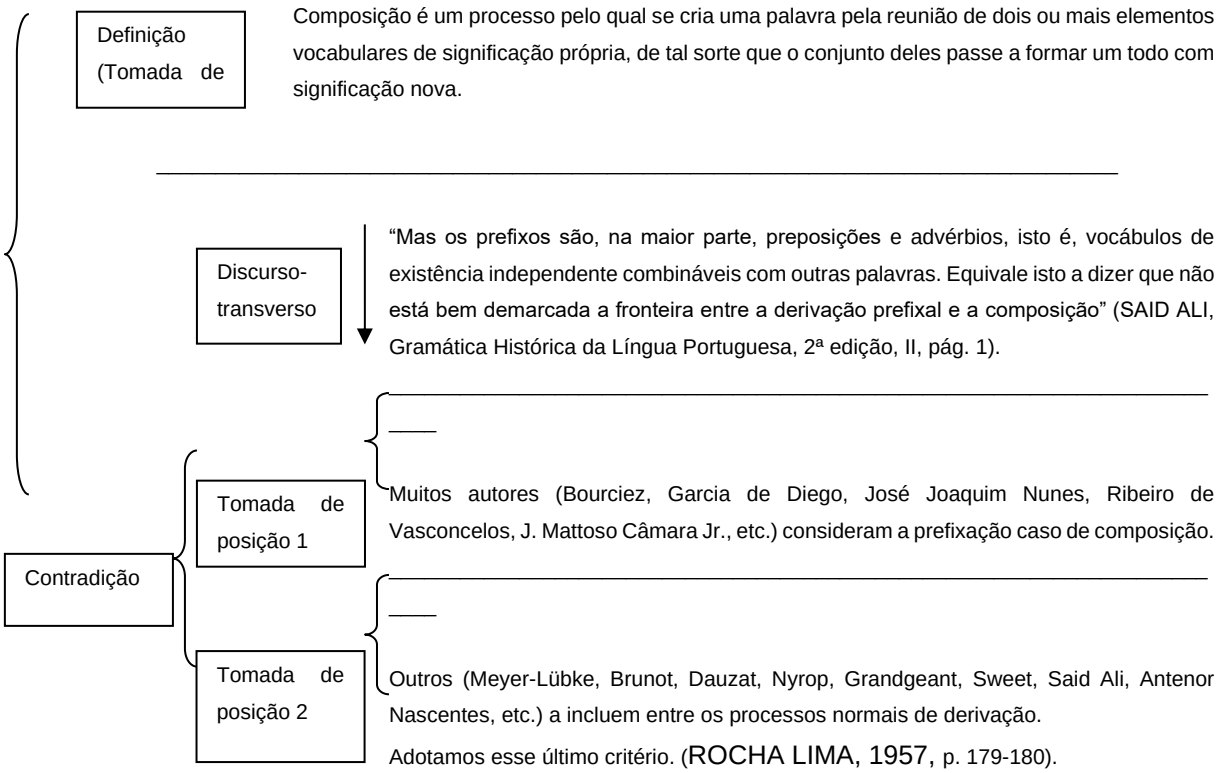
“derivação prefixal”. A contradição é instaurada nesse recorte, não a partir da definição de “composição” atribuída pelo gramático, mas a partir da falta de delimitação entre “composição” e “derivação prefixal” apontada por Said Ali. A partir dessa problemática, as tomadas de posição do sujeito gramático diferenciam-se, de forma que alguns sustentam que “prefixação” deve ser entendida como um caso de “composição”, ao passo que outros defendem que “composição” deve ser entendida como um processo de formação de palavras por “derivação”. O sujeito do enunciado, por seu lado, toma posição pelo segundo critério. Desse modo, a sua tomada de posição é sustentada com base na identificação com outra tomada de posição de sujeito, sustentada por autores que também se identificam com uma tomada de posição semelhante à sua. O que está sendo retomado não é a justificativa ou o critério para tal classificação, mas a identificação com uma dada tomada de posição. Além disso, a tomada de posição não se constitui enquanto algo da ordem individual, mas uma identificação com uma dada tomada de posição que é sustentada no interior de uma dada formação discursiva. Desse modo, a tomada de posição do sujeito gramático é sustentada, sobretudo, a partir de uma partilha do saber com outros sujeitos, isto é, de uma identificação com uma dada tomada de posição de sujeito no interior de uma dada formação discursiva.

Nesse recorte, destacamos inicialmente o primeiro enunciado, que se constitui pela definição atribuída pelo gramático à designação “composição”. O efeito de sentido de unidade constitui-se pela sobreposição do sujeito universal ao sujeito da enunciação. O sujeito é interpelado pelo efeito de evidência do discurso com o qual se identifica e, ao definir, acredita ser a origem e ter o controle sobre o seu dizer, quando, na verdade, retoma um já-dito que significa pela relação com outros já-ditos e esquecidos, os quais ressoam na verticalidade da sua formulação. Considerando que todo sujeito não enuncia senão de uma dada posição ideológica, ele está determinado a dizer e a pensar aquilo que ele não pode deixar de dizer e pensar. A posição-sujeito gramático está determinada historicamente de forma que os elementos do interdiscurso são reinscritos no discurso do sujeito como se esse fosse a origem do discurso. Trata-se, pois, de uma identificação com a forma-sujeito de uma dada formação discursiva que produz um efeito de transparência do sentido, dissimulando o interdiscurso que faz o discurso do sujeito significar. Desse modo,

entendemos que também a definição constitui-se enquanto uma tomada de posição do sujeito, ainda que nesse caso não haja uma relação de contradição manifesta no fio do discurso em relação à outra definição. No recorte analisado, a definição proposta pelo sujeito parece não encontrar nenhuma resistência e o sujeito do enunciado identifica-se com o sujeito universal, produzindo um efeito de evidência e de naturalização do sentido.

Depois da definição proposta pelo gramático, é linearizada no fio do discurso, por meio de um discurso-transverso, uma citação de um outro gramático, estabelecendo, desse modo, uma memória que é presentificada pelo atravessamento de um já-dito. Entretanto, essa memória vem perturbar a ordem do discurso e passa a instaurar a possibilidade de um distanciamento em relação à forma-sujeito. Referimo-nos, pois, à retomada de uma problemática acerca da distinção entre “derivação prefixal” e “composição”. Diante dessa problemática, há uma separação entre o sujeito universal e o sujeito da enunciação, de forma que se constituem tomadas de posição de sujeito diferentes.

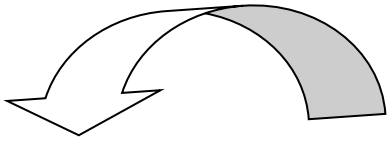
Para ilustrar como o discurso do sujeito vai se fragmentando pelas diferentes tomadas de posição que são retomadas no fio do discurso, bem como o atravessamento do interdiscurso enquanto pré-construído, propomos o seguinte esquema, onde procuramos explicitar como vai se estabelecendo a relação de contradição no processo do discurso:



No esquema exposto acima, procuramos explicitar como o discurso do sujeito vai se desdobrando e se fragmentando a partir de retomadas, citações e tomadas de posição de sujeito. As formulações foram mantidas uma abaixo da outra e separadas por linhas para explicitar como o interdiscurso é linearizado no processo discursivo e significa na sua verticalidade. A seta indica o atravessamento do discurso-transverso por meio da citação que é articulada no fio do discurso, produzindo assim um efeito de memória que é presentificado pela retomada de uma outra formulação. No enunciado "Adotamos esse último critério", ao final do recorte, o sujeito do enunciado identifica-se com uma dada posição de sujeito, o que significa que tomar uma posição não o individualiza, nem permite que o sujeito resista à interpelação ideológica; significa que o sujeito é livre apenas para melhor se assujeitar (HAROCHE, 1992).

Para ilustrar a relação de força que se estabelece na contradição, propomos ainda um outro esquema:

"Mas os prefixos são, na maior parte, preposições e advérbios, isto é, vocábulos de existência independente combináveis com outras palavras. Equivale isto a dizer que não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição" (SAID ALI, Gramática Histórica da Língua Portuguesa, 2ª edição, II, pág. 1).



Muitos autores (Bourciez, Garcia de Diego, José Joaquim Nunes, Ribeiro de Vasconcelos, J. Mattoso Câmara Jr., etc.) consideram a prefixação caso de composição.

CONTRADIÇÃO

Outros (Meyer-Lübke, Brunot, Dauzat, Nyrop, Grandgeant, Sweet, Said Ali, Antenor Nascentes, etc.) a incluem entre os processos normais de derivação.
Adotamos esse último critério. (ROCHA LIMA, 1957, p. 179-180).

O sujeito do enunciado propõe um desdobramento em relação àquilo que se considera como derivação prefixal e composição, separando os gramáticos entre aqueles que "consideram a prefixação caso de composição" e aqueles que "a incluem entre os processos normais de derivação". Essas tomadas de posição sujeito em relação a essa problemática aponta a relação entre o sujeito, a interpretação e o objeto de conhecimento. A relação de contradição entre tomadas de posição sujeito gramático se estabelece a partir da forma como o sujeito interpreta e apreende o objeto de conhecimento.

Já o segundo recorte que selecionamos na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa,** para a análise, reporta à problemática em torno da falta de unidade terminológica que antecede à implementação da NGB. Reproduzimo-lo a seguir:

R2
Complemento nominal é o têrmo que integra a significação transitiva do núcleo substantivo (e, às vezes, do adjetivo e do advérbio, os quais, então, se equiparam ao substantivo na sintaxe de regência).
Tais complementos têm recebido várias denominações: *objeto nominal* (Maximino Maciel), *adjunto restritivo* (Alfredo Gomes), *complemento restritivo* (Carlos Góis), *complemento terminativo* (Eduardo Carlos Pereira, Sousa Lima) (ROCHA LIMA, 1957, p. 229).

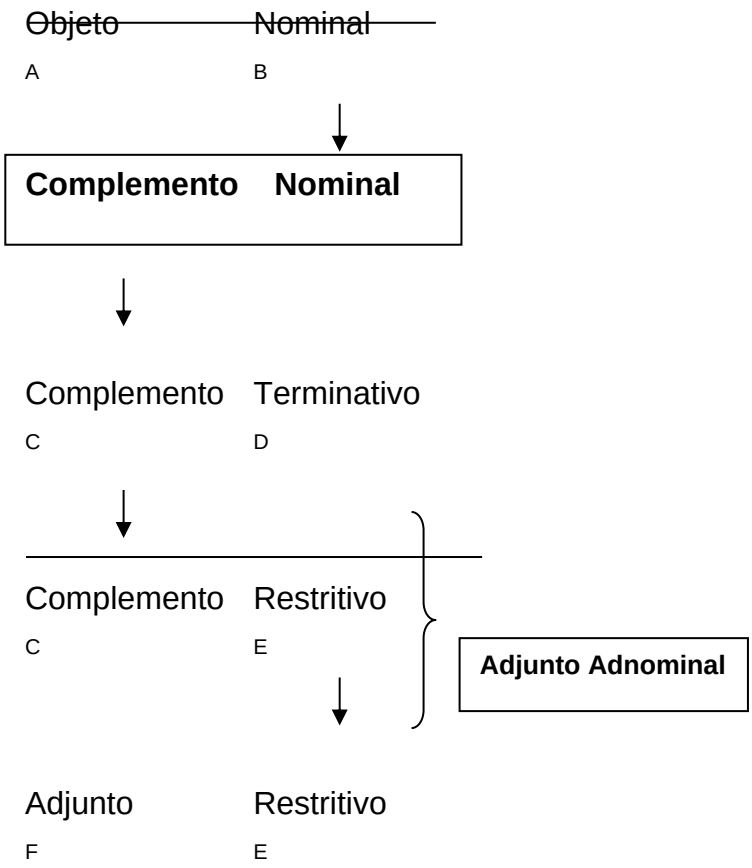
Nesse recorte, a contradição repousa sobre as diferentes designações que são atribuídas àquilo que o gramático chama de "complemento nominal". Essas diferentes

designações não podem ser entendidas apenas como uma questão de arbitrariedade do nome, mas entendemos que estão associadas a um gesto de interpretação que determina a forma como o gramático define. Aquilo que o sujeito da enunciação chama de “complemento nominal” é designado de outras formas por outros sujeitos gramáticos, como, por exemplo, “objeto nominal”, “adjunto restritivo”, “complemento restritivo”, “complemento terminativo”. Considerando as designações apontadas no recorte, é possível explicitar os deslocamentos e efeitos de sentido de uma designação a outra por meio da noção de efeito metafórico, como por exemplo:

Objeto	Nominal
A	B
↓	
Complemento	Nominal
C	B
↓	
Complemento	Terminativo
C	D
↓	
Complemento	Restritivo
C	E
↓	
Adjunto	Restritivo
F	E

Por meio desse esquema de efeitos metafóricos, nosso objetivo é apenas explicitar o deslocamento de uma designação à outra no seio do processo discursivo gramatical, uma vez que a diversidade terminológica instigou muitas discussões que antecederam a implementação da NGB. A forma de designar o objeto de conhecimento remete não só a uma tomada de posição, mas também à forma como o sujeito apreende esse objeto. No recorte que selecionamos, todas essas

designações estão em uma relação sinonímica, onde uma equivale à outra. Tendo em vista que objetivo da NGB era unificar a terminologia gramatical, a questão é: qual dessas designações permanece? Cabe lembrar que Rocha Lima fez parte da comissão que elaborou a NGB. Para isso, é preciso reportar a um horizonte de projeção que se estende após a publicação da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (1957). Na **Gramática Resumida**, Luft (1960), ao final de sua obra, apresenta uma lista que ele designa como "correspondência terminológica". Essa lista é dividida em duas colunas: de um lado, os "termos vários, tradicionais ou não" e, de outro, "Termos da NGB". Dentre as designações apontadas na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, "objeto nominal" não faz parte da lista, nem antes, nem depois da NGB. Em relação às demais designações, permanece a designação "complemento nominal" (proposta por Rocha Lima) em substituição à designação "complemento terminativo". As designações "complemento restritivo" e "adjunto restritivo", consideradas como sinônimas na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (1957), são substituídas pela designação "adjunto adnominal" após a NGB. Desse modo, das designações apontadas na gramática de Rocha Lima como sinônimas, apenas uma permanece após a NGB, que, por coincidência, é aquela proposta pelo gramático. Já as designações "complemento restritivo" e "adjunto restritivo", antes consideradas sinônimas de "complemento nominal", são substituídas pela designação "adjunto adnominal", a qual não é considerada sinônima de "complemento nominal". Retomamos novamente o esquema de efeitos metafóricos para explicitar as substituições que são realizadas após a NGB, então temos:



Desse modo, considerando a primeira (A B) e a última designação (F E), questionamos os efeitos de sentido produzido pelo deslizamento de uma designação à outra. “Complemento nominal” e “Adjunto Restritivo/Adjunto Adnominal” não podem mais ser considerados sinônimos. Nesse sentido, entendemos que designar o objeto de conhecimento também pressupõe uma tomada de posição de sujeito que repousa sobre um dado gesto interpretativo, e a relação de sinonímia está sempre sujeita ao deslize pelo funcionamento da metáfora.

Essas divergências em torno da terminologia gramatical que se estendem durante a primeira metade do século XX, principalmente, vão culminar com a implementação da NGB em 1959. Trata-se de uma intervenção do Estado sobre a produção do conhecimento sobre a língua que visa a uma política de controle da unidade da língua nacional. É nesse sentido que entendemos que a gramática pode se entendida também como um instrumento político que exerce seu poder por meio do controle da unidade da língua.

Considerações finais:

A partir do estudo desenvolvido, podemos compreender como se constitui o gesto interpretativo ao produzir conhecimento sobre a língua na gramática. Essas tomadas de posição do sujeito estão inscritas na história e no seio de uma formação discursiva com a qual o sujeito identifica-se. Por considerarmos a gramática um objeto de conhecimento produzido por sujeitos e na história, entendemos que é preciso questionar os horizontes de retrospecção em que os saberes inscrevem-se para compreender que as tomadas de posição de sujeito não se constituem por um efeito "barão de Münchhausen", onde o sujeito poderia se alçar pelos próprios cabelos para resistir à interpelação ideológica. As tomadas de posição são, portanto, históricas e determinadas pelo discurso e, por mais que o gramático seja um mau sujeito[4], ele é determinado pelo discurso com o qual se identifica.

A partir do questionamento sobre a relação entre o sujeito do saber e seu objeto de conhecimento, entendemos que a gramática constitui-se enquanto um instrumento imperfeito na medida em que o objeto sobre o qual se produz conhecimento não permite ser apreendido na sua totalidade. A não sobreposição do sujeito do enunciado ao sujeito universal pressupõe que a tomada de posição do sujeito está associada à forma como o sujeito apreende o seu objeto de conhecimento com base em seu gesto interpretativo.

Referências bibliográficas:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

BECK, Mauricio. *Aurora Mexicana: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso zapatista*. 185f Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Orlandi com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

[4] Relembrando, o mau sujeito é como Pêcheux designa a segunda modalidade de funcionamento subjetivo, o sujeito que se contra-identifica.

INDURSKY, Freda. A noção de sujeito em análise de discurso: do desdobramento à fragmentação. In: *Práticas discursivas e identitárias*: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Coleção Ensaios – PPG-Letras UFRGS, nº 22.

LUFT, Celso Pedro**.** *Gramática Resumida*. Porto Alegre: Globo, 1960.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso*:estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et.al). *Papel da memória.* Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Briguiet, 1957.

O REGIMENTO ESCOLAR COMO GÊNERO DO DISCURSO DOCUMENTAL: MATERIALIDADES NA PRÁTICA DISCURSIVA

Nádia Dolores Fernandes Biavati
Carla Cassiano de Almeida

Introdução

O presente texto retrata como regimentos de escolas de São João del Rei/MG representam alunos e professores em seus perfis, papéis e características, considerando-os como identidades que povoam o universo escolar. Tais identidades se representam especialmente a partir de uma materialidade discursiva especialmente construída e caracterizadas no gênero documental em questão, nem sempre produzido da forma como deveria ser, de maneira democrática. Propõe-se a discussão do tema "gêneros do discurso escolar", com enfoque voltado especialmente para o regimento escolar como documento construído na ordem da lei; ou seja, entendido como conjunto de materialidades que constituem prática de linguagem orientada para descrever, mas ao mesmo tempo, construir usos como acontecimentos que, discursivamente, manifestam relações sócio-históricas delineadas nas escolas, como elas se constituem, seus papéis e os papéis dos atores nessa instituição.

Des-naturalizar as práticas de linguagem é papel dos cidadãos, na medida em que, como sujeitos conscientes, devemos perceber e antever as ideologias que interpelam os sujeitos, observando nas ações e nas práticas as reproduções de valores que nem sempre cooperam com a igualdade entre os sujeitos e ações de justiça social.

O foco se concentra em compreender dentro do espaço institucional, como se delineiam perfis de alunos e professores representados nos documentos e suas práticas previstas nos regimentos. Nesse sentido, usamos conhecimentos do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2003; 2006), bem como aspectos da Linguística Aplicada voltados para os estudos dos gêneros discursivos/textuais. No desenvolvimento do estudo, consideramos

importantes também aspectos da Semântica da Enunciação para desenvolver nosso raciocínio, uma vez que reconhecemos os efeitos de sentido dos posicionamentos delineados a partir da materialidade, referenciando especialmente textos de Dias (2004) sobre elementos caros ao léxico que constituem os documentos, as formações nominais. Assim sendo, seguimos com um propósito voltado para compreender o processo enunciativo das identidades e práticas retratadas de diretores, professores e alunos no documento estudado.

No desenvolvimento do presente texto, em um primeiro momento, descrevemos aspectos importantes da Análise de Discurso Crítica como abordagem teórico- metodológica que utilizamos na investigação do objeto, três regimentos escolares. Em um segundo momento, caracterizamos a partir de conhecimentos e estudos sobre os gêneros, nuances do regimento como gênero documental. Por fim, analisamos peculiaridades do gênero regimento em três regimentos pesquisados, trazendo algumas constatações do estudo.

O olhar para as práticas discursivas pela ADC

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma abordagem voltada para o estudo da linguagem como parte da vida social. Um expoente significativo para essa abordagem é Norman Fairclough, linguista inglês que desenvolveu a Teoria Social do Discurso, aprofundando-a em estudos em obras de 2003; 2006 e 2010. Esta teoria se baseia na percepção de linguagem como parte irredutível da vida social que possui relação com outros elementos sociais, ou seja, a linguagem precisa da vida social porque é nela que a linguagem se realiza (FAIRCLOUGH, 2003).

O discurso é definido por Fairclough (2001) como forma de prática social, e de acordo com ele isso pode causar algumas implicações:

> Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999) o discurso pode ser analisado em pelo menos três dimensões: a práticasocial, o texto e a prática discursiva, de maneira mais pulverizada na análise e com um fortalecimento da análise da prática social. Nessa abordagem, discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais. E como um momento da prática social que age juntamente a outros momentos que possuem a mesma importância *(*CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 21), os regimentos escolares são gêneros que se juntam a outros momentos sociais para formar um construto enunciativo a ser levado em conta na análise.

Os estudos discursivos nos possibilitam compreender o funcionamento de instituições, especialmente a instituição escolar que é o nosso foco principal, porque os discursos que ali circulam estão carregados de manifestações socioculturais, crenças e ideologias que permeiam o espaço em que são produzidos. Os discursos vistos como prática social nos possibilitam levantar hipóteses sobre como esses estabelecimentos escolares são delineados, diante do contexto sociocultural exterior a este espaço, levando em conta que o discurso tomado como linguagem como prática social depende de outros elementos para se constituir.

Para Fairclough (2001), nas relações entre discurso, ideologia e poder, há uma opacidade que obscurece práticas e relações de dominação. Os estudos discursivos críticos se dão como um domínio que tenta desvendar essa opacidade, pois as relações entre discurso e poder nem sempre são evidentes nas relações sociais. Afirma-se isso porque as relações descritas nos regimentos são tidas e naturalizadas como assimétricas, situando a direção escolar, professores e alunos como que partes de uma pirâmide que se redesenha nas relações institucionais da escola. Através da ADC, é possível desvelar práticas e valores embutidos nos dizeres naturalizados nos documentos, bem como suas implicações, como parte de processos hegemônicos vinculadas a relações de poder e de dominação nas relações escolares. Desse modo, pela análise da materialidade e das construções histórico-sociais constitutivas dos documentos, focalizam-se valores, as práticas, identidades envolvidas nos documentos, bem como as relações desiguais naturalizadas por meio da linguagem nos documentos, os hábitos escolares e os costumes que cercam a cultura escolar.

A teoria social do discurso, desenvolvida na década de 1990 por Fairclough, é norteada na investigação voltada para a concepção de linguagem como prática social. Investigar linguagem como prática social significa que a noção de materialidade linguística não se basta em si, constitui-se a partir do dizer orientado- onde se diz, com que finalidade, orientado a partir de (quais) relações de poder. Ao mesmo tempo, toma-se o regimento como prática discursiva, na medida em que ele se revela como processo de produção, distribuição e consumo um sistema de conhecimentos e crenças. Ou seja, chama-se atenção para o regimento escolar como um gênero que se produz a partir de situação social típica, que invocaria em seu elaborar a participação de todos os sujeitos envolvidos na escola, o que nem sempre acontece. Outro aspecto que chama atenção é o fato de que o gênero é distribuído e consumido de maneira restrita, ou seja, nem sempre é divulgado, por exemplo, em um site da/sobre a escola.

Observar essas condições e suas implicações coaduna com o propósito da Semântica Enunciativa ao perceber que as materialidades sejam orientadas a partir de das historicidades, dos acontecimentos que se produzem orientados pelas ideologias. Nesse contexto, os sentidos são produzidos a partir das direções, de rede de escolhas consolidadas a partir do que se pensa ser o papel da escola e dos atores envolvidos no ato de administrar, ensinar e aprender. Um ponto comum de compreensão tanto para a ADC quanto para Semântica Enunciativa é que os dizeres não se produzem a partir da interioridade dos sistemas linguísticos, mas, sobretudo os discursos produzidos nas diversas maneiras de interação (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Tomamos a ADC como uma abordagem inter e transdisciplinar, ou seja, ela não se dá somente com a convergência entre teorias e visões disciplinares, transforma as ideias dessas teorias para que elas possam ser usadas na abordagem sociodiscursiva. Documentos oficiais das escolas constituem materialidades a partir de um tema que delineia os documentos, o conteúdo, ou seja, o modo de organização e configuração das materialidades, trazendo regularidades e regramentos passíveis de avaliação nas práticas escolares. Por fim, há uma sistemática que constitui a estrutura dos regimentos como documento que descreve, situando eventos discutidos e as decisões empreendidas nas reuniões em uma produção formal. Assim, a noção

bakhtiniana de linguagem socialmente ratificada levada para o Interacionismo Sociodiscursivo é considerada também na nossa visão, pois por ela se compreendem gêneros documentais escolares tomados por projeções de regularidades e principalmente de regramentos tomados no âmbito escolar que, se desrespeitados, assujeitam os alunos a sanções e punições.

De acordo com as ideias do Realismo Crítico, uma abordagem que sustenta ideias da ADC (RESENDE E RAMALHO, 2006), os momentos que fazem parte de uma prática social são o(s) discurso(s), atividade material, relações sociais e o fenômeno mental. A ADC focaliza relações dialéticas entre momento discursivo e outros elementos de (redes de) práticas sociais. Orientada linguística e socialmente, uma análise discursiva possibilita a compreensão dos regimentos como gêneros textuais que se constituem como documentos voltados para orientação das práticas escolares e de outras práticas fundamentais para a condução das relações sociais estabelecidas na escola. O significado representacional, discutido por Fairclough (2003) como uma rede de sentidos que representam identidades e práticas nas instituições, indica a percepção de representações dos atores sociais na escola a partir dos gêneros. As conduções dos sentidos envolvem reflexos das relações assimétricas que circulam, (re)produzidas pelos responsáveis pela escola, nesse sentido vale lembrar que ações demandam consequências: o regimento acaba por vezes aprovado pelo colegiado escolar sem que se faça uma devida reflexão dos efeitos (democráticos ou não) dessas práticas circulantes disseminadas pelos discursos que permeiam tal gênero. Essa discussão da pesquisa foi realizada em outro momento, mais especificadamente em texto disponível nos Anais do Enelin 2015, evento promovido pela Univás em outubro de 2015.

O gênero discursivo/textual

As instituições escolares se caracterizam por um conjunto de dizeres, que se constituem e se apropriam de outros dizeres institucionais e ao mesmo tempo, seguem e ditam o que deve e como deve ser feito na formação de alunos com o propósito de torná-los cidadãos. Enquanto instituições, as escolas são fundamentais para compreender como as sociedades, o desenvolvimento, o capitalismo e as

identidades culturais se constituem. Para entendermos o nosso objeto de estudo como prática discursiva, é necessário primeiramente definirmos o que é gênero e o que se constitui como gênero do discurso escolar.

Bakhtin (1992) define gênero como "tipos relativamente estáveis de enunciados". Ou seja, as formas de atuação social pela linguagem são usadas para efetivar ações que são previstas e/ou aceitas em âmbito institucional. Para o presente trabalho, compreendemos gêneros textuais como objetos dos discursos constituídos social e linguisticamente; por isso, tomamos esses termos (gênero textual e gênero discursivo), para o momento, como sinônimos. Nessa direção, são considerados como materialidade norteada a partir de visões que são construídas socialmente sobre como ser e agir no cotidiano escolar.

A partir do viés bakhtiniano, são tomadas três dimensões essenciais e indissociáveis determinadas pelos parâmetros da situação de produção e *apreciação valorativa* do locutor no que diz respeito a tema(s) e interlocutor(es). Conforme explicado por Bakhtin (1953/ 1979), pode-se compreender e problematizar o conjunto de aspectos que se fazem presentes nas manifestações verbais concretas. Na visão bakhtiniana, essas manifestações são entendidas e formam um chamado modelo discursivo. Tal modelo é retomado Rojo (2005) em sua constituição, a partir do qual os gêneros do discurso são compostos pelas referidas dimensões: tema, forma composicional e marcas linguísticas (estilo).

> - os *temas* – conteúdos ideologicamente conformados – que se tornam comunicáveis (dizíveis) através do gênero;
> - os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero *(forma composicional);*
> - as configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero *(marcas linguísticas ou estilo)*. (ROJO, 2005, p. 196).

Considerando essa perspectiva fundamentada pelas ideias de Bakhtin, os enunciados não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos sem referência aos elementos de sua situação de produção; assim sendo, é necessário saber quem fala e para quem se fala, de qual local se dirige o enunciado e com que objetivo ele se dá. Dessa maneira, os gêneros são tomados como esferas de uso da linguagem, originados fundamentalmente a partir da prosificação da cultura letrada (MACHADO,

2014), em que as instâncias de uso da linguagem adquirem valor de realização discursiva, voltada para a vida social.

Para Rojo (2005), são as relações sociais institucionais e interpessoais dessa parceria, vistas a partir do foco da *apreciação valorativa* do locutor, que determinam muitos aspectos temáticos, composicionais e estilísticos da produção textual. Entretanto, para ela, as relações entre os parceiros da enunciação não se dão somente por textos, em um vácuo social, pois são estruturadas e determinadas pelas formas de organização e de distribuição dos lugares socais nas diferentes instituições e situações em que os discursos são produzidos, consumidos e distribuídos. Fica evidente, portanto, a importância das esferas comunicativas *(esferas do cotidiano; esferas dos sistemas ideológicos constituídos)* designadas por Bakhtin/Voloshinov.

Ainda fundamentado em uma visão bakhtiniana, o gênero funciona como um *modelo*, como uma *representação integrante* que determina um horizonte de expectativa (JAUSS, 1970 apud SCHNEUWLY; DOLZ, 1999) para os membros de uma comunidade confrontados às mesmas práticas de linguagem (CANVAT, 1996 apud SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Nessa perspectiva, o gênero é imediatamente reconhecido como uma evidência, pois se impõem na prática como uma forma evidente que seu enunciado deve tomar, ou seja, deve ser um enunciado salvo, claro, bem entendido, constituído de suas marcas características na ação social.

Em uma leitura sociointeracionista discursiva, Schneuwly e Dolz (1999) definem gêneros como constitutivos das atividade de linguagem. Para eles, os conteúdos e os conhecimentos se tornam dizíveis através dos gêneros. Esses gêneros são atividades de linguagem que partilham elementos das estruturas comunicativas e semióticas. Constroem-se em unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura. Dessa forma, o gênero perpassa a heterogeneidade das práticas de linguagem, implicando uma série de *regularidades* no uso. Essas *regularidades* caracterizam pelas dimensões partilhadas pelos textos pertencentes ao gênero que lhe conferem uma estabilidade.

O gênero aqui tratado é visto como meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, mais especificamente no modo como os documentos permeiam e regem as práticas institucionais, refletindo, assim, no modo como o ensino

é visto e tratado pelos atores sociais escolares. A partir de relações entre escritas e contextos surgem gêneros textuais e formas comunicativas, utilizando terminologias e expressões típicas do universo escolar e da institucionalização de regularidades e regramentos. Os regimentos se consolidam como um documento legislador a partir de outras leis.

Segundo Marcuschi (2001), as atividades sociais se dão em gêneros, usados nos mais variados contextos da vida (trabalho, escola, dia-a-dia, família, vida burocrática, atividade intelectual). Acreditamos que os regimentos são gêneros da esfera documental, por isso se instauram pelo tipo discursivo descritivo- injuntivo. Segundo Schneuwly e Dolz (1999), a particularidade da situação escolar reside no seguinte fato que torna a realidade bastante complexa: há um *desdobramento* em que o gênero não é tomado como instrumento de comunicação, mas como forma de interação e, ao mesmo tempo, objeto de ensino/aprendizagem. Nessas condições, um regimento escolar se caracteriza, em síntese, como:

i)texto regulador das práticas escolares, inspirado em outros regulamentos, apresenta as regularidades de outros documentos dessa natureza, tanto é que apresenta uma estrutura linguística típica de verbos descritivos para esse universo, expressões modalizadoras, etc.

ii) prática de linguagem interpelada pelas ideologias que perpassam tanto a escola pública quanto a escola particular, seguindo um discurso estatal se considerarmos a primeira e mais empresarial se tomada por regramentos dessa última;

iii) o regimento é atravessado por discursos que se constituem a partir das instituições e orientam os movimentos dos atores sociais, obedecendo às hierarquias estabelecidas para essas instituições. Nesse sentido, salienta papéis das identidades que ali circulam, como a direção/coordenação escolar, os professores e os alunos;

iiii) é ação que pretende conformidade aos preceitos estabelecidos, exatamente porque é tangenciada pelas demandas sociais em que prevalecem e naturalizam as relações desiguais de poder.

Em uma implicação sobre a prática discursiva dos regimentos, acreditamos que tal documento pode ser artificialmente construído, se baseado em outro regimento, de

outra escola, simplesmente para cumprir o papel de documentação oficial da instituição. Se tomado dessa maneira, o gênero toma contornos de prática discursiva fictícia, se não for realmente produzida e distribuída democraticamente, com participação dos atores sociais escolares, tornando-se, portanto, prática de linguagem artificial no cotidiano escolar.

Assim, os gêneros documentais são práticas de linguagem ativas no universo escolar. Isso porque tais gêneros não devem ser tomados com um único propósito de exercício da linguagem para compor a dinâmica escolar: deve ser, sim, discutido democraticamente e produzido conforme participação de todos os atores sociais envolvidos nessa dinâmica escolar. É também uma atividade linguageira em que perpassam inúmeros discursos que regem a prática institucional escolar. O que tratamos de gênero documental aqui é produção permeada de e constitutiva das regras institucionais. No regimento, é possível perceber, em sua materialidade, como as expressões linguístico- discursivas operam para consolidar um sistema de conhecimentos e crenças que cercam a realidade escolar. No presente trabalho, tomamos determinadas formas nominais para analisar como se manifestam valores e crenças sobre docentes, discentes e demais atores sociais nos documentos analisados .

Sobre a materialidade discursiva no acontecimento enunciativo

No contexto em questão, trabalho e escola dialogam, uma vez que a instituição de ensino é tida como um lugar de trabalho para docentes, membros da direção e demais funcionários, e nesse âmbito, um regimento passa a ter legitimidade na medida em que se descrevem fins da educação, o papel dos professores e dirigentes, do corpo pedagógico. As materialidades operam a partir de um contexto (MARCUSCHI, 2001), as regularidades se definem no documento não apenas com a distribuição de tarefas, mas as características das atividades que devem ser dedicadas a cada ator social da escola. Nesse sentido, os processos (ações) descritas aos atores sociais do corpo pedagógico se dão como: orientar, identificar, analisar, etc.. Descreve-se também o conjunto de delegação de tarefas de ações dirigidas a professores, fato muito comum nos contextos escolares, introduzido em descrição nos

regimentos por elementos linguístico- discursivos, tais como: orientar, encaminhar, promover, utilizar, coordenar.

No regimento, o aluno é tomado em regularidades e regramentos, em práticas de linguagem que são, em parte, projetadas, fictícias, uma vez que os dizeres sobre os alunos são previstos no documento como previsão do cotidiano escolar e, a partir do dito, não há garantias efetivas do realizável. Se efetivamente realizadas, as ações mobilizam sentidos cabíveis para o corpo docente e administrativo escolar. Além disso, ações representadas em regimentos analisados implicam passividade do ator escolar aluno se considerada a rede de sentidos trazidos nas regularidades descritas do cotidiano escolar.

Regimentos: Verbos- Sentidos mobilizados e(m) ações dos atores sociais envolvidos na escola

	Escola A (pública)	Escola B (privada)	Escola C (confessional)
Professor	Elaborar, cumprir e fazer, manter, comparecer, participar, respeitar acompanhar, cumprir, participar, manter.	Cumprir, comparecer, manter, satisfazer, executar, participar, acatar, elaborar, proceder, esforçar-se, zelar.	Cumprir, comparecer, satisfazer, participar, manter, acompanhar, proceder.
Aluno	Obedecer, executar, comparecer, apresentar, comunicar, permanecer, contribuir, abster-se, colaborar.	Aplicar, atender, frequentar, respeitar, cumprir, observar, zelar, possuir, comparecer, pagar, contribuir.	Obedecer, comparecer, comunicar, zelar, contribuir, frequentar, respeitar.
Direção	Representar, zelar, coordenar, apoiar, adotar, organizar, conduzir, indicar	Deverá, presidirá, promover, planejar, organizar, dirigir, zelar, convocar,	Deverá, zelar, representar, planejar, organizar.
Instituição	Atender, respeitar, aproveitar, reforçar, trabalhar, atuar, desenvolver.	Ministrar, comprometer, atender, disponibilizar, executar.	Ministrar, comprometer, atender, disponibilizar, executar, desenvolver.

Algumas formações nominais (FN) presentes nos documentos analisados

Segundo Dias (2013), a constituição de uma formação nominal (FN) se dá pela união da informação extralinguística que é carregada de significados produzidos a partir dos efeitos de sentido que se projetam sobre essas expressões. Baseando-se em Foucault (1986), Dias (2003) argumenta que para uma “formação nominal” ser identificada e nomeada, ela precisa se submeter a uma norma existencial que é concebida e entendida no discurso.

> Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. As FNs abrigam a base desse

> referencial, isto é, desse campo de emergência das entidades extralinguísticas. Na medida em que ganham identidade nesse referencial, a ordem de objeto extralinguístico não se sustenta, pois essas entidades passam a ser constituídas por uma ordem do próprio enunciado, do 152 pertinente na enunciação histórica. Assim, uma FN é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio referencial (DIAS, 2013, p. 15).

Assim, podemos dizer que o que constitui as formações nominais são escolhas que designam e mobilizam sentidos para qualificar determinados dizeres. Essa produção é permeada pela memória discursiva trazida da função escolar, de como professores, alunos e coordenadores devem se comportar e conduzir suas atividades. As formulações remetem às ideologias produzidas sobre dar aulas, coordenar escolas e ser aluno(s), condizentes com uma atualidade dessas funções. Ou seja, é na enunciação que se dá o acontecimento de produção do(s) enunciado(s) (GUIMARÃES, 1995) que cercam os regimentos. O acontecimento enunciativo da produção cotidiana escolar oferece condições para referenciar o dizer e identificar o lugar em que são enunciados dizeres sobre os alunos, os professores, seus papéis e suas contribuições para a dinâmica escolar, aspectos que fundamentarão a produção dos regimentos. Os acontecimentos passíveis de registro na escola são os que definem essas regularidades, conduzindo sentidos apropriados para o registro a partir de uma rede de escolhas a um gênero documental. Da mesma maneira, é pelo acontecimento enunciativo que se evidenciam os regramentos escolares nos regimentos, na maneira como se registram os aspectos nos documentos e o que se deve fazer na instituição. Para Dias (2013), o acontecimento se delineia dentro de espaços, nos quais os traços de memória parecem na atualidade do enunciar, considerando, assim, a formulação de encaixes de dependência nas articulações em torno do nome. Desse modo, uma FN ocorre e funciona a partir de “traços” por meios dos quais os elementos se constituem na realidade enunciada. Desse modo, as formações nominais, se dão, “em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação” (DIAS, 2013, p. 16). Por se instalar no nível da formulação, compreendemos que as formações nominais e as manifestações verbais efetivam como prática discursiva, com mecanismos próprios de “produção, distribuição e consumo”.(FAIRCLOUGH, 2001)

Através dos estudos de Dias, podemos considerar que as formações nominais (ou FN) projetam discursos sobre os atores sociais envolvidos na escola. Por meio das formações nominais, valores e formas de verem o mundo são afirmadas, o que significa formar dizeres projetando uma realidade sobre professores, diretores e alunos, ao serem nomeados no documento. Nessa perspectiva, a formação nominal carrega um potencial de afirmação, em que palavras e expressões são bases temáticas, para serem afirmadas pelos verbos, transformando-os em unidades do dizer historicamente situado e relevante.

Nos documentos analisados, percebe-se que as formações nominais são recorrentes, formas de condutas lexicais para designar os principais atores sociais educacionais e(m) sua instituição de ensino. Desse modo, a potencialização afirmativa na escolha das FN implica uma memória discursiva sobre a qual remetem ações previstas, em um contexto educacional, para uma determinada instituição. Se vistas de um viés ideológico marcado pela profissionalização docente e de administração escolar, percebem-se identidades com ações de responsabilização pelos atos recorrentes na escola. Da mesma maneira, alunos são retratados como parte passiva das realidades escolares, com ações constituindo efeitos de sentido de submissão aos processos, pois nesse âmbito destacam-se ações passíveis a esses atores: obedecer, permanecer, contribuir, colaborar.

Mecanismos de Nomeação

	Escola A (pública)	Escola B (privada)	Escola C (confessional)
Professor	Docente, professor, profissional da educação, educador, profissionais da escola.	Docente, professor, profissional da educação.	Docente, professor, profissional da educação, educador.
Aluno	Discente, educando, aluno, aluno especial, aluno com deficiência, alunos dos ciclos iniciais e finais.	Discente, aluno, educando, aluno em situação especial.	Discente, aluno, educando, aluno em situação especial.
Direção	Diretor, vice diretor, diretoria, representante da instituição, responsável pela instituição estadual.	Diretor, vice- diretor, administrador da instituição, diretoria.	Diretor, vice- diretor, diretoria.
Instituição	Escola, instituição de ensino, ambiente escolar.	Colégio, instituição de ensino.	Instituição de ensino, Instituto, escola.

Percebe-se que em geral não há variação dos nomes atribuídos aos alunos nas escolhas das FN que os definem nos documentos estudados. Por outro lado, a FN "administrador" é atribuída à direção escolar no documento da escola privada, uso que não aparece no documento da escola pública, reafirmando o papel de responsabilidade gestora desses atores sociais na memória discursiva da instituição particular. Como escolha de gestão, cabe observar que na produção desse regimento da escola privada nem sempre as escolhas linguístico-discursivas se originam de uma visão democrática: nessa escola, o documento traz um perfil desejável do público alvo da escola, o que acaba sendo excludente a outras opções de alunos, de público para essa escola. Isso pode ser uma mostra de que há mais chances de os regimentos de origem pública se delinearem como um gênero que se fundamenta em práticas democráticas, isso se realmente na prática discursiva se garantir uma produção apoiada em ideias democráticas e acompanhada pelos atores sociais representados- professor, aluno e corpo pedagógico/ administrativo. Se assim o for, é possível melhor contribuição dos regimentos para o andamento das atividades escolares.

Considerações Finais

Os regimentos escolares são gêneros documentais cujas características foram discutidas no presente texto. Por meio deles, são retratadas ações e formações nominais que manifestam uma materialidade discursiva ligada às ideologias que em muito influenciam a ordem escolar atual, seja estatal se ligada à ordem discursiva de domínio público; seja empresarial, se a escola for privada. Pela ADC, foi possível discutir pelo viés do significado representacional uma rede de conhecimentos e crenças que circulam no gênero regimento, identificando representações dos atores sociais materializadas em formações nominais e ações características das identidades desses atores estabelecidas por meio do consenso fundado no documento regimento.

Nesse gênero, chama a atenção como os atores sociais são retratados de maneira característica em formações nominais que representam as identidades de alunos, direção e professores em campos opostos. No caso das escolhas trazidas na representação da direção escolar, a FN “administrador” se representa especialmente no documento da escola privada, como um caminho que diferencia um papel da direção escolar no desenvolvimento das atividades de gestão.

Por fim, verifica-se quão é importante discutir as ações que representam o papel de cada ator na escola, na medida em que as escolhas representam nos documentos pesquisados os processos que marcam ações mais ativas dos professores e direção, ao passo que mais passivas aquelas atribuídas aos alunos. Se se discutir democraticamente o papel de cada identidade na escola, é possível que as ações dos alunos se tornem mais amadurecidas e prontas para se tornarem não tão opostas, mas condizentes com uma condução democrática na instituição.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhaïlovich. *Estética da criação verbal*. Livraria Martins Fontes, 1992.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press, 1999.

DE MELO RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. Editora Contexto, 2006.

DIAS, Luiz Francisco; DA SILVA, Eloisa Elena Resende Ramos. FORMAS NOMINAIS DESIGNATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL FEMININO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA. *Revista (Con) textos Linguísticos*, v. 9, n. 12, p. 149-161, 2015.

DIAS, Luiz Francisco. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, n. 46, p. 11-22, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and globalization*. Routledge, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. _____. *Discurso e mudança social. Brasília: UNB*, p. 89-131, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e enunciação. *Organon*, v. 9, n. 23, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. Cortez Editora, 2000.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 184-207, 2005.

SCHENEWLY, B; DOLZ J. *Gêneros orais e escritos na escola*. SP: Mercado de Letras, 1999.

A MULTIFACE DO VOCATIVO NO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

Neuza Zattar[1]
UNEMAT

O discurso da gramática tradicional tem se pautado na instrumentalização da língua, no sentido de normatizar o seu uso como um modelo padrão para fins de identificação e classificação de categorias, relações e funções das formas linguísticas não sujeitas ao equívoco, à falha, ao deslizamento de sentidos. No entanto, esse discurso tem sofrido rupturas que se refletem no que diz Orlandi (2002, p. 196): "Não falamos mais da *função* da gramática, mas do *funcionamento* da produção de um saber sobre a língua na relação desta com o sujeito e a sociedade na história".

Neste estudo, vamos tomar um dos campos disciplinares da gramática, a sintaxe, "que estuda as relações que as palavras estabelecem entre si quando se organizam em orações [...] e procura detectar a maneira de as partes da linguagem se estruturarem para formar enunciados comunicativos". (NICOLA; INFANTE, 1991, p. 240). Nessa definição, atribui-se à formação de enunciados comunicativos a estrutura oracional e não os sentidos que o enunciado pode produzir em determinadas condições, considerando que o sentido das formas da língua "não é construído pelo sentido de suas partes, mas pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto". (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

No campo disciplinar da sintaxe, destacamos, dentre os termos da oração, o vocativo, classificado pela gramática tradicional como uma unidade à parte, que se apresenta como uma categoria independente da estrutura oracional, e empregada sob uma variedade de formas linguísticas para interpelar e/ou nomear os interlocutores. No entanto, outras questões se colocam sobre o funcionamento do vocativo: a) que outra atividade linguística comportaria o uso do vocativo?; b) que outros sentidos

[1] Profa. do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da UNEMAT/Cáceres-MT. neuza.zattar@gmail.com

podem lhe ser atribuídos no funcionamento da língua?; e c) qual a sua relação com os sentidos do enunciado em que se instala?

Pensando a multiface lexical, sintática e semântica do vocativo, propomos analisar o funcionamento do vocativo na perspectiva semântico-enunciativa, por considerar que no acontecimento, segundo Dias (2013a, p. 230),

> o enunciável se faz pertinente na relação entre traços de memória (DIAS, 2012), advindos de enunciados outros, em outros tempos e lugares, e uma demanda atual, com vistas a significar o presente. Assim, as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade (da memória).

Para este estudo, vamos mobilizar inicialmente as gramáticas brasileiras de Celso Cunha (1979) e Evanildo Bechara (2001), mostrando o lugar que o vocativo ocupa na oração gramatical a partir da definição formulada por esses gramáticos, e outras possibilidades do funcionamento desse termo que a gramática tradicional não registra.

Passamos ao estudo do vocativo nas gramáticas selecionadas.

1. O Vocativo nas Gramáticas Brasileiras

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (5. ed., 1979), de Celso Cunha, o vocativo é definido como "um termo não subordinado a nenhum outro termo da frase. Serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada" (p. 167). O gramático complementa dizendo que o vocativo é um termo de entoação exclamativa.

Exemplos:

(a) "– Cumprirei as vossas ordens, **meu pai**."

(b) "Deus te abençoe, **rapaz!**"

Observamos que os exemplos (a) e (b) não contemplam a definição gramatical do vocativo, a de um termo independente que não estabelece nenhuma ligação com os termos das orações, tendo em vista que os vocativos "meu pai" em (a) e "rapaz" em (b) fazem referência e/ou ligam-se aos termos oracionais "as vossas ordens" e ao

pronome “te”, respectivamente, estabelecendo um lugar de relativa subordinação com esses termos.

Essa observação no levou a pesquisar exemplos que mais se aproximam da definição de vocativo na gramática de Celso Cunha, como “**Meu pai**, vou partir” e “Dormirei em casa, **mamãe**!”, que evidenciam, ao contrário dos exemplos analisados, a independência do vocativo com os termos das orações, ou seja, o vocativo não incide sobre esses termos.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (37. ed., 2001), encontramos uma definição do vocativo separado da estrutura argumental da oração e desta pela entoação:

> Desligado da estrutura argumental da oração e desta separada por curva de entoação exclamativa, o vocativo cumpre uma função apelativa de 2º pessoa, pois por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos:
> a) **José**, vem cá!
> b) **Felicidade**, onde te escondes? (Idem, p. 460)

Nos exemplos acima, os vocativos também ligam-se e/ou conectam-se aos sujeitos elípticos (você) em “a” e (tu) em “b” das orações, cumprindo uma função apelativa de 2ª. pessoa. A relação entre o vocativo e o termo oracional ao qual se refere é crucial para se identificar linguisticamente o sujeito oracional, pois se omitirmos o vocativo,os sentidos da oração ficam comprometidos,uma vez que o sujeito perde a sua identificação nominal constituída pelo vocativo.

Pelas definições e exemplos apresentados, observamos que, além do chamamento e da entoação, o vocativo nas orações gramaticais estabelece relativa dependência ou subordinação com o termo oracional ao qual se liga, geralmente representado por pronomes reto, oblíquo ou de tratamento.

Pelo étimo da forma *vocativo* [lat. *vocativus*, do v. *lat.voco.as.ävi.ätum.äre* ‘chamar, dirigir a palavra a alguém][2], observamos nas definições gramaticais que esse sentido se mantém pelo memorável das enunciações em que o vocativo é definido.

---

[2] Cf. *Dicionário Houaiss*, 2001, p. 2877.

É unânime entre os gramáticos que o vocativo é um termo independente da estrutura da oração e que tem uma função apelativa.

O vocativo, ao estabelecer o seu alocutário, instala práticas institucionais (correspondências oficiais, comercias), familiares (cartas, e-mails), discursos formais e informais, e práticas linguajeiras do dia a dia, determinando a sua relação com o interlocutor. Nesses acontecimentos de linguagem, o sujeito para quem se fala é interpelado pelo nome próprio, pelo apelido, por diminutivos afetivos e outras expressões, antepostos pelos pronomes "tu", "você", "senhor(a)", conforme a relação social entre quem diz e a quem se diz, como nos exemplos:

a) **Maria**, você vai ao cinema?

b) **Professo**r, o senhor vai recolher os trabalhos hoje?

Nesses exemplos, os vocativos "Maria" e "Professor" são representados nas orações pelos pronomes de tratamento "você e senhor", os sujeitos gramaticais, com os quais estabelecem uma relativa dependência. Nesses exemplos ocorre o grau de informalidade (você) e formalidade (senhor) construído nas relações de linguagem entre quem diz e aquele a quem se diz. O emprego de pronomes de tratamento relaciona-se com a forma de tratamento determinado pelo lugar da pessoa a quem se dirige, de modo que "os vocativos podem se revestir de diferentes matizes de formalidade e estabelecer "um elo semântico que os mantêm de certa forma dependentes" das formas de tratamento. (MUNDIN, 1981, p. 07).

Outra questão a ser observada no emprego do vocativo é a correferência, definida por Jean Dubois et al. (97/98, p. 158), como "nomes que designam a mesma referência", isto é, "são correferentes do mesmo objeto". Assim, pode-se dizer que a correferência existe quando o valor referencial do nome ou pronome e do seu antecedente convergem para o mesmo objeto, seja do mundo extralinguístico, real ou imaginário.

No exemplo (a), acorreferência se dápela relação existente entre os termos "Maria" e "você" que referem a mesma entidade do mundo (o correferente). Da mesma forma, no exemplo (b), "Professor" e "senhor" designam a mesma referência (objeto do mundo extralinguístico). A correferência, nesses casos, permite que o vocativo e o termo ao qual se refere compartilhem um mesmo referente.

Observamos, pela multifunção do vocativo, que é possível dizer também que nem sempre esse termo faz o chamamento de forma direta, mas intermediado pelo sujeito gramatical representado geralmente por pronomes retos e de tratamento.

Nesse percurso, verificamos que questões como a relativa dependência do vocativo com os termos oracionais, os níveis de formalidade e informalidade pela relação social estabelecida entre o vocativo e o interlocutor, a correferência, bem como o chamamento intermediado pelo sujeito oracional, não foram colocadas ainda em discussão nas gramáticas pesquisadas.

Para fundamentar a nossa proposição, vamos percorrer os estudos de Émile Benveniste sobre a enunciação, por compreender que o vocativo, pela sua função de interpelação/chamamento, implica uma relação de linguagem entre um Locutor, aquele que diz, e um Alocutário, aquele a quem o dizer é dirigido.

2. Locutor/Alocutário: os interlocutores da enunciação

Émile Benveniste (1995), ao pesquisar questões referentes a uma linguística da fala diferente da que vinha sendo desenvolvida, se coloca na vanguarda ao tratar a subjetividade na língua como a "marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da subjetividade e as categorias da pessoa dos pronomes e do tempo"[3].

Para o linguista, "a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito" (1995, p. 286), pois é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. Desse modo, o sujeito que havia sido excluído dos estudos linguísticos, desenvolvidos por Saussure, retorna com Benveniste e se coloca na origem da linguagem.

A enunciação é definida por Benveniste (1989, p. 82) como "a colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização". Ou seja, o sujeito se

[3] Cf. Prefácio do livro *Problemas de Linguística Geral* I, 4. ed., 1995.

apropria da língua e/ou das formas que a língua contém para enunciar, e é esta operação linguística que faz a língua significar, semantizar.

Em relação à língua, enquanto realização individual, a enunciação pode ser definida como uma relação do locutor com a língua, na qual o sujeito enuncia sua posição de locutor, porque, segundo o autor (1995), a organização da língua permite a cada locutor apropriar-se dela designando-se como "eu". Antes da enunciação, a língua é pensada como possibilidade e, depois da enunciação, ela é efetuada em uma instância de discurso que emana de um locutor para um ouvinte, suscitando uma outra enunciação de retorno, constituindo um diálogo enunciativo. Essa condição de diálogo, "que é constitutiva da *pessoa*, implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por ***eu".*** (Idem, 1995, p. 286).

Outros elementos caracterizam a enunciação de Benveniste (1989, p. 85-87): "o **sujeito** que dispõe de um aparelho de funções para influenciar de algum modo o comportamento do ouvinte; a **temporalidade** que tem o presente como origem; e a **estrutura do diálogo**, em que duas figuras na posição de parceiros são alternadamente protagonistas da enunciação". Essa dialogia em Benveniste configura-se como uma troca constante entre um EU e um TU, instaurando-se a intersubjetividade. (Grifo nosso).

Segundo Benveniste (1989), o aparelho de funções, do qual o enunciador dispõe, compreende: a **interrogação,** a **intimação** e a **asserção.** Especificamente a segunda, é pensada como uma enunciação constituída sob a forma de ordens, apelos concebidos em categorias como o **imperativo**, **o vocativo.** (Grifo nosso)

A partir desse aparelho de funções, tomaremos alguns exemplos para observar que embora o vocativo apareça como uma categoria específica da função *intimação*, ele pode também emergir na enunciação sob as funções interrogativa e assertiva. Vejamos os enunciados:

a) Interrogação: Pedro, você fez a tarefa?

b) Intimação: Pedro, não deixe o recinto.

c) Assertiva: Pedro, a minha resposta é sim.

Em (a), (b) e (c) temos um locutor que requer do vocativo, representado pelo alocutário Pedro, uma enunciação de retorno a partir de uma pergunta, uma ordem e de uma resposta à proposição positiva, respectivamente.

Benveniste (1995) desenvolve um estudo sobre os tempos do verbo em francês, distribuindo-os em dois *sistemas* distintos e complementares que manifestam dois planos de enunciação: o histórico e o discursivo. Resguardados os tempos verbais que caracterizam cada plano de enunciação, a enunciação histórica exclui as marcas da enunciação subjetiva, e a enunciação discursiva apresenta as marcas da subjetividade da pessoa e compreende toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. Neste plano, é possível o surgimento do vocativo, dada a relação entre os interlocutores.

Aberto o caminho para se pensar outros funcionamentos do vocativo, vamos centrar nossa atenção em alguns dos conceitos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), que serão apresentados para explicar como se dá esse funcionamento nas cenas enunciativas, uma vez que “qualquer expressão linguística funciona, de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos”. (Idem, 2009, p. 50).

3. A Semântica do Acontecimento e o Vocativo

A Semântica do Acontecimento, disciplina teórica desenvolvida por Guimarães (2002), considera que a análise do sentido da linguagem deve se dar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer.

Para o autor (2011, p. 86), “o acontecimento se caracteriza pela constituição de uma temporalidade particular. O acontecimento não é o que ocorre no tempo, numa cronologia, ele se caracteriza por constituir um passado, um presente e um futuro de sentidos”. Por esse conceito, o acontecimento (o que se diz) só é possível porque recorta um passado como memorável, projetando possibilidades de novas enunciações. E é só desse modo que o que se diz significa e constitui uma nova temporalização.

Para explicar que a relação entre língua e falante se dá em espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, por considerar que a língua é dividida no sentido de ser atravessada politicamente, Guimarães (2002, p. 18) define espaços de enunciação “como espaços de funcionamento de línguas, nos quais os sujeitos se dividem por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”, ou seja, são espaços políticos em que os sujeitos disputam incessantemente o direito ao dizer. Observa-se que o falante, para o autor (Idem), não se dá como uma figura empírica, como em Ducrot, mas como uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. É com esteestatuto queo falante é instituído entre as figuras da enunciação.

As figuras enunciativas de Guimarães compreendem o Locutor (L), que se representa como fonte do dizer, o locutor-x, afetado pelos lugares sociais que o autorizam a dizer, de um certo modo e em uma certa língua, e o enunciador, constituído pelo apagamento do lugar social do locutor. O autor distingue o Locutor do lugar social do locutor, por entender que o Locutor só se constitui como tal se for predicado por um lugar social (locutor-x). Já os lugares de dizer se apresentam como se fossem constituídos independentes da história e correspondem aos enunciadores que se apresentam como lugares próprios de uma história sob vários tipos: individual, genérico, coletivo e universal.

A cena enunciativa se constitui no espaço de enunciação, e se caracteriza, segundo Guimarães (2002, p. 23), “por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras de enunciação e as formas linguísticas”, ou dizendo de outro modo, uma cena enunciativa, modo de assunção ao dizer, é constituída de falantes e de línguas. Na cena, as figuras de enunciação são distribuídas pelos lugares sociais, Locutor e locutor-x, Alocutário, alocutário-x, e pelos lugares de dizer, os enunciadores.

Na perspectiva de que a língua funciona afetada pelas enunciações járealizadas, a função gramatical do vocativo ganha um novo estatuto semântico pela constituição de seu funcionamento no acontecimento de linguagem.

Nessa perspectiva, Guimarães (2011, p. 52) concebe o vocativo como a expressão que “instala a cena enunciativa e pode constituir lugares sociais de sujeitos diversos”. Diz ainda que o vocativo “não é simplesmente um modo de estabelecer uma

relação com o interlocutor, é bem mais que isso, é a própria constituição desta relação, na medida em que significa as divisões do falante na cena enunciativa".

Essas considerações nos levam a dizer que a instalação do vocativo (o alocutário), na cena de enunciação, se dá pelo agenciamento do Locutor que assume a palavra e se coloca no lugar de quem enuncia, estabelecendo relações, conforme os lugares sociais dos interlocutores no acontecimento do dizer.

4. Análise

Para a análise do funcionamento do vocativo na perspectiva de uma semântica enunciativa, vamos tomar cinco recortes de pronunciamentos/discursos proferidos pela presidente Dilma Roussef, em momentos históricos a distintos interlocutores.

> **R1**. **Trabalhadores e trabalhadoras**,
> Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. **Vocês** que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário. [...]. (Pronunciamento feito no Dia do Trabalho, em 1º de maio de 2014[4]).

Na cena (R1) em que os trabalhadores são saudados no Dia do Trabalhador, o enunciado vocativo "Trabalhadores e trabalhadoras" constitui os alocutários, sem as formalidades protocolares previstas no cerimonial presidencial. Nessa cena, pressupõe-se que os alocutários estabelecem com o locutor, representado pela chefe da nação, uma relação política construída sócio-historicamente pela filiação da presidente ao Partido dos Trabalhadores, ou seja, que os alocutários comungam as mesmas ideias, os mesmos valores e os mesmos objetivos[5] que o locutor.

---

[4] Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-o-dia-do-trabalho. Acesso em: dezembro de 2014.

[5] Para Perón (1986), o discurso político comporta dois tipos de destinatários: o positivo e o negativo. O positivo corresponde a um receptor que, segundo o autor, participa das mesmas ideias, adere aos mesmos valores e perseguem os mesmos objetivos que o locutor.

O vocativo “Trabalhadores e trabalhadoras” introduz a cena enunciativa e designa os alocutários que aparecem divididos por outras categorias pelos lugares sociais que o especificam, como podemos ver no enunciado: “Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios”. A designação, conforme Guimarães (2002, p. 9), é compreendida como a significação de um nome “não enquanto algo abstrato, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.” Nessa linha, a designação diz respeito ao modo de apreensão do real pelo(s) sujeito(s), o que dá à designação o caráter de instabilidade, próprio das relações semânticas da linguagem.

O vocativo “Trabalhadores e trabalhadoras” universaliza os trabalhadores e as trabalhadoras do país (públicos, privados, autônomos, entre outros), e significa, na cena de enunciação, pelo memorável das conquistas dos trabalhadores brasileiros ao longo da história e do que representam para as atividades econômicas e políticas do país. Na cena enunciativa em estudo, os sentidos do vocativo ampliam-se pelo modo de significar na sua relação com o locutor na enunciação do pronunciamento presidencial.

R2. (SE1) Embaixador Sam Kutesa, Presidente da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas,
Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,
Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e Senhores,
Para o Brasil – que tem a honra e o privilégio de abrir este debate – é grande a satisfação de ver na Presidência desta Sessão da Assembleia Geral um filho da África. [...].

(SE2) Senhor Presidente,
Abro este Debate Geral às vésperas de eleições, que vão escolher, no Brasil, o Presidente da República, os Governos estaduais e grande parte de nosso Poder Legislativo. [...] (Discurso na Abertura da 69ª Sessão Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24/09/2014[6]).

[6] Disponível em: http://mudamais.com/daqui-pra-melhor/discurso-completo-da-presidenta-dilma-na-abertura-da-69a-sessao-da-onu-2409 Acesso em: janeiro de 2015.

Dividimos o R2 em duas sequências enunciativas por considerar que o vocativo, no discurso de abertura da ONU, instala alocutários diversos, hierarquizando as relações de políticas internacionais.

Na SE1, a ordem de precedência dos vocativos é determinada pelas normas do cerimonial da Presidência da República[7], nas solenidades oficiais realizadas no Brasil e nas Missões Diplomáticas. Por essa ordem, os dois primeiros vocativos instituem as principais autoridades da Assembleia Geral das Nações Unidas "Sam Kutesa" e "Ban Ki-moon", cuja identificação é crucial para que o funcionamento do nome na enunciação faça referência a essas autoridades.

Aos vocativos "Sam Kutesa" e "Ban Ki-moon, que constituem os interlocutores mais importantes da Assembleia, seguem-se os respectivos apostos, "Presidente da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas" e "Secretário-Geral das Nações Unidas". Esses apostos, que especificam as autoridades no discurso da presidente do Brasil, podem funcionar como apostos explicativos que, conforme Dias e Coelho (2013b, p. 146),

> traduzem uma avaliação do conhecimento prévio do interlocutor por parte do falante, já que a informação introduzida pelo apenso é pressuposta não como potencialmente desconhecida do interlocutor, mas também como necessária para a construção do sentido.

Destacadas as principais autoridades no discurso de abertura, os vocativos "Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes de Estado e de Governo, Senhoras e Senhores" constituem novos alocutários e estabelecem outros elementos da configuração da cena enunciativa. O primeiro, pela ordem de precedência, é reescriturado por "Chefes de Estado e de Governo", que determina os representantes dos países membros da ONU, e o último vocativo, representado pelos tratamentos "Senhores e Senhoras", faz referência às demais pessoas presentes na Assembleia.

---

[7] Cf. Decreto nº nº 70.274, de 9 de março de 1972, que dispõe sobre normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70274.htm Acesso em: janeiro de 2015.

Na SE2, o vocativo “Senhor Presidente” funciona na cena enunciativa como aquele que institui o principal interlocutor da Assembleia a quem o discurso de abertura é dirigido, identifica o lugar social do alocutário e, ainda, reescritura por condensação o primeiro vocativo da SE1, “Presidente da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas”.

No decorrer do discurso, à medida que a presidente discorre sobre o seu governo, o vocativo “Senhor Presidente” é retomado dez vezes, significando a divisão do texto em várias partes. Esse tipo de repetição, além de reportar à mesma expressão, reafirma, na cena enunciativa, o lugar social dos interlocutores: o de presidente da Assembleia (alocutário) e o da presidente do Brasil (locutor), como a primeira oradora na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU, predicada pela nacionalidade brasileira e pela condição de mulher.

> **R3.** “Boa noite. Eu queria cumprimentar a todos aqui, agradecer a cada um de vocês e a cada uma de vocês. Começo saudando o presidente Lula. Dirijo meu agradecimento, a minha saudação ao vice-presidente Michel Temer. Queria cumprimentar também a vice-primeira dama, a nossa querida Marcela, cumprimentar os presidentes dos partidos da minha coligação [...]; cumprimento aqui os ministros de estado, governadores, deputados, senadores, deputados que me honram com sua presença.
>
> **Senhoras e senhores,** jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas**.Senhoras e senhores, meus amigos e minhas amigas.** Chegamos, chegamos, um pouquinho de silêncio, porque minha voz se foi. Então, estou aqui usando um restinho de voz, peço que vocês me deem uma força pra vocês. **Meus queridos, minhas amigas e meus amigos. Meus amigos e minhas amigas.**
> Chegamos ao final de uma disputa eleitoral que mobilizou intensamente todas as forças do nosso país, da Nação. Como vencedora dessas eleições históricas tenho simultaneamente palavras de agradecimento e de conclamação [...]. (1º discurso de Dilma Rousseff como presidente reeleita, na noite de 26/10/14, em Brasília[8]).

Na cena (R3), em que se comemora a reeleição da presidente no segundo turno, o locutor-presidente introduz o cumprimento e os agradecimentos às autoridades políticas de seu partido e de sua base aliada individualmente. Mesmo

[8] Disponível em: http://onordeste.com/neagora/2014/10/em-1a-fala-pos-reeleicao-dilma-nega-divisao-e-diz-estar-aberta-ao-dialogo/Acesso em: dezembro de 2015.

tratando-se de uma cerimônia informal e exclusiva, a nomeação das pessoas presentes e a identificação dos políticos, pelos cargos que ocupam, rememoram a ordem da prelação nos rituais públicos da presidência determinada pelas relações pessoais, profissionais e políticas dos alocutários com o locutor-presidente.

À parte introdutória do pronunciamento, seguem-se os vocativos:

a) "**Senhoras e senhores**, jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas".

b) "**Senhoras e senhores**, meus amigos e minhas amigas".

c) "**Meus queridos**, minhas amigas e meus amigos. **Meus amigos e minhas amigas**",

queconstituem, na cena enunciativa, "quem eles (os vocativos) tomam como seus alocutários e estabelecem também elementos da configuração da cena enunciativa. E ao fazerem isso, os enunciados vocativos estão de modo bastante decisivos estabelecendo politicamente os sentidos". (GUIMARÃES, 2011, p. 52).

Observamos nos enunciados vocativos uma gradação dos sentidos nas relações profissionais e pessoais entre os alocutários e o locutor-presidente, produzida pelos lugares sociais que ocupam, distanciamento ou proximidade do poder, regulada pelo tratamento com que são identificados.

Passamos a examinar o funcionamento dessa gradação na constituição dos vocativos. Em (a), o vocativo "Senhoras e senhores" identifica os profissionais representados por "jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas", que funcionam como aposto, atribuindo o sentido de um termo sobre o outro. Esses profissionais, credenciados conforme a Portaria n.º 56/2007[9], para fazer a cobertura das atividades da presidente, no Palácio do Planalto ou fora dele, ocupam, no acontecimento do R3, um lugar social regulado pelas normas da portaria, estabelecendo relações puramente profissionais.

Em (b), o enunciado vocativo "Senhoras e senhores", determinado por "meus amigos e minhas amigas", ocupa, no acontecimento do dizer, um lugar social de

[9] Dispõe sobre normas para o credenciamento da imprensa junto Presidência da República.

Disponível em: Palácio do Planalto http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa/credenciamento/normas-de-credenciamento/normas-para-o-credenciamento.pdf Acesso em: dezembro de 2015.

proximidade institucional com o locutor-presidente, sustentado pelo emprego dos pronomes de tratamento.

Em (c), a gradação nas relações afetivas do locutor-presidente se intensifica com o vocativo “Meus queridos”, que é reescriturado por “minhas amigas e meus amigos”. O último enunciado vocativo “Meus amigos e minhas amigas” reescreve por repetição “minhas amigas e meus amigos”. Esses dois modos de reescrituração funcionam como especificadores do vocativo.

Os vocativos (os alocutários) em (c), pelo modo como são constituídos, mantêm relações de afetividade e/ou amizade com o interlocutor construídas antes e durante a reeleição, e a repetição da especificação reforça a relação de amizade e fidelidade com o interlocutor.

Os vocativos, além de estabelecer relações profissionais, de amizade e afetividade com o interlocutor, materializam a constituição dessas relações, à medida que significam as divisões do falante na cena enunciativa.

A gradação nas relações profissionais, institucionais e pessoais entre os vocativos (alocutários) e o locutor-presidente mostra, pelos lugares sociais que ocupam no espaço de enunciação do R3, como os falantes se dividem por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, uma vez que nesses espaços políticos é que se dá a disputa pela palavra.

> **R4**. “**Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras**.
> Hoje é o Dia Internacional da Mulher.
> Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. [...].
> **Minhas amigas e meus amigos**, [...]
> A crise afetou severamente grandes economias, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. **[...].**
> **Minhas amigas e meus amigos,**
> O que tenho de mais importante a garantir, hoje, vou resumir agora. [...].
> **Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia**:
> por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras.
> **Brasileiros e brasileiras**, [...]
> Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. [...].
> Viva a mulher brasileira!
> [...].

> Obrigada e boa noite". (Pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, no Dia Internacional da Mulher, em cadeia de rádio e TV, em 08/03/2015)[10].

Na cena enunciativa (R4), o vocativo institui lugares sociais de sujeitos distintos, no caso "brasileiros e brasileiras", determinado pelo grau de afetividade "Meus queridos". A inclusão de "brasileiros" num pronunciamento que, pela data, deveria ser dirigido apenas às mulheres, não é aleatória, e se dá como necessária para a construção dos sentidos do pronunciamento. Ou seja, um modo particular de expor os problemas do Brasil bem como a absorção e a resolução desses problemas a todos os brasileiros indistintamente.

Tratando-se de dois alocutários específicos e universais ao mesmo tempo, o vocativo "Meus queridos brasileiros e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras", instala a cena enunciativa e, ao longo do pronunciamento, vai sendo reescriturado por repetição por outros vocativos como:

a) "Minhas amigas e meus amigos",

b) "Minhas amigas e meus amigos".

que refletem outros modos de dizer o que já foi dito, "fazendo interpretar uma forma diferente de si". (GUIMARÃES, 2004, p. 17).

À exceção dos vocativos (a), (b) e (c), o vocativo "Minhas amigas mulheres" estabelece como seu alocutário as "mulheres homenageadas" que, no fio do Recorte 4, se reporta ao tema do pronunciamento "Dia Internacional da Mulher".

O emprego do pronome de tratamento **Vocês**, na expressão "Falar com **vocês**", caracteriza a informalidade do pronunciamento presidencial, estabelecendo relações necessárias para produzir sentidos de amizade e de afeto nos interlocutores.

Conforme Guimarães (2009, p. 50),

> [...] não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas e os modos de dizer e o que dizer para os seus falantes.

[10]Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/veja-integra-do-pronunciamento-da-presidente-dilma-rousseff.html Acesso em: dezembro de 2015.

É interessante observar a recorrência dos pronomes possessivos “meus” e “minhas” na constituição dos quatro primeiros vocativos, que pode ter um duplo funcionamento: de um lado, repetindo o rito que geralmente os políticos usam ao dirigir-se aos cidadãos brasileiros em determinadas condições; e por outro, distinguindo os possíveis simpatizantes, partidários e eleitores.

R5. **“***Bom dia.*
Muito bom dia a todos os brasileiros e as brasileiras de coragem que estão aqui dentro desta sala,
Queria saudar, com muita alegria, com muita convicção, o nosso querido ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministro-chefe da Casa Civil,
Quero saudar o ministro da Justiça, Eugênio Aragão,
Saudar o nosso ministro de Estado chefe da Secretaria da Aviação Civil, Mauro Lopes,
E saudar Jaques Wagner, do Gabinete Pessoal [...],
Queria saudar as senhoras e senhores familiares,
[...],
Quero cumprimentar os ministros de Estado aqui presentes [...].
Queria cumprimentar as senhoras e os senhores chefes de Missão Diplomática [...],
Cumprimentar o governador Wellington Dias, do Piauí,
Cumprimentar a Drª Ela Wiecko, procuradora-geral da República em exercício,
Cumprimentar os senadores [...],
[...] cumprimentar todos os deputados federais aqui presentes [...].
Senhoras e senhores representantes de movimentos sociais, entidades sindicais aqui presentes,
Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, senhores fotógrafos e cinegrafistas.
[...]
Senhoras e senhores*,*
Ao longo da minha vida eu aprendi a valorizar, a dar extrema importância e a respeitar os meus companheiros de luta e de jornada; pessoas, para mim, muito especiais, que têm estado ao meu lado em todos os momentos. [...],
Queridos amigos, queridas amigas,
Todo mundo sabe que as dificuldades, muitas vezes, costumam criar grandes oportunidades.
[...],
Senhoras e Senhores,
Nós vivemos um momento ímpar em nossa história.
[...],
Seja bem-vindo, ***ex-presidente Lula****.*
Muito obrigada.” **(Discurso da presidente Dilma na posse de Lula em 17 de março de 2016[11]).**

[11]Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-posse-de-lula/ **Acesso em: março de 2016.**

O primeiro vocativo "*Senhoras e senhores", nesse acontecimento de linguagem, constitui, como alocutários, políticos, autoridades, representantes de movimentos sociais e de entidades sindicais e profissionais, que cobrem os eventos presidenciais, que aparecem nomeados e identificados no preâmbulo do discurso, estabelecendo com o interlocutor relações institucionais, políticas, sociais e afetivas, determinadas pelo aposto "os brasileiros e as brasileiras de coragem". Nesse acontecimento,* "o vocativo não é uma referência a algo pré-existente, simplesmente, o enunciado vocativo estabelece a designação de algo e nestas condições a ele se refere. (GUIMARÃES, 2011, p. 52).

O vocativo inicial "Senhoras e Senhores" reescritura por repetição o terceiro vocativo "Senhoras e senhores", e significa, na cena de enunciação, por um memorável de luta e companheirismo, que remete aos "companheiros de luta e de jornada; pessoas, para mim, muito especiais, que têm estado ao meu lado em todos os momentos".

Observamos que o vocativo "Queridos amigos, queridas amigas" é recorrente nos pronunciamentos informais da presidente, e significa os amigos mais que especiais com quem convive.

Na cena de encerramento, o vocativo institui o alocutário empossado, "ex-presidente Lula" que, investido no cargo de Ministro da Casa Civil, significa, no acontecimento, o restabelecimento de laços institucionais de poder com o locutor-presidente.

Pelas análises, observamos que o vocativo, ao instituir figuras enunciativas diversas pela relação que estabelece com o interlocutor, passa a significar pelos lugares sociais que ocupa no acontecimento do dizer. Ou seja, a construção do vocativo não é pré-estabelecida, ela se constrói sócio-historicamente juntamente com o interlocutor no acontecimento do dizer.

Concluindo

Mostramos neste estudo que tradicionalmente o vocativo, pela sua função gramatical, ocupa um lugar sintático flutuante na oração, e se restringe ao

chamamento de uma pessoa ou coisa personificada, estabelecendo relação de independência com os termos da oração.

Além dessas funções naturalizadas, observamos outras funções do vocativo ainda não abordadas gramaticalmente, como a relativa dependência do vocativo com os sujeitos pronominais, os níveis de formalidade e informalidade que caracterizam a relação social entre os interlocutores, a correferencialidade entre o vocativo e o termo ao qual se refere e, por último, o chamamento intermediado pelo sujeito gramatical da oração.

Na perspectiva semântico-enunciativa, o vocativo introduz a cena enunciativa e estabelece os alocutários por um agenciamento do Locutor, cujas relações são construídas sócio-historicamente, considerando que ambos são constituídos por uma deontologia que regula/orienta a distribuição dos lugares no acontecimento, ou seja, a relação daquele que fala com aqueles para quem se fala.

Os enunciados vocativos, nos cinco recortes, significam pelo agenciamento do Locutor que, ao se representar como origem do que se diz, é agenciado a dizer do lugar de presidente da República do Brasil (locutor-x).

Por fim, queremos dizer que o sentido do vocativo nas cenas de enunciação não é dado pelas formas linguísticas que o constituem, mas pelo seu funcionamento no acontecimento do dizer. O que significa dizer que o lugar social do vocativo pode mudar, se alterar, se repetir, pelas relações que estabelece com o interlocutor, conforme as condições sócio-históricas de cada pronunciamento.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In*: Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al.; revisão Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. O Aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de linguística geral I*. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri (Trad.); Isaac Nicolau Salum (Ver.). 4. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1995.

_____. As relações de tempo no verbo francês. In: In: *Problemas de linguística geral I*. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri (Trad.); Isaac Nicolau Salum (Ver.). 4. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1995.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e forma linguística. In: *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v. 21, nº 1, jan-jun, 2013a.

DIAS, Luiz Francisco; COELHO, Sueli Maria. Regularidades sintáticas e determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo. In: SANTOS, Helder Souza; ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. *Enunciação & discurso*: língua e literatura. Curitiba: Editora Prismas, 2013b.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997/1998.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Metodologia: história do saber e instituições. In: *História da semântica*. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. A enumeração – funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. Nº 51 (1), Jan./Jun. 2009.

_____. Aposto e nome próprio. In: *Entremeios*: Revista de estudos do discurso. Nº.5, jul/2012. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br> Acesso em: maio de 2016.

_____. *Análise de texto* - Procedimentos, análises, ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Ler um texto: uma perspectiva enunciativa. Revista da *ABRALIN*, v.12, nº. 2, p. 189-205, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2013/RevAbralinvolume12-n2.pdf Acesso em: maio de 2016.

MUNDIM, S. S. de M. *Formas de tratamento e vocativo no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1981.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

ORLANDI, Eni. Gramática, Filologia, Linguística. In:_____. (Org.). *Língua e conhecimento linguístico*: Por uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

VERÓN, Eliseo. La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política. In: *El discurso político.* Lenguajes y acontecimentos. Buenos Aires: Hachette, pp. 1-12. 1986.
Disponível em: https://comycult.files.wordpress.com/2009/03/verc3b3n-la-palabra-adversativa00011.pdf Acesso em: agosto de 2016.

O PROCESSO DE (RE) NOMEAÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA[12]

Pollianna Martins Alves[13]
UNEMAT/MT

Tudo que me caracteriza é apenas o modo como sou mais facilmente visível aos outros e como termino sendo superficialmente reconhecível por mim.
Clarice Lispector

Nesta pesquisa buscamos analisar como se dá o processo de (re) nomeação do nome social que altera o nome civil dados pelos pais, como também, fazer um percurso sobre a historização de registro de nascimento que foi sendo alterado no decorrer dos anos até que se chegasse a registros oficiais feitos em cartórios. Além disso, o ato de registrar nomes próprios de pessoas, ao deixar de ser um instrumento exclusivo da Igreja e passando a ser de responsabilidade do Estado, propiciou novas possibilidades, através de portarias e decretos, de que o ato de registrar nomes não ficasse apenas na obrigatoriedade dos pais nem, apenas e somente, na ordem do nascimento, mas na sua alteração ou modificação no decorrer da vida do/pelo sujeito. É justamente nessa perspectiva, de alterar/mudar o nome próprio no decorrer da vida, que faremos nossa analise sobre o processo de (re) nomeação do transexual na contemporaneidade.

Trataremos também o conceito de transexual e nome social na contemporaneidade. Ao falarmos de nome social, nos remetemos aos sujeitos transexuais, que buscaram na justiça, através de representantes e simpatizantes, o direito de ser reconhecidos como tal em instituições que exigem a identificação e para efeitos de um não constrangimento ao ser identificado pelo nome civil.

Para esse estudo tomaremos o dispositivo teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento proposta por Guimarães (2002), que articulado com a Análise do Discurso de linha francesa, não toma a linguagem como transparente, pois considera

---

[12]Este trabalho se refere à dissertação que estou desenvolvendo, no Mestrado em Linguística, oferecido pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso – PPGL/UNEMAT, sob orientação do Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim.

[13] Aluna do Programa de Pós Graduação em Linguística da UNEMAT.

a sua relação com o real e a história. Desse modo, para Guimarães (2002), colocar-se como semanticista, é inscrever num domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo. Contudo, não há como pensar uma semântica linguística sem levar em conta *que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem.* Assim para o pesquisador*:*

> E no espaço conformado por estas duas necessidades que procurarei configurar o que é para mim semântica do acontecimento. Ou seja, uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer (Guimarães, 2002, p. 07).

Nesse sentido, tomaremos como referência, noções como: designação, nomeação, espaço de enunciação, mobilizaremos teoricamente, buscando compreender como o nome social se materializa e em que medida as designações em forma de *nome social* (des) identificam esses sujeitos e se isso constitui-se como um processo de constituição de uma subjetivação por designação (GUIMARÃES,2002, p. 39). Uma reflexão sobre como se materializa o nome social que não é registrado oficialmente, mas, apenas enunciado em no social, será abarcada para critérios de compreensão sobre o funcionamento discursivo da nomeação do nome social.

Para constituir o desenvolvimento, dividimos este trabalho em três subseções que mediarão e subsidiarão o estudo do processo de (re) nomeação.

1.1 - Um breve histórico sobre o registro civil de nascimento Da antiguidade aos dias atuais

A prática do registro civil acontece há muito tempo e servia apenas para contagem da população e para fins militares. A igreja católica deu continuidade de proceder essa tradição, que antes pertencia ao Império Romano, pois a prática de registros teria sido introduzida em Roma por Marco Aurélio e passa a registrar batismos, casamentos e óbitos de católicos, só depois passou a realizar esse procedimento aos fins civis. No início do século XIX, com a Revolução Francesa, surge o Código Napoleônico de 1804 e a igreja católica deixa de realizar (não oficialmente,

nem permanentemente em alguns países) a prática de registros e a responsabilidade passa para o Estado, iniciando o processo de laicização do registro de pessoas vivas e mortas.

No Brasil, do período colonial até o período imperial, o registro eclesiástico era feito pela Igreja Católica e somente para católicos. O registro de pessoas civis só ocorreu finalmente com o Decreto de nº 9.886, de 07 de março de 1888– segundo o Capítulo I desse decreto que orienta:

> Art. 1º O registro civil comprehende nos seus assentos as declarações especificadas neste Regulamento, para certificar a existencia de tres factos: o nascimento, o casamento e a morte.
> Art. 3º Os assentos do registro civil serão exarados em livros, para esse fim especialmente destinados, sendo um para o registro dos nascimentos, outro para o dos casamentos, e outro para o dos obitos.

Somente em 1888, que a Igreja deixava oficialmente de fazer os registros e passou a ser obrigatoriedade do Estado, no ano de 1890, com a *Lei do Registro Civil*, promulgada pela República dos Estados Unidos do Brasil, que atualmente passou a ser oficialmente apresentado como Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais. A obrigatoriedade de se registrar o nascimento de uma pessoa compreende não apenas a questão de data e o local de nascimento, mas a questão do registro do nome e sobrenome que essa pessoa deverá receber com fins de identificação e referencia familiar/grau de parentesco.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, traz em seu artigo I com respaldo em seu artigo XXII que:

> Art. I - Todos humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]
> Art. XXII - Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e *ao livre desenvolvimento da sua personalidade*. (Grifos nossos).

Esse documento é de ordem internacional e o Brasil tem se respaldado nele (mesmo que não apresente uma significativa evolução, objetivação e efetivação, devido à questões partidárias) como em outros documentos internacionais para se

manifestar, no âmbito interno, de vários órgãos e instituições governamentais, além do Poder Legislativo Federal, para garantir a proteção à dignidade da pessoa humana e ao nome.

Conforme o Código Civil de 2002, no art. 16, “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. É através do Registro Civil que a pessoa possuinte do nome próprio registrado, goza de seus direitos e deveres como cidadão reconhecido oficialmente na/pela sociedade.

Atualmente vários órgãos e instituições governamentais já vêm assegurando aos transexuais, que se constituem como servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serem tratados pelo *nome social* a partir de portarias e decretos. É por meio desses direitos, que o sujeito transexual poder assumir, juridicamente, uma posição para enunciar seu nome social com efeito identificatório e permite, dessa forma, a permanência da personalidade adquirida, que é dada também pelo/através do nome.

Iremos tratar, na sequência deste trabalho, sobre o processo de (re) nomeação, iniciando pelo processo de nomeação de nomes próprios e, principalmente, o processo de nomeação de nome social, até a portaria n° 1.612/2011 do Ministério de Estado da Educação que possibilita a efetivação da enunciação do nome social, dada no processo de (re) nomeação, que só poderá acontecer nesse determinado espaço enunciativo, ao qual a portaria citada se refere.

1.2 - Nome próprio e nome social
Uma breve análise dos processos de nomeação

Apresentamos, nesta parte, um breve estudo sobre a nomeação dos nomes próprios desenvolvido por Eduardo Guimarães (2005) em Semântica do Acontecimento que subsidiará na análise do processo de nomeação de transexuais que se refere ao nome social.

Guimarães diz que as nomeações podem cruzar diferentes regiões do interdiscurso (diferentes posições de sujeito) e deixa claro que é a enunciação que nomeia, que atribui nome e a designação se constitui na enunciação da nomeação e é compreendida como “uma relação linguística de sentido exposta ao real, enquanto

uma relação linguística tomada na história" (2007, p. 81), ou seja, exposta ao interdiscurso, ao já-dito, às enunciações já realizadas.

Tratando-se de um trabalho que mobiliza a relação entre língua, história e o sujeito que enuncia, trazemos a definição de enunciação formulada por Guimarães (2005, p 70):

> um acontecimento de linguagem perpassado, pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 2002, p. 70). (Grifos do autor).

Com relação ao nome próprio, diríamos que o ideal seria se pudéssemos escolher nosso próprio nome, mas infelizmente não é assim. Quando nascemos, nossos pais ou responsáveis têm a tarefa de nos nomear para que possamos existir e ter nossos direitos assegurados na sociedade e, além disso, receber um nome é um direito de todo cidadão. Como diz o Art.16 do Código Civil brasileiro: "Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome".

Se todos pudessem escolher seus os próprios nomes, não haveria cobranças mais tarde da parte de quem foi nomeado, por motivo de ser incômodo, ou pelo constrangimento causado pela escolha de tal nome. Como diz Azambuja (2008, p. 4), "Se, por um lado, é grande a responsabilidade de quem nomeia ao escolher determinado nome, por outro, há uma cobrança em relação ao ser nomeado, pois cria expectativas de que o nome escolhido refletirá na personalidade da criança". E o nome social, objeto de nosso estudo, reflete a instabilidade do nome próprio dado no ato do nascimento, por se alterar no decorrer da vida, por isso, há essa preocupação com o tipo de nome a ser escolhido, justamente para evitar possíveis alterações. Porém, nossa questão, é de outra ordem: a subjetividade no processo de nomeação por parte do sujeito transexual.

Juridicamente, é obrigação dos pais darem nomes a seus filhos através do registro civil. Os pais ou responsáveis podem escolher, segundo suas vontades, o nome que o filho vai receber. Nesse caso, a nomeação se dá do lugar da paternidade (locutor-pai), representando um lugar social. Mas enunciativamente, os pais nomeiam como aqueles que escolhem, constituindo aí um enunciador individual

Segundo Guimarães (2002, p. 36), “Dar nome é, assim, identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade é tomá-lo como sujeito”. Sem o nome, o indivíduo, juridicamente, não existe, não é considerado cidadão e vive à margem dos direitos e da sociedade.

Sabemos da importância de ser registrado e ter um nome próprio que nos garante gozar dos direitos previstos em lei e ser reconhecidos como sujeito numa sociedade, mas o nome vai além de ter plenos direitos, ele imprime a nossa personalidade, a nossa significação no mundo, nos apresenta fazendo referência a família a qual pertencemos.

Mas se por um lado, existe a necessidade de ser nomeado ao nascer, com um nome próprio que é dado por um enunciador individual, que no caso são os pais ou responsáveis, por outro lado, existem os afetamentos por discursos ideológicos em que o sujeito toma parte daquilo que o convêm, ou seja, toma uma posição ideológica, que o leva, de forma subjetiva, ao processo de se (re) nomear, no âmbito social. Percebemos que isso acontece nos processos discursivos onde o sujeito está inserido numa rede de significantes, como afirma Pêcheux:

> O sujeito como processo (de representação) interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc.- de modo que o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” no sentido espinosa no da expressão. E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como resultado uma causa de si), e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os “objetos” que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si. (PÊCHEUX, 1975, p.157)

Esses processos discursivos produzem sentidos e relações referenciais e ao ser (re) nomeado há uma substituição do nome civil para o nome social, mas essa “substituição” se estabiliza provisoriamente, pois ao ter que se identificar, pelo nome civil, ao qual se é registrado oficialmente, o sujeito acaba se desidentificando do seu nome social e ao se identificar socialmente pelo nome social acaba por se desidentificar do seu nome civil. Por isso, entendemos que nem o nome próprio nem o nome social se estabilizam. Os processos designativos podem, através de alguma referência, estabilizar na enunciação o nome, partindo de sua relação contraditória nome civil/nome social com o real que o afeta.

1.3 - Processo de nomeação do sujeito transexual

Nome social

Iniciamos essa parte do estudo com a definição de transexual, que segundo o dicionário Didático de Língua Portuguesa (2011) se refere a: “Que ou quem acredita pertencer ao sexo oposto anatômico e que adota o comportamento ou que pode adquirir características sexuais dele, mediante um tratamento hormonal e cirúrgico”.

Alterar fisicamente o gênero sexual não foi admitido durante muito tempo e muito menos a trocado nome civil por motivo de mudança de sexo. No Brasil, optar pela troca de sexo é legal e oferecida pelo sistema público de saúde, segundo a portaria n° 2.803, parágrafo 3°, de 19 de novembro de 2013, como consta em seu art. 1º: “Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)”. A questão do transexualismo, não está relacionada somente com a realização da cirurgia de redesignação sexual[14], a questão inicia-se pelo psicológico do sujeito que foi afetado, possivelmente, por ideologia de gênero[15].

O sujeito transexual, mesmo antes da cirurgia, adquire um nome – em sua maioria determinado por ele mesmo – que não é o de registro civil, mas outro, pelo qual ele se apresenta e é reconhecido em certos espaços sociais. Esse nome se dá/recebe e é reconhecido no social, estamos falando do nome social.

O Ministério de Estado da Educação, através da portaria nº 1.612/11, faz uma breve consideração do que é o nome social em seu 1º artigo: “§ 1º Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela

---

[14]É otermopara os procedimentos cirúrgicos pelos quais a aparência física de uma pessoa e a função de suas características sexuais são mudadas para aquelas dosexooposto. É parte do tratamento para adesordem do transtorno de identidadeparatransexuaisetransgêneros.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cirurgia_de_redesigna%C3%A7%C3%A3o_sexual>.

[15]Simone de Beauvoir feminista e existencialista francesa, contribuiu para a difusão da ideia-chave sobre a Ideologia de Gênero que discuti essa questão em seu aclamado livro “O Segundo Sexo”, onde a autora cita que: “não se nasce mulher, mas você se torna mulher; não se nasce homem, mas torna-se homem”. Fonte:<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/11/apos-polemica-envolvendo-enem-camara-debate-ideologia-de-genero.html>. Sobre a Ideologia de Gênero citada não adentraremos teoricamente nesta questão.

sociedade”. Esta questão vem causando transtornos aos que optaram pela troca de sexo, porque mesmo após a realização da cirurgia, a mudança de nome, em primeira instância, ocorre apenas no social.

Partindo desses conceitos aqui citados, pensemos no caso de uma pessoa que nasceu biologicamente do sexo masculino e que recebeu um nome do gênero masculino, como é convencionado socialmente – e até gramaticamente – fazermos, como, por exemplo, o nome João, que no decorrer de sua vida passou a se identificar pertencente ao sexo feminino e agora quer se (re) nomear com o nome feminino Maria.

Percebe-se que este processo de (re) nomeação do transexual não é tão simples, nem de âmbito jurídico neste momento, mas inicialmente de âmbito social, pois João (nome civil) se apresentará em determinados espaços enunciativos, que não exijam a identificação, feita por meio de documentos de identidade, com o nome social Maria. Neste caso, o sujeito entende que: eu só sou eu se me chamar Maria e não João. O sujeito, então, passa a se ressignificar, partindo de uma ideologia que o afetou, que afetou na alteração do seu nome civil, submergindo na necessidade de se (re) nomear subjetivamente. E a questão de todo esse processo de (re) nomeação resultou no nome social Maria, que funciona apenas em alguns espaços enunciativos sociais em que o sujeito está inserido.

Podemos afirmar então, que este trabalho se refere ao político, não ao político partidário, como afirma Michel Pêcheux, mas ao político ideológico, pois o sujeito toma posições diferentes que o faz se constituir como tal na/pela língua.

A noção de sujeito para a Análise do Discurso é que o indivíduo (pisco-biológico) – que todos somos, quando nascemos - afetado pelo simbólico (pela língua), é interpelado em sujeito pela ideologia (M. Pêcheux, 1975). A ideologia recruta o sujeito, de modo que todos os indivíduos recebem como evidente o sentido daquilo que ouvem, dizem, leem ou escrevem enquanto sujeitos falantes.

Para Eni Orlandi (2007), os sentidos trabalhados em sua formação e o modo como ele vai se inscrever em diferentes formações discursivas (FD) dependem de um momento crucial: o da relação do Estado com o sujeito, e deste com seu processo de identificação. Que de acordo com a autora “aí joga-se o jogo da identificação constituindo identidades, na repetição ou na diferença” em que os processos de

identificação se dão pelos aparelhos ideológicos, enquanto que os processos de subjetivação é da ordem do inconsciente. Percebe-se, a partir do que afirma a autora, que processo de (re) nomeação do sujeito transexual é de ordem do inconsciente, pois a nomeação, neste caso, é subjetiva.

A Análise do Discurso descreve sobre o sujeito ideológico sintetizado por Michel Pêcheux em sua obra “Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio”, como o sujeito ideológico sendo o sujeito afetado pelo inconsciente e habitado por outras possibilidades de leitura, o sujeito se manifesta na língua e a língua funciona produzindo efeitos pelos interdiscursos e por isso ele afirma “as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam” é o efeito de sentido a cada discurso produzido. É a linguagem que vai marcar a diferença, o lugar que se diz, a implicação do sujeito que fala, ele deixa a suas marcas naquilo que fala.

Após a historização do percurso de registros de nascimento, do processo de nomeação de nomes próprios e dos processos alteração/mudança do nome civil para o nome social de transexuais, chegamos ao recorte de uma de tantas portarias que proporcionam ao sujeito transexual o direito de ser chamado pelo nome social: a Portaria de n° 1.612 de 18 de novembro de 2011 do Ministério da Educação.

Em 2014, o MEC- Ministério da Educação e Cultura, respaldado pela Portaria de nº1.612, de 18 de novembro de 2011, assegura “às pessoas transexuais e travestis,o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação”, disponibilizando, aos participantes do ENEM/2014, formulário com as opções de nome social, e qual o tratamento a ser dado pelos fiscais nos dias de provas, como também, a opção de escolha para usar o banheiro masculino ou feminino, gestos que reverbera sentidos outros, como o efeito de um Estado capitalista que é estruturado pela falha, produzindo a falta e, em consequência a divisão, a diferença e a segregação (preconceito).

Conforme Orlandi (2012), faltam instituições e discursividades que não estão disponíveis para todos os indivíduos: *dividem-se* assim os que estão (e os que não estão) na escola, os que têm fluência em diferentes discursos (e os que não têm), os que têm trabalho e os que não têm), os que têm casa (e os que não têm) e neste caso os transexuais e os não, e etc.

E ainda, para Orlandi (*idem),* esta falha, no entanto, pode ser tanto o lugar em, que o indivíduo **submerge na falta** e é segregado, ou **resiste,** porque as condições de produção abrem a falha para o possível, e encontra outros sentidos, em outra posição sujeito, no caso para os transexuais em espaços enunciativos específicos, ganham o direito de ser designados pelos nomes sociais, porém, serão identificados pelo nome civil, escondendo desigualdades sociais, exploração e dominação, amparados por uma suposta 'ideia' de igualdade e liberdade para todos.

Então, joga-se o jogo da (des) identificação constituindo identidades, na repetição ou na diferença em diferentes espaços enunciativos, em que o nome civil dados pelos pais é ressignificado pela identidade de gênero.

2. Considerações Finais

Implica-se então, neste caso do processo de (re) nomeação do transexual, numa questão política ideológica sobre a nomeação do nome social, e o mesmo só pode ser enunciado juridicamente para efeitos de identificação, através de portarias e decretos que autorizem tais feitos e não pela vontade em si do sujeito de usar esse nome social em locais que exijam a identificação. Assim, tomando como lugar de observação do sentido, o enunciado e que, é pelo funcionamento da língua, na enunciação, enquanto *acontecimento* de linguagem e buscamos observar os sentidos das designações *nome social,* na portaria n° 1.612 de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação que deu base para composição do formulário de inscrição do ENEM/2014, manual de orientação do aplicador de provas do ENEM que elencamos inicialmente para se constituir como *corpus* dessa pesquisa. Então, entendemos que a materialização do nome social, assim como a concretização da personalidade do sujeito transexual, só ocorre quando este tem respaldo jurídico para ser enunciado e o registro de nomes, seja civil ou social, vem se modificando ao logo do tempo por meio desses acontecimentos na vida social.

3. Referências

AZAMBUJA, E. Antropônimos em Aurilândia/GO: *uma abordagem pelo viés da Semântica Histórica da Enunciação*. Cáceres – MT, 2008.

BRASIL. *Código Civil*. Centro de Documentação e Informações. Coordenação de Publicações Brasília, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. *Enunciação e história*. *In*História e sentido na linguagem: Campinas, SP: Pontes.1989.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. *Historicidade do sentido*. In: _____. In Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ªedição, 2005.

HISTÓRIA E SUAS CURIOSIDADES. *Origem dos cartórios de registros civis*.Disponívelem: <http://historiaesuascuriosidades.blogspot.com.br/2011/02/origem-dos-cartorios-de-registros-civis.html>. Acesso em: 24 Set. 2016.

KARIM, Taisir Mahmudo*. Dos nomes à história o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso.*Campinas, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/normatização/2011.11.18_ portaria_1.612_-mec.pdf.> Acesso em: 20 Set. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria nº 2.803, de19 de novembro de 2013*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/61945495/dou-secao-1-21-11-2013-pg-25>. Acesso em: 15 Set. 2016.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948*. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2016.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: *princípios e procedimentos*, 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. Discurso em Análise: *Sujeito, Sentido, Ideologia*. Pontes Editores, Campinas: SP, 2012.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed.Campinas, SP: Pontes, 2002.

RAMOS, Rogério de Araújo. *Dicionário Didático de Língua Portuguesa*. São Paulo: 2ªed. Edições SM, 2011.

A LÍNGUA PORTUGUESA EM USO NA REDE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS EM *HASHTAGS* DE OPINIÃO E POSTAGENS NO FACEBOOK

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda (IFMG/Campus Ouro Preto)
Luiz Henrique de Carvalho (IFMG/Campus Ouro Preto, Bolsista PIBIC-Jr/Fapemig)

Sobre um começo de conversa

No presente estudo, lançamos um olhar sobre a língua em uso no espaço digital, especificamente no Facebook, rede social mais popular atualmente no Brasil, segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015[1], responsável pela investigação dos hábitos de consumo de mídia no Brasil, tendo sido mencionado por 83% dos entrevistados, ficando acima do WhatsApp (53%), do YouTube (17%) e muito acima do Twitter (5%), rede na qual as *hashtags* surgiram. Considerando, assim, os dizeres captados nesse produtivo espaço de enunciação, circunscrevemos as nossas reflexões nos meandros de dois questionamentos, cujas respostas buscamos encontrar fazendo um percurso de análise paramentado pela semântica da enunciação desenvolvida por Guimarães (2002), Dias (2015) e seus seguidores. As perguntas são: a) Como o Locutor que opina no Facebook, reagindo às demandas de pertinência enunciativa, representa o seu lugar de dizer? b) Como se constituem, no espaço de enunciação do Facebook, os sentidos que perpassam e regulam o uso das *hashtags* de expressão de opinião?

Os apontamentos semânticos alçados pelo encaminhamento dessas questões ganham especial relevância para uma perspectiva de estudos enunciativos porque conduzem à explicitação de como se dá a construção dos sentidos em um espaço que abriga ostensivamente a produção enunciativa da contemporaneidade, tanto pela expressividade quantitativa dos interlocutores que se hospedam na rede social –

[1] Disponível em: http://goo.gl/pLUh4I. Acesso: 17/08/2016.

estima-se que 102 milhões de brasileiros acessem o Facebook todo mês[2], ou seja, metade da população do país –, quanto pelos recortes discursivos impressos nas *hashtags* selecionadas que espelhariam as demandas de pertinência enunciativa da contemporaneidade. As *hashtags* se definem como palavras-chave (*tags)* ou expressões introduzidas por uma cerquilha (#)que se associam a um tópico ou a uma discussão. Ao serem fixadas em postagens ou comentários nas redes sociais, as hashtags servem como indexadores virtuais, agrupando as mensagens associadas a ela no ciberespaço.

Podemos admitir que o ciberespaço se tornou uma extensão do espaço real de interação social, ou vice-versa, tornou-se, portanto, um espaço em que quaisquer usuários consolidam um lugar social de acesso à palavra que é incontornavelmente político (no sentido *lato* do termo) (GUIMARÃES, 2002). Entendemos, juntamente com Fedatto (2015, p. 93), que

> [o virtual] é um espaço de relações sociais, reais. O virtual não é uma fantasia, um mundo à parte ou paralelo. O virtual é um dos espaços em que se constroem as relações sociais na contemporaneidade. Talvez o principal deles. Nele as pessoas se colocam, pensam, se informam, se inscrevem para estabelecer ligações com o outro e com a vida política e social. O virtual é um meio com história e memória, não um espaço sem precedentes, inédito e original da pós-modernidade.

Ancorados nessa perspectiva, ampliamos nosso espectro para o ensino de Língua Portuguesa como língua materna e, lembrando que falamos do lugar de professora e estudante do Ensino Médio no Brasil, instalamos esta pesquisa justamente no território das habilidades relacionadas à competência interativa, cujo desenvolvimento na escola, segundo as orientações complementares dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), imperativamente deve ser alvo do ensino de Língua Portuguesa de nível Médio, tendo em vista que

> nem sempre é simples adequar o ato verbal à demanda da interlocução nas diversas situações de interação. Cabe à escola desenvolver essa competência no aluno, de forma progressiva, sem perder de vista o lugar social que ele ocupa e pode ocupar. A base para a construção dessa competência é o diálogo, lugar de falar e ouvir, de concordar e discordar, de opinar e respeitar, de elaborar argumentos (BRASIL, 2006, p. 57).

---

[2] Disponível em: https://goo.gl/NvHIFT. Acesso: 05/10/2017.

Assim, diríamos que as análises apresentadas aqui passam por um recorte importante dos objetivos a serem atingidos pelo ensino de língua portuguesa em nível Médio, pois vislumbramos trazer apontamentos sobre o modo como se constituem os sentidos e a argumentação na rede social em questão, algo que insta um entendimento dos alunos e da comunidade conectada, de um modo geral, acerca do funcionamento da língua nos espaços virtuais de interlocução. Em última instância, desejamos, talvez pretensiosamente, indicar caminhos que sejam auxílio ou subsídio para que o professor conduza, no desenvolvimento da competência interativa durante a sua atuação na escolarização básica, o estudo da interlocução, da significação e do dialogismo.

Sobre uma abordagem enunciativa dos fatos linguísticos

Nossa aproximação das diretrizes do ensino de Português como língua materna se dá pelo intermédio de uma teorização pertinente ao estudo da língua em uso. Do quadro da semântica da enunciação, tomamos como aporte conceitos centrais para a abordagem que praticamos dos fatos linguísticos, quais sejam: o de língua, o de enunciação e o de argumentatividade linguística.

Entendemos a língua como “um todo atravessado pelas marcas de enunciação” (Flores, 2010, p. 396), pois o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (Benveniste, 2006 [1974], p. 82). A enunciação, por sua vez, é o acontecimento de se colocar essa língua em funcionamento, o que se configura pela relação, conformada nas regularidades da língua, de um memorável de dizeres com o presente da enunciação (Guimarães, 2002). Ao enunciar, o locutor, agenciado pelo seu lugar social de dizer, apresenta para seu alocutário “uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer” (Guimarães, 2013, p. 271), i.e., o enunciado está assentado em um direcionamento argumentativo que lhe é constitutivo.

Nesse escopo, analisamos as *hashtags* como formações linguísticas que constituem referenciais direcionados para uma vertente argumentativa. Tal direcionamento argumentativo seria fomentado por uma espécie de acontecimento enunciativo que imperaria sobre o presente dos dizeres de um determinado recorte

temporal, o que poderíamos chamar de macroacontecimento enunciativo. Adiante, explicitaremos melhor essa ideia. Por ora, apenas a título de ilustração, teríamos as hashtags *#somostodasmaju*, *#belarecatadaedolar*, *#meuprimeiroassedio* ou *#meuamigosecreto*, como exemplos de formações linguísticas que, em nosso entendimento, estariam sustentadas pelo macroacontecimento enunciativo da militância feminista. Em outras palavras, trabalhamos com a hipótese de que os dizeres na rede social estariam amparados por um acontecimento enunciativo macro, que paira sobre os dizeres na rede social, garantindo-lhes pertinência enunciativa (DIAS, 2015c; 2016).

Dias desenvolve o conceito de *pertinência enunciativa* a partir de uma reflexão que tem origem em Bally (1965), a quem ele reporta a percepção de que os "fundamentos da linguagem, que [...] seriam os próprios fundamentos da comunicação, encontram-se no conceito de 'reação'. Quando enunciamos um pensamento, estamos reagindo a uma representação, sob a forma de uma constatação, de uma apreciação ou de um desejo" (DIAS, 2015, p. 116). Ou seja, os sentidos de um enunciado passariam pela relação originária do ato de dizer, por suas motivações enunciativas. Lapidando o conceito, Dias (2016, p. 37-38) dá a essa relação originária os matizes de uma perspectiva que entende a enunciação como acontecimento histórico de dizer:

> Quando falamos alguma coisa, a nossa fala é motivada por uma necessidade de significar algo pertinente nesse espaço [em um espaço de enunciação]; ao mesmo tempo, a minha fala repercute significativamente nesse espaço, seja contraindo resposta, comentário, ou objeção nas interlocuções, seja configurando-se de modo solitário, mas socialmente pertinente, no caso de preces, por exemplo. Estamos denominando pertinência enunciativa a essa relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar. A significação de um enunciado tem um duplo caráter. De um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências da enunciação.

Estamos situados, portanto, no encalço de uma perspectiva discursiva. Nesse quadro, entendemos o processo de falar em uma página de perfil pessoal do Facebook fundamentalmente na dimensão em que esse dizer é afetado pela ordem do simbólico (Pechêux, 1983), pelo histórico de sentidos compartilhados que atravessa as unidades linguísticas. Ou seja, ainda que o intuito do proprietário de cada

perfil seja a construção de uma identidade que lhe seja própria, que porventura o singularize, ele parece afetado pelo que chamamos de macroacontecimentos enunciativos, que se alastram na rede social, criando, no lugar de perfis individualizados, *sui generis,* perfis construídos por uma coletividade socialmente determinada – um perfil, em sentido amplo. Concordamos, portanto, com a ideia reportada a Castells (1995) por Fedatto (2015, p. 95) de que

> as sociedades informacionais parecem se caracterizar pela supremacia da identidade como princípio organizador. Por identidade, o autor entende o processo pelo qual o sujeito se reconhece e se significa principalmente com base em um atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. [...] Castells (1999) nota, nesse sentido, que as pessoas estão deixando de se definir pelo que fazem, pela função social que exercem (como acontecia na modernidade), para organizar seu significado em torno daquilo que são ou acreditam ser. Mas o sujeito encontra dificuldades para afirmar quem é, já que nosso tempo prega a indefinição, a constante adaptação e a flexibilidade como grandes valores.

Desse modo, a individualização seria apenas um efeito, e posicionar-se diante das contendas criadas no próprio espaço virtual, que se confunde com o real ou está imbricado nele, parece ter se tornado um imperativo.

Sobre os passos metodológicos

Em um primeiro momento, precisamos chegar a um entendimento de quais postagens e *hashtags* deveriam ser incorporadas ao trabalho. Logo, colocamos em pauta quais características deveriam ter as postagens para que agregassem valor ao nosso estudo e chegamos à conclusão de que desejávamos explorar a argumentatividade linguística, por ser um elemento intrínseco à língua e aparentemente bastante produtivo na alimentação dos perfis do Facebook. Em resumo, as pessoas parecem argumentar muito nesse espaço virtual e gostaríamos de lançar luz sobre alguns pontos dessa prática em um espaço de enunciação tão dinâmico.

Dias e Silva (2016) elencam basicamente cinco usos para as *hashtags*: I) marcação de assunto (#cotidiano, #partiubalada); II) desambiguação (#ironia, #sqn); III) ancoração de imagem (#avenida paulista, #adoro); IV) expressão de opinião (#foraFeliciano, #somostodosMaju) e V) divulgação de produtos publicitários

(#cocacola, #euvinoplimplim). Uma vez que pretendíamos angariar postagens que ganham pertinência enunciativa no propósito de argumentar sobre fatos que se inserem nas contendas ideológicas atuais, pareceu-nos um caminho mais direto darmos enfoque à investigação das *hashtags* de expressão de opinião. Procedemos, assim, a um mapeamento mensal dos circuitos de interesse nas discussões que ganharam visibilidade no período compreendido entre os meses de abril e agosto de 2017. Chegamos, assim, às *hashtags* que enumeramos a seguir.

MÊS/2017	***HASHTAGS***
ABRIL	#chegadeassedio, #mexeucomumamexeucomtodas
MAIO	#ForaTemer, #Joesleynacadeia, #Aecionacadeia, #DiretasJa.
JUNHO	#Aecionacadeia, #BatomPodeHomofobiaNAO
JULHO	#LulaCondenado
AGOSTO	#ForaTemer, #Amazôniaénossa, #TodospelaAmazônia

Salientamos que as *hashtags* ganham um contorno metodológico importante neste trabalho, pois, por meio delas, operacionalizamos a constituição das redes enunciativas (DIAS, 2017. No prelo), o que se dá pelo próprio modo de inserção agregador das *hashtags* na web*.* Como dissemos, o uso da cerquilha (#) permite ao usuário da rede social juntar o seu dizer a outros dizeres que se querem relacionados ao mesmo tema ou ao mesmo direcionamento argumentativo. Assim, por meio de um mecanismo simples e rápido de busca, ao digitar *#chegadeassedio* no espaço de busca do Facebook, a página nos oferece uma gama de postagens compartilhadas de modo público – ou seja, visíveis para quaisquer usuários dessa rede social, e não somente aos "amigos" do proprietário do perfil responsável pela postagem – agregadas sob o signo da mesma materialidade linguística da expressão "chegadeassedio". Isso já conduziu, de antemão, a construção de uma rede enunciativa de postagens subscritadas por essa *hashtag.* Do mesmo modo, procedemos com as demais.

A constituição de uma rede enunciativa se dá pelo estabelecimento de contrastes entre uma determinada construção linguística em análise e outras construções que guardam relações de similaridade com esta. Trata-se de um artefato metodológico que confere visibilidade aos sentidos que se constituem na relação entre

a materialidade linguística em foco e fatores de ordem enunciativa, “no sentido de permitir a percepção do valor semântico que a enunciação sustenta” (DIAS, 2017. No prelo). No nosso caso, porém, a rede enunciativa se construiu por postagens sempre diferentes entre si, mas que estão reunidas sob o signo de uma mesma orientação argumentativa, constituindo uma rede enunciativa sustentada pela identidade linguística da *hashtag*.

A *hashtag* fornece-nos ainda um bônus metodológico ao funcionar como uma etiqueta para os dizeres da postagem, enquadrando-os previamente em uma espécie de domínio de mobilização. No caso do presente estudo, as postagens estão circunscritas ao domínio da argumentação, pretensamente sustentando a opinião expressa na *hashtag*.

Como afirmamos anteriormente, flertamos com o desenvolvimento de habilidades de uso da língua a ser contemplado pelo ensino de Língua Portuguesa na educação básica. Objetivamente, pretendemos subsidiar reflexões para a sala de aula.

Nas orientações complementares dos Parâmetros Curriculares Nacionais, há diretrizes que conferem ao Ensino Médio o propósito de“oferecer aos estudantes oportunidades de uma compreensão mais aguçada dos mecanismos que regulam nossa língua” (BRASIL, 2006, p.52). Justamente com o intuito de produzir esclarecimentos sobre esses mecanismos que regulam a nossa língua, vamos operacionalizar em nossa análise o papel de enunciador da cena enunciativa.

Guimarães (2002), ao desenvolver o conceito de cena enunciativa, faz um mapeamento das instâncias envolvidas no movimento que o falante faz ao se colocar na língua no momento em que enuncia. Esse movimento é o que Guimarães (2002, p. 22) compreende por “agenciamento enunciativo”.

O funcionamento da língua não se dá pela assunção de um indivíduo, mas por um acontecimento que produz recortes em um memorável de dizeres que respondem a uma demanda de pertinência enunciativa, a uma demanda da atualidade do dizer. Diríamos que o falante é, de certo modo, submetido às regras do jogo enunciativo, ele é compelido ao agenciamento político. Nas palavras de Guimarães (2002, p. 22), “a relação entre a língua e o falante” se dá em espaços de enunciação, “que são espaços de funcionamento de língua”, decisivos “para se tomar a enunciação como prática

política". Assim, nesses "espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente" (Guimarães, 2002, p. 18-22).

As cenas enunciativas "são especificações locais nos espaços de enunciação". Nelas há uma "distribuição de lugares de enunciação", que "são configurações específicas do agenciamento enunciativo para 'aquele que fala' e 'aquele para quem se fala'" (Guimarães, 2002, p. 23). A representação da entrada do falante na língua se dá na cena enunciativa, que se constitui pelas facetas do Locutor (L), que enuncia predicado por um lugar social de locutor (locutor-x) e somente assim. A figura do locutor-x apresenta o Locutor (L) como díspar da sua pretensa individualidade, colocando em voga a sua filiação histórica, sendo o "x" a variável que indica o papel social de locutor-cineasta, locutor-pai, locutor-machista etc. Essa disparidade, não se dá, entretanto, de modo pacífico. O Locutor (L) reclama a sua autonomia, e representa-se como independente da história, simplesmente como lugar de dizer – o enunciador – que responde simplesmente às demandas do presente da enunciação. E é precisamente essa figura da cena enunciativa que nos interessa neste trabalho.

Na mesma linha metodológica apresentando por Oliveira (2014), procuramos captar, perscrutando a relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas, como se representam os lugares de dizer, ou enunciadores, nas postagens coletadas. Consideramos, para tanto, as seguintes categorias de enunciador:

a) o individual, que associa o dizer a um indivíduo;
b) o coletivo, que associa o dizer a um grupo específico;
c) o genérico, que se efetiva no *modus operandi* do consenso, i.e., do que "todos sabem"; e
d) o universal, que produz o efeito de verdade universal, inquestionável, portanto.

Façamos, a título de ilustração, uma leitura de como essa distribuição de lugares, que se dá na temporalidade própria da enunciação, perpassa os sentidos das ocorrências linguísticas com um exemplo extraído do nosso corpus de análise.

(1)

Não gosta de fulana por que é feminazi? então me exclui pq também não gosta de mim meu querido. #chegadeassedio #mexeucomumamexeucomtodas

Na postagem em (1), temos um(a) Locutor(a) que se representa como enunciador-individual, já que faz uso das formas pronominais em primeira pessoa do singular: “me”, “mim” e “meu”. Entretanto, assaltado pelo histórico de dizeres que as palavras carregam, podemos observar a marca do lugar social do feminismo no emprego irônico da forma linguística ‘feminazi’. Interessante notar nesse exemplo algo que veremos ser uma constante acerca do funcionamento das *hashtags*. Embora as formações linguísticas representem como efeito um enunciador-genérico, a pertinência enunciativa agregadora das *hashtags* lança sobre ela uma função equiparada a de um enunciador-coletivo – o Locutor da postagem em (1) se une a vários outros conformando o dizer de um grupo. A *hashtag*, por si só, opera como dizer de um grupo que se orienta argumentativamente na direção da crítica ao assédio pela opressão que ele impinge às mulheres.

Vejamos a seguir como se configuram a relação das postagens indexadas pelas hashtags que selecionamos para este trabalho.

Sobre uma análise experimental

Na medida em que nossa proposta de investigação toma como objeto de análise ocorrências específicas de uso da língua portuguesa em um espaço de enunciação aberto que configura a rede social, e que consideramos ser o uso da língua concretizado em um acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002) – cujo presente se assenta sobre uma memória de enunciações pertinentes –, lidamos com a hipótese geral de que os dizeres no Facebook estão circunstancialmente submetidos a um macroacontecimento enunciativo. Explicitando melhor, supomos que há uma deontologia dos dizeres nas redes sociais para a qual manifestar um posicionamento tornou-se, mais que uma pertinência enunciativa dos dizeres atuais, uma demanda gerada pela repercussão simbólica de macroacontecimentos enunciativos, muitas vezes marcadamente de militância, como o feminismo, as ideologias de gênero, as chamadas direita e esquerda política, entre outras.

Avaliando o próprio mecanismo de busca das *hashtags,* diríamos que tal hipótese do macroacontecimento enunciativo ganha força na medida em que, salvo a unidade #ForaTemer, que está pulverizada nos seis meses de coleta, as demais

hashtags parecem ter suas ocorrências polarizadas, i.e., aparecem apenas nos recortes temporais localizados na apresentada na seção tabela anterior.

No computo geral, consideramos 50 postagens, divididas igualmente pelos cinco meses de coleta. Foram captadas as 10 amostras primeiras amostras de cada *hashtag* (ou grupo de *hashtags*) eleita em cada mês. Avaliamos a representação dos tipos de enunciador nas postagens utilizando um critério de predominância, sendo que algumas ocorrências foram duplamente categorizadas devido à natureza imbricada e equânime de mais de um enunciador. Consideramos, de antemão, que a tomada da palavra como locutor predicado pelo lugar social de proprietário de um perfil do Facebook para produzir postagens de opinião, no espaço identificado com o seu perfil, mobiliza, em primeiro plano, um enunciador individual. Falaremos, então, das representações que se sobrepõem a essa individualidade, que se revelam na materialidade linguística das postagens.

A representação mais expressiva é a do enunciador genérico, com 22 ocorrências, seguida da representação do enunciador coletivo, com 18 ocorrências, e da representação do enunciador individual, 12 ocorrências. Vejamos como essa razão se divide entre as *hashtags*.

I. #chegadeassédio

Enunciador universal	Enunciador genérico	Enunciador coletivo	Enunciador individual
0	3	4	4

(2)

Atentas e unidas! #mexeucomumamexeucomtodas #chegadeassédio

Em (2), temos uma postagem apresentando um enunciador coletivo, pois há um “nós, mulheres” materializado na interação multimodal entre o plural das formações adjetivas ‘atentas e unidas’ e a foto de uma mulher conhecida (uma atriz) vestida com uma camisa que traz os mesmos dizeres da *hashtag* em questão – #chegadeassédio – e de outra associada a esta: #mexeucomumamexeucomtodas.

(2) O recado é claro: mexeu com uma, mexeu com todas. Assédio, até quando? @silvaniaaquino & @paulinhaabelhaabelha apoiam a campanha #ChegaDeAssédio. Assédio é crime, denuncie!

Já na postagem em (3) articulam-se um enunciador genérico, apresentado na sentença conclusiva “mexeu com uma, [logo, portanto] mexeu com todas”, e um enunciador coletivo, que se expressam na indexação das pessoas, “@silvaniaaquino & @paulomjaabelhaabelha”, e no imperativo, “denuncie”, que insere o alocutário no dizer.

Três questões nos chamam a atenção na análise dessas postagens. Primeiramente, estamos atentos ao fato de que esses e muitos outros dizeres alocados em perfis individuais do Facebook sob a indexação da *hashtag* produzem uma orientação argumentativa ancorada na coletividade ou na aceitação do que seria compreensível "por natureza", tamanha a sedimentação da ideia. Ou seja, apesar do perfil ser individual, faz parte do trâmite argumentativo sair do lugar do "eu" e ir para o grupo ou para o todos como estratégia persuasiva.

Outro ponto refere-se à constituição das postagens se dar por um processo parafrástico (ORLANDI, 1999). Há um retorno a dizeres sedimentados, a formulações que passam pelo engajamento ao discurso que dá suporte à luta feminista. Isso se observa no uso da FN 'feminazi' como designação depreciativa reportada a grupos contrários à perspectiva feminista, e nas asserções 'assédio é crime' e 'atentas e unidas', que se ancoram no referencial que se constitui sobre o valor da sororidade, da união fortalecedora das mulheres e da criminalização de abordagens entre homens e mulheres que antes eram naturalizadas.

Além disso, podemos verificar na interação entre as postagens e as *hashtags* que elas respondem a uma demanda da atualidade do dizer. Sem introdução, nem delongas, as postagens alcançam um efeito de saturação de sentido, ganham pertinência enunciativa, porque entram no espaço de dizer da repreensão ao comportamento de assédio, cujo levante assenta-se sobre um acontecimento enunciativo macro: a denúncia feita por uma funcionária da maior emissora de televisão brasileira por ter sofrido assédio, vítima de um ator de carreira expressiva dentro dessa emissora. A postagem e a *hashtag* estabelecem uma relação de continuidade com esses dizeres que se fortaleceram ou que ganharam materialidade linguística (vide a disseminação das *hashtags*) a partir do macroacontecimento enunciativo cujos contornos estão na referida denúncia e na repercussão dela. Desse modo, a asserção em (3), 'o recado é claro' parece insurgir do efeito da continuidade dos dizeres que instalaram a demanda desse recado, como se houvesse uma pergunta a ser respondida – qual é o recado para os assediadores? – garantindo sua pertinência enunciativa.

II. #Joesleynacadeia

Enunciador universal	Enunciador genérico	Enunciador coletivo	Enunciador individual
0	9	0	1

(4)

Só pra lembrar que quem inventou o Joesley foi essa maravilha de pessoa aí. E tem perto de 30 % de débeis mentais que querem votar nele. O estado está quebrado. Não tem dinheiro para fazer passaportes, nem para por gasolina nos carros de polícia, culpa do projeto criminoso do PT e PMDB. Cadeia imediata para todos os corruptos. #lulanacadeia #temernacadeia #joesleynacadeia

III. #BatompodehomofobiaNão

Enunciador universal	Enunciador genérico	Enunciador coletivo	Enunciador individual
0	6	2	2

(5)

Escola orienta garoto a não usar batom e alunos se mobilizam.. Parabéns aos alunos do Sistema de Ensino Elite que estão se posicionando contra a homofobia! 👏👏👏 #BatomPodeHomofobiaNAO

Assim como foi observado nos dados referentes a primeira *hashtag* da coletânea, #Joesleynacadeia e #BatompodehomofobiaNão apresentam um número mais expressivo de enunciadores genéricos, evidenciando que a objetividade dos fatos ou o crivo da aceitação consensual são balizas importantes em que se ancoram as opiniões expostas na rede social. Os exemplos que trazemos em (4) e (5) produzem uma materialidade multimodal. No primeiro, a postura combativa toma como suporte a figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, associado ao texto verbal, traz à tona um recorte de dizeres depreciativos sobre o líder político, associando-o principalmente ao empresário Joesley Batista, acusado de ter pagado milhões para políticos eleitos em troca de vultosas vantagens. No segundo, a multimodalidade conta com a presença das cores que simbolizam o movimento LGBTQ+, o coração, simbolizando o amor, em associação com a paráfrase: “Tire a sua fobia do caminho, quero passar com a minha dor”, remetendo ao direito à ocupação de espaços comuns, além da imagem de vários alunos reunidos. Essa confluência de elementos vem introduzida pelo anúncio do macroacontecimento enunciativo que dá pertinência ao todo da postagem em (5), a saber, o fato de um aluno ter sido proibido de usar batom dentro da escola. Diferentemente, a postagem em (4) dispensa esse anúncio e tem a sua pertinência enunciativa garantida pela atualidade do macroacontecimento enunciativo que constituiu a denúncia contra Joesley, em interseção com as denúncias contra Lula e Michel Temer.

IV. #LulaCondenado

Enunciador universal	Enunciador genérico	Enunciador coletivo	Enunciador individual
0	3	2	6

(6)

Eu tenho orgulho de apoiar o único presidenciável honesto do Brasil, estou começando a achar que ele vai ganhar por W.O. #BolsonaroPresidente #LulaCondenado

V. #TodospelaAmazônia

Enunciador universal	Enunciador genérico	Enunciador coletivo	Enunciador individual
0	1	7	2

(7)

No Dia da Amazônia, troque seu avatar e mostre para o mundo que você também defende nossas matas: http://bit.ly/2x7F9UD #TodosPelaAmazonia #342Amazonia #DiaDaAmazonia

As postagens indexadas pelas *hashtags* #LulaCondenado e #TodospelaAmazônia apresentam um fator diferenciado em relação às analisadas anteriormente. Na primeira, representam-se majoritariamente enunciadores individuais, ao passo que, na segunda, encontram-se mais enunciadores coletivos.

Esse contraste das postagens indexadas pela *hashtag* #LulaCondenado pode explicar-se pela interseção de vários macroacontecimentos enunciativos em torno da referida *hashtag.* Associados ao julgamento do ex-presidente Lula, temos a então iminente candidatura de Jair Bolsonaro, macroacontecimento enunciativo que entra na postagem pela imagem desse pré-candidato fazendo sinal positivo e pelos dizeres

no texto verbal, além de diversas outras contentas políticas polarizadas por aqueles que se intitulam favoráveis à esquerda ou à direita. Cabe ao usuário da rede social gerir esses macroacontecimentos que, de forma inter-relacionada, parecem menos propícios a agrupamentos ou a formulações que se apresentem de forma consensual, ainda que o senso comum possa se apresentar, e apenas se apresentar, como perspectiva individual.

Já a representação de enunciados coletivos na postagens associadas pela *hashtag* #TodospelaAmazônia pode explicar-se pelo fato de se tratar de uma *hashtag* que já se materializa por um levante à coletividade, em defesa da Amazônia e, por conseguinte, de modo contrário aos movimentos que constituem o macroacontecimento enunciativo das ameaças sofridas pela reserva na gestão do presidente Michel Temer.

Sobre concluir uma conversa

O presente trabalho trouxe uma reflexão sobre associação entre as *hashtags* de opinião e as postagens indexadas por elas no Facebook. Portanto, lida com a enunciação; i.e., com o ato de colocar a língua em uso, e com a semântica da enunciação, que analisa enunciados, tendo como base a memória de sentidos que atravessam o dizer do falante ao produzir aquele enunciado e a atualidade da situação em que este é produzido. Dentro dessa área, operacionalizamos conceitos importantes como o de cena enunciativa, que é a construção de modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.

A partir da análise, foi possível verificar que o enunciador-genérico e o enunciador-coletivo são os mais presentes, mostrando como os autores de postagens opinativas fazem uso do recurso do “todo mundo sabe” e o da associação coletiva para expressarem suas opiniões, usando da *hashtag* para validar essas opiniões e mostrar que há outras pessoas que pensam da mesma maneira. Verificamos, por fim, que os dizeres na rede se sustentam no que poderíamos chamar de macroacontecimentos enunciativos – dizeres que se impõem com suas regularidades de sentidos porque pairam na agenda da atualidade dos dizeres.

Podemos afirmar também que, com a presente pesquisa, que alguma medida, procuramos contemplar os anseios do ensino de Língua Portuguesa atual, na medida em a análise das postagens caminha no sentido de oferecer artefatos para se buscar "desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura" (BRASIL, 2006, p. 52).

Além disso, procuramos trazer aos estudos da língua em uso ou, de modo mais dilatado, aos estudos da linguagem e comunicação, uma explicitação de como a língua portuguesa produz regularidades – formais e argumentativas – em ocorrências de uso na rede social em análise, espaço de enunciação amplamente ocupado pelos falantes de língua portuguesa.

Referências

BENVENISTE, E. (1974) O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Pesquisa brasileira de mídia 2015*: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, Secom, 2014.(http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf. Acesso: 17/08/2016.)

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PCN+ Ensino Médio*: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2006, p. 55 a 92. (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf. Acesso: 20/08/2016.)

DIAS, L. F.; SILVA, C. D. Novos espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: as *hashtags* em pauta. In: ARTIAGA, A. L.; di RENZO, A. M. (orgs.) *Ciência, língua e ensino: múltiplos deslocamentos*. Campinas: Pontes, 2017a.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2017 (no prelo).

FEDATTO, C. P. Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou. In: *Revista do GEL*, v. 12, p. 81-108, 2015.

FLORES, V. do N. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: *Anais do SITED.* Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, p. 396-402.

GUIMARÃES, E. Argumentatividade e argumentação. In: *Revista Desenredo*, v.9, n.2 (2013), p. 271-283.

_____. S*emântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 p. 11-31.

ORLANDI, E. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 1999.

OS SUJEITOS BRASILEIROS NOS DISCURSOS DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

Renata Ortiz Brandão (UNICAMP)[1]

1 INTRODUÇÃO: OBJETIVOS E *CORPUS* DE ANÁLISE

O presente artigo é parte do meu trabalho de dissertação e tem por objetivo analisar, na enunciação presidencial de Getúlio Vargas, mais especificamente em seus três discursos de posse, o conjunto de palavras que nomeiam, designam e identificam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado[2]. Interessa-nos, desse modo, compreender como essas palavras significam os sujeitos na sua relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelas palavras que a compõem e pelo modo como elas se estabilizam por meio da enunciação.

Segundo o historiador Boris Fausto (2006), que conduziu uma investigação minuciosa sobre Getúlio Vargas e seus diferentes períodos de governo, em torno da personalidade de Vargas e de sua atuação política, ergueram-se, simultaneamente, um culto e um repúdio. O primeiro, em razão de sua imagem como aquele que estava à frente das mudanças econômicas e sociais, voltadas para um modo de governar nacionalista; e também por ser o primeiro estadista a implantar uma legislação trabalhista, defendendo assim os direitos dos trabalhadores, e a agir em favor das classes pobres do país. O último, em razão de seus traços, enquanto figura pública, de autoritarismo, cuja forma plena se deu durante o Estado Novo, com o cerceamento da liberdade de expressão e a promoção da censura, e de assistencialismo populista aos trabalhadores. Ainda segundo o historiador, “entre a grande massa, tudo indica que a memória de Getúlio (…) se preservou associada à figura do líder que protegeu

---

[1]Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP e bolsista do CNPq. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com

[2] Trabalho sob a orientação da Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (DL/IEL/UNICAMP).

os humildes e doou a legislação trabalhista" (FAUSTO, 2006, p.202).

Em meio a essas contradições que constituem o nosso regime Republicano como um todo, e o governo de Getúlio Vargas como parte dessa história, colocamos, pois, uma questão semântica específica sobre a relação entre as palavras e o que elas referem.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento, uma vez que é a linguagem "que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras" (ZANDWAIS, 2012, p.49). Assim, o "próprio acontecimento se discursiviza e projeta novas formas de" significação para a relação entre os sujeitos e o Estado(ibidem, p.54). Também, segundo Elias de Oliveira (2006), é decisivo compreender o funcionamento da língua como equívoco, o sentido como afetado pela possibilidade de sempre tornar-se outro e, deste modo, a polissemia como constitutiva da linguagem.

O intuito deste artigo é, portanto, analisar, na enunciação de Vargas, como são nomeados os sujeitos brasileiros, bem como que palavras designam a coletividade nos seus diferentes períodos de governabilidade, representados aqui por seus três discursos de posse: o de 1930, que instaura o Governo Provisório, resultado de um movimento revolucionário, liderado por Getúlio Vargas, que depôs o presidente anterior, Washington Luís; o de 1937, que anuncia a ditadura do Estado Novo, e o de 1951, ao assumir o cargo de presidente por meio do voto popular.[3] Isso nos levará a compreender, esperamos, os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas.

---

[3] Fonte do *corpus*: BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>. Acesso em 13 mai. 2014.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA & PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento. Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que "considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer" (GUIMARÃES, 2002, p.7). O acontecimento, por sua vez, não tem existência prévia; ao contrário, é construído pela ordem da linguagem e do real. Ele constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, significa na relação entre uma memória de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

> um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, essa latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. A *designação* é entendida como a"significação de um nome", enquanto uma relação linguística tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p.9). Segundo Guimarães (2002, p. 10), "(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los". A operação de referência produz uma identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as predicações e determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto.

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir dessas operações. Uma *cena enunciativa* "se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas"

(GUIMARÃES, 2002, p.23). Desse modo, é a cena enunciativa que distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadores (Es).

Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social - e é somente a partir dele que o Locutor (L) pode dizer. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (ibidem, p.24). Desse modo, para dizer, o Locutor (L) se divide entre L e l-x, o que configura um litígio interno à enunciação, que é próprio do agenciamento e da cena enunciativa. O Locutor (L) é, portanto, díspar a si, não havendo enunciação sem essa disparidade.

Os enunciadores são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história – “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Guimarães (2002) apresenta os tipos de enunciadores: o enunciador-individual, que retira seu dizer da circunstancialidade e se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem; o enunciador-genérico, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, ou seja, um enunciador que se mostra como “um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos” (ibidem, p.25), apresentando-se assim como o apagamento do lugar social; o enunciador-coletivo, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz de todos é uma única voz; o enunciador-universal, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Pelos movimentos textuais de *reescritura*(*ção*) (retomada) e *articulação* (contiguidade), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, conforme Guimarães (2007, p. 84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi

dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si". Reescrever é, desse modo, operar na tensão dos sentidos que significam o acontecimento enunciativo. São as reescriturações de enunciados por outros, em uma materialidade textual, "que movimentam a construção das designações" (GUIMARÃES, 2002, p.70); designação esta que é, portanto, instável. A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que, não redizendo, afetam as expressões linguísticas no interior dos enunciados ou na relação entre eles.

Interessa-nos particularmente para este trabalho o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), procedimento que nos será fundamental para as análises do *corpus*, uma vez que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações (ou predicações) das expressões linguísticas. Tais determinações são instáveis, embora funcionem sob o efeito da estabilidade. Assim, as palavras significam pelas relações de determinação semântica entre os elementos de linguagem - relações estas que são constituídas pelo acontecimento enunciativo. As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de alguns sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): "├ ou ┤ou ┬ ou ┴ (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia".

Operamos também e fundamentalmente com o *movimento do político na enunciação*, tal como definido por Guimarães (2002). O autor, inscrevendo-se em uma posição materialista nos estudos da linguagem, afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é "o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem" (2002, p.16). A enunciação, tomada aqui como um acontecimento, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político. O acontecimento é, pois, político, porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando, inevitavelmente, a confrontos, dissensos e desentendimentos. A designação, igualmente, apresenta caráter político, porquanto produz uma partilha do real que identifica os seres, os objetos, o mundo e os significa. Assim, a tomada da palavra se dá a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de

lugares e de sentidos. A definição de político é, portanto, relativa à enunciação:

> O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. (...) deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p.16).

O político apresenta-se assim dividido por uma contradição constitutiva, na qual a desigualdade se apresenta como necessária à sociedade, enquanto que o pertencimento e a igualdade significam como abusos. Deste modo, o político é esse embate entre a partilha desigual do real e a redivisão pela qual os sem parcela, os desiguais, reivindicam seu pertencimento: ou seja, aquele que é afirmado de fora se afirma dentro, levando a um confronto com os que pertencem. Nas palavras do filósofo Rancière (1996):

> Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política - ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos - que faz os pobres existirem enquanto entidade. (…) A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição (…) define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano. (RANCIÈRE, 1996, p.26-27).

O político existe, portanto, quando a ordem da organização normativa, que partilha o real desigualmente, é rompida pela parcela dos sem parcela. Rancière (1996) aponta que tal ruptura reconfigura o espaço onde tais parcelas e as ausências de parcelas se definiam. Desse modo, a ressignificação do real permite, de algum modo, a sua repartilha.

> A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (RANCIÈRE, 1996, p.42).

Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar tal contradição a fim de homogeneizar o político. Nesse sentido, tal perspectiva interessa a nós neste trabalho, na medida em que procuramos compreender as divisões contraditórias presentes nos nomes que designam os sujeitos brasileiros na

sua relação com o Estado, bem como de que modo o presidente aqui analisado, Getúlio Vargas, se dirige ao todo da população, produzindo efeitos de homogeneidade e dividindo, de modo desigual e, no limite, excludente, o referente desses nomes. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

3 ANÁLISES

3.1. Discurso pronunciado por Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República: 03/11/1930

Apresentaremos, primeiramente, o modo como circulavam, na fase de deposição do Governo de Washington Luís e ascensão de Vargas, os sentidos de *povobrasileiro,* sintagma que nomeia, prioritariamente, nesta materialidade específica, os sujeitos na sua relação com o novo governo que se instaurava após o golpe de Estado dado pelo movimento revolucionário em 1930.

Neste momento da história da República, segundo o historiador Boris Fausto (2006), havia uma disputa pelo poder entre as principais oligarquias do Sudeste, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul começava a se destacar no cenário nacional, devido às articulações políticas com o marechal Hermes da Fonseca, que governou o país de 1910 a 1914. O próprio presidente Washington Luís também se aproximou do Rio Grande ao criar programas financeiros que se aproximavam dos princípios do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Ele, inclusive, nomeou Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda.

Washington Luís, ao indicar um paulista - Júlio Prestes - para substitui-lo, rompeu com o revezamento presidencial da política do café-com-leite. Por isso, uma candidatura de oposição foi articulada pelo então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que lançou um nome gaúcho: Getúlio Vargas. Formou-se assim a Aliança Liberal, que reuniu grande parte das elites políticas de Minas, do Rio Grande e da Paraíba. Apesar do êxito dos comícios da Aliança nas grandes cidades,

o candidato de Washington Luís, em uma eleição fraudulenta de ambos os lados, foi eleito presidente da República. Iniciou-se, a partir desse evento, uma articulação revolucionária, que ganhou maior força com o assassinato de João Pessoa (candidato da Aliança à vice-presidência). Esse acontecimento foi explorado politicamente, embora não tivesse sido causado por razões políticas, o que acabou por permitir a ruptura entre Vargas e a ordem estabelecida pelo governo.

Os líderes gaúchos do movimento revolucionário de 1930 propunham, portanto, "regenerar o Brasil" (FAUSTO, 2006, p.13), o que se sustentava no fato de o Rio Grande do Sul ser associado a uma "gestão mais limpa da coisa pública" (idem). Havia, assim, um imaginário sobre o estado que, de algum modo, foi construindo a sua identidade e produzindo sentidos tais que passaram a circular e a significar a própria revolução de 1930 como uma proposta, ou ainda, como uma possibilidade real de limpeza e de regeneração do Governo.

Trago aqui um trecho do discurso proferido por Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Vejamos:

> (1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência como nacionalidade. (…) Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais**, **de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. (…) Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. (…) Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A **nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. (…) a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

Nesse discurso de posse de Getúlio Vargas, temos um Locutor afetado pelo lugar social de chefe do governo provisório (l-x), que projeta um alocutário: é

interessante observar que o al-x (sendo esta variável x o lugar social que predica o alocutário) dessa cena enunciativa específica não é uno nem homogêneo, uma vez que há dois alocutários a que o locutor se dirige: tanto à coletividade, ou seja, aos brasileiros, ao povo, quanto à Junta Governativa, isto é, aos líderes militares que apoiaram o movimento revolucionário da Aliança Liberal e promoveram o desfecho da derrubada do governo de Washington Luís e de seu sucessor indicado (o que veremos no trecho (2) do discurso, transcrito logo abaixo).

Notamos que, no trecho acima, *omovimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpitante davontade do povo brasileiro,* sintagma que o reescreve por definição, uma vez que tal reescritura se apresenta como um modo de dizer o que efetivamente *é* o movimento revolucionário e, desse modo, por expansão, predica-o. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade* e como *a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que o movimento revolucionário significa, no limite, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por todos - sem equívocos, sem divergências -, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de um governo regenerador, de uma *Pátria nova*. Isso parece ser dito por um enunciador universal, que apaga o lugar social do dizer do locutor, colocando em seu dizer uma voz que se apresenta como inquestionável e inequívoca, sustentando uma "verdade" única em relação aos fatos.

De algum modo, o próprio movimento revolucionário parece colocar sentidos para o povo brasileiro na sua relação com o novo Estado que se instaura: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário. Desse modo, o povo significa como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo. A força performativa do *nós*, no trecho (1), acima transcrito, como em "tivemos", "nossa história política", "realizamos", por exemplo, alinha o governo (provisório) de Vargas e o povo como agentes da revolução, o que produz, no limite, um efeito de homogeneização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

O movimento revolucionário tem também por predicação o sintagma: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. Tal determinação significa o movimento revolucionário por um pressuposto, ou mais especificamente, por um pré-construído, na medida em que a expressão *nossa existência como nacionalidade* parece trazer um dizer que vem de outro lugar, algo que foi dito antes, e que, portanto, vem de uma memória - mas também de um esquecimento -, irrompendo no discurso do sujeito por uma operação de encaixe sintático. Desse modo, esse encaixamento sintático, não percebido assim pelo sujeito, "produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso" (INDURSKY, 2011, p.69).

Tal expressão, *nossa existência como nacionalidade,* que funciona como pré-construído, parece ser dita por uma voz genérica na qual o locutor também está localizado. Desse modo, funciona como se fosse algo que todos dizem e que todos sabem, assim trazendo como sentido a existência de uma nação brasileira já constituída. O dizer do pressuposto vem de um passado desse acontecimento específico, de um memorável. A *nossa existência como nacionalidade* é posta como já-sabida, como evidente: existe um Brasil, existe uma nacionalidade, que é *nossa*, isto é, de um povo que se identifica como nação. No entanto, sua *afirmação mais positiva* significa como só sendo possível por meio do movimento revolucionário de 1930, que representaria, desse modo, o ápice, o apogeu dessa nacionalidade. Essa nacionalidade, enquanto pré-construído, funciona aqui sob a aparência de um objeto pronto, acabado, evidente, que irrompe no enunciado e produz sentidos pelo modo com que se integra e com que se articula a ele, apresentando-se como o lugar do inquestionável no encadeamento. Tal funcionamento se dá, e aqui remeto a Pêcheux (1975), por um elemento de um "domínio de pensamento" que irrompe num elemento de outro domínio, mas se mostrando como se "já se encontrasse aí" (p.89).

Movimento revolucionário, ao ser determinado pelos sentidos de uma nacionalidade brasileira pressuposta, determina, consequentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder por um movimento revolucionário. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam

como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais,de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*,ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres. No entanto, apesar dessa heterogeneidade característica do povo brasileiro não ser silenciada, o dizer de Vargas produz, por meio das reescriturações de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união, de fraternidade e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que, no limite, teria possibilitado a própria Revolução de 1930: a *alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças, são acolhidos por ela e, desse modo, estão reunidos para construí-la: ou seja, apoiam o movimento revolucionário e consideram-no, no limite, a única maneira de encontrar um *rumo novo* e regenerador para o país.

No discurso de Vargas, a relação entre civis (*alma popular*, *elementos civis*) e militares (*representantes das classes armadas*, *forças armadas*) produz um gesto de unidade: como se os sentimentos e aspirações de cada um desses grupos distintos tivessem sido compartilhadas a fim de se atingir a mesma meta, qual seja, a deposição do governo de Washington Luís em outubro de 1930. Desse modo, a diretividade do texto encaminha para os sentidos de que os civis não venceram as classes armas, nem estas impuseram àqueles um modo tal de governo. Produz-se, assim, como efeito de sentido que, em todo o território nacional, a *naçãoem armas*, está unida com o mesmo propósito, com as mesmas aspirações, com os mesmos sentimentos, em confraternização.

Vejamos então o DSD de *povo brasileiro*:

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO ├ CONSTRUÇÃO DE UMA PÁTRIA NOVA

⊥

NAÇÃO EM ARMAS ┤ **POVO BRASILEIRO** ├ SENHOR DE SEUS DESTINOS

⊤

TODAS AS CATEGORIAS SOCIAIS

Ao mesmo tempo, o lugar das Forças Armadas no processo de derrubada do governo é igualmente afirmado por seu caráter decisivo no desfecho do movimento

revolucionário de 1930. Vejamos um outro trecho do discurso que aponta os sentidos de liderança das Forças Armadas no movimento revolucionário de 1930:

> (2) Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. (…) Para não defraudarmos a expectativa alentadora do **povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada (…) Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como **delegado da revolução**, em nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes ànação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

Podemos observar no trecho acima que, Vargas, enquanto locutor-chefe do governo provisório/delegado da revolução, toma a Junta Governativa, formada pelos líderes militares do movimento revolucionário, como seu alocutário direto (al-x_2), ao se utilizar do vocativo *senhores da Junta Governativa.*O dizer de (L) apresenta-se assim por um enunciador coletivo, que traz, em perspectiva, a voz de um grupo formado tanto pelos militares que tomaram o poder e derrubaram o governo de Washington Luís, quanto por alguns políticos republicanos, principalmente os do PRR.

Observamos, nesse segundo trecho, uma deriva dos sentidos: o *nós*, em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”,agora produz um gesto de exclusão, pois não faz aqui referência ao alinhamento entre o governo e o povo, mas sim entre a liderança de Vargas e os militares. Estes últimos são designados, por uma relação de sentido no/do texto, como os líderes do desfecho do movimento revolucionário de 1930, sendo Getúlio determinado como o próprio *delegado da revolução.* Desse modo,esse outro alinhamento, produzido pelo acontecimento enunciativo, entre Governo e Forças Armadas encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma Pátria Nova, dando a eles seu apoio e colaboração.

Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas,* participante ativo do movimento revolucionário, em sintonia, unidade e partilha de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade

que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

3.2. Discurso dirigido à Nação, anunciando o Estado Novo: 10/11/1937

O Estado Novo foi um regime ditatorial autoritário que, embora sustentado pelas Forças Armadas e pelo Exército, foi chefiado por um civil, Getúlio Vargas. Essa fase do governo Vargas, apoiada por setores da classe dominante, teve por característica a defesa de uma ordem política centralizada - contra a tendência localista da política brasileira na época -, a implantação de indústrias de base, e o fortalecimento das relações trabalhistas, com a instituição do salário mínimo em 1940 e com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

Ao mesmo tempo, o Estado Novo promoveu ações repressivas por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939, que censurou desde marchinhas de carnaval até a grande imprensa, e que também subornou diversos meios de comunicação para promover os valores mais caros ao Estado Novo, como o nacionalismo e a importância do trabalho. Segundo Fausto (2006), os órgãos de propaganda do governo associaram a imagem de Getúlio Vargas "à grande tarefa da construção da nacionalidade" (p.124), relacionando, desse modo, seus diversos feitos políticos aos valores da educação, da solidariedade social, do desenvolvimento econômico, do otimismo quanto ao governo e do amor à pátria.

No discurso de proclamação do Estado Novo, o Locutor, afetado pelo lugar social de presidente, l-x, projeta um al-x, que, nesse caso, é a nação, entendida enquanto a coletividade dos brasileiros. Desse modo, este l-"presidente" se dirige para o al-"Nação", sustentando como imperiosa a adoção de medidas que afetariam decisivamente o modo de conduzir o regime, o governo e as instituições. No entanto, isso seria feito pelo bem maior, ou seja, tais medidas apresentam-se como a única maneira de solucionar os problemas políticos, econômicos e sociais que afetavam o Brasil naquele momento.

Vejamos o trecho (1) abaixo:

> (1) À **NAÇÃO**. O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a

> **consciência dos seus concidadãos**, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela **confiança nacional**.

Os sujeitos brasileiros significam aqui como aqueles que delegam ao presidente, ao *homem de Estado*, por meio de sua confiança - *confiança nacional* -, a responsabilidade de tomar decisões que modificam toda uma estrutura de governo - dentre elas, a centralização do poder, o fim do pluripartidarismo e a eliminação do direito de greve, por exemplo. No limite, os cidadãos devem confiar ao chefe de Estado o poder de deliberação, acreditando que o chefe de Estado agirá*perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos.* É importante mencionar aqui que a palavra *consciência* é recorrente (5 ocorrências nos trechos destacados acima) no discurso de proclamação do Estado Novo e parece funcionar como o modo de aquiescência do povo brasileiro ao novo regime, uma vez que o sujeito dotado de consciência sabe o que faz, sabe o que é certo. Nesse caso, o certo a fazer seria instaurar o regime do Estado Novo.

Temos, como efeito de sentido, que, de algum modo, é pela consciência, no dizer do locutor-presidente, que os cidadãos autorizam medidas políticas, reclamam mudanças sociais e econômicas, delegam responsabilidades ao chefe de Estado, ou seja, é desse modo que se dá o exercício do patriotismo dos brasileiros.

Vejamos o DSD abaixo que esquematiza nossas reflexões:

consciência

⊥

patriotismo ┤ **BRASILEIROS** - **CONCIDADÃOS** ├ confiança nacional

⊤

Nação

Vejamos agora os trechos (2) e (3), igualmente decisivos para nossa análise:

> (2) Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfecho deste movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O **povo** o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o **Exército** e a **Marinha** o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.
>
> (3) Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos

> generalizados apelos dos **meus concidadãos**, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à **Nação** (VARGAS, 1937, grifos nossos).

Encontramos também, no discurso de proclamação do Estado Novo, e especialmente nos trechos acima, um enunciador-individual que personaliza o dizer do presidente (trecho (3)), de tal modo que Vargas significa como um servo da Nação, como, no limite, um mártir, pois é ele quem se sacrifica para atender aos apelos de seus concidadãos ("apelos dos meus concidadãos"). Nesse sentido, é praticamente um salvador, a quem os brasileiros recorrem nos momentos de crise, mas também em quem os militares confiam. Civis e militares parecem sustentar, de algum modo, o lugar de presidente ocupado por Getúlio Vargas, ao reclamarem e acolherem o novo regime (trecho (2)). Eis aí o que parece se apresentar como um modo de pertencimento dos sujeitos brasileiros: ao confiar e apelar ao chefe de Estado, os cidadãos delegam a ele todo o poder de deliberação. Por outro lado, foi também por meio do apoio das Forças Armadas que Getúlio Vargas pôde exercer plena e autoritariamente seus poderes e pôr em prática seu programa de governo.

O discurso de proclamação do Estado Novo produz um efeito de homogeneidade entre os brasileiros, apagando as divergências existentes entre os grupos sociais. Os sujeitos brasileiros, na sua relação com o Estado, parecem significar, nesse acontecimento enunciativo, pelo seu caráter patriótico e, de algum modo, pela sua anuência às medidas de Getúlio Vargas - uma vez que estas são designadas, no dizer do locutor-presidente, como os próprios reclamos da consciência dos cidadãos. Ao mesmo tempo, produz-se um efeito de unidade entre civis e militares, que se apresenta como algo natural, apontando assim para uma suposta concordância, para uma convergência de pensamentos e anseios: ambos, seja por meio de sua consciência, seja por meio de sua confiança, sustentaram a possibilidade de se instaurar o regime do Estado Novo, de reformar os modos de se fazer política, de refazer a constituição. Tais efeitos, acreditamos, são característicos dos discursos inaugurais dos governos.

3.3. Discurso de posse: 31/01/1951

Em 1950, Vargas começou sua companha política para tornar-se novamente

presidente do Brasil. Apoiado nitidamente pelas áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores, Vargas retorna à Presidência, depois de tê-la ocupado por 15 anos, pelo voto popular, “após uma disputa em que a fraude fora muito reduzida quando comparada aos tempos da Velha República, graças ao voto secreto e ao surgimento da Justiça Eleitoral, que ele próprio criara” (FAUSTO, 2006, p.166). Em 31 de janeiro de 1951, Vargas tomava posse no Palácio do Catete, no âmbito de um regime democrático. Eis alguns trechos de seu discurso:

> (1) **Brasileiros**! (...) prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao **Povo** para participar do **seu contentamento** e comungar das **suas esperanças**. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o Presidente do Povo.
>
> (2) Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao **povo** exprimir a escolha e a preferência. (...) Os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O **povo brasileiro** ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado.
>
> (3) Ao deixar o Governo, o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. (...) As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da gente anônima e obscura e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas **virtudes do povo brasileiro** e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.
>
> (4) O Governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades. É a emanação do **povo** e como tal servo da sua vontade, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.
>
> (5) **Brasileiros**! (...) Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco **a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros**. Estou certo de vossa ajuda e conto com a vossa cooperação porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da Nação brasileira (VARGAS, 1951, grifos nossos).

Temos, nesse discurso de posse de Getúlio Vargas de 1951, um Locutor que assume o lugar social de presidente eleito (l-presidente eleito), e que se dirige para um al-povo, fazendo uso do vocativo “Brasileiros!” duas vezes para chamar a coletividade dos cidadãos. O dizer de tal Locutor é representado, prioritariamente, por um enunciador-individual, fazendo emergir, desse modo, o lugar da individualidade e da pessoalidade a partir do qual se pode falar, produzindo assim um efeito de origem no dizer. Por essa voz individual, Vargas se significa como um servo do Brasil, como o *Presidente do Povo* (trecho (1)), portanto, obediente a ele e devotado *aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional* (trechos (3)), uma vez que sua candidatura é posta como vinda dos próprios apelos do povo. O povo o deseja, o que fora comprovado pelo resultado das urnas, e, por isso, Vargas se apresenta como dedicado integralmente a ele.

Os brasileiros, portanto, clamam por Getúlio Vargas, dão apoio a ele durante seu período de afastamento por meio de mensagens de solidariedade, bem como em seu retorno político, o que significa, nesse acontecimento enunciativo, como um traço de virtude (trecho 3), isto é, uma qualidade moral. A virtude do povo brasileiro encontra-se, desse modo, na atitude de apoiar Vargas e fazê-lo retornar ao poder pelo processo eleitoral.

Desse modo, *povo brasileiro* é determinado pelas expressões *maturidade política*, *cultura cívica* e *aprimoramento coletivo* (trecho (2)), o que produz como efeito de sentido uma exaltação aos sujeitos brasileiros, por um lado, em razão de seu exercício cívico, isto é, exprimiram sua escolha e acreditaram que o resultado das urnas seria respeitado. Por outro lado, mais especificamente, os brasileiros são exaltados exatamente por elegerem Getúlio Vargas presidente da Nação. Vargas, por sua vez, convoca certos atributos, isto é, *a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros* (trecho (5)) para ajudar e cooperar em seu Governo, em prol não apenas de seu mandato, efêmero posto que é finito, mas também - e principalmente - da *grandeza da Nação brasileira*. Comparecem, desse modo, os sentidos de que, para que seja possível a Vargas governar e exercer seu mandato, deve o povo fazer uso de tais atributos. Não é a aquiescência que é aqui convocada, tal como vimos na instauração do Estado Novo, mas sim a cooperação, a participação.

O fato de o novo período de governo de Vargas agora se dar em um regime democrático parece movimentar as filiações dos sentidos já postos e, assim, produzir efeitos de sentido outros, se compararmos aos discursos de posse anteriores, pois passa a se adequar às mudanças nos modos de se pensar e de se fazer política. Ao longo do discurso de posse de Getúlio, de 1951, produz-se, desse modo, como efeito de sentido, um gesto de pertencimento do povo ao Governo, no qual os sujeitos brasileiros estão incluídos e no qual sua voz é parte, faz parte. Na historicidade desse acontecimento enunciativo, isto é, a posse de Vargas como presidente eleito, temos como memorável, no limite, a própria disputa pelos sentidos do lugar que é ou que pode ser ocupado pelos cidadãos, isto é, da relação que se estabelece a cada momento político, a cada período de governabilidade, entre os sujeitos brasileiros e o Estado. Ao mesmo tempo, esse acontecimento produz como futuridade a possibilidade mesma de o poder emanar do próprio povo, comparecendo, assim, os sentidos de que o governo pode se tornar seu servo e reflexo de suas aspirações (trecho (4)). Desse modo, vemos aqui o movimento do político na enunciação, na medida em que os regimes democráticos, no geral, incluído aí essa nova fase do Governo Vargas, parecem provocar um redivisão do real, em que o povo reivindica seu pertencimento, interrompendo assim uma certa ordem de dominação ao instituir sua parcela no processo de decisão dos rumos políticos do país. Vejamos o DSD de *povo brasileiro*,que traz o resultado interpretativo de nossas análises:

APRIMORAMENTO COLETIVO

⊥

MATURIDADE POLÍTICA┤ **POVO BRASILEIRO** ├ PODER

⊤

CULTURA CÍVICA

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras que nomeiam os sujeitos brasileiros não são neutras e, desse modo, fazem parte da composição de um projeto político para o país que coloca perguntas sobre os sentidos de *República* e os modos de funcionamento do regime que aí se constituem.

Destaca-se, para nós, a importância do gesto político de referir aos governados.

Ele é fundamental para o estabelecimento de um governo - isto é, dizer quem sou eu, quem são os outros, e quem eu governo. Na história dos sentidos que afetam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, o cidadão parece não estar totalmente incluído nesse lugar de deliberação sobre as formas de governabilidade, uma vez que esse lugar parece estar, ao longo da história política do Brasil, ocupado, prioritariamente, pelas Forças Armadas. Assim, ora o cidadão significa fora, isto é, como expectador, confiante e favorável às manobras e articulações dos políticos e militares; ora significa dentro: como elemento decisivo no processo de tomada das decisões que concernem os modos de organização política. Decorre daí a importância de nos perguntarmos sempre "sobre as razões desta continuidade específica na vida brasileira" (GUIMARÃES, 2011, p.145). É a isso que nos propomos no desenvolvimento das análises para a dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS DE OLIVEIRA, S.E. *Cidadania*:história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

FAUSTO, B. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra*: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.

GUIMARÃES, E. *Análise de texto*:procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

ZANDWAIS, A. Ler o acontecimento. In: SANTOS, S.S.B dos (Org.). *Teorias e práticas de leitura*: olhares e percepções. São Paulo: Ed. Terracota, 2012, p.49-67.

ARGUMENTAÇÃO, PERSPECTIVAÇÃO E ENUMERAÇÃO NO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL E EM TEXTOS SOBRE O TRABALHO ESCRAVO

Soeli Maria Schreiber da Silva
Universidade Federal de São Carlos
Projeto FAPESP 2015/16397-2

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é parte de um projeto que venho desenvolvendo sobre designação, argumentação, textualidade e os modos de escravidão- Projeto FAPESP- 2015/16397-2, na Unidade de Estudos Históricos,Políticos e Sociais da Linguagem. Trabalhamos com recortes da Lei 149 do Código Penal, recortes de textos de jornalistas e recorte da Cartilha da CPT Nacional do trabalho escravo.

Trata-se de uma reflexão sobre a lei e os movimentos ocorridos para chegar a sua aprovação no Brasil, especialmente no Congresso Nacional. Pode ser uma contribuição para refletir sobre a situação do trabalho escravo, pois visa trazer à tona o trabalho escravo pelo modo como ele se desenvolve atualmente no país. A linguagem é um lugar decisivo para analisar o trabalho escravo, como vocês poderão ver neste artigo.

Saliente-se que a teoria vai nos fornecer esse modo de analisar a questão, para não ficarmos submersos à evidência na linguagem.

2 CONCEITOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO EM QUESTÃO

Este estudo insere-se na perspectiva da Semântica do Acontecimento. Comecemos por Guimarães (2007). Em umposfácio ao livro "Texto e Argumentação – um estudo das conjunções do português", o autor indica um caminho para se tratar da argumentação a partir do agenciamento enunciativo no acontecimento. Esse texto vai fundamentar uma análise da orientação argumentativa a partir do conceito de

memorável. Nesse sentido, "a orientação argumentativa estabelece o modo de interpretar o futuro do texto” (GUIMARÂES, 2007, p. 210).Além disso, considera:

> [...]que no acontecimento enunciativo, a construção da temporalidade, ao constituir um passado, ao recortar um memorável,constitui o sentido que funciona como elemento que autoriza a passar de um argumento a uma conclusão, que dá consistência(...) à orientação argumentativa. (GUIMARÃES, 2007, p. 210-211).

Já Guimarães (2013a), para tratar da argumentação na semântica da enunciação,analisa o acontecimento do funcionamento da língua. Para isso, trabalha com o modo como se constitui o espaço de enunciação e a cena enunciativa. Interessam os lugares do dizer nesse espaço. Aí mostra como se dá a direção argumentativa do dizer.Insere, então, na teoria, o conceito de argumentatividade, uma vez que "a orientação linguística" é significada como uma orientação própria da relação L-AL” (GUIMARÃES, 2013a,p.277). Mas a questão é que o sentido da argumentatividade tem a ver com o acontecimento do dizer. O locutor "sustenta uma posição(...) que é política” (GUIMARÃES,2013, p.283).

Para estudar a designação de trabalho escravo vamos analisar como os enunciados integram o texto da lei do recorte (1). São as relações enunciativas de um enunciado constituídas nesses textos que vão nos mostrar como o trabalho escravo é designado. Vamos trabalhar com os procedimentos de reescritura de trabalho escravo,penas e também expropriação de terra, em enunciados do locutor jurista e locutor jornalista.

As relações de reescritura "constroem o sentido da palavra" (GUIMARÃES, 2013b, p.26). São elas que vão constituir enumerações nesses enunciados. E ainda "o sentido de uma palavra é construído por uma certa operação de enunciação" (GUIMARÃES, 2013b, p. 28).

A reescrituração apresenta a enumeração que vai expandir o sentido da palavra. “Pela enumeração se produz um certo modo de acesso à materialidade histórica" (GUIMARÃES, 2009, p.49).Guimarães analisa a enumeração relacionada aos procedimentos de reescritura do texto. Podemos observar como as reescrituras vão

especificar o trabalho escravo, as penas e a expropriação de terras. As enumerações, por esseprocedimento, expandem o sentido de trabalho escravo na cena enunciativa.

Vamos trabalhar com o conceito de Formação Nominal, conforme Dias (2011,2012), com o conceito de Articulação, de Guimarães (2009) e também com o de Integração (GUIMARÃES, 2011).

Tratamos da enunciação como acontecimento que "instala sua própria temporalidade" (GUIMARÃES, 2002, p.12). Para isso, precisamos analisar o passado, o presente e a futuridade porque Guimarães (2002, p.12) mostra que "há conviviabilidade de tempos" e que "o acontecimento é sempre uma nova temporalização".(GUIMARÃES,2002,p.12). Qual é o sentido do acontecimento de enunciação da lei 149 do Código Penal?

A articulação por dependência "se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui no conjunto um só elemento". (GUIMARÃES, 2009, p.51). E "o locutor relaciona elementos do enunciado" (GUIMARÃES, 2009,51). Sempre é interessante considerar que "Não há nada nas expressões que as faça, previamente, atributos da outra." (GUIMARÃES, 2009, p.51) E a noção de integração tem a ver com o conceito de texto de Guimarães. "A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam" (GUIMARÃES,2011,p.43).

Dias, por sua vez, trata da articulação, analisando o adjetivo na formação nominal. Para o pesquisador:

Só se produz perspectiva porque se constitui pertinência enunciativa, isto é, porque o gesto de constituir uma formação nominal é motivado por uma relação de inserção do que se diz na atualidade do dizer. Por isso a enunciação é acontecimento: ela contrai pertinência no enlance de uma memória com uma atualidade. (DIAS, 2012,p.9).

E como tratar da argumentação na textualidade? Articulo as enumerações ao memorável na cena enunciativa. Então vemos um embate em duas orientações argumentativas opostas. A que regula o trabalho escravo a partir do memorável da escravidão do passado e o avalia e a que se opõe às penas de distribuição de terra para a reforma agrária àqueles que submetem as pessoas ao trabalho escravo, pelo memorável da distribuição de terra.

Dias (2013), adota o conceito de referencial de Foucault (1986,p.104):

> um referencial que não é constituído de 'coisas','fatos' de 'realidades' ou de seres mas de leis de possibilidade de regras de existência paraos objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados, de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades do aparecimento e da delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo de formulação por oposição ao seu nível gramatical e seu nível lógico... (apud, DIAS,2013, p14-15).

É nesse sentido que vamos analisar o grupo nominal do recorte da lei, o que interessa é a formação do grupo nominal. Não se trata de descrever a realidade, mas as condições em que se dá o enunciado, como ele se forma, como se dão as relações com a exterioridade.

3 O ACONTECIMENTO NO MOVIMENTO ARGUMENTATIVO

O Código Penal define assim o crime de trabalho escravo:
Vejamos o recorte 1:

> “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (artigo 149).

Em Schreiber da Silva (1999), tratei de uma relação de semelhança e em certa medida a retomo aqui. Não se trata de atribuir qualidade de análoga à condição e à condição de escravo. Análoga especifica àcondição e se articula à condição de escravo. Essa especificação é a relação de identidade posta pela coordenação entre condição análoga e condição de escravo. Condição é reescrita por elipse. Dias (2013) fala do "campo de emergência de entidades recortadas da exterioridade"(DIAS,2013,p.15). Temos um grupo nominal balizado pelo domínio referencial. Trata-se de uma Formação Nominal. Dizemos que se trata de elementos que se integram. O efeito de coordenação entre os dois grupos se apresenta num processo em que condição análoga e condição

de escravo têm uma relação de dependência. O Locutor da Lei relaciona esses elementos no enunciado.

A questão é como integrar essa relação na enunciação da lei e como essa relação adquire pertinência na relação com outras enunciações concebidas como traço de memória? Como se dão as condições de perspectivação? Parece que a análise de Dias (2013) contribui para essa reflexão.Afinal qual é a pertinência dessa relação que tem um efeito de coordenação no qual os elementos se identificam?

A perspectivação orienta para a escravidão do passado, para as condições em que vivia o escravo.Esse memorável aponta para uma condição de maus tratos nesse acontecimento. E esse memorável adquire pertinência na medida em que atualiza o memorável. O eixo da perspectivação é a memória na relação com a atualidade e como essa relação que parece ser igual é um equívoco.Nesse acontecimento enunciativo a articulação que se põe na atualização não direciona para o análogo.Na escravidão do passado o escravo não era cidadão, não tinha direitos, o regime era escravocrata. Na atualidade, vivemos na democracia e há os direitos trabalhistas, a Constituição é outra. Então, o passado se integra ao atual nesse acontecimento para dar o direcionamento. Assim, são as pertinências que direcionam o sentido de análogo e não a realidade representada na relação de igualdade. Isso se dá no modo de integração com a enumeração.

Na lei do Código Penal, o trabalho escravo é reescrito de três modos. Encontramos uma enumeração que determina condição análoga à de escravo. Essa enumeração é: trabalho forçado, jornada exaustiva, condiçõesdegradantes, restrição da locomoção em razão de dívida. As três primeiras expressões enumeradoras apresentam-se como grupos nominais. Aqui o locutor jornalista mostra como o locutor jurista designa o trabalho escravo. E a enumeração determina o trabalho escravo. Então o alocutário proprietário que mantenha alguém nessas condições está realizando uma relação de trabalho escravo. A enumeração tem a sua pertinência e se sustenta no que é desigual, é um modo de orientar argumentativamente. Os Grupos Nominais da enumeração determinam trabalho escravo, mas a formação deles na relação de identidade não apresenta a realidade que a lei está regulando.O que a lei regula é o desigual na democracia.Nesse sentido, não é a evidência no texto que orienta argumentativamente, mas a pertinência dessas enumerações.

Recorte 2:

Segundo o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), quem explora trabalho escravo já está sujeito à reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada. A pena é aumentada da metade se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Também as penas são reeescritase estão enumeradas: reclusão de dois a oito anos e multa; pena correspondente à violência praticada; penaaumentada para crime contra criança ou adolescente. Nessa enumeração, o Locutor jurídico apresenta as penas. Aqui a enumeração orienta para as penas para o alocutário proprietário. Ao determinar o trabalho escravo transversalmente, numa relação de integração, orienta para uma desigualdade, referencial histórico que se opõe ao sistema de direitos democráticos. Temos um Enunciador universal, o enunciador da lei. E essa desigualdade vai sendo normatizada e já se fala em exploração do trabalho escravo como em:

Recorte 3:

Com a nova regra, tanto propriedades rurais quanto urbanas, de qualquer região do país onde houver exploração de trabalho escravo, serão expropriadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular quando forem flagradas situações similares à escravidão.

Aqui há um movimento na argumentação quando o Locutor jornalista argumenta do lugar do locutor jurista para a desapropriação de terras do proprietário que não respeita a lei.Essa desapropriação pela indicação do destino das terras, reforma agrária ou programas de habitação, apresenta umaargumentação na qual a alternativa compõe-se pelo memorável de distribuição de terra. E a pertinência direciona para a existência de trabalho escravo na democracia.O acontecimento temporaliza porque não retrata uma realidade, mas, antes de tudo, é perspectivação, integração na transversalidade.A igualdade proposta pela condição análoga à condição de escravo orienta para o desigual.

Recorte 4:

As Convenções da OIT são patamares mínimos. Os Estados-Membros que as ratifiquem estão obrigados a respeitar esses patamares mínimos e, ao mesmo tempo, são soberanos para desenvolver suas legislações além desses patamares da forma que considerem mais conveniente", explicou a entidade no comunicado.No Congresso Nacional desde 1995, a PEC do Trabalho Escravo prevê a desapropriação de terras onde a superexploração do trabalhador for flagrada. O projeto altera o artigo 243 da Constituição Federal e determina que os terrenos desapropriados sejam destinados à reforma agrária ou à construção de moradias populares. Sob forte resistência da Bancada Ruralista, a proposta foi aprovada em maio de 2012 na Câmara dos Deputados. No Senado, os parlamentares do grupo tentam aprovar, em conjunto com a PEC do Trabalho Escravo, o Projeto de Lei (PLS) nº 432/2013, que regulamenta a PEC. No entanto, a regulamentação desconsidera que o trabalho escravo possa ser configurado por jornada exaustiva e condições degradantes, dois dos elementos considerados pelo artigo 149 do Código Penal.

A pergunta que se põe aqui é por que essas duas designações preocupam os locutores proprietários? Vamos parafrasear a jornada exaustiva :

4.1Trabalhar mais de oito horas por dia;
4.2 Trabalhar dia e noite e nos fins de semana.
E condições degradantes:
5.1. Não há alimentação e nem água;
5.2. Os locais para morar são péssimos;
5.3. Não é respeitado o tempo para as refeições;
5.4.Os trabalhadores ficam endividados e sem salário;
5.5.Os trabalhadores só ganham a péssima comida e péssima moradia;
5.6. Os trabalhadores não podem se afastar do local de trabalho.

Trabalho exaustivo e condições degradantes na relação com as paráfrases acima orientam para a não aceitação da aprovação pelo alocutáriodo senado que fala

de um lugar enunciativo coletivo. Aí está a pertinência e o referencial. O que é análogo do passado em relação ao presente precisa ser visto como diferença. As convenções da OIT precisam ser respeitadas. O referencial não é o fato "o escravo é explorado" e isso é igual no passado. O que sustenta é a normatividade desigual e a pertinência são os modos de sustentação na relação com as formações nominais. A formação nominal trabalho exaustivo e condição degradante integram-se ao trabalho escravo constituindo a desigualdade na democracia.

A cena enunciativa da lei nos mostra que a argumentação da lei não é definitiva, ocorrendo nela um movimento político. A promulgação da lei depende da divisão do político, do desentendimento entre as partes. O embate que se põe fixa-se na determinação ser expropriado, e a pertinência é a desigualdade para o trabalhador. O alocutáriodo senado no modo de dizer de enunciador coletivo não aceita as expressões trabalho exaustivo e condições degradantes. A argumentação posta pelo alocutário nessas expressões de enumeração que se integram a trabalho escravo especifica a desigualdade, em umarelação de transversalidade. A Lei está exposta a partir do enunciador universal e é no funcionamento dela que podemos verificar como isso está sendo mobilizado. Aqui não há coincidência entre o enunciador universal (modo de dizer da lei) e o enunciador coletivo (modo de dizer do locutor proprietário).

Recorte 5:

Só depois que o novo artigo da Constituição for regulamentado é que poderão ser expropriados imóveis onde houver trabalho em condições análogas à da escravidão.Pela emenda promulgada, propriedades rurais e urbanas com registro de trabalho escravo serão destinadas à reforma agrária e habitação popular, sem que o dono seja indenizado.

O locutor jornalista fala no modo de dizer universal e especifica o modo de expropriação dos imóveis e o destino delesquando for regulamentado o artigo da Constituição.

Vejamos o recorte 6:

O Plenário da Câmara aprovou nesta terça-feira (22), em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, do Senado, que permite a

expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular.

Como se vê, somente em 2016, foi aprovada a PEC 438/01, mantendo a enumeração das penas que se sustenta na desigualdade posta e a erradicação de trabalho escravo e redistribuição de terra são os modos de sustentação do igual em umasociedade democrática.A definição do Código Penal sobre o trabalho escravo manteve-se. Mas essa definição projeta uma futuridade de embate que se põe pelo referencial e pela pertinência enunciativa.

3.1.Pertinência Enunciativa e Perspectivação na "jornada exaustiva"

Vejamos o recorte 7 do Manual de combate ao trabalho em condições análogas às de escravo, do Ministério do Trabalho:

b) Sujeição da vítima à jornada exaustiva.

Note-se que jornada exaustiva não se refere exclusivamente à duração da jornada, mas à submissão do trabalhador a um esforço excessivo ou a uma sobrecarga de trabalho – ainda que em espaço de tempo condizente com a jornada de trabalho legal – que o leve ao limite de sua capacidade. É dizer que se negue ao obreiro o direito de trabalhar em tempo e modo razoáveis, de forma a proteger sua saúde, garantir o descanso e permitir o convívio social. Nessa modalidade de trabalho em condição análoga à de escravo, assume importância a análise do ritmo de trabalho imposto ao trabalhador, quer seja pela exigência de produtividade mínima por parte do empregador, quer seja pela indução ao esgotamento físico como forma de conseguir algum prêmio ou melhora na remuneração. Ressalte-se que as normas que preveem limite à jornada de trabalho (e, no mesmo sentido, a garantia do gozo do repouso) caracterizam-se como normas de saúde pública, que visam a tutelar a saúde e a segurança dos trabalhadores, possuindo fundamento de ordem biológica, haja vista que a limitação da jornada – tanto no que tange à duração quanto no que se refere ao esforço despendido – tem por objetivo restabelecer as forças físicas e psíquicas do

obreiro, assim como prevenir a fadiga física e mental do trabalhador, proporcionando também a redução dos riscos de acidentes de trabalho. Os excessos de jornada são especialmente significativos nas atividades remuneradas por produção, como é o caso, por exemplo, do corte de cana-de-açúcar, derrubada de árvores, oficinas de costura e carvoejamento. No intuito de melhorar a remuneração, os trabalhadores laboram ininterruptamente e de forma esgotante, desde o início da manhã até o início da noite, de segunda- -feira a domingo, aumentando os riscos de acidentes e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho e chegando, em casos mais extremos, à morte por exaustão.

Na constituição da FN jornada exaustiva, o adjetivo converge para substantivo sob a forma de uma perspectivação, istoé,um modo de conceber jornada. De que modo? O que sustenta enunciativamente a perspectivação?

Podemos analisar "jornada exaustiva" determinada poresforço excessivo e sobrecarga de trabalho. Dizemos que "jornada exaustiva" é reescrita por esforço excessivo e sobrecarga de trabalho. Vemos também que a "jornada exaustiva" é condizente com a jornada de trabalho legal. Nesse texto da cartilha temos um locutor que fala do lugar da Lei- o Locutor Jurídico - que vai além da posição da duração da jornada, uma vez que há outro locutor que submete o trabalhador a esforço excessivo. A temporalidade se divide entre algo da lei que não dá mais conta das relações de trabalho-jornada de trabalho legal, a jornada exaustiva, e a reescrita de jornada exaustiva como esforço excessivo e sobrecarga de trabalho. Temos o Locutor da Cartilha falando do Lugar da Lei desatualizada, do lugar da Lei 149, do lugar dos ruralistas.

Nessa cartilha, os enunciadores são universais. O Locutor fala da jornada exaustiva do trabalhador, do esforço excessivo reescrito por sobrecarga de trabalho do trabalhador e da jornada de trabalho legal do trabalhador.A Jornada exaustiva integra-se à lei 149 na medida em que atualiza a lei do trabalho e projeta a necessidade dos grandes proprietários não submeterem os trabalhadores a uma jornada exaustiva, sem descanso, com um ritmo de trabalho que leve ao esgotamento físico.

Embora a "jornada" apareça sustentada pelo referencial de convívio social ("permitir o convívio social") como citação, não é desse referencial que a textualidade

se desenvolve, mas sim do referencial biológico. No âmbito desse referencial, temos as FNs "esgotamento físico", "gozo do repouso", "fundamento de origem biológica", "forças físicas e psíquicas do obreiro", "fadiga física e mental do trabalhador", "forma esgotante" e doenças "osteomusculares".

A pertinência enunciativa aponta uma nova perspectiva de olhar a jornada, não pelo referencial do tempo, mas pelo referencial do biológico, e, com essa nova perspectivação, fazer relação da problemática do trabalho atual com novas fases da escravidão.

Assim, a pertinência enunciativa vai se dar na convergência de "exaustiva" à "jornada", na medida em que produz um deslocamento de dimensão temporal que funda o nome "jornada", isto é, o período de tempo determinado pelo calendário (24 horas) ou pelos recortes dos referenciais sociais para as atividades laborais (6 horas, 8 horas, 10 horas, horas extras, etc.). Se "exaustivo" for concebido como alargamento na temporalidade, há pouco ganho na perspectivação, pois nem sempre trabalhar muito é prejudicial. Além disso, não há deslocamento na dimensão da temporalidade. Por outro lado, com a convergência produzida em deslocamento, altera-se a perspectiva com a qual se sustenta o conceito de jornada: passa-se, pois, do referencial temporal para o referencial biológico. Essa nova perspectivação forma a pertinência enunciativa para se abordar o trabalho como análogo ao de escravo. E ainda vamos considerar as enunciações:

A- Note-se que jornada exaustiva não se refere exclusivamente à duração da jornada
B- Mas à submissão do trabalhador a um esforço excessivo
C - Ou a uma sobrecarga de trabalho
D- Ainda que em espaço de tempo condizente com a jornada de trabalho legal

Em A temos um locutor que fala do lugar da Cartilha sobre o tempo da jornada de trabalho, avaliando-a e, na FN “jornada exaustiva”, temos uma articulação em que exaustiva determina a jornada .Afirmar o caráter de exaustiva constitui um índice de acontecimento enunciativo, há aí uma distinção para a jornada. Não se trata de uma jornada que leva em conta o tempo, mas o modo como o trabalho se dá. E essa perspectivação da FN orienta para uma distinção entre a jornada que considera o tempo

na lei e a desatualiza. Essa desatualização vai, em B, apresentar um traço de memória nessa atualidade de enunciar na FN esforço excessivo: ao articular esforçoaexcessivo, o locutor de B,fala do lugar da Lei 149, atualiza a Lei do trabalho. E nessa perspectivação ou direção de sentidos constituída na FN através do diferencial do esforço do trabalhador, temos um outro índice que precisa ser considerado na lei- a determinação de excessivo sobre esforço: essa atualização da memória da jornada que considera somente o tempo, projeta a necessidade de se considerar o tempo de trabalho e o esforço do trabalhador.

C- Pode-se considerar o esforço excessivo do trabalhador ou a sobrecarga de trabalho. Aqui a pertinência da memória do trabalho é captada nasduas FNs de modo diferente. Em “esforço excessivo’ podemos falar em carregar 1000 sacos de cimento de sessenta quilos por dia que seria um esforço excessivo e uma sobrecarga de trabalho. As duas FNs contemplam uma contemporaneidade do trabalho. As duas FNs apresentam uma perspectivação que sustenta o caráter da jornada exaustiva, constituindo índices de acontecimento diferentes. No caso, temos a quantia e o peso. Tanto “esforço excessivo’ como “sobrecarga de trabalho” sustentam a contemporaneidade da “jornada exaustiva”.

D- A pertinência da memória põe a desatualização da lei trabalhista em termos de tempo e a perspectivação da jornada de trabalho passa a incluir a Jornada Exaustiva,posta pelo Locutor da Lei 149, da contemporaneidade. B,C e D integram-se à Jornada de Trabalho atualizando-a.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há um efeito de coordenação na relação condição análoga e trabalho escravo. Nessa relação há uma especificação de identidade. Interessante ver o modo como o texto se integra atualizando o memorável de escravidão pela enumeração apresentada na lei que determina trabalho escravoe orienta argumentativamente para a existência de desigualdade na atualidade.

Aspenas para aqueles que submeterem os trabalhadores ao trabalho escravo orientam argumentativamente na pertinência da erradicação do trabalho escravo e na expropriação de imóvel dos grandes proprietários. A relação de igualdade da

escravidão atual e escravidão do passado direcionam para outra realidade:a normatividade do jurídico posta na lei e isso trouxe o embate num movimento dos proprietários para mudar a lei. Há um referencial de redistribuição de bens na pertinência enunciativa da lei, numa projeção de futuridade de que novas emendas possam surgir.

Por fim, a perspectivação ou direção de sentidos constituída na FN "jornada exaustiva" e "esforço excessivo" através do diferencial do esforço do trabalhador, mobiliza um outro índice que precisa ser considerado na lei- a determinação de excessivo sobre esforço e essa desatualização da memória da jornada que considera somente o tempo, projeta a necessidade de se considerar o tempo de trabalho e o esforço do trabalhador.

REFERÊNCIAS

Código Penal- Decreto-Lei 2848- Decreto-Lei no 2848, de 7 de dezembro de 1940.Disponível emhttps://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-149>

Comissão Pastoral da terra
<Disponível em ttp://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/40-traba> Acesso em 10 out.2016.

_____ Os sentidos da liberdade no mundo wiki.In: SHONS, C. R.; CAZARIN, E. A.(Orgs.)*Língua Escola e Mídia-en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologia*.Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo,2011.

DIAS, L.F. Formações Nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In:*Língua, Museu e Patrimônio*.Santa Maria,v.23, n.046,p11-22, jan-jun 2013.

_____ O Adjetivo na Formação Nominal: uma abordagem enunciativa. In: *Web Revista Discursividade, Estudos Linguísticos*.Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Ed.9, jan-maio, 2012. Disponível em:<www.discursividade.cepad.net.br> Acesso em: 30 de outubro de 2016.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas,Pontes, 2002.

_____. *Texto e Argumentação: um estudo das conjunções do português*.Campinas, Pontes, 4. ed. ampliada, 2007.

_____. A Enumeração Funcionamento Enunciativo e Sentido.In.:*Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun.2009.

_____ Argumentatividade e Argumentação. In:*Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo,v.9,n.2,jul-dez, 2013 a.

_____. Semântica da Enunciação e Textualidade.In: SCHREIBER DA SILVA, S. M.; MACHADO. (Orgs.) *Estudos dos Sentidos na Semântica e no Discurso*.São Carlos: Pedro e João, 2013b.

NÉRI, F. *Conceito de trabalho escravo pode dificultar regulamentação de PEC. C2014a*. Disponível em:<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/.html>. Acesso em: 28 fev. 2016 .

_____. *Congresso nacional promulga a PEC do trabalho escravo. C2014b.* Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/congresso-nacional-promulga-pec-do-trabalho-escravo.html>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____.
SCHREIBER DA SILVA,S. M. *Argumentação e Interdiscursividade-o sentido do como se na lei e na jurisprudência: o caso do concubinato*.Porto Alegre:Marcado Aberto/Ed. da UFScar, 1999.

SIQUEIRA. C. *Câmara aprova PEC do trabalho escravo. C2012.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/>. Acesso em: 28 fev. 2016.

WROBLESKI. S. *Legislação brasileira contra escravidão é exemplo internacional. C2013*. Disponível em: <http://www.trabalhoescravo.org.br/>. Acesso em: 28 fev. 2016.

A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO JURÍRICO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA PALAVRA "IGUALDADE"

THALITA NOGUEIRA DE SOUZA*

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma analise enunciativa do termo "igualdade", objeto de discussão no julgamento de constitucionalização das cotas étnico-raciais para o ingresso em universidades públicas. A escolha desse tema deve-se à repercussão da implantação do sistema de cotas étnico-raciais na Universidade de Brasília-UnB no ano de 2009. A UnB foi a primeira universidade federal brasileira a implantar um modelo seletivo baseado na aparência física do vestibulando, identificada por meio de foto e entrevista. Essa norma vinculou pessoas do mesmo grupo familiar a raças dessemelhantes, gerando conflitos em relação a quais candidatos teriam direito a participar das cotas étnico-raciais.

Esse ato da UnB resultou no questionamento da constitucionalidade das cotas-étnico-raciais junto ao Supremo Tribunal Federal- STF, pelo Partido Democratas-DEM, sob a forma de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF-186[1], ação jurídica na qual se julgou, com base na Constituição, a validade do critério étnico-racial como via de entrada em universidades públicas.

Para analisar o termo 'igualdade', adotamos a concepção teórica da Semântica do Acontecimento e escolhemos como material de análise o Acórdão da ADPF186,

* Mestre em Linguística. Doutoranda da UFMG.

[1] Cf. o Glossário jurídico do STF (*online*), é um tipo de ação, ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Disponível em: em:< http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=481 >. Acesso em: 13/11/17.

texto que descreve todas as etapas do julgamento[2]. Dessa maneira, descrevemos sequencialmente os fundamentos teóricos da Semântica do Acontecimento, da argumentação, a metodologia e a descrição do material de análise. Em seguida apresentamos um breve registro histórico-político da "igualdade" que regula a Constituição do Estado brasileiro. Enfim desenvolvemos a análise com base nos apontamentos teóricos já descritos, formulados por Guimarães (2005, 2010, 2011, 2013).

1. A Semântica do acontecimento e a argumentação

A Semântica do Acontecimento é, conforme Guimarães (2005, p. 7), "uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer". O autor conceitua o acontecimento de linguagem considerando quatro elementos: "a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua"; o real "a que o dizer se expõe ao falar dele" e a temporalidade que

> se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si um futuro. (GUIMARÃES, 2005, p, 11, 12).

Nessa perspectiva, o que é dito no presente só significa porque o acontecimento abre-se para novas interpretações. Além disso, o acontecimento marca a relação do sujeito com a língua enquanto prática política caracterizada "pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos". (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Ou seja, o político afeta e divide materialmente a linguagem por uma contradição que instala um conflito de sentidos no centro do dizer.

---

[2]Conforme o Artigo 204 do CPC/2015, o Acórdão é um texto jurídico que apresenta: 1. Decisão final prolatada por órgão colegiado. 2. Julgamento colegiado proferido por tribunal, o qual serve como paradigma para solucionar casos análogos. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>. Acesso em: 09/11/17.

Outra questão importante ao tratar o acontecimento de linguagem como político é a compreensão de como se constituem os espaços de enunciação. Para Guimarães, são:

> espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

De acordo com Guimarães (2005), a disputa pela palavra surge em cenas enunciativas, caracterizadas como "um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento". As cenas enunciativas se constituem como um espaço de distribuição dos lugares de enunciação, isto é, do agenciamento da enunciação: "aquele que fala" e "para quem se fala" são lugares, pois os falantes não são donos do seu dizer. Dado que o direito ao dizer é político, desigualmente dividido, a distribuição destes lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento, e a temporalidade específica do acontecimento é o fundamento da cena enunciativa. (GUIMARÃES, 2005, p. 22).

Nesse sentido, assumir a palavra é se colocar no lugar de quem enuncia, ou seja, como Locutor que se apresenta como a própria fonte do dizer. Para falar do lugar de L é preciso estar agenciado no lugar social de locutor-x, numa perspectiva enunciativa de enunciador:

> enunciador individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciador genérico, quando a enunciação representa o locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador universal, quando a enunciação representa o Locutor fora da história e submetido ao regime de verdadeiro ou falso. (GUIMARÃES, 2005, p. 26).

Tendo em vista essa configuração do acontecimento de enunciação, a argumentação se fundamenta no agenciamento do falante em Locutor no espaço de enunciação. Nessa direção, as relações de argumentação são também próprias da cena enunciativa, e argumentar é, para Guimarães (2010, p. 78, 79), "dar uma diretividade ao dizer" [...], [um] "modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro do dizível".

Essa perspectiva deriva de deslocamentos conceituais da teoria dos *Topoi*, que constitui a segunda fase da teoria da Argumentação na Língua, a qual Ducrot e Anscombre (1994, p.18) definem que

> [...] A argumentação está inscrita na língua, nas frases mesmas. Formula-se então a tese geral da língua, segundo a qual a significação da frase contém, em si mesma, instruções que levam a uma série de construções. [...] A primeira está baseada na noção de expressão argumentativa, potencial argumentativo e ato de argumentar. Basicamente estabelece que uma argumentação é um encadeamento de dois segmentos do discurso, de dois enunciados: um constitui o argumento, e o outro, a conclusão. Nessa primeira etapa, define-se o potencial argumentativo de um enunciado como um conjunto de enunciados que podem unir-se a esse enunciado atribuindo conclusões. Está é a chamada forma standard da Argumentação na Língua. (ANSCOMBRE, DUCROT, 1994, p. 18)[3].

A observação de que uma expressão argumentativa pode encadear, a partir de um mesmo segmento, conclusões opostas, levou os autores a configurar a Teoria dos *Topoi*, isto é, lugares comuns que constituem discursos que ganham pela enunciação certa abrangência geral. Nesse sentido, o *topo*s apresenta três propriedades, a universalidade, a generalidade e a gradualidade, constituindo-se como um princípio argumentativo que possibilita a articulação entre um enunciado-argumento e um enunciado-conclusão, imprimindo aos enunciados, através dessa articulação, uma dada orientação argumentativa.

Por exemplo, no enunciado: “A igualdade é para todos, mas o negro tem cota”, extraído do nosso material de análise, há na voz do Locutor as seguintes perspectivas enunciativas: (E1) “a igualdade é para todos” e (E2) “todos são iguais (brancos e negros)”portanto não há necessidade de cota para negros. Nesse exemplo, o enunciado argumentativo “a igualdade é para todos” somente é válido para o enunciado-conclusão E2 devido ao princípio (*topos)* compartilhado pelos falantes de que “todos são iguais”.

Nessa direção, Guimarães (2010 a, p. 79) afirma que

> As formas que representam na enunciação os enunciadores convocam os topoi a partir dos quais argumenta. Ou seja, na via da semântica argumentativa, o externo à língua, o *topos* funciona na

[3] Tradução nossa.

> argumentação convocado pela língua. Deste modo se preserva a autonomia da língua relativamente à sua exterioridade.

Assim, Ducrot e Anscombre (1994) mostram que, no funcionamento da argumentação, as formas da língua marcam no enunciado o *topoi* expresso pelos enunciadores. Já para Guimarães (2013, p. 271), a argumentação consiste na "apresentação pelo Locutor para seu Alocutário de uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer, considerada como necessária". Compreendendo ainda que o direito ao dizer é dividido no espaço de enunciação, o autor toma a argumentação como política, pois o seu sentido não é persuadir, mas sustentar uma posição, um lugar social. Desse modo, pela ótica da "Semântica do Acontecimento", torna-se relevante mostrar a caracterização daquele que argumenta.

No entanto, a relação argumentativa de um enunciado pode produzir sentidos diferentes, pois na cena enunciativa instala-se o lugar social de locutor-x e o lugar de dizer de enunciador. Dessa maneira, a orientação do dizer do Locutor nem sempre significa numa mesma direção, pois a perspectiva enunciativa pode ser outra. A orientação argumentativa do L possibilita o reconhecimento do lugar social do locutor e movimenta mais de um lugar de dizer no texto.

De acordo com Guimarães (2013, p. 277) "temos que pensar a questão da argumentação relativamente à complexidade da cena enunciativa". Para ele, seria possível supor o aspecto retórico da argumentação entre locutor-x –alocutário-x. Entretanto, o al-x não é um correlato direto e específico de l-x, como na relação (L - AL), pois o lugar de al-x pertence à interpretação, afetada por temporalidades outras. A argumentação não pode ser, assim, entendida como persuasão em nenhum dos casos, porque entre L-A o que ocorre é a orientação da relação de sentidos marcada pelas regularidades linguísticas do espaço de enunciação, já entre l-x e al-x não há uma correspondência direta, pois trata-se de acontecimentos diferentes.

Dada a perspectiva de que a argumentação se sustenta de acordo com a posição social do dizer no acontecimento, e que a enunciação é essencialmente argumentativa, no item seguinte apresentamos o material e o procedimento de análise aplicados para desenvolver o estudo enunciativo do termo "igualdade".

2. O procedimento e o material de análise

O nosso material de análise consiste do Acórdão[4], texto jurídico composto pelo Relatório da ADPF 186 e os votos dos Ministros do STF. Considerando que, para Guimarães (2011), "o texto é uma unidade de sentidos que integra enunciados no acontecimento de enunciação", fizemos no material de análise recortes, "fragmentos do acontecimento da enunciação", com o auxílio do procedimento de reescrituração, processo pelo qual o texto rediz o já dito produzindo novos sentidos.

Segundo Guimarães (2007, p. 84), esse procedimento

> coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto. Vou chamá-la de operação de predicação [...] operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. [...] a reescrituração pode ser por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição.

Nessa direção, a reescrituração significa pela temporalidade do acontecimento. Cada vez que uma expressão é reescriturada, ela produz sentidos fluidos do memorável que aciona no presente do acontecimento. Esse movimento projeta o interpretável (o futuro), ou seja, outros sentidos. É dessa forma que, para Guimarães (2010 a, p. 28), "o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto".

Em conformidade com essa proposição, escolhemos três (3) recortes nos quais aparecem o termo "igualdade": a Petição inicial do DEM (R1), e os Votos da Ministra Carmen Lúcia (R2) e Ministro Gilmar Mendes (R3), os quais dividimos em sequências enunciativas (SE)[5].

Tendo em vista o método de produção de recortes, as análises se fundamentam no seguinte esquema:

> (1) Toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento; (2) Interpreta-se o seu sentido na relação com o texto em que está integrado; (3) Chega-se a, ou toma-se outro recorte e faz-se dele uma descrição; (4) Interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está

---

[4] Decisão colegiada do STF sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental-ADPF186, julgada nos dias 24 e 25 de abril de 2012.

[5] Com a finalidade de organizar melhor as análises.

> integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte; (5) Busca-se um novo recorte, etc., até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise. (GUIMARÃES, 2011, p. 44-45).

Apresentado o procedimento metodológico baseado na descrição e interpretação, conforme a posição teórica que trabalha o sentido como constitutivo do acontecimento de enunciação, na sequência expomos brevemente a constituição histórica-política que funda a igualdade jurídica.

3. A igualdade na Constituição de 1988

A igualdade instituída nas Constituições (1824-1988), formuladas em diferentes momentos históricos e políticos do Brasil, advém de célebres documentos[6] que outorgaram a igualdade de direitos para todos os homens, como as Declarações de direitos, principalmente da Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão (1879) que estabeleceu e projetou a igualdade jurídica, ou seja, a "igualdade de todos perante a lei" para as Constituições de vários países democráticos, entre esses o Brasil. (SILVA, 2005).

De acordo com Mello (2014)[7], o texto constitucional de 1988 se diferencia dos demais, pois é perpassado desde o preâmbulo pelo princípio da igualdade, além disso, é o único a colocar o termo igualdade no artigo cabeça que assegura os direitos fundamentais dos cidadãos, como mostra o Art. 5º:

> "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]".

---

[6] As primeiras escritas, que antecederam as Declarações de Direitos do homem, buscavam apenas restringir o poder do monarca, como as Cartas e Declarações inglesas: Magna Carta (1215-1225), *Petition of Rights* (1628), *Habeas Corpus Amendment Act* (1679), e o *Bill of Rights* (1688). Esses documentos estabeleceram a base para a construção dos direitos do homem. No entanto, as Declarações de Direitos, com o objetivo de criar um modelo de governo democrático, só apareceram a partir da Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia (1776), seguida pela Declaração Norte-Americana (1787) e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

[7] Voto do Ministro Marco Aurélio Mello, no Acórdão da ADPF186.

Em relação às Constituições anteriores, Mello (2014) diz que a de 1988 inova ao oferecer vários mecanismos para a prática de ações afirmativas, ou seja, ações concretas com a finalidade de assegurar direitos iguais aos que se encontram em vulnerabilidade social, como pessoas de baixa renda, mulheres, deficientes, índios, crianças, idosos, negros entre outros, fazendo, assim, funcionar a "igualização simplesmente formal".

Entretanto, o nosso ponto de interesse consiste em compreender o sentido do termo "igualdade" sob o ponto de vista enunciativo, considerando que "o sentido concebido como efeito não é algo que advém do enunciado em si, mas da relação de pertencimento que ele mantém com sentidos já produzidos, reconhecidos socialmente". (DIAS, 2014, p. 9).

Passamos, então, a apresentar os recortes e as análises do termo "igualdade" no Ácordão da ADPF186.

4. Análises de Recortes

R1: Argumentos e Pleitos da Inicial (Partido Democratas)

(SE1)**O arguente alega**, em suma, que tais atos ofendem os arts. 1º, caput, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II, XXXIII, XLI, LIV, 37, caput, 205, 206, caput, I, 207, caput, e 208, V, todos da Constituição Federal. Sustenta, em síntese, que a discriminação supostamente existente no Brasil é uma questão social e não racial. *[...]* (SE2)**Quanto ao mérito, assevera, de início, o seguinte**:"a) Não se discute, na ADPF, sobre a constitucionalidade de ações afirmativas, como gênero e como política necessária para inclusão de minorias; b) não se discute acerca do reconhecimento de que o Brasil adota o modelo de Estado Social; c) não se discute sobre a existência de racismo, de preconceito e de discriminação na sociedade brasileira; [...] (SE3) **Na sequência, alega que**"a) na ADPF, discute-se se a implementação de um 'Estado racializado' ou do 'racismo institucionalizado', nos moldes praticados nos Estados Unidos, África do Sul ou Ruanda, seria adequada para o Brasil; b**)** pretende demonstrar que a adoção de políticas afirmativas racialistas não é necessária no país; c) o conceito de minoria apta a ensejar uma ação positiva estatal difere em cada país. Depende da análise de valores históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos de cada povo; d) discute tão somente a constitucionalidade da implementação, no Brasil, de ações afirmativas baseadas na raça ; e) ninguém é excluído, no Brasil, pelo simples fato de ser negro; f) cotas para negros nas universidades geram a consciência estatal de raça, promovem a ofensa arbitrária ao **princípio da igualdade**(fls 26-29) [...] Caso esta ADPF não seja conhecida, pede seja ela recebida, alternativamente, como Ação Direta de Inconstitucionalidade (fl. 80). (BRASIL, 2014, p. 11, 12, 13, 14, 16). (Grifo nosso).

O R1 do Acórdão que compõe a primeira cena enunciativa inscrita nele, isto é, os "modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas" (GUIMARÃES, 2005, p. 23), contém partes do Relatório, produzido pelo Ministro Ricardo Lewandowvisk, o qual apresenta extratos da Petição-inicial (PET)[8] elaborada pelo arguente Partido DEM. O R1 integra três sequências enunciativas que se constituem em discurso relatado indireto: (SE1) "O arguente alega, em suma, que tais atos ofendem[...]"; (SE2) "Quanto ao mérito, assevera, de início, o seguinte[...]"; (SE3) "Na sequência, alega que [...]".

Nas (SE1) e (SE3) o relato é circunscrito pelo verbo (alegar) + a conjunção subordinativa (que). Já na (SE2) o verbo (asseverar) expõe a continuidade do dizer do arguente, mostrando que locutor-relator (Ricardo Lewandowvisk) retoma a enunciação da Petição-inicial do locutor-partido DEM que diz da inconstitucionalidade do critério racial de seleção para o sistema de cotas na UnB.

Nessa cena enunciativa, o Locutor (Ricardo Lewandowvisk), que se coloca como origem do que diz, é agenciado em locutor-relator, lugar social de juiz do STF, autorizado a dirigir o processo e representar o dizer do locutor-partido DEM. A relação do Locutor que relata o dizer do arguente pode ser representada enunciativamente, de acordo com Guimarães (2010 b, p. 108), da seguinte forma:

"Eu DIGO que A diz X": "Eu (locutor-relator) Digo que o (locutor-partido DEM) diz X".

Tendo em vista que o discurso relatado indireto se pauta na Constituição, conforme os artigos descritos na (SE1), o dizer do locutor-relator assume o lugar da universalidade do discurso jurídico, perspectiva que causa a ideia de singularidade da figura do Locutor. Conforme Guimarães (2005, p.30), esse "funcionamento do Locutor dividido pelo próprio jogo de se representar como idêntico a si, quando lhe é díspare, é o processo pelo qual a enunciação apaga seu caráter social e histórico".

[8] De forma geral, é um pedido escrito dirigido ao Tribunal. A Petição Inicial é o pedido para que se comece um processo. Outras petições podem ser apresentadas durante o processo para requerer o que é de interesse ou de direito das partes. No Supremo, a Petição (PET) é um processo. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=195 >. Acesso em: 05/11/17.

Quanto ao termo “igualdade”, observamos que ele aparece na (SE3) determinado por “princípio da”, e funciona na enunciação como uma estratégia de completude argumentativa a favor da inconstitucionalidade das cotas étnico-raciais.

Nesse sentido, enunciar o “princípio da igualdade” significa rememorar a base institucional da igualdade enquanto um direito fundamental fixado na Constituição de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” [...]. Esses enunciados, por sua vez, evocam enunciações de outras Constituições brasileiras: “A Lei será igual para todos [...]”; “Todos são iguaes perante a lei”, que por sua vez rememoram as Declarações de direito, documentos que estabeleceram a igualdade como um direito de todos. Ou seja, a enunciação de “princípio da igualdade”, no (R1), faz parte do que o discurso social aceita como irrefutável, sendo assim, um artifício enunciativo que confere uma aparente verdade ao dizer.

O memorável do “princípio da igualdade” apresenta, nessa cena enunciativa, uma relação de interdependência com a desigualdade, ou seja, há apenas a negação da “desigualdade formal”, uma vez que na SE2 se afirma a existência de uma minoria que convive com o preconceito, discriminação e o racismo, oriundo de diferenças sociorraciais. Assim, a enunciação do termo “igualdade” possibilita significar que ações afirmativas baseadas na raça, isto é, cotas étnico-raciais, podem ser tanto ameaça como promoção da igualdade descrita na Constituição.

Em relação à orientação argumentativa que permeia o R1, observamos o que diz Guimarães (2010 a, p. 78,79): “a argumentação é um modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro do dizível”. Desse modo, argumentar é dar uma diretividade ao dizer. Essa afirmação permite compreender que o R1 emprega argumentos que direcionam o dizer de modo a significar o sistema de cota étnico-racial como inconstitucional. Esses argumentos estão inscritos nos artigos da SE1: “arts. 1º, caput, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II, XXXIII, XLI, LIV, 37, caput, 205, 206, caput, I, 207, caput, e 208, V”.

No entanto, o memorável evocado por esses argumentos perpassa a complexidade da cena enunciativa, a qual caracteriza o lugar social e o lugar de dizer do locutor, movimentando a significação. Assim, de acordo com Guimarães (2013, p. 281), “a diretividade do texto é uma construção do locutor, mas a sequência do texto não significa simplesmente nessa direção, tanto que outras vozes falam”.

Na SE2 do R1, os argumentos são marcados por advérbio de negaçãonos enunciados: a) “Nãose discute, na ADPF [...] ações afirmativas como gênero/e ou inclusão de minorias; b) “nãose discute acerca do [...] modelo de Estado Social”; c) “Nãose discute sobre a existência de racismo/preconceito [...]. Nesses enunciados, verificamos que não se nega o fato de que as ações afirmativas de inclusão sejam constitucionais, ou de que o Brasil adota o modelo de Estado social, ou ainda a existência de racismo no Brasil. Nega-se apenas a discussão, nesse acontecimento, de tais assuntos. Nesse sentido, para analisar a questão da argumentação, é preciso distinguir “a negação que incide sobre a própria enunciação, da negação que incide sobre o enunciado, sobre o predicado do enunciado”. (GUIMARÃES, 2010 a, p.53).

De outra forma, na SE3, os argumentos são encadeados por afirmações indicadas nos itens a) “Estado racializado” ou “racismo institucionalizado”; b) “políticas afirmativas racialistas”; c) “conceito de minoria [...] de cada país”; d) “ações afirmativas baseadas na raça”; e) “ninguém é excluído, no Brasil, pelo simples fato de negro”; f) “consciência estatal de raça”. Esse conjunto de argumentos orientam para que as cotas étnico-raciais sejam declaradas inconstitucionais.

Nessa direção, entre o que se “nega” e o que se “afirma” há uma contradição própria do agenciamento político da enunciação, pois na (SE2) argumentos tendem para sentidos contrários ao propósito do texto do R1, que é requerer a inconstitucionalidade do sistema de cotas étnico-raciais. Essa contradição se apresenta na impossibilidade de afirmar os argumentos da (SE3), pois, no todo argumentativo, os enunciados do R1 podem evocar enunciações sobre racismo, preconceito e discriminação que são marcadas na e pela história. Ou seja, como é possível discutir a “constitucionalidade” de ações afirmativas baseadas na raça, sem discutir a existência do racismo? Além disso, na (SE3), se considerarmos o “conceito de minoria” expresso no item (c), seria viável afirmar no item (e) que “ninguém é excluído, no Brasil, pelo simples fato de negro”? Podemos dizer que, sendo afirmativa ou negativa, as respostas para esses questionamentos produzem a ressignificação do termo “igualdade” e da argumentação que sustenta o dizer do locutor-partido DEM.

Assim, tanto a “ameaça” como a “promoção” da igualdade constitucional podem significar ascensão educacional mediante cotas étnico-raciais”. Compreendemos, segundo Guimarães (2010 a, p. 68), que a enunciação do termo “igualdade”no (R1)

“se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”, conforme as condições sócio-históricas do acontecimento de enunciação.

R2: Voto da Ministra Carmén Lúcia

(SE1) Senhor Presidente, farei as minhas observações apenas para pontuar a questão tal como a entendo. Primeiro, iniciando pela constatação de que, muito cedo, descobre-se, melancolicamente, que a**igualdade**pode ter a espessura da pele, que isso pode ser um desvalor na vida, como se o critério da melanina fosse o dedal no qual se coteja a dignidade humana em pequenas doses para se vencer o mar do preconceito. Ea **igualdade**, que é tantas vezes decantada, é o princípio mais vezes repetido na Constituição de 1988; vem posto no preâmbulo da Constituição. E como é difícil fazer com que ela se torne efetiva [...] para todos. [...] **(SE2)** No que é a **igualdade**e a**igualação**, a Constituição brasileira de 1988 produziu, **a meu ver**, uma grande diferença em relação aos outros textos constitucionais, porque não apenas reforçou o que havia desde a Carta de 1824 -que já falava na **igualdade** [...] se tinha, ali, a referência ao princípio da**igualdade formal**-, mas por partir da compreensão de que a **igualdade**é processo dinâmico, por isso a**igualação**, porque a **igualdade**é estática, é garantia daquele que já se igualou. E a **igualação**é um processo dinâmico de fazer com que aqueles que não adquiriram ainda uma condição de poder ter **igualdade de oportunidades**[...] Terceiro ponto do **meu voto**é a questão da responsabilidade social e estatal de fazer com que o princípio constitucional da **igualdade dinâmica**, dessa **igualdade que muda** para transformar a sociedade e que está posta no artigo 3º da Constituição -que não é um aviso, um conselho, mas é uma norma -que se cumpra, [...] o objetivo do Brasil, de fazer com que o Brasil seja uma sociedade livre, justa, solidária [...] **(SE3) acho**que as ações afirmativas não são as melhores opções; melhor opção é ter uma sociedade na qual todo mundo seja igualmente livre para ser o que quiser. **Mas**isto é um processo, uma etapa, uma necessidade diante de um quadro onde isso não aconteceu naturalmente. [...] Assim, Senhor Presidente, [...] votono sentido da improcedência da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por considerar os atos perfeitamente compatíveis e de acordo com a Constituição. (BRASIL, 2014, p. 132, 133,134, 153). (Grifo nosso).

A cena enunciativa do R2, extraída do texto Acórdão, apresenta o voto da ministra Carmem Lúcia, agenciada em locutor-ministra, lugar social autorizado a julgar e a formular o voto na ação de inconstitucionalidade do sistema de cota étnico-racial. Nesse sentido, a deontologia específica que distribui os lugares de enunciação caracteriza também o lugar social do alocutário-Presidente do Supremo Tribunal Federal, introduzido pelo vocativo na SE1 (“Senhor Presidente”), que direciona na cena enunciativa o voto da locutor-ministra.

Nessa (SE1), o dizer assume diferentes perspectivas. Inicialmente, o traço da individualidade aparece nos enunciados da SE1: “[...] farei as minhas observações para pontuar a questão tal como a entendo”; e da SE3: “acho que as ações afirmativas

não são as melhores opções [...]". Essas marcas constituem o que Guimarães (2005, p. 25) conceitua como enunciador individual, "aquele que retira o dizer da sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como independente da história". A marca enunciativa do "Eu" recorta como memorável enunciados que circulam no quotidiano social, nos quais a aparência física está relacionada a igualdade por meio de fatores como "espessura da pele", "desvalor na vida", "critério de melanina", "dignidade humana" , significando que a igualdade posta no Art. 5º da Constituição de 1988 ("Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]") não funciona da mesma forma para todos, ou seja, o sentido de "igualdade"tende à "discriminação" e "preconceito de raça". Assim, esse agenciamento enunciativo faz parecer que a significação de "igualdade" se constitui sob um ponto de vista pessoal.

Entretanto, nas SE2 e SE3, a perspectiva enunciativa assume também um caráter universal, pois as marcas de individualidade "a meu ver", "meu voto" e "voto" funcionam, de modo semelhante, aos casos que Guimarães (2005, p. 29) chama de "Decreta X", visto que o texto constitucional perpassa o que é dito pelo "Eu", ou seja, "o que aí se enuncia não se enuncia como independente da história, mas como fora da história, como válido para todos e cada um e para todas as situações".

Na SE2, notamos que as expressões "igualdade" e "igualação" remetem à memória de sentidos da "igualdade constitucional", enquanto processo construído historicamente. No entanto, elas projetam diferentes sentidos no presente do acontecimento. De um lado a igualdade é compreendida como formal, estática, ou seja, estável, enquanto um processo acabado, como se todos já estivessem no mesmo grau de igualdade. Por outro lado, a igualdade entendida como "igualação", "igualdade de oportunidades" e "igualdade dinâmica" remetem a "movimento", à "ação", ou seja, um processo ainda em andamento, significando a "igualdade", nesse acontecimento, como um "mecanismo jurídico de ação"ajustado às condições sociais, que funciona do mesmo modo para todos, incluindo assim as minorias, como negros, índios, mulheres, entre outros, que ainda não atingiram a condição de igualdade.

Observamos ainda que o processo de reescrituração do termo "igualdade", que, conforme Guimarães (2007, p. 84), "rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma de si", mostra que os sentidos não são fixos, estão em constate

deriva. Nesse sentido, “o interessante dessa deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimentos de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdade, de retificações”. (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

A expressão “igualdade” determinada como “dinâmica”, “que muda”, “que está posta no artigo 3 da Constituição”[9], “que não é um aviso, um conselho, mas é uma norma”, projeta sentidos de “transformação social”, “obrigação do Estado” e “meta do Brasil”, determinando, assim, justiça, liberdade e solidariedade, para todos. O funcionamento enunciativo do termo “igualdade”,nesse acontecimento, remete assim ao que dizem Dias e Lacerda, (2013, p. 369), “a atualidade do acontecimento é capaz de agregar novas perspectivas aos recortes de memória, projetando diferenças para os acontecimentos posteriores”. Desse modo, cada vez que a palavra “igualdade” é enunciada, há um redirecionamento, não só do sentido, mas também da referência, tendo em vista que, para Dias (2005, p. 118), a referência “se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento”.

Em relação aos argumentos que sustentam a enunciação do locutor-ministra, destacamos na SE1 o operador argumentativo “e” inscrito nos enunciados abaixo:

(A) [...] farei as minhas observações apenaspara pontuar a questão tal como a entendo [...], a **igualdade** pode ter a espessura da pele que isso pode ser um desvalor na vida, como se o critério da melanina fosse o dedal no qual se coteja a dignidade humana em pequenas doses para se vencer o mar do preconceito. (B) **E**a **igualdade**, que é tantas vezes decantada, é o princípio mais vezes repetido na Constituição de 1988; vem posto no preâmbulo da Constituição. (C) **E** como é difícil fazer com que **ela** se torne efetiva [...] para todos.

Os enunciados da SE1 são encadeados pela conjunção “e”. No entanto, esse operador argumentativo não converge argumentos para uma mesma conclusão, ou seja, não tem valor aditivo, pois a “igualdade” descrita em (A) faz referência a uma igualdade que não é para todos, já que é determinada pela cor de pele, e a igualdade em (B) diz respeito à igualdade (constitucional) que é para todos. O **e** que articula (C)

[9] Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] I –construir uma sociedade livre, justa e solidária; II –garantir o desenvolvimento nacional; III –erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV –promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

a (B) reforça o sentido de que a “igualdade”, reescriturada por “ela”, não significa da mesma forma para “todos”, dada a dificuldade de estabelecê-la.

Assim, apesar de termos entre esses enunciados uma articulação por coordenação que, segundo Guimarães (2009, p. 51, 67), é “aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes”, na SE1 a conjunção “e” não articula argumentos numa mesma direção de sentidos, pois é o acontecimento que determina os sentidos da enunciação, ou seja,

> [...] o Locutor é agenciado pelo acontecimento (pela língua e a temporalidade de seu funcionamento). E isso o desdobra em lugar social de locutor e enunciadores na produção do sentido. Não se trata de uma relação direta entre uma forma e o sentido. Trata-se de uma relação estabelecida pelo acontecimento.

Nos enunciados abaixo, examinamos também o funcionamento do argumento “mas” na (SE3):

[...](A) acho que as ações afirmativas nãosão as melhores opções; melhor opção é ter uma sociedade na qual todo mundo seja **igualmente livre** para ser o que quiser. (B) **Mas**isto é um processo, uma etapa, uma necessidade diante de um quadro onde isso não aconteceu naturalmente. [...]voto no sentido da improcedência da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por considerar os atos perfeitamente compatíveis e de acordo com a Constituição.

Em (A), a perspectiva enunciativa individual, marcada pelo verbo “achar”, flexionado no presente, apresenta uma negação que é refutada em (B) articulada pelo operador argumentativo, “mas”, que funciona como um elemento que apresenta uma perspectiva enunciativa universal e redireciona a argumentação. Temos então, a seguinte relação: (A) argumento para o sistema de cotas étnico-racial é *in*constitucional, isto é, não promove a igualdade, pois a opção pelas cotas se opõe a uma sociedade “igualmente livre”, e (B) argumento para o sistema de cotas étnico-racial é constitucional, não há violação do “princípio de igualdade”, já que a cota promove a “igualdade” constitucional ao incluir os sócio-historicamente marginalizados.

Essa relação argumentativa permite compreender, segundo as palavras de Dias (2014, p. 96), que “o sentido concebido como efeito não é algo que advém do

enunciado em si, mas da relação de pertencimento que ele mantém com sentidos já produzidos, reconhecidos socialmente".

R3: Voto do Ministro Gilmar Mendes

(SE1) [...]**eu me sinto**muito confortável para analisar a questão das ações afirmativas, inclusive como aplicação do **princípio da igualdade**, como foi destacado aquiem vários votos. *Mas* a Ministra Rosa Weber destacou com ênfase, dizendo quea própria realização do princípio da igualdade*,* em muitos casos, exige uma ação, seja do legislador, seja da Administração, seja de algum setor, no sentido de realizar essa equiparação. [...] **Liberdade e igualdade**constituem os valores sobre os quais está fundado o Estado constitucional. A história do constitucionalismo se confunde com a história da afirmação desses dois fundamentos da ordem jurídica. Portanto*,* não há como negar, a simbiose existente entre **liberdade e igualdade e o Estado Democrático de Direito** [...]. No limiar deste século XXI*,* **liberdade e igualdade**devem ser (re)pensadas segundo o **valor fundamental da fraternidade** [...]. **Fazemosparte de sociedades multiculturais e complexas** e tentamos ainda compreender a real dimensão das manifestações racistas, segregacionistas e nacionalistas, que representam graves ameaças à liberdade e à **igualdade**[...]. Pensar a **igualdade**segundo **o valor da fraternidade** significa ter em mente as diferenças e as particularidades humanas em todos os seus aspectos. [...] **(SE2)** Numa sociedade marcada pelo pluralismo, a **igualdade** só pode ser **igualdade**com igual respeito às diferenças. Enfim, no Estado democrático, a conjugação dos valores da **igualdade e da fraternidade** expressa uma normatividade constitucional no sentido de reconhecimento e proteção das minorias. A questão da constitucionalidade de ações afirmativas voltadas ao objetivo de remediar desigualdades históricas entre grupos étnicos e sociais, com o intuito de promover a justiça social, representa um ponto de inflexão do próprio **valor daigualdade.**[...] por um lado, **a clássica concepção liberal de igualdade**como um valor meramente formal há muito foi superada, em vista do seu potencial de ser um meio de legitimação da manutenção de iniquidades, por outro o objetivo de se garantir uma efetiva **igualdade material**deve sempre levar em consideração a necessidade de se respeitar os demais valores constitucionais. [...] o mandamento constitucional de reconhecimento e proteção igual das diferenças impõe um tratamento desigual por parte da lei**. O paradoxo daigualdade***,* portanto, suscita problemas dos mais complexos para o exame da constitucionalidade das ações afirmativas em sociedades plurais. [...] **(SE3)** Atualmente, de acordo com edital do último concurso vestibular realizado pela UnB, em 2012, o processo inclui submissão dos candidatos declarados negros, a entrevista pessoal que deverá ocorrer após a aplicação das provas, na qual o candidato deverá apresentar documento original de identidade. Sua declaração como "negro" ou "pardo" continua a ser analisada por uma banca composta por docentes, representantes de órgãos de direitos humanos e de promoção da **igualdade racial**e militantes do movimento negro do Brasil. [...] o programa de ação afirmativa não objetiva a eliminação completa de desigualdades, mas o aumento da **igualdade de oportunidades**em um segmento específico. [...] não podemos deixar de nos perguntar quais serão as consequências das políticas de cotas raciais para a diminuição do preconceito. [...] Com a ampla adoção de programas de cotas raciais, como ficará, do ponto de vista do **direito à igualdade**, a situação do "branco" pobre? A adoção do critério da renda (adicional ou não) não seria mais adequada para a democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil? [...] Todas as ações que visem a estabelecer e a aprimorar a igualdade entre nós são dignas de apreço. No entanto, é importante refletir sobre as possíveis consequências da adoção de políticas públicas que levem em consideração apenas o critério racial. [...] com todas as ressalvas realizadas na

fundamentação, **acompanhoo Relator** *[...] e* **voto**pela improcedência da ação. (BRASIL, 2014, p. 163,177, 178, 179, 182, 183, 187, 188, 194, 198, 202, 208). (Gilmar Mendes -Voto, grifo nosso).

O R3, também extraído do texto do Acórdão, é composto de fragmentos do voto do ministro Gilmar Mendes, que, agenciado pelo lugar social de ministro e juiz do STF, expressa, nessa cena enunciativa, diferentes perspectivas de dizer. Na (SE1) encontramos, nos enunciados "eu me sinto" e "Fazemos parte de sociedades multiculturais e complexas", as marcas de enunciador individual (eu) que particulariza o dizer; e de enunciador coletivo (nós), "lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos com uma única voz". (GUIMÃES, 2005, p.38). Ou seja, lugar que fala pela coletividade, na qual todos se incluem, representando os dizeres circulados socialmente sobre a "constituição do povo brasileiro", no que se refere ao "racismo", à "segregação" e ao "direito à igualdade." Notamos, também, em determinados momentos, que o voto assume uma perspectiva universal, como na (SE3) "acompanho o Relator" e "voto pela improcedência da ação", visto que a enunciação do locutor-ministro está ancorada na Constituição Federal, concebida como verdade irrefutável.

Nessa cena enunciativa, a expressão "igualdade" aparece determinada pelas expressões: "princípio da igualdade", "liberdade e igualdade", "fraternidade e igualdade", "clássica concepção liberal de igualdade", as quais rememoram os dizeres da Revolução Francesa "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", acontecimento que simboliza, no mundo ocidental, o modelo constitucional que dá início à instituição dos direitos coletivos e sociais. Essa memória de sentidos funciona no presente do acontecimento como demonstração da evolução/transformação jurídica das Constituições brasileiras, principalmente a de 1988, a qual norteia o julgamento da ADPF186, como é possível notar através das novas concepções de "igualdade": "igualdade material", "paradoxo da igualdade", "igualdade racial", "igualdade de oportunidades".

Para chegar a essa compreensão, é preciso, conforme Guimarães (2014, p. 21),

> [...] olhar para o acontecimento e considerar que é constitutivo dele esta relação com o fora temporal, essa temporalidade significante que é passada e futura, não é só o presente e o passado; não, é presente, passado e futuro, porque esse passado quando ele está significando em um certo presente e

> com um certo presente, ele só significa porque ele projeta outros sentidos futuros, outras enunciações futuras, [...] abre para certas enunciações futuras.

Guimarães (2008, p. 95) também afirma que, no "acontecimento de enunciação, o passado recortado pela temporalidade própria do acontecimento é elemento decisivo na sustentação da orientação argumentativa". Nessa direção, o termo "igualdade" significa pelo memorável que os argumentos convocam no presente do acontecimento, os quais passamos a analisar na (SE1):

[...] eu me sinto muito confortável para analisar a questão das ações afirmativas, inclusive como aplicação do **princípio da igualdade***,* como foi destacado aquiem vários votos. **Mas a Ministra Rosa Weber destacou com ênfase, dizendo que**a própria realização do **princípio da igualdade**, em muitos casos, exige uma ação, seja do **legislador**, seja da **Administração**, seja de **algum setor**, no sentido de realizar essa **equiparação***o*. (Grifo nosso).

Destacamos que a sequência "Mas a Ministra Rosa Weber destacou com ênfase, dizendo que" apresenta-se sob a forma de discurso relatado indireto, marcado pelo verbo dizer + que, caracterizando, conforme Guimarães (2010 b, p. 108), a relação "Eu DIGO que A diz X": "Eu (locutor-ministro) Digo que o (locutor-ministra) diz X".

Observamos que o conectivo "mas" produz uma diretividade argumentativa que se contrapõe à máxima "Todos são iguais perante a lei", pois muitas vezes a "igualdade" só funciona mediante a atuação daqueles que estão autorizados a realizar a "igualdade": "legislador", "administração", ou "algum setor". Assim, a expressão "princípio de igualdade" produz sentido de "igualdade presumida", que, submetida à "equiparação", isto é, à ação, passa à "igualdade realizada". Ou seja, a "igualdade" não é dada *a priori*, ela é construída historicamente.

Observamos ainda, na SE3, os argumentos que sustentam os sentidos de "igualdade:

(SE3) "[...] (A) Todas as ações que visem a estabelecer e a aprimorar a **igualdade** entre nós são dignas de apreço". (B) **No entanto**, é importante refletir sobre as possíveis consequências da adoção de políticas públicas que levem em consideração **apenas** o critério racial. [...] (C) com todas as ressalvas realizadas na fundamentação, [...] voto pela improcedência da ação.

Os enunciados (A) e (B) são encadeados conforme a seguinte orientação argumentativa: argumento “no entanto” ou ainda argumento “portanto”. Nesse caso, entendemos, como Guimarães (2013, p. 277, 278), que “o mesmo argumento pode ter uma orientação diretiva ou concessiva relativamente a um mesmo conteúdo semântico ao qual se articula”. O conectivo “no entanto” encadeia argumentos que significam pela contradição que os constitui, podendo ou não significar na mesma direção. Assim, o argumento inscrito em (A) pode significar que a “cota racial é constitucional”, já que se constitui como um modo de aprimorar a “igualdade”.

Em (B), o operador “apenas” funciona como elemento que orienta o sentido para a inconstitucionalidade da cota étnico-racial, mas esse direcionamento pode significar também que, se forem considerados outros critérios, que não ou além do racial, a cota pode se tornar constitucional. Já na finalização do voto em (C), a enunciação da improcedência da ação argumenta para a afirmação da “constitucionalidade da cota étnico-racial”. Assim, a relação argumentativa entre a “igualdade” e a “constitucionalidade” da cota étnico-racial é atravessada pelo político, pois abre-se para múltiplas interpretações, ao instalar, conforme Guimarães (2005, p. 16), “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”.

Considerando questionamentos da SE3: “[...] como ficará, do ponto de vista do direito à igualdade, a situação do “branco” pobre? A adoção do critério da renda (adicional ou não) não seria mais adequada para a democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil?” [...], observamos, segundo o que diz Guimarães (2012, p. 19, 20), uma relação de sentidos que se constitui a partir de uma “diretividade argumentativa [que] é própria do presente do acontecimento e significa por sua relação com um memorável que o acontecimento recorta”.

As expressões “direito à igualdade”, “situação do branco pobre” e “adoção do critério de renda” constituem argumentos que de um lado significam que “igualdade é para todos”, e de outro que “nem todos são iguais”, dado que o sistema de cota toma como base a pigmentação da pele. Ou seja, a expressão “igualdade” evoca como memorável as relações históricas e políticas que constituem a formação social do povo brasileiro, significando no presente do acontecimento que “a cota racial não

contempla a todos", "a cota racial viola o direito de todos", "a cota racial exclui o branco pobre", ou ainda que "a cota racial inclui o negro rico".

Considerações finais

Neste texto, apresentamos, a partir da perspectiva teórica da "Semântica do Acontecimento", uma análise de três (3) recortes do texto Acórdão: a Petição inicial, e os votos dos Ministros Carmem Lúcia e Gilmar Mendes, nos quais observamos a projeção de sentidos e a diretividade argumentativa da expressão "igualdade" no acontecimento enunciativo da ADPF186 que legalizou as cotas étnico-raciais para ingresso em universidades públicas.

Compreendemos que o texto Acórdão remete ao memorável da história política social do negro, sendo atravessado por outros textos, como as Declarações de direitos, Constituições, além de manifestos, debates e projetos de leis, entre outros. Desse modo, pudemos observar, de acordo com Guimarães (2011, p. 27), que a "igualdade" constituída nessas cenas enunciativas "reportam sempre a enunciados de outras enunciações anteriores, de outros textos. Há no acontecimento do texto sempre o dizer de outros".

Em conformidade com esse ponto de vista, os recortes analisados demonstraram que os sentidos se projetam no deslocamento semântico da expressão "igualdade" em: "igualdade formal", "igualdade de todos diante da lei", em "igualdade material", "igualdade de possibilidades", "igualdade racial", "igualdade de oportunidades", "paradoxo da igualdade", "liberdade e igualdade".

Nesse deslocamento semântico, os sentidos se dispersam, pois, conforme Guimarães (2005, p. 15), o funcionamento da língua é marcado pelo político que divide e "afeta materialmente a linguagem", estabelecendo variados sentidos em relação à expressão "igualdade", que, por um lado, pode significar como ascensão educacional, "mecanismo jurídico de ação"ajustado às condições sociais, e, por outro, que "a cota racial não contempla a todos", "a cota racial viola o direito de todos", "a cota racial exclui o branco pobre", ou ainda que "a cota racial inclui o negro rico", entre outros que referenciam acontecimentos que dizem sobre a inclusão/exclusão dos que não estão incluídos.

Portanto, buscamos mostrar que "igualdade" sempre suscita novos acontecimentos, novas interpretações, por tratar-se de uma construção histórica em constante movimento.

Referências

ANSCOMBRE, J.C.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC90.pdf Acesso em: 13/12/17.

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADPF n. 186 SL/DF*. Suspenção Liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. 20 de julho de 2009. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=ADPF%2F186. Acesso em: 11/12/17.

DIAS, L. F. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M.; MARINHO, J. (Orgs.). *Estudos da língua em uso relações inter e intra-setenciais.* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____; LACERDA, P. A referência nos estudos semânticos. In: *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 47, 2013.

_____; COELHO, S. Regularidades sintáticas determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo (2014 a). In: SANTOS, H.; ASSUNÇÃO, K. (Orgs.). *Enunciação & Discurso* língua e literatura. Curitiba: Prismas, 2014.

GUIMARÃES, E. J. *Texto e argumentação*: um estudo de conjunções do português. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E, MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra:* forma e sentido*.* Campinas: Pontes, 2007.

_____. Um contra-argumento delocutivo: "fala sério!". In: *Letras & línguas*, v. 9, nº 16, p. 85-101, 2008.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

_____. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 4 ed. Campinas: RG, 2010 a.

_____. Dois modos de não dizer eu. In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso e políticas públicas Urbanas*. Campinas: RG, 2010 b.

_____. *Análise de Texto* - Procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG, 2011.

_____. Metáfora e argumentação. In: ZATTAR, N.; DALLA PRIA, A.; MORALIS, E. (Orgs.). *Linguagem, acontecimento, discurso*. Campinas: RG, 2012.

_____. Argumentatividade e argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras* da Universidade de Passo Fundo. V. 9, n. 2, p. 271-283 - jul./dez. 2013.

_____. ZOPPI-FONTANA, M.; OLIVEIRA, S. E. de. Entrevista com Eduardo Guimarães. *Fragmentum* (UFSM), v. 40, p. 13-48, 2014.

SILVA, J. A. da. *Curso de direito constitucional positivo.* 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

ROMPER COM NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: MODOS DE INTEGRAÇÃO DA PREPOSIÇÃO *COM* NA RELAÇÃO PREDICATIVA[1]

Márcia Romero (UNIFESP)
Thatiana Ribeiro Vilela (PG-UNIFESP)
Camili Daiani Maranho Alvarenga (PG-UNIFESP)

Introdução

Nos últimos anos, no cenário nacional, temos observado o desenvolvimento de pesquisas de diferentes correntes teóricas acerca da classe das preposições[2], cada uma buscando, a sua maneira, definições que abarquem o mais satisfatoriamente possível o comportamento que essas unidades desempenham no discurso. Destacamos, aqui, a tese de doutoramento de BERG (2005), bem como outras obras que versam sobre a temática, como, por exemplo, *Palavras de Classe Fechada* (2015), esta pertencente ao projeto no qual se insere outra obra anteriormente publicada, intitulada *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (2008). Não podemos também deixar de citar duas obras representativas no âmbito da Gramática Tradicional, a de LIMA (1974) e a de CUNHA & CINTRA (2008), que se importam em trazer reflexões sobre o funcionamento e emprego dessa classe.

Focalizando exclusivamente a interação entre verbo e preposição, em tais abordagens, as descrições fornecidas evidenciam ser a preposição o elemento responsável por colocar em relação dois termos, doravante (X) e (Y), em uma relação descrita como (X) R (Y), em que R é a preposição considerada como relator. Os pormenores que regulam e caracterizam a relação não são, no entanto, detalhados

[1] Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no âmbito do projeto *Léxico e Enunciação*, sob responsabilidade de Márcia Romero (FAPESP 2013/07572-0), e do estudo intitulado *Educação léxico-gramatical: um estudo semântico-enunciativo da preposição COM*, desenvolvido por Thatiana R. Vilela em sua dissertação de Mestrado (FAPESP 2014/22458-1). Camili D. M. Alvarenga colaborou como bolsista TT-1 do projeto *Léxico e Enunciação* (FAPESP 2014/24111-9).

[2] A esse respeito ver Romero (2011, 2013) e Vilela (2016), nas quais se verificam análises de obras de diferentes vertentes teóricas que abordam a classe das preposições.

ou explicados da maneira esperada. Comumente, (Y), *termo consequente*, é o que segue a preposição, portanto, facilmente identificável. (X), *termo antecedente*, por sua vez, é apontado, nesse caso, como o próprio verbo.

As análises que vimos realizando possibilitaram explorar o modo pelo qual *antecedente* e *consequente* interagem com a relação predicativa verbal por meio da identidade semântica constitutiva da preposição COM. Em um posicionamento distinto do que se verifica nos trabalhos acima citados, propomos mostrar que, se (Y) consiste no que segue a preposição e é, de fato, facilmente identificável, o antecedente (X) é de natureza complexa, podendo estar ou não expresso no enunciado. Por outro lado, (X) e (Y) vão interagir, de variadas maneiras, com os parâmetros convocados pelo próprio esquema predicativo verbal, aqui, o específico a ROMPER, dando origem a configurações que se fundamentam, justamente, no modo como a preposição COM atua semanticamente como relator. Tratamos, com maiores detalhes, das considerações ora feitas nas seções a seguir.

1. Referencial teórico-metodológico

Para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (CULIOLI, 1990; DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011), referencial no qual se fundamenta esse estudo, o sentido se dá no enunciado, sendo um produto da interação entre as unidades que o compõem. A preposição, como qualquer outra unidade da língua, integra o processo enunciativo de construção da significação.

Interessa-nos encontrar, portanto, não mais um sentido de base inerente à unidade morfolexical – aqui, ao verbo e à preposição –, tomado como prototípico e fonte para outros possíveis sentidos, *i.e.* não mais um sentido que poderia caracterizá-la independentemente de sua enunciação, mas o mecanismo invariante constitutivo de seu semantismo por meio da exploração e análise da variação que lhe é própria e que se manifesta nos enunciados às quais ela se integra.

Em outras palavras, sustentamos a existência de um *mecanismo enunciativo regular* que se mantém constante – uma *invariância*[3] – a cada vez que uma

[3] Ver Romero (2016) sobre *atividade de linguagem* e *invariância*.

determinada unidade morfolexical se vê agenciada em um enunciado. Esta invariância responde pela variação de sentido observada no próprio desenrolar da enunciação.

No caso do verbo, este mecanismo enunciativo invariante é descrito em termos de *forma esquemática* (FE), posto que esta classe determina seus possíveis contextos de inserção, o que não ocorre com a preposição, que, por isso, tem sua invariância descrita em termos de *identidade semântica* (IS). Pode-se falar, ainda, para ambas as descrições, em *identidade semântica*, do verbo ou da preposição, mas não em *forma esquemática*, já que este conceito, nos desenvolvimentos teóricos atuais em relação a essas duas classes, é restrito ao verbo.

Para dar um exemplo do que sustenta essa diferenciação, em (1) *O cano quebrou* e (2) *O cano rompeu*, tratados em Romero & Trauzzola (2014), temos que, em (1), o verbo QUEBRAR convoca, para o termo *o cano*, uma representação de ordem estrutural, em que os efeitos da *quebra* incidem sobre a estrutura que o compõe ou o material do que é feito. Isso significa que essa sequência pode desencadear uma cena enunciativa em que o termo *o cano* remete a uma obra ainda em construção, *i.e.* a um cano que não necessariamente está em uso; em (2), ROMPER desencadeia uma cena enunciativa em que *o cano*, ao contrário, está em pleno uso, servindo como meio de contenção para a passagem de água, gás, etc. Dessa forma, a "determinação operada por ROMPER incide sobre a capacidade de *o cano* funcionar como o que delimita, como o que contém [algo]" (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 242). Isso mostra que o verbo especifica e determina os elementos de seus possíveis cotextos, mais precisamente, daquilo que lhe permite funcionar em uma sequência (*O cano quebrou* - *O cano rompeu*) da qual se originam cenas enunciativas não quaisquer por ele condicionadas. Não à toa, tem-se uma tendência em se afirmar que verbos pedem por determinados argumentos. Se voltarmo-nos, agora, para a preposição, um sintagma preposicional (SP) não convoca os sintagmas aos quais se integra (*com o namorado* não convoca, por exemplo, um dado sintagma verbal), embora, uma vez a construção com o SP enunciada, ele venha a interferir de diferentes maneiras, por meio da IS da preposição, na relação estabelecida.

Sustentamos, assim, que a IS da preposição e a FE do verbo, por meio de integrações específicas entre os parâmetros que constituem seus mecanismos enunciativos invariantes, são capazes de explicar a forte afinidade entre determinadas

unidades a partir da análise dos princípios de funcionamento por elas exigidos em seus diferentes usos, sendo este o caso do verbo ROMPER quando empregado com a preposição COM.

A metodologia analítica posta em prática na busca pela FE ou IS denomina-se *glosa*. A *glosa* busca evidenciar a invariância, este mecanismo enunciativo, regular e dinâmico, que se observa a cada vez que uma unidade se enuncia e isso por meio, por exemplo, no caso da preposição COM, da análise comparada do emprego dessa preposição com o de outras preposições (*cf. Dividir doze maçãs COM/ ENTRE três pessoas*), do confronto de enunciados com a presença ou ausência de preposição (*cf.Mariana namora o Léo / Mariana namora COM o Léo*), do confronto de enunciados aparentemente semelhantes (*cf. Falei COM ela / Conversei COM ela*), das várias contextualizações decorrentes de uma mesma construção (*cf. Contratei COM Potter uma visita às docas de Nelson*, em que há o que se conhece por *ambiguidade*: a) Potter me acompanhou na visita às docas; b) Potter é corretor de seguros e intermediou a minha visita às docas ao me vender um pacote de viagem) etc. São esses confrontos e manipulações que permitem determinar características específicas da preposição COM face a sua ampla variação semântica. Dessa maneira, tal processo se dá:

> [...] [por meio] da identificação dos termos que interagem [com a unidade] e tendem a estabilizá-la semanticamente, de um lado, e das determinações por ela conferidas a esses termos, de outro. Essas determinações passam pela evocação de representações a cada vez particulares, que evidenciam características singulares dos termos analisados. (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 242)

Trata-se, assim, de “uma atividade metalinguística específica da linguagem humana” (FRANCKEL, 2011, p. 103, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011) que busca trazer à tona e formalizar as operações e mecanismos aos quais não temos diretamente acesso e que sustentam a produção de sentido das unidades linguísticas nos enunciados. É isso que, acreditamos, possibilita uma melhor compreensão dos efeitos de sentido atrelados aos empregos de uma unidade linguística.

2. Da identidade semântica da preposição *COM*

Partimos, inicialmente, do estudo realizado por Vilela (2016) em que a autora descreve, em termos de identidade semântica (IS), o funcionamento semântico-enunciativo da preposição COM. Conforme já mencionado, uma preposição opera na condição de elemento responsável por colocar em relação dois termos (X) R (Y). Observa-se que, ao ser empregada a preposição COM, (Y) passa a ser incorporado a (X), provocando determinados efeitos na relação (X) COM (Y), na qual a preposição é o relator R. É possível notar, nesses usos, um jogo no que diz respeito ao modo como a identidade semântica de COM convoca os elementos (X) e (Y) com os quais interage para que possa funcionar em discurso. Isto posto, propomos a seguinte formulação de IS para a preposição:

> Dada a relação (X) COM (Y), COM é responsável por incorporar propriedades oriundas de um elemento externo (Y) a (X), propriedades estas que se integram a (X) e restabelecem o seu modo de apreensão, (re)configurando-o em relação a seu estatuto primeiro.

É imprescindível, na leitura da referida IS, considerar que (X) e (Y) possuem, fundamentalmente, naturezas distintas (X ≠ Y) e, portanto, que (Y) não é elemento de (X), que (Y) é externo a (X). Ao inserir (Y), novas propriedades são incorporadas por COM a (X), modificando o seu estatuto primeiro: ou seja, (X), em sua unidade (*UM*) passa a ser apreendido por meio das novas determinações que COM (Y) (*OUTRO*) lhe confere.

Para ilustrar a referida proposta de identidade semântica, vejamos alguns exemplos em que o sintagma preposicional em COM (SP*com*) interage com sintagmas verbais e, também, nominais[4]:

[4] Não tratamos, aqui, de empregos *interproposicionais*, em que COM introduz um SP que tende a recuperar uma proposição recaindo sobre outra proposição, como se vê, por exemplo, em *COM a polícia atual* (i.e *a polícia que se tem hoje*), *jamais a religião vai poder voltar a ser o que era antes*. Tais empregos constam de Vilela (2016).

(1) *Ele flertou COM o ridículo.*

Nesse caso, *flertar com o ridículo* faz com que o *ele* seja visto como alguém cujo comportamento apresenta características que antes não o definiam e que, agora, passam a discerni-lo. Vale dizer que o *flerte por ele protagonizado* (X) exige a presença de um outro elemento para que possa se realizar. COM, ao introduzir *o ridículo* (Y), além de dar a ver o *OUTRO* elemento que valida a existência de (X), faz com que o sujeito sintático (*ele*) seja apreendido sob a ótica de (Y). Daí ser possível parafrasear o enunciado dizendo que *Eleapresentou um comportamento ridículo,* comportamento que não necessariamente o caracteriza.

(2) *A gravata combina COM a camisa.*

A relação predicativa aberta pelo verbo *combinar* solicita a presença de elementos distintos, de *UM* e *OUTRO*, em que se dá uma identificação entre determinadas propriedades. No enunciado, as propriedades constitutivas de *a camisa* (Y), elemento *OUTRO* em relação a *a gravata*, por exemplo, as propriedades referentes à *cor,* ao *estilo* etc. determinam as propriedades a serem buscadas em *a gravata* (X). COM, ao introduzir *a camisa* (Y) cujas propriedades direcionam o processo de identificação próprio a *combinar*, apreende *a gravata* (X) sob a ótica das propriedades mobilizadas.

(3) *Mariana namora COM o Léo.*

(3a) *Mariana namora o Léo.*

A diferença entre os enunciados se dá em termos de comprometimento no namoro. Em (3a), *namorar* diz que há *Marianaque namora*, *Léo* sendo o termo que exprime quem vem a ser *o namorado*, lugar já construído por *namorar*, independentemente da presença de *Léo*. Em suma, há simplesmente *quem namore* e um *namorado(a)*, há *UM* e *OUTRO*. Em (3), COM faz com que *Léo* (Y) seja visto como o termo a partir do qual o namoro se dá (se há namoro por parte de Mariana, é por existir *Léo*, que está igualmente envolvido no compromisso). Isso o torna mais do que uma parte integrante do namoro: *Léo* é aquele quem faz de *Mariana* alguém afetivamente comprometido. Notar que a construção transitiva permite apreender *namorar* como uma contemplação:*Estounamorando uma calçadessa cor há tempos*.

Isso mostra que é por não haver integração entre *UM* (o que *namora*) e *OUTRO* (o que é *namorado*), ou melhor, é por se verificar uma relação assimétrica entre os envolvidos, que *namorar* vem a se aproxima de *contemplar.*

(4) *Houve um acidente no cruzamento da Santo Amaro COM a Juscelino Kubitscheck.*

O termo *cruzamento* põe em jogo *UM* e *OUTRO* elemento que não possuem, a princípio, qualquer relação, *i.e.* elementos cuja existência é independente, para concebê-los a partir de um ponto em comum pertencente a ambos. No cruzamento de ruas e avenidas, verifica-se um espaço compartilhado por ruas e avenidas que se encontram. COM exprime que o termo *a Juscelino Kubitscheck* (Y) requalifica um determinado ponto da *ruaSanto Amaro* (X) ao concebê-lo como um elemento compartilhado que é apreendido do ponto de vista de (Y). Vale dizer que se parte de (Y) para encontrar o ponto no qual (X) será visto como *cruzamento*.

(5) *O positivismo era uma escola filosófica COM caráter social*

COM, ao introduzir o termo (Y), representado por *caráter social*, atribui ao termo (X), correspondente ao *positivismo já qualificado como uma escola filosófica*, uma característica que o redefine em relação à sua configuração primeira. Em outras palavras, COM, ao introduzir (Y) (*caráter social*), confere à escola positivista uma característica que não necessariamente faz parte do que (X) já é por si só, incorporando a (X) um atributo que lhe é exterior e que faz com que seja apreendido sob nova ótica. Essa incorporação poderia, inclusive, ser vista por meio da seguinte denominação para *positivismo*: escola filosófica social, na qual “social” já delimita a escola filosófica em questão.

(6) *Eu nunca tinha visto uma igreja COM aquele estilo completamente funcional.*

COM introduz (Y) *aquele estilo completamente funcional*,logo, um *OUTRO* contorno à representação que (X) *umpadrão de igreja* traz para um determinado sujeito. Estas especificações permitem a *uma igreja* ser identificada entre as demais por apresentar *aquele estilo completamente funcional*, algo que está além do até então visto pelo sujeito.

Ressaltemos que, quando COM se integra a um sintagma verbal, independentemente da função sintática apresentada pelo sintagma preposicional, o antecedente (X) com o qual o (Y) é posto em relação não é jamais o próprio verbo. Dessa forma, o termo (X), a ser a cada vez recuperado, remete (ou não) a um dos parâmetros constitutivos da forma esquemática verbal,tal como ela se encontra atualizada na relação predicativa (FRANCKEL, PAILLARD, 2007; ROMERO, 2011, 2013). Notemos, ainda, que (Y) introduzido por COM, em determinados casos, interage estreitamente com a relação predicativa observada. Em tais situações, as cenas enunciativas protagonizadas por determinados verbos ou nomes (por exemplo, *combinar, cruzamento*) solicitam *UM* e *OUTRO*. Esse é justamente o caso de ROMPER nos enunciados tratados a seguir.

3. Dos enunciados em *ROMPER COM*

Em relação à escolha do verbo, trata-se de um lexema cujo estudo apresenta análises prévias (LIMA, 2013; ROMERO, TRAUZZOLA, 2014). São justamente as características próprias ao mecanismo enunciativo invariante trazido pela FE verbal que faz com que reforcemos o prognóstico de que ROMPER possui um grau de afinidade com determinadas preposições, em particular, com a preposição COM.

Vale dizer que o tratamento conferido à afinidade com uma dada preposição, em diferentes trabalhos, varia conforme o modo como são concebidos sua função e seu significado unitário. Por exemplo, nos casos em que COM atua dentro do sistema de transitividade introduzindo complemento verbal, o posicionamento corrente é o de que é o verbo o responsável por selecionar, por afinidade, a preposição com a qual vai operar, sem que nada seja dito sobre o papel da preposição, à qual se atribui pouca especificidade semântica, na relação estabelecida. Há ainda quem sustente a existência de construções “fixadas no idioma” (CUNHA, CINTRA, 2008) por sua alta frequência, fato relacionado aosverbos que apresentam muito mais ocorrências com a preposição COM do que com qualquer outra (por exemplo, *concordar com*). Berg (2005), por sua vez, caracteriza preposições funcionais como “inerentes”, *i.e.* preposições que parecem ser incorporadas aos verbos, tamanha a frequência com que figuram os mesmos ambientes.

Ilari *et al.* (2015) também se posicionam a respeito de regularidades que podem colocar algumas preposições como mais favoráveis do que outras na complementação de verbos específicos. Os autores observam que, muitas vezes, esse favorecimento pode ser percebido pela combinação com verbos que já possuem, em sua própria composição, relação de sentido com algumas preposições. Trata-se de casos igualmente apontados por Lima (1974), em que os verbos trazem em sua composição a forma COM como prefixo ao mesmo tempo em que ela figura como introdutora de um complemento: *concordar com, condizer com, coincidir com*, etc.

No que nos diz respeito, buscamos mostrar de que modo a IS da preposição e a FE do verbo são capazes de, a partir do que trazem como mecanismos enunciativos de funcionamento, explicar a afinidade observada. Um dos resultados obtidos refere-se ao papel da função sintática assumida pelo SP*com*. Ao analisar ROMPER em diferentes construções, observamos que o fato de que se tenha uma mesma função sintática para o SP*com* não resulta necessariamente nas mesmas integrações entre parâmetros constitutivos da FE do verbo e da IS da preposição, a função sintática de adjunto podendo, por exemplo, apresentar uma integração tão estreita entre parâmetros quanto teríamos no caso de um argumento. Dessa maneira, ao propor uma reflexão cujo objetivo principal é o de analisar ocorrências em que a preposição COM interage com tal verbo para ver como o sentido se elabora, colocamos em pauta, igualmente, não só a importante questão, já mencionada, do que vem a ser o antecedente (X), mas também o fato de a afinidade entre a FE do verbo e a IS da preposição não estar obrigatoriamente relacionada às funções sintáticas adquirida pelo SP*com*[5].

A análise do funcionamento de ROMPER realizada por Lima (2013) e Romero & Trauzzola (2014) apontam para o fato desse verbo marcar:

> [...] a dissolução do que se tem a função de estabelecer limites ou do que se mantém em um determinado curso; sua ação incide sobre elementos que se configuram como determinantes para o estabelecimento de limites,

[5] Aliás, vejamos que, no enunciado (3) *Mariana namora com o Léo*, o SP*com* é associado à função sintática de objeto direto preposicionado, o que, certamente, não permite compreender nem o modo como (Y) interage com a relação predicativa verbal, nem o modo como (3) se diferencia do enunciado (3a) *Mariana namora o Léo*.

> obstáculos, proteção, contenção etc. do que pode ser retido, contido (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 245)

Em termos de forma esquemática, o mecanismo enunciativo próprio a ROMPER é assim formulado: “Dado um elemento (a) que funciona como retentor de (Z), ROMPER conduz à dissolução de (a) fazendo com que (Z) siga outro curso[6]”.

Para dar alguns exemplos que mostram, empiricamente, os parâmetros constitutivos dessa formulação de natureza metalinguística, ou seja, (a), o *retentor*, e (Z), o que é *retido*, consideremos, primeiro, os exemplos *A parede da estação de tratamento rompeu na tarde deste domingo* e *Quando a casca se rompe é hora de tirar o amendoim do fogo*, trazidos por Romero & Trauzzola (2014, p. 245). Em *A parede da estação de tratamento rompeu na tarde deste domingo*,temos que“*a parede* [da estação de tratamento] (termo a) é apreendida por sua função de conter (Z) (a ser recuperado: *a água, o esgoto* etc.) retido sob seus limites” (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 245); já em *Quando a casca se rompe é hora de tirar o amendoim do fogo* temos, em um raciocínio idêntico, “*a casca* (termo a) [como o que] representa o elemento responsável por englobar *o amendoim* (Z), protegê-lo do meio externo” (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 245). Nota-se que, em ambos os casos, ROMPER conduz à dissolução de (a), fazendo com que (Z), *água* ou *amendoim*, deixe de ser apreendido como retido, que, nesses exemplos, integram uma relação *continente-contido*.

Outros exemplos interessantes para a compreensão desses parâmetros são *A pesquisa rompe alguns mitos sobre o tema* e *Ainda bem que de vez em quando surgem essas opções e o circulo vicioso de rompe,* trazidos também por Romero & Trauzzola (2014, p. 245- 246).

Em *A pesquisa rompe alguns mitos sobre o tema*, *mitos* (termo a) representa um conjunto de concepções populares que regulam um modo de pensar (termo Z). ROMPER marca a dissolução das concepções populares às quais remetem *mitos* (a), fazendo com o modo de pensar (Z) tenha um outro desenrolar ao admitir novas formas

---

[6] No original, tanto em Lima (2013), quanto em Romero & Trauzzola (2014), os parâmetros são notados por meio de (X) e (Y). Resolvemos, nessa apresentação, trocá-los por (a) e (Z), visto os próprios parâmetros em jogo quando um sintagma preposicional se faz presente serem denominados, na literatura, comumente (X) e (Y).

de pensamento. Já em *Ainda bem que de vez em quando surgem essas opções e o circulo vicioso de rompe,* o *círculo vicioso* (termo a) evoca padrões repetitivos de comportamento e de fenômenos que impedem que novos comportamentos ou fenômenos (termo Z) ocorram de modo distinto ao que já está posto. ROMPER assinala a interrupção do padrão repetitivo contido no circulo vicioso (a) situado espaço-temporalmente, favorecendo, assim, a possibilidade para que os fenômenos, comportamentos ou ações (Z) sigam um curso contrário ao que lhes era imposto.

Após essa breve explicação, vejamos alguns enunciados nos quais ROMPER se faz presente tomando como fundamento para a análise a construção transitiva confrontada à construção com SP*com*.

(7) *Ele rompeu COM o sistema*.

(7a) *Ele rompeu o sistema*.

Em (7a) *Ele rompeu o sistema*, ROMPER constrói uma representação na qual *o sistema*,tido como termo *retentor* (a) da FE verbal, dá origem a duas interpretações entre outras:

(7a[1]) É famosa a história de Vladimir Levin que, a partir do computador de seu escritório em São Petersburgo, rompeu o sistema de segurança do Citybank [...][7].

(7a[2]) O temporal que caiu sobre a capital paulista na tarde desta segunda-feira (24/02) rompeu o sistemade circulação da água do lago do Parque [...][8].

Percebe-se, em (7a[1]), que *o sistema* remete a um conjunto de informações que retém um dado conteúdo. O termo retido (Z) diz respeito a um conteúdo não disponível para todos. *Vladimir Levin* põe abaixo os limites impostos pela configuração do sistema, provocando o vazamento das informações retidas. Em suma, ROMPER diz que o *sistema* é afetado, pois as informações nele contidas passam a ser de livre acesso (há dissolução do sistema).

[7]Cf.http://books.google.com.br/books?isbn=8532306721. Acesso em 12/09/2016.

[8] Cf. http://www.apolo11.com/atualidades.php?posic=dat_20090224-123201.inc. Acesso em 12/09/2016.

Em (7a[2]), por sua vez, *o sistema* remete a um mecanismo no qual a água circula. Logo, o *retentor* é esse mecanismo (a) que retém água (Z). Temos, aqui, enunciado semelhante a *O cano rompeu*, já mencionado.

Em (7), no qual se tem ROMPER COM, *o sistema* é igualmenteapreendido como *retentor* (a). O termo (Y) da IS da preposição responde, portanto, ao parâmetro (a) da forma esquemática do verbo. Em uma representação possível, (a-Y) remete a regras culturais, políticas e morais às quais se submetem os que convivem em sociedade, ou então a regras comportamentais condicionando as pessoas que trabalham em um determinado lugar etc. O elemento *retido* (Z) consiste nos que se submetem ao sistema, o sujeito sintático estando nele incluído. Já há, aqui, uma diferença importante entre as duas construções, a transitiva e aquela com SP, uma vez que, na transitiva, seja a contextualização (7a[1]) ou (7a[2]), o sujeito sintático não é um parâmetro da FE do verbo, ao contrário da construção preposicional, em que COM não só introduz o elemento que faz parte da FE do verbo como coloca o sujeito sintático como *retido*.

Se retomarmos a caracterização proposta para COM, vê-se como a preposição incorpora propriedades oriundas de (Y) ao termo (X), já que *o sistema*, termo externo a *ele*, faz dele uma parte desse mesmo sistema com o qual rompe. A interpretação que se tem é que*ele*(X é *ele* relacionado a ROMPER), identificado como membro de um sistema do qual fazia parte, dado o rompimento, apresenta um outro rumo. Vale dizer que os efeitos da dissolução trazida por ROMPERnão só recaem sobre o vínculo estabelecido entre *ele* e *sistema*, mas passam a ser apreendidos sob a ótica da reciprocidade instaurada por COM na relação entre ambos: ele se vê desobrigado de seguir regras e *o sistema*, por não mais sustentar a permanência de uma parte, vê a sua composição afetada.

(8) *Ele rompeu COM o namoro.*
(8a) *Ele rompeu o namoro*.
(9) *Ele rompeu COM a namorada*.

Na análise dos exemplos (8) e (8a), há de saída uma questão pouco abordada na literatura e que diz respeito à regência do verbo, já que o termo *o namoro* pode ou não ser regido por COM. As discussões com as quais nos deparamos, que envolvem

igualmente o verbo *namorar* já analisado, propõem, normalmente, uma solução classificando ambas as construções como diretas. Nesse caso, (8) introduziria o que se conhece por "objeto direto preposicionado".

Sem dúvida, a discussão é muito mais complexa do que dizer que se trata de uma mesma construção direta para a qual, afinal, não se explicam os motivos de se verificar uma alternância corroborada pelos falantes. Além disso, nem todos os termos que compõem um SP são confrontados a uma construção direta, caso de **Ele rompeu a namorada*, salvo uma interpretação com altíssimo custo enunciativo atrelada ao campo sexual[9].

O que podemos dizer, por ora, é que, por mais próxima que seja a interpretação de (8) e (8a), ela não é a mesma. Se, em ambos os enunciados, *o namoro* estabelece o comprometimento a ser respeitado por aqueles nele envolvidos, sendo, portanto, o parâmetro *retentor* (a), a diferença é que, em (8), COM, ao introduzi-lo, apreende o sujeito *ele* como *compromissado.* Isso explica porque, de modo geral, a diferença crucial entre (8) e (8a) parece se dar em termos de comprometimento no namoro.

Em (8a), *o namoro*, aoexprimir que há alguém (*ele*) que namora alguém, põe em jogo um comprometimento sócio-afetivo que delimita o comportamento dos envolvidos. Nesse enunciado, (a), o *retentor*, é *onamoro*, enquanto (Z) são os que se submetem (*ele* e *o outro*, duas partes) aos compromissos que ele impõe.

Em (8), *o namoro*, termo (Y) na relação (X) COM (Y), não só diz o *retentor* (a), ao qual notamos (a-Y), como faz com que *ele* seja apreendido, não apenas como uma parte da relação, mas como *compromissado* (*retido*), visto que as propriedades de namoro como *compromisso* se incorporam ao sujeito (Z-X) graças ao funcionamento de COM. Essa questão fica ainda mais evidente em (9), em que (a-Y) é *a namorada,* termo a partir do qual o compromisso, *i.e.* o *namoro dele* (Z-X), passa a ser circunscrito (se há compromisso, se há namoro, é por existir *a namorada*), com o qual ele tem vínculo. Em outras palavras, COM introduz *a namorada* (a-Y), termo que faz com

[9] O custo enunciativo de um exemplo como esse deve-se ao fato de *romper* ser um verbo cujo emprego é predominante em contextos formais, como textos jornalísticos, científicos e literários. Assim, seria extremamente difícil recuperar uma delimitação para o termo *a namorada* compatível com o funcionamento verbal.

quem o sujeito seja identificado como *retido* (Z), como alguém que estava em uma relação de compromisso que não mais se verifica.

(10) *Os modernos cientistas romperam COM as teorias antiquadas.*
(10a) *Tivemos ações em escolas, hospitais, lares, [...] cursos, seminários, pesquisas, avaliações e teses que romperam teorias e práticas de crenças e ciências da educação*[10]*.*

O exemplo (10) traz, mais uma vez, a diferença de interpretação em relação ao sujeito sintático e isso pelo fato de COM fazer de *os modernos cientistas* um parâmetro da FE do verbo ao apreender *as teorias antiquadas* como *retentor* (a). Em suma, o termo *as teorias antiquadas* (Y) é o termo *retentor* (a) da FE verbal, logo (a-Y). Nesse enunciado, o termo *as teorias antiquadas* é apreendido como um conjunto de pressupostos e princípios ao qual o fazer teórico dos cientistas se submetiam (o fazer teórico dos cientistas se submetia à *OUTRA* teoria*,* às *teorias antiquadas*). Trata-se do *retentor* da FE verbal (termo a) por ser responsável por condicionar o fazer teórico dos cientistas, elemento *retido* (Z), a seus pressupostos e princípios. O emprego da preposição COM assegura a existência do condicionamento de *os modernos cientistas* (Z-X) a *as teorias antiquadas* (a-Y) ao delimitar o referido termo sob a ótica de seu *fazer teórico*. ROMPER COM diz, por fim, que *os modernos cientistas* passam a se apoiar em novos pressupostos teóricos.

No caso de (10a), temos o *retentor* (a) como *teorias e práticas de crenças* e (Z), o *retido*, como um conjunto de educadores que a elas respondia. O *retido* (Z) não é explicitado no enunciado. O termo *ações* é visto, por sua vez, como o elemento causador do rompimento, não estando incluído na FE verbal. Nesse caso, focaliza-se o que foi rompido (*teorias e práticas de crenças*), enquanto que, em (10), focaliza-se quem rompe (*os modernos cientistas* face às teorias antiquadas).

(11) *Ele rompeu COM a marca*.
(11a) *Ele rompeu a marca*.

---

[10] Cf. http://www.camara.gov.br/sileg/integras/663991.doc. Acesso em 12/09/2016.

Em relação ao exemplo (11), verifica-se a contextualização seguinte: *Há poucos dias atrás, a torcida tricolor soube dos boatos que o Fortaleza iria romper com a Kappa. [...] Diante desse fato, a diretoria confirmou que rompeu com a marca e que o clube iria produzir o seu próprio uniforme [...]*[11].

Nesse enunciado, ROMPER COM delimita o SN *a marca*como uma dada entidade. Nota-se que, tal como em outros exemplos já analisados, *a marca* não só introduz o termo (Y) que denota a existência do compromisso ao se colocar como parte dele, como apreende o sujeito sintático *a diretoria* [do clube] como a outra parte *efetivamente compromissada*. Em relação a ROMPER, temos, assim, (a-Y) como *retentor*, *i.e.* o que diz o *compromisso firmado*, e *a diretoria* como *retido* (Z-X).

No enunciado (11), as contextualizações desencadeadas são outras, *marca* remetendo a um limite que deixou de se verificar, como vemos, por exemplo, em:*Com isso, o euro rompeu a marca de US$ 1,15, o que não acontecia desde agosto do ano passado.*

Nesse enunciado, o termo *a marca* remete a um limite que, até então, reteria o valor do euro (Z). No exemplo, (a) é *a marca* (de US$ 1,15), *retentor* que figura como limite passível de ser superado, e (Z) *os valores do euro* que não ultrapassam aquele limite. O sujeito sintático *o euro* especificaum novo valor para a moeda não contido no limite: há valor distinto *da marca* que o delimitava.

Considerações finais

Ao analisar o verbo ROMPER em diferentes construções nas quais se faz presente um sintagma preposicional em COM, observamos que classificações em termos de funções sintáticas não permitem explicar de que modo se dá a orientação da relação predicativa pelos parâmetros constitutivos da identidade semântica da preposição.

Nos enunciados tratados, a afinidade verificada pôde ser melhor compreendida pelo fato de a forma esquemática do verbo ROMPER mobilizar elementos de natureza

[11] Cf. http://www.boraleao.net/2016/08/as-vantagens-de-ter-um-uniforme-com.html. Acesso em 13/09/2016.

distinta (*retentor* e *retido*), parâmetros que se fazem igualmente presentes na identidade semântica da preposição COM. Assim, COM, em ROMPER COM, não só introduz *o retentor*, parâmetro da FE verbal, como faz do *sujeito sintático* o termo *retido* sob a ótica de seu mecanismo enunciativo. Isso faz com que a preposição, ao participar da relação predicativa de ROMPER, seja responsável por reconfigurar os termos que respondem aos parâmetros da FE verbal, caso, justamente, do sujeito sintático, que, na construção transitiva tomada como base de comparação, nunca responde a um dos parâmetros da FE verbal (cf. *Ele rompeu COM o sistema* versus *Ele rompeu o sistema*).

Esses primeiros resultados estão longe de esgotar o estudo, mas já trazem pistas que oferecem um outro olhar para os modos de integração entre verbo e preposição e para as possíveis afinidades atestadas.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, C. D. M. Léxico e enunciação: variações de sentido em contexto. *Relatório científico TT-1* - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2014/24111-9), 2015.

ASHINO, F. Contribution à l'étude de la notion de "réciprocité" en français contemporain. *Tese (Doutorado).* Paris: Université Paris Diderot (Paris 7), 2012.

BERG, M. O Comportamento semântico-lexical das preposições no Português do Brasil. *Tese (Doutorado)*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BERG, M. Relações predicativas das preposições. *Revista da ABRALIN*, vol. 08, n.º 2, p. 101-116, Porto Alegre, 2009.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*, Tomo 1, Paris : Ophrys, 1990.

CUNHA,C.;CINTRA,L.*NovaGramáticadoPortuguêsContemporâneo*.5.ed.RJ:Lexikon, 2008.

DEVOGÜÉ,S,FRANCKEL,J.J;PAILLARD,D.,*Linguagemeenunciação:representação,referenciaçãoeregulação*,SãoPaulo:EditoraContexto,2011.

FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. *Grammaire des prépositions.* T.1. Paris: Ophrys, 2007.

ILARI,R.;NEVES,M.H.M.*GramáticadoportuguêscultofaladonoBrasil:classesdepalavra seprocessos deconstrução.*T.2, Campinas,SP:EditoradaUNICAMP,2008.

ILARI, R. *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume IV: palavras de classe fechada / Rodolfo Ilari [organizador]. – São Paulo: Contexto, 2015.

LIMA, C. H. da R. *Gramáticanormativadalínguaportuguesa***.**17.ed. RiodeJaneiro:JoséOlímpioEditora,1974.

LIMA, V. S. A prática de reformulação de enunciados como fundamento para o trabalho com significação nas aulas de língua portuguesa. *Dissertação (Mestrado)*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2013.

ROMERO, M. Le fonctionnement sémantique de la préposition *por* en portugais brésilien*. Faits de Langues*, Les Cahiers numéro 3, p.209-232, Paris: Ophrys, 2011.

ROMERO, M. Processos enunciativos e identidade semântica da preposição *por***.** *Cadernos do IL*, n.º 46, p. 149-170, Porto Alegre, 2013.

ROMERO, M. Léxico e Enunciação: sistematização do funcionamento verbal.*Relatório Científico AR ANO I* - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2013/07572-0), 2015, 83 f.

ROMERO, M. Léxico, invariancia y actividad de lenguaje. In GARCÍA-MOLINS, A. L., JIMÉNEZ, D. J. (Ed.) *Enacción y léxico*. Valencia: Tirant Humanidades, p. 121-142.

ROMERO, M.; TRAUZZOLA, V. S. L. Identidade lexical, funcionamento enunciativo e variação semântica para a Teoria das Operações Enunciativas. *Calidoscópio*, Vol. 12, n.º 2, p. 239-248, Porto Alegre, 2014.

ROMERO, M.; VILELA, T. R. O uso interproposicional de POR em uma descrição unitária de funcionamento da preposição. In DIAS, L. F. *et alli* (orgs.) *Enunciação e materialidade linguística.* BH: Ed. UFMG, 2015.

VILELA, T. R. Educação léxico-gramatical: um estudo semântico-enunciativo da preposição com. *Dissertação (Mestrado)*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2016.

SENTIDOS DA NOMEAÇÃO DE UMA CIDADE: JUARA

Francineli Cezarina lara
Mestranda em Linguística/UNEMAT-MT

Leila Castro da Silva
Profª. Ma. Coordenadora UAB/UNEMAT-MT

Valdirene Cavichioli
Mestranda em Linguística/UNEMAT-MT

1. INTRODUÇÃO

A ocupação do território mato-grossense no século XX, pelos não índios, acontece durante o regime militar (1964-1985), que empreendeu esforços públicos para expandir a fronteira agrícola brasileira, impedindo, assim, o crescimento das lutas sociais no campo, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

Nessa lógica expansionista, o Estado incentivou também a colonização particular, fazendo das empresas um instrumento para executar os projetos, subordinando-as às suas políticas e fortalecendo-se, na medida em que tornava a empresa privada parte de seu próprio aparelho executivo.

É importante salientar que, durante o regime militar, as empresas colonizadoras emergiram numa relação de intermediárias do Estado, com o principal objetivo de fomentar a agricultura no Brasil, especialmente em regiões de florestas (na época, vistas como espaços desprovidos de progresso). (SANTOS, 1993).

Para consolidar a ideia de “progresso”, impulsionada principalmente pelo movimento “Marcha para o Oeste”, o governo federal e as empresas investiram em propagandas (de acordo com os recursos da época), especialmente no sul do País. Isso fez com que muitos trabalhadores da região sul do país se dirigissem para o noroeste do Estado com a finalidade de tentar a vida e enriquecer.

Dentre as várias possibilidades de se observar esse movimento, tomamos como objeto de estudo para este trabalho o nome do município de Juara. Propomos

analisar enunciativamente como se deu o processo de nomeação desse município, refletindo mais especificamente sobre o nome próprio atribuído a este esse município. Para realizamos este estudo, tomamos como suporte teórico-metodológicoa a teoria da Semântica do Acontecimento, Guimarães (2002, 2005) e Dias (2012, 2013, 2016). Para Guimarães (2002), que compreende o processo de nomeação como um procedimento de linguagem pelo qual um nome passa a dar existência a alguma coisa no mundo, a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, o acontecimento do dizer.

No primeiro momento procuraremos mostrar as estruturas formais do nome, através de seu funcionamento morfossintático (sua formação nominal), de outrologo após, analisamos o funcionamento semântico-enunciativo. Trazemos também a noção de texto, considerando que o enunciado é um elemento linguístico que integra o texto, e que essa integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. Para Guimarães (2011, p. 19), “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”.

Nessa lógica, podemos dizer que os nomes das cidades, a partir do funcionamento semântico, podem ser analisados em relação ao espaço de enunciação, em consonância com as questões políticas, sociais e históricas, as quais que determinam essas nomeações. Nesse sentido, segundo Guimarães (2005), “o processo enunciativo da nomeação pode, então, envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia, pode estar citando nomeações diversas”.

Para nós, compreender o processo de semantização desse nome, como um acontecimento histórico-social e político, significa dizer que as enunciações que nomeiam as cidades são atravessadas por outras enunciações; enunciações que recortam como memoráveis narrativas dos nativos que habitavam o local, como também dos colonos que para lá foram desbravar as terras ainda selvagem. Em outras palavras, nomear significa considerar a história de enunciações do nome que nomeia o lugar, o memorável que constitui o passado de um acontecimento, o que não significa fazer uma referência a fatos da história unicamente, mas a um passado que significa no acontecimento que enuncia o nome enquanto nome do lugar.

Segundo Karim (2003, p. 73): a relação de uma expressão ou nome, a qual ela refere, não é simplesmente um processo que objetiva etiquetar para classificar as coisas no mundo como aparentemente se apresenta de forma única e acabada. Ao contrário dessa aparente perfeição, a relação de sentido entre palavras se constrói enunciativamente.

Nesse sentido, a perspectiva teórica que tomamos se caracteriza pelo acontecimento histórico de enunciação, ou seja, a questão da significação é pensada a partir da inclusão da exterioridade da língua (o sujeito, a história). É importante salientar que a enunciação não se dá sem ser afetada pela ordem do simbólico, ou seja, não remete a um sujeito centralizado, que instauraria uma temporalidade cronológica. Assim, leva-nos a relacionar a enunciação como o acontecimento de linguagem que constitui uma temporalidade própria do acontecimento, uma temporalidade que recorta um passado e que abre uma latência enquanto referência de futuro.

2. JUARA/MT – PROCESSO DE COLONIZAÇÃOJuara / MT – Processo de colonização

Juara é um município do estado de Mato Grosso, localizado a 730 km da Capital Cuiabá. Sua colonização iniciou-se na década de 70 por pessoas vindas de outros Estados, especialmente do Paraná. O município foi oficialmente criando com a Lei Estadual nº 4.349, de 23 de setembro de 1981.

A colonização de terras na região Centro-Oeste de Mato Grosso ficou chamada de Marcha para Oeste, programa lançado pelo então presidente da República Getúlio Vargas. Para ele um dos caminhos para o progresso nacional estaria na ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como naa exploração de suas riquezas, integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política.

As políticas de colonização das cidades são baseadas em uma ideologia de ocupação dos vazios demográficos como estratégia governamental para o povoamento e a exploração econômica de “novas terras”, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca ou quase nenhuma densidade populacional no interior do país. Não se

levava em consideração que nesses espaços vazios morava uma população indígena, como também “garimpeiros, posseiros, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.

Segundo Siqueira (2002, p. 229), a Marcha para o Oeste foi o primeiro movimento promovido pelo governo federal objetivando a ocupação e a colonização de terras mato-grossenses, com objetivos econômicos e políticos. Além desse movimento, novas políticas de colonização de terras do interior do Estado de Mato Grosso, foram se desenvolvendo com o objetivo de colonizar cidades como o município o qualque iremos destacar.

A ocupação do território mato-grossense, com o surgimento de cidades como Juara, só foi possível porque o regime militar (1964 até 1985) empreendeu todos os esforços públicos para povoar a fronteira agrícola brasileira e impedir o crescimento das lutas sociais no campo. Na colonização particular, o Estado fez das empresas um instrumento para executar os projetos, subordinando-as às suas políticas e fortalecendo-se, na medida em que tornava a empresa privada parte de seu próprio aparelho executivo. As empresas colonizadoras são executoras de projetos que recebem o apoio do Estado por meio de órgãos burocráticos. Elas deveriam atuar na produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional.

O território do município de Juara foi movimentado por ocasião da navegação Paranista ou Carreira do Pará, que se iniciou-se no começo do século XIX. Quando os primeiros colonizadores chegaram ao território do atual município de Juara, povos indígenas Kayabí dominavam toda a região, que era muito disputada por povos de outras nações indígenas. O principal motivo dos desajustes entre o gentio era a excelência do clima e qualidade do solo, porém um dos maiores atrativos era a riqueza em taquara e pedra silex, matéria- prima para fabricação de flechas, lanças e machados, que serviam tanto para afazeres domésticos, agricultura, caça, e quanto para fins bélicos.

3. DOS REGISTROS DE JUARA: MOVIMENTOS DE SENTIDOS

Juara é um município do estado de Mato Grosso, localizado a 730 km da Capital Cuiabá. Sua colonização iniciou-se na década de 70 por pessoas vindas de outros Estados, especialmente do Paraná. Antes da chegada do homem branco, toda a região

de Juara era povoada pelos índios Kayabí. De acordo com Ferreira (2001), os atrativos da localidade para os índios era a farta matéria- prima como a taquara e pedra sílex, para fabricação de suas ferramentas para os trabalhos na agricultura, nos afazeres domésticos, a caça e para fins bélicos: flechas, lanças e machados. Em 1972 chegaram os primeiros moradores, as famílias do Sr. Manoel Ribeiro dos Santos, Noel Paulino, Erneto Cecílio dos Santos e outros.

A primeira nomeação dada à cidade de Juara foi Gleba Taquaral em referência àa farta riqueza na região de uma espécie de taboca denominada taquara. A cidade obteve seu início de povoamento ainda como distrito de Porto de Gaúchos, a partir da Lei Estadual nº 3.735, de 4 de julho de 1976. A partir do momento da criação do distrito a localidade passa a ser nomeada como Juara.

Com o crescimento da cidade e seu povoamento a população é convocada participar de um plebiscito para a decisão a respeito da emancipação política de Juara. Esse acontecimento se deu no dia 11 de maio de 1970 pelo Decreto Legislativo nº 2.637. Após o aceite da população é promulgada a Lei Estadual nº 4.349, de 23 de setembro de 1981, de autoria do deputado Osvaldo Roberto Sobrinho, que cria oficialmente o município de Juara-MT.

O ato de nomear se dá no acontecimento do dizer, pelo funcionamento da linguagem considerando que a língua funciona quando afetada pela exterioridade. Segundo Guimarães, a nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (2005, p. 9).

Nessa perspectiva, o nome próprio da cidade de Juara se constitui na relação da língua com os sujeitos falantes nos espaços de enunciação tomados na história. É um procedimento que não se reduz a uma ação situacional, pois os sentidos de um nome se constituem historicamente na enunciação.

3.1. ANÁLISE MORFOSSÍNTÁTICA – FORMAÇÃO NOMINAL

Segundo o Dicionário Aurélio:

“Gleba” – é a porção de terra que não tenha sido desmembrada ou loteada.

"Taquaral" – extenso aglomerado de taquaras em determinada área / bambual, bambuzal, tabocal.

Gleba Taquaral – Primeiro nome dado àa região. Temos um nome composto formado por justaposição a partir de dois elementos, um substantivo (nome genérico) e um adjetivo (classificador descritivo)

Na Etimologia toponímica, a nomeação JUARA se deu pela junção dos vocábulos de origem Tupi: "yu'á" + "ra"

"yua" joá ou juá - fruto amarelo e redondo

"ra" - apanhar, colher frutas

O termo designativo "Gleba Taquaral" deu-se assim que chegaram os primeiros colonizadores que associaram a expressão "Gleba" - um substantivo que significa uma porção de terra que ainda não foi desmembrada judicialmente – aoe que por uma junção com o adjetivo "Taquaral" - um terreno de taquaras (bambu) - designando um nome composto.

O substantivo Gleba adquire pertinência como determinante na medida em que é invocadoa o significado do adjetivo Taquaral, então podemos dizer que a agregação desse adjetivo foi permeada pela historicidade dada numa relação entre índios e colonizadores, tendo o. O adjetivo Taquaral que descreve Gleba por ser uma área povoada na época pelos índios KAYABÍ, que durante séculos habitaram essas matas explorando o Sílex para fabricação de flechas, lanças, machados, marretas, bazucas, palitos de dente, etc. coisas tipicamente indígenas até a chegada dos primeiros colonizadores.

B) Juara – O nome próprio de "Juara" possui duas referências segundo Ferreira e Silva (2008)

A primeira faz referência à língua indígena Tupi "moça bonita"

A segunda é a junção de dois substantivos "Juruena" e "Arinos" que faz uma referência geográfica a dois rios sendo o principal o rio "Arinos e o outro rio "Juruena" que forma o vocábulo "Juarinos". Expressão dada pelo antigo colonizador: José Olavo G. Gonçalves, que foi utilizada temporariamente até emancipar o nome designado, que foi simplificado para JUARA, um nome composto por aglutinação.

Juara teve sua colonização iniciada na década de 1970. Os indícios dos tempos modernos na região de Juara tiveram como referência a cidade de Porto dos Gaúchos. Em 1971, foi constituída a firma Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – SIBAL - adquiriu uma área de 35 900 hectares de terras, cuidadosamente selecionada com fins colonizatórios.

A responsabilidade da administração para a construção da infraestrutura ficou a cargo de José Pedro Dias (Zé Paraná), nome que se confunde com a própria história de Juara e mais um grupo de pessoas que partiram das margens do Ribeirão Caracol, chegando ao córrego Água Boa, ponto inicial da colonização. Em 1972, começaram a chegar as primeiras famílias a Taquaral e, com o crescimento explosivo das plantações de lavouras, o fluxo migratório foi intenso, passando então Taquaral a chamar-se Juara.

O decreto Legislativo nº 2.637, de 11 de maio de 1970, abriu o processo de plebiscito para se saber a vontade do povo a respeito da emancipação política de JUARA. Dos 729 eleitores, aconteceram apenas 03 votos nulos e 05 em branco, sendo os demais “sim”.

A Lei Estadual nº. 3.735, de 4 de julho de 1976, criou o distrito de Juara, com território jurisdicionado ao município de Porto dos Gaúchos e a Lei Estadual nº 4.349, de 23 de setembro de l981, criou o município :

Artigo nº 1 – Fica criado o município de JUARA, com sede na localidade do mesmo nome, cuja área é desmembrada do município de Porto dos Gaúchos.

Artigo nº 2 - O município criado tem somente um distrito, o da sede.

O artigo nº 3, impedia a eleição municipal imediata. A Assembleia Legislativa acatou o veto do governador Frederico Campos. No entanto, as eleições não demoraram a acontecer.

O primeiro prefeito municipal foi o colonizador senhor José Pedro Dias – o Zé Paraná, nomeado pelo governador e, a instalação oficial foi no dia 14 de dezembro de 1981, beneficiando o esforço benemérito fundador de Juara. O primeiro prefeito eleito foi José Geraldo Riva, também de família pioneira no município, e que teve carreira politica de sucesso. Sua liderança permitiu ser eleito 5 vezes como deputado estadual, sendo presidente da assembleéia legislativa por dois mandatos. A comarca foi criada a 4 de julho de 1985 e solenemente instalada em 29 de novembro de 1986.

Nessa direção, o estudo que propomos analisa os sentidos do nome do município de Juara, inserida no campo de estudos da Semântica do Acontecimento, tomamos os modos constitutivos das relações designativas das expressões/nomes no funcionamento da linguagem em diferentes textos.

Para Guimarães (2011, p. 19), “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Se pensarmos nas nomeações das cidades emancipadas/desmembradas político-administrativamente, observaremos que as enunciações que as nomeiam se dão no espaço de enunciação da Língua Oficial do Brasil, a Língua Portuguesa, e o acontecimento do dizer nomeiam as cidades através de leis estaduais e decretos. Isso significa que há um agenciamento das figuras da enunciação pelo jurídico, responsável pela regulação, normatização, criação e nomeação desses municípios. Lembrando que essas jurisdições contemplam a historiografia, através das estruturas formais dos nomes, de seu funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo.

O funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de cidade é pensado em relação ao espaço de enunciação e questões políticas, sociais e históricas determinam essas nomeações.

No intuito de conhecer as mais variadas formas de conceber o ato de nomear, propomo-nos a analisar o processo enunciativo de designação (nomeação/renomeação), partindo do pressuposto de que toda designação está determinada sócio-historicamente no/pelo acontecimento enunciativo.

De acordo com a Semântica do Acontecimento, estamos concebendo o processo designativo como histórico-enunciativo, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência. Nomear é identificar, ou seja, o ato de nomeação é um processo de identificação social. Certamente, o nome de um lugar estabelece limites, sendo estes de natureza geográfica, histórica e semântica, afinal a constituição histórica de um lugar possui particularidades próprias dos dizeres que a constituem. Assim é que, tomando a linguagem numa perspectiva histórica, cujo funcionamento é marcado pelas condições socialmente estabelecidas, o processo de enunciação é compreendido como um acontecimento em que o sujeito é afetado pela relação com a língua.

O nome de um povoado pode ser, considerando o processo de nomeação/renomeação, reescriturado por diversas formas morfossintáticas e cada modo de reescriturar o sentido se ressignifica. O sentido no acontecimento de enunciação na relação com a interdiscursividade que, ao afetar a língua, traz consigo os sentidos construídos na história em que esses nomes se deram como nome. Ou seja, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Desse modo, a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. [(GUIMARÃES, 1999, p. 04)].

Nesse espaço em que questões de natureza histórica e política se interligam, tratamos de cenas enunciativas que têm a figura do colonizador ou desbravador como aquele que estabelece uma prática no processo de aquisição de patrimônio, na colonização de um lugar e na forma de nomear lugares. O lugar aqui não é visto enquanto dimensão natural e geográfica, pois passa a ser um constructo histórico atravessado pelas práticas humanas. A existência de um lugar ganha forma na representação, essa entendida a partir de Guimarães (1987) e Dockès (2005), materializando-se na língua, enquanto lugar de lutas sociais, históricas e culturais.

Consideramos, a partir desse princípio, que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, nomear/renomear um arraial, uma vila, um distrito, uma cidade é rememorar a história, as palavras da história são nomes (RANCIÈRE, 1994, p. 43).

“Um nome não classifica, ele identifica” (ibid); assim, pensar na nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. A nomeação se constitui, portanto, como o memorável de uma temporalidade específica em que a necessidade de uma designação que identifique os lugares por eles ocupados é posta como uma forma de identificarem a si próprios.

Em relação àa nomeação do município de Juara, observa-se que a nomeação está ligada não só pela questão da existência do Rio Arinos e Juruena, mas vem acompanhada por outras razões, a exemplo, o ideal de fixação, o desejo de prosperidade familiar e o desenvolvimento, associa-se às propagandas de terras férteis, boas para plantio de agricultura e criação de gado.

O processo de nomeação de um lugar é marcado por relatos históricos, documentos e narrativas que envolvem inúmeros sujeitos do dizer que nominalizaram um ou vários lugares. Dessa forma, a história de um lugar e seu processo de nomeação está intrinsicamente relacionada à história de muitos sujeitos, vistos que são eles responsáveis colonização de um lugar. Por essa razão, na perspectiva de Guimarães (2005, p. 9), a nomeação é tomada como: "[...] o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome". Acrescenta ainda o autor que seu interesse está em observar a designação, por recair sobre esta a significação de um nome.

4 ALGUNS APONTAMENTOS

Compreender o processo de semantização desse nome, como um acontecimento histórico-social e político, significa dizer que as enunciações que nomeiam as cidades são atravessadas por outras enunciações.

Em outras palavras, nomear significa considerar a história de enunciações do nome que nomeia o lugar, o memorável que constitui o passado de um acontecimento, o que não significa fazer uma referência a fatos da história unicamente, mas a um passado que significa no acontecimento que enuncia o nome enquanto nome do lugar.

Através dos estudos que realizamos, podemos observar que analisar a nomeação da cidade de Juara/MT nos possibilitou conhecer a história não somente de uma cidade, mas de todo um processo de ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil, impulsionados por programas de integração e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Esclareceu-nos que o processo de nomeação recorta o memorável da origem dos fundadores, possibilitando a construção da história de um novo povoado, rememora um passado de enunciações daqueles que vieram em busca de explorar novas terras e, ao mesmo tempo, constituir uma nova história, uma nova identidade.

Para lembrar um acontecimento social é preciso que seja reconstruído a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da comunidade social, pois o ato de nomear segue um modo de regras convencionado no imaginário da cultura de um povo.

5. REFERÊNCIAS

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*., Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013.

DOCKÈS, E Emmanuel. *Valeurs de la démocratie: huit notions fondamentales*. Paris: Éditions Dalloz, 2005.

FERREIRA, J.oão C.arlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá. 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas, Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Textos e argumentação*. Um estudo de conjunções do Português. Pontes. Campinas, 1987.

_____. *Os Limites dos sentidos*. Pontes. Campinas, 1995.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Pontes. Campinas, 2002.

_____. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas, Pontes, 2005.

KARIM, T.aisir M.ahmudo. Dois nomes dois destinos. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Pontes, Campinas-SP, 2003.

RANCIÈRE, J.acques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas: Pontes, 1994.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record. 2005.

SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.